DESENVOLVIMENTO PRO PARÁ. PRA TODO O PARÁ.

VOLUME I

PODER EXECUTIVO



PPA 2020-2023

PLANO PLURIANUAL



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Desenvolvimento Pro Pará. Pra Todo o Pará.

Belém – Pará
Agosto/2019

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração
Diretoria de Planejamento Estratégico
Rua Boaventura da Silva, 401/403
CEP: 66053-050
Tel.: (91) 3204-7512
www.seplad.pa.gov.br
Belém – Pará – Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) – Belém-PA

P221p Pará. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.Diretoria de Planejamento.

Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado do Pará / Secretaria de Estado de Planejamento. – Belém: Diretoria de Planejamento, 2019.

3v.:il. Belém, 2019.

1. Política e governo - Pará. 2. Administração pública I. Titulo

CDD 351.8115

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador do Estado do Pará
Helder Zahluth Barbalho

Vice-Governador do Estado do Pará
Lúcio Dutra Vale

Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Deputado Daniel Barbosa Santos

Tribunal de Contas do Estado do Pará
Cons. André Teixeira Dias

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Cons. Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Des. Leonardo de Noronha Tavares

Justiça Militar do Estado
Lucas do Carmo de Jesus

Ministério Público do Estado do Pará
Gilberto Valente Martins

Ministério Público de Contas do Estado do Pará
Silaine Karine Vendramin

Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Maria Regina Franco Cunha

Defensoria Pública do Estado do Pará
Jeniffer de Barros Rodrigues

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
Parsifal de Jesus Pontes

Diretora Geral do Núcleo de Articulação e Cidadania
Juliana Márcia Barroso

Diretor Geral do Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento da Gestão
Alexandre da Silva Carvalho

Coordenador do Núcleo de Relações com os Municípios e Entidades de Classe
Josenir Gonçalves Nascimento

Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais
Felipe Mikael Vasques Monteiro

Coordenador do Núcleo de Relações Institucionais
Julio Alejandro QuezadaJelves

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
Cel. QOPM RR Osmar Vieira da Costa Junior

Procurador-Geral do Estado
Ricardo Nasser Sefer

Auditor-Geral do Estado
Ilton GiusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Ouvidor Geral do Estado
Arthur Houat Nery de Souza

Presidente da Fundação PROPAZ
Raimunda Nonata Rocha Teixeira

Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará
Jorge Luiz Guimarães Panzera

Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará
Bernardo de Albuquerque de Almeida

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Silvio Roberto Vizeu Lima

Diretora-Geral da Escola de Governança Pública do Estado do Pará
Evanilza da Cruz Marinho Maciel

Secretário de Estado da Fazenda
René de Oliveira e Sousa Júnior

Diretor-Presidente do Banco do Estado do Pará S/A.
Braselino Carlos Assunção da Silva

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará
Cilene Moreira Sabino de Oliveira Bittencourt

Secretária de Estado de Planejamento e Administração
Hana Sampaio Ghassan

Secretário de Estado de Saúde Pública
Alberto Beltrame

Diretor-Geral do Hospital Ophir Loyola
José Roberto Lobato de Souza

Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará
Bruno Mendes Carmona

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
Paulo André Castelo Branco Bezerra

Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna
Alessandra Lima Leão

Secretário de Estado de Transportes
Antonio de Pádua de Deus Andrade

Presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará
Abraão Benassuly Neto

Diretor Geral da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos
Euripedes Reis da Cruz Filho

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
Hugo Yutaka Suenaga

Presidente do Instituto de Terras do Pará
Bruno Yoheiji Kono Ramos

Gerente-Executivo do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural
Felipe Coelho Picanço

Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
GeovanyFarache Maia

Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
José Mauro de Lima O' de Almeida

Diretora-Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Karla Lessa Bengtson

Diretora-Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes
Ayamy da Costa Migiyama

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Ualame Fialho Machado

Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará
Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Junior

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará
Cel. QOBM Hayman Apolo Gomes de Souza

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará
Alberto Henrique Teixeira de Barros

Diretor-Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"
Celso da Silva Mascarenhas

Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará
Marcelo Lima Guedes

Secretária de Estado de Cultura
Úrsula Vidal Santiago de Mendonça

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará
João Augusto Vieira Marques Junior

Superintendente da Fundação Carlos Gomes
Maria da Glória Boulhosa Caputo

Secretário de Estado de Comunicação
Parsifal de Jesus Pontes

Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão
Hilbert Hil Carreira do Nascimento

Secretária de Estado de Educação
Leila Carvalho Freire

Reitor da Universidade do Estado do Pará
Rubens Cardoso da Silva

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Inocêncio Renato Gasparim

Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
Miguel Fortunato Gomes dos Santos Junior

Diretora-Geral do Núcleo Gerenciamento do Programa de Microcrédito – CREDCIDADÃO
Tércio Júnior Sousa Nogueira

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos
Hugo Rogério Sarmanho Barra

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Jarbas Vasconcelos do Carmo

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
Iran Ataíde de Lima

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará
Lutfala de Castro Bitar

Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará
Cintya Silene de Lima Simões

Diretor-Presidente da Companhia de Gás do Pará
Cláudia Bitar de Moraes Barbosa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
Benedito Ruy Santos Cabral

Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará
José Antônio de Angelis

Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará
José Antônio Scaff Filho

Diretor-Geral do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano
Eduardo de Castro Ribeiro Júnior

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Diretor-Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
Marcos Antônio Brandão da Costa

Secretário de Estado de Esporte e Lazer
Arlindo Penha da Silva

Secretário de Estado de Turismo
André Orengel Dias

Diretor-Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S/A.
Francisco Alves de Aguiar

Secretário Extraordinário de Estado de Cidadania
Ricardo Brisolla Balestreri

Secretário Extraordinário de Estados para Assuntos Penitenciários
Jarbas Vasconcelos do Carmo

Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará
João Chamon Neto

Secretário Regional de Governo do Marajó
José Antonio Azevedo Leão

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Coordenação e Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023

Secretária de Estado de Planejamento e Administração
Hana Sampaio Ghassan

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento
Adler Gerciley Almeida da Silveira

Secretário Adjunto de Recursos Especiais
Renata Mirella Freitas Guimarães de Souza Coelho

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas
Thainná Magalhães de Alencar

Secretário Adjunto de Modernização e Gestão Administrativa
Otávio Oliva Neto

Diretora de Planejamento Estratégico
Brenda Rassy Carneiro Maradei

Secretaria
Emilene Helen de Oliveira Pires
Karina Conceição Vieira Frias
Laurinda da Conceição Ribeiro Cardoso
Luiz Guilherme Cardoso Rocha – Estagiário

Coordenadoria de Estudos Econômicos
Geovana Raiol Pires

Coordenadoria de Planejamento e Políticas Públicas
Jordan Seabra de Oliveira

Coordenadoria de Monitoramento de Projetos Estratégicos
Luciana Santos de Oliveira

Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação de Programas
Francisco Leite da Silva Neto

Coordenadoria de Gestão de Resultados
Luciana Portilho Guedes de Oliveira

Corpo Técnico
Agostinho Lopes Arnaud
Alberto José Silva Tobias
Bernadete de Jesus Barros Almeida
Débora de Aguiar Gomes
Elesbão de Castro Ewerton Filho
Heraldo Marques Nogueira
Inah Tobias Silveira
Lúcia Cristina de Andrade Lisboa da Silva
Luciana Kemel Pires
Luiz Guilherme Cardoso Rocha - Estagiário
Marcelo Pereira Lobato
Márcia Correia Lago Moura
Maria de Belém Nazareth Gomez
Maria do Perpétuo Socorro Garcia Castro
Marlúcia Puga Cardoso Carvalho
Nanety Cristina Alves dos Santos
Nice Farias da Silva
Orlando Santana Rosa
Ovanilde Ribeiro Schalcher
Renato da Cunha Andrade
Rita de Cássia Macedo Moreira
Roberta Braga Fernandes de Moraes
Rosemery Tillmann da Silva
Selma Jerônima Mesquita Couto
Valdeni da Conceição Farias
Wilson Luiz Ribeiro da Costa
Zilfa Freitas

Diretoria de Programação e Orçamento
Josynélia Tavares Raiol

Secretaria
Aldemira Santos Silva Gomes
Celso Rubens Monteiro

Coordenadoria de Execução Orçamentária
Maria de Nazaré Souza Nascimento

Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação Orçamentária
Ana Flávia Melo de Menezes

Coordenadoria de Normas Técnicas e Padronização
Isadora Brandão Koury Maues

Coordenadoria de Programação Orçamentária
Taissa Valente Almeida

Coordenadoria de Gestão de Custos
Ana Maria Costa Penalber

Corpo Técnico
Aloizi Atayde Gomes
Ana Bela Andrade Naia
Ana Lúcia Frazão Gracindo
Ana Tereza Bentes Nicolau da Costa
Antônio Carlos Lopes Leal
Ariene Souto Pinho
Carlos Fernando Silva de Sena
Célia Ângela Lisboa Almeida
Cleide Maria Mello Vidinha
Daniela de Cássia Ferreira da Silva
Denísio de Jesus Costa Lima
Edilza Barbosa Vilhena
Enemar Piedade Salomão
Helen Tatiana Saldanha Ribeiro
Haroldo Brabo de Carvalho
Helielza Silva Bezerra
Hélio Rebelo de Souza
Hilton de Freitas Mendes
Jacqueline Maria Ferreira Cardoso
Karla Maria Cruz Rocha
Leocádia Maria Nogueira de Oliveira
Luiz Henrique Ferreira Brito
Maria do Socorro Cardoso Silva
Maria Helena dos Santos Pinheiro
Maria José Silva Araújo
Maria Julia Peixoto Ramos
Ocidea Carvalho Lobato
Olinda Koga Teixeira
Paulo Sérgio Araújo
Pedro José Dantas de Carvalho
Raimunda Nazaré Lima Gouvêa
Roseane Andrade da Silva
Sandra Maria Couto Cabral Bender
William Frazão de Souza
Vanderly Camelo Xavier

Colaboradores
Albert Lima dos Reis
Ana Maria da Costa Monte
Ane dos Santos Viana
Araci de Jesus Pinheiro Costa
Caléo Reis Nascimento
Carlos Alberto de Souza Cardoso Junior
Carmen Elena de Andrade Souto
Claudio Roberto Gonçalves de oliveira
Fábio Augusto Pinto de Oliveira
Fábio Braga Cavalcante
Fernando Augusto Altieri Silva
Gilson Pereira Prata
Israel Lucas Barros de Amorim
José Antônio de Araújo Ferreira
José Isaac Alvarez Elarrat
Julio Cézar Barros Borba
Leilane Monteiro da Cruz
Márcia Aparecida de Souza
Marcio Pontes
Maria Glaucia Pacheco Moreira
Raymundo Nonnato da Frota Costa Júnior
Tárcio Gomes Caldas
Walenda Silva Tostes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....

VOLUME I

1. PLANO PLURIANUAL: BASE LEGAL, CONCEITOS BÁSICOS E INTEGRAÇÃO COM A LDO E LOA .....

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PPA 2020-2023 .....

2.1 Sociedade de Direitos .....

2.2 Crescimento Inteligente .....

2.3 Trabalho com Responsabilidade .....

2.4Gestão Pública Eficiente Presente .....

3. DIMENSÕES DO PPA .....

3.1. Dimensão Estratégica .....

3.2. Dimensão Tática .....

3.3. Dimensão Operacional .....

4. CICLO DE GESTÃO DO PPA .....

4.1. Elaboração .....

4.2. Execução .....

4.3. Monitoramento .....

4.4. Avaliação .....

5. METAS DE MELHORIA DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL .....

6. PROGRAMAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTADO .....

PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – PODER EXECUTIVO

Região de Integração Araguaia
Região de Integração Baixo Amazonas
Região de IntegraçãoCarajás
Região de Integração Guajará
Região de Integração Guamá
Região de Integração Lago de Tucuruí
Região de Integração Marajó
Região de Integração Rio Caeté
Região de Integração Rio Capim
Região de Integração Tapajós
Região de Integração Tocantins
Região de Integração Xingu

VOLUME II

PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – PODER LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES E DEFENSORIA PÚBLICA.

Região de Integração Araguaia
Região de Integração Baixo Amazonas
Região de Integração Carajás
Região de Integração Guajará
Região de Integração Guamá
Região de Integração Lago de Tucuruí
Região de Integração Marajó
Região de Integração Rio Caeté
Região de Integração Rio Capim
Região de Integração Tapajós
Região de Integração Tocantins
Região de Integração Xingu

APRESENTAÇÃO

Um olhar para o futuro: Trabalho e Presença

É com esse propósito público que o Governo do Pará inicia a tarefa de transformar a vida de todos os paraenses. O Estado do Pará dotado de potencialidades e territorialidade peculiar requer intervenção governamental que altere os atuais indicadores sociais, econômicos e ambientais. Com efeito, a profissionalização da gestão pública será propulsora à eficiência, eficácia e efetividade de ações e programas, com destaque à busca pela qualidade do gasto e o aumento de receitas públicas.

O planejamento permite estabelecer as estratégias e o horizonte das políticas públicas e programas, e deve alinhar-se às dimensões sub-regionais do estado. Como importante agenda governamental, a integração territorial balizará o conjunto das ações e a avaliação dos impactos socioeconômicos.

O Estado do Pará é marcado por uma dinâmica socioeconômica desigual. No âmbito do comércio exterior (2018), por exemplo, o desempenho positivo da balança comercial alcançou U$14,4 bilhões, equivalente ao 2° lugar no ranking nacional, por lado, obteve em 2018 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Desenvolvimento Humano (IDH) de 6,46 correspondendo ao 24º lugar, quando comparado aos demais estados do País. Dentre outras variáveis, tal disparidade retrata a baixa internalização do crescimento econômico nas regiões de integração.

Os desafios educacionais exercem particular relevância no processo de desenvolvimento social, em função de seus efeitos multiplicadores aos demais indicadores. De acordo com o Censo Escolar/MEC, em 2018, a taxa evasão escolar do ensino médio referente à rede estadual, atingiu 25%, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o Ensino Médio, aferido em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), apresenta-se desde 2013, resultado inferior à meta projetada, conforme demonstra o comportamento histórico estadual do referido índice (Gráfico1). Atualmente o Pará é o 26º no *Ranking* Nacional.

Como instrumento de planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual alinha-se estrategicamente às principais diretrizes de governo, Plano de Governo, fundamento para a estruturação dos Programas temáticos e seus Objetivos. A dimensão político-estratégica do PPA 2020-2023 corresponderá ao conjunto das entregas à sociedade no período de quatro anos, representada na etapa de formulação do Plano, em doze audiências públicas regionalizadas. Além disso, resultante do processo de escuta social, o PPA foi referendado pelas demandas representativas e de organizações não governamentais entregues em ações itinerantes do Governo e, ainda, pelas participações *on-line*.

O PPA 2020-2023 expressa o conjunto de prioridades da administração pública e seus resultados, a cada exercício, subsidiarão o aperfeiçoamento da gestão pública e o exercício do controle social pela sociedade. Para tanto, além das orientações legais e normativas das políticas públicas, os programas e ações serão alinhados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Essa sinergia institucional aproximará os esforços da ação governamental orientadas pelas Diretrizes de Governo: Sociedade de Direitos, Crescimento Inteligente, Equilíbrio Fiscal e Modernização Institucional, aos eixos estruturantes dos ODS quais sejam: econômico, institucional, infraestrutura e ambiental.

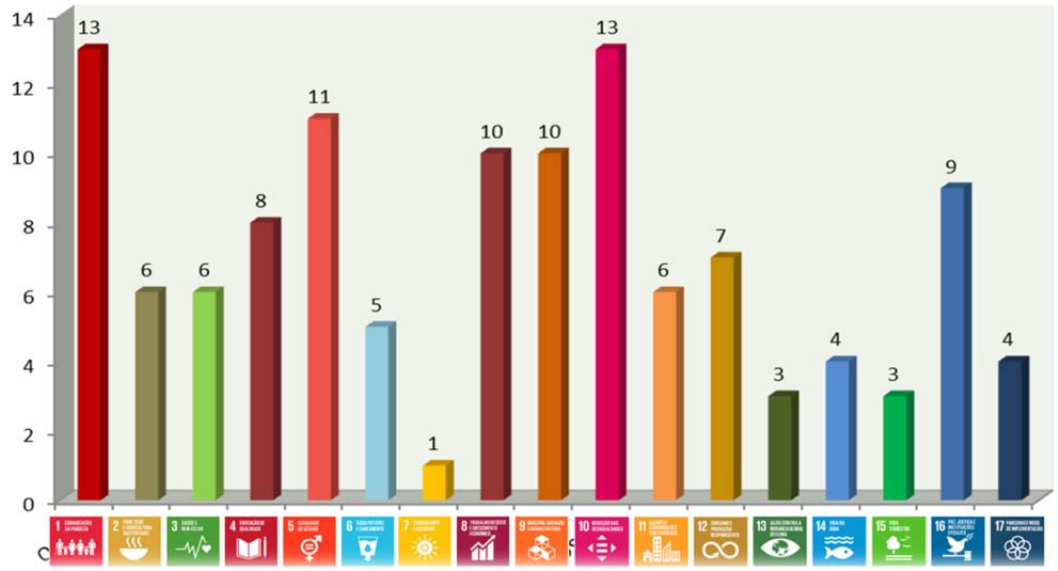


Gráfico 1 – Programas do PPA por ODS
Fonte: Seplan, 2019.

1. PLANO PLURIANUAL: BASE LEGAL, CONCEITOS BÁSICOS E INTEGRAÇÃO COM A LDO E LOA

Definido na Constituição Federal como instrumento de planejamento de gestão de políticas públicas, o Plano Plurianual é uma lei de iniciativa do Poder Executivo, que deve estabelecer de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e referentes aos programas de duração continuada (CF/88, art. 165, § 1º).

No âmbito estadual, o PPA está previsto na Constituição do Estado do Pará, detendo o papel central na definição das ações governamentais, uma vez que estabelece que os planos e programas estaduais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual, e apreciados pelo Poder Legislativo, que criará mecanismos de fiscalização adequada para sua fiel observância (CE/89, art. 204, § 9º).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) não devem conter dispositivos incompatíveis com o PPA (art.205,§ 2º), da Constituição Estadual. A LDO deverá estabelecer os parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir a realização das metas e objetivos contemplados no PPA. Trata-se, portanto, de instrumento que funciona como elo entre o PPA e os orçamentos anuais, compatibilizando as diretrizes do Plano à estimativa das disponibilidades financeiras para determinado exercício. A LOA é o mais importante mecanismo de gerenciamento orçamentário e financeiro da Administração Pública, cuja principal finalidade é administrar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas.

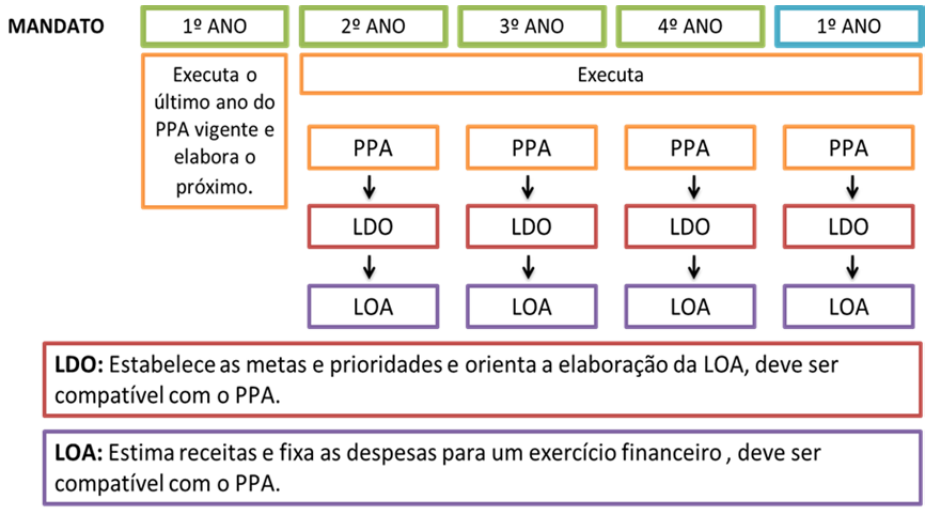


Figura 1 – Integração PPA, LDO e LOA
Fonte: Seplan, 2019.

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PPA 2020-2023

O compartilhamento de responsabilidades constitui-se um dos elementos centrais da gestão governamental. Os Programas e seus atributos (Objetivos, Metas e Ações) foram balizados nas diretrizes estratégicas, desdobradas em 12 áreas, que orientarão a implementação da ação governamental (Figura 2).

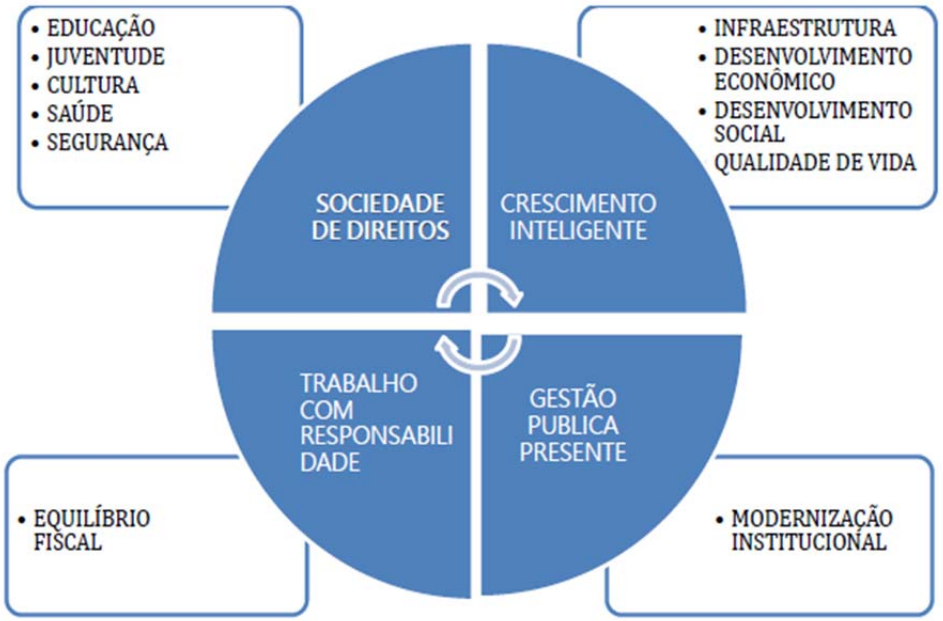


Figura 2 – Diretrizes Estratégicas do PPA 2020-2023
Fonte: Plano de Governo, TRE 2018.

2.1 Sociedade de Direitos

Em consonância à lógica dos direitos sociais, a garantia de melhores condições de vida é uma premissa do governo estadual. O Estado possui uma população de 41,5% que estão abaixo da linha da pobreza de acordo com o Cadastro Único da Assistência Social e o percentual de 9,42% de analfabetismo (PNAD, 2018), indicativos que pressionam novas demandas na promoção de políticas públicas.

Dentre as questões estruturais expressas pelos indicadores estaduais, destacam-se ainda, os educacionais referentes ao Ensino Médio da rede estadual, aferidos em 2018, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), quanto ao abandono escolar (14,1%) taxa superior à regional e nacional; e reprovação do Ensino Médio (9,9%), com taxa superior à região Norte.

Na área de segurança pública, a evolução da mortalidade de jovens é apresentada pela Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos) é de 73,0 em 2018, ou seja, o 8º no *ranking* nacional. Dados sobre a mortalidade de mulheres no Estado, originários da Secretaria de Segurança Pública (Segup) demonstram que em 2018, a taxa de violência contra a mulher por 100 mil habitantes é 813, sendo uma das maiores do país.

Em relação à mortalidade infantil, o Pará registrou taxa de 15,4%no número de mortes a cada mil nascidos em 2017, sendo o 6º pior estado do Brasil. Ademais, de acordo o IBGE (2017), a renda domiciliar alcançada no estado é de R$ 863, o que corrobora com o número de pessoas enquadrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instrumento de identificação e seleção de famílias de baixa renda, com fins de inclusão e redistribuição de renda.

O conjunto de políticas públicas orientou os compromissos regionais e as ações estruturantes do PPA para o período 2020-2023. No campo educacional, as intervenções serão focadas à elevação da escolaridade básica, no acesso ao nível superior e à educação profissional, por meio da redução da evasão de alunos, melhores infraestruturas educacionais, estímulo ao professor, merenda escola de qualidade e transporte escolar. Dentre outros aspectos, a política cultural garantirá a preservação do patrimônio material / imaterial, e estímulo à economia criativa, enquanto que as ações de esporte e lazer propiciarão a inclusão de crianças e juventude em atividades socioesportivas.

A interligação entre oportunidades educacionais, renda e acesso cultural imprime à segurança pública um papel desafiador, ou seja, a integração às outras políticas. As estratégias complementares possibilitarão o aumento das ações preventivas, a ampliação do combate à criminalidade e a melhoria da eficiência entre os órgãos executores. Ademais, é função do Estado, garantir especialmente, aos grupos mais vulneráveis, medidas e sistemas de proteção social por meio do acesso ao Sistema de Garantia de Direitos e à rede de serviços socioassistenciais, conforme preconiza a Constituição Federal (arts.194 a 204 - CF).

No Plano Plurianual, os programas temáticos atendem as especificidades setoriais e seus escopos correspondem às áreas da educação, saúde, cultura, segurança pública, direitos socioassistenciais, trabalho e renda, cultura e esporte e lazer. Estes contemplarão programas e projetos como Primeiro Ofício, Território da Paz, Escola de Tempo Ampliado, Conclusão e Implementação de Hospitais Regionais e Fomento à Economia Criativa.

2.2 Crescimento Inteligente

Com particular relevância no cenário regional e nacional, o Estado do Pará possui o desafio de superar o modelo de crescimento, dependente especialmente, da exportação de produtos primários. A dimensão territorial do estado é delimitada por aspectos econômicos e socioculturais diferenciados, além do fato, de que cerca de 60% do território estadual é destinado às áreas legalmente protegidas tais como: natureza federal, terras indígenas, territórios quilombolas, dentre outras, portanto, condições geopolíticas que determinam as relações e responsabilidades federativas.

De fato, a questão dos desequilíbrios regionais requer a gestão do território por meio da formulação de políticas públicas e programas adequados aos espaços urbanos e rurais, em interface às demais esferas governamentais. Caberá ao Estado, como indutor do desenvolvimento econômico favorecer o ambiente econômico para o uso e aproveitamento racional e sustentável dos recursos locais, com vistas à melhoria dos níveis de produtividade e competitividade em diferentes escalas produtivas.

O ordenamento territorial, zoneamento econômico ecológico e a melhoria dos serviços ambientais são vetores importantes ao desenvolvimento estadual e orientadores ao planejamento estadual. Dentre os compromissos estratégicos, destacam-se a ampliação e melhoria da infraestrutura e logística, como malha viária, implantação de ferrovia,integração com os modais, sistemas de informação e comunicação. Além disso, o incentivo à criação de polos regionais de produção possibilitará a potencialização das cadeias produtivas por meio do fomento da organização produtiva, ampliação de linhas de crédito, educação profissional e inovação tecnológica.

A agenda atrelada ao desenvolvimento sustentável abrangerá questões específicas às realidades urbanas e rurais dentre as quais: implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, apoio à elaboração de projetos de gestão consorciada de regiões metropolitanas e municípios afins, bem como à infraestrutura e drenagem urbana. O desenvolvimento endógeno deverá atentar à dinâmica da economia verde e a baixa emissão de carbono, à conservação e apoio ao manejo florestal, condições fundamentais para a população local.

A superação dos atuais níveis de pobreza estadual e o consequente aumento da qualidade de vida dependerá da alteração socioeconômica dos espaços sub-regionais. Essa premissa foi decisiva para o alinhamento das políticas educacionais profissionalizantes, ao fomento de atividades geradoras de renda e de inclusão socioprodutiva. Neste contexto, o Governo Estadual tem um papel estratégico na política de desenvolvimento social e, ao considerar a integração e complementaridade das políticas públicas, deve alinhar-se à política nacional definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2.3 Trabalho com Responsabilidade

O equilíbrio entre receita e despesa dimensiona o grau de responsabilidade pública, ao assegurar a credibilidade e confiança aos contribuintes, empresas e investidores. A remodelagem das contas públicas, a composição e a qualidade do gasto público, permearão a execução dos instrumentos de planejamento estadual.

Como elementos vitais à condução da gestão estadual, destacam-se a observância dos limites prudenciais referenciados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os compromissos assumidos pelo Estado referentes às Operações de Crédito e à vigilância previdenciária estadual. O cumprimento das metas fiscais e o alcance dos

objetivos previstos no PPA e LOA, incidirão no urgente processo de desenvolvimento do estado.

Os esforços a médio e longo prazo para ampliação das receitas estaduais, resultarão do conjunto de intervenções tais como: remodelagem da política de benefícios fiscais, melhoria na gestão econômica dos ativos reais e financeiros, estímulos às parcerias público-privadas e concessões, além da captação de recursos internos e externos.

2.4 Gestão Pública Eficiente Presente

A eficácia e a efetividade das políticas públicas são exigências da sociedade. A ação governamental estadual será norteada pelo planejamento regional, fortalecimento institucional e liderança governamental.

O enfrentamento às desigualdades regionais é condição para a descentralização e modernização da gestão, na medida em que as políticas, estratégias e instrumentos dependem do aumento da capacidade institucional estadual. Dessa forma, o modelo baseado na Gestão por Resultados, consistirá na capacidade de transformar o planejamento público em entregas (serviços públicos) à população demandante. A interação intragovernamental resultará em processos eficientes, otimização de recursos e resultados eficazes.

A adoção de controle e a avaliação dos resultados serão prerrogativas essenciais nos diversos níveis de decisão, incluindo responsabilização e ajustes dos planos de trabalho. Pressupõe também, a gestão integrada dos programas estaduais, modernização das estruturas organizacionais e forte articulação com as esferas de governo - municipais e federais – e a formação de parcerias com atores não governamentais.

A complexidade territorial enseja a necessidade de liderança regional e governança. Tais elementos condicionam a gestão governamental estadual, mediante a retomada do processo de desenvolvimento coadunado aos interesses públicos estaduais.

3. DIMENSÕES DO PPA

O Plano Plurianual (PPA) além de declarar as intervenções governamentais alinhadas às demandas da sociedade, sua implementação deverá focalizar os resultados pretendidos e o aperfeiçoamento das políticas públicas. Como instrumento orientador à gestão, o Plano estrutura-se nas dimensões descritas a seguir (Figura 3).



Figura 3 – Dimensões do PPA
Fonte: Seplan, 2019.

3.1. Dimensão Estratégica

A redefinição da missão do Estado perpassa pela promoção da equidade e justiça social. Essa dimensão aponta para visão de futuro e define as diretrizes estratégicas, orientando o planejamento governamental. O diagnóstico situacional com a identificação das variáveis afetas a cada intervenção regional precedeu a elaboração dos Programas Temáticos. Os indicadores setoriais orientaram a definição de compromissos e metas regionalizadas. Portanto, são condicionantes e parâmetros à aferição dos programas e ações a curto e médio prazo, cujos resultados subsidiarão as intervenções futuras.

A dinâmica territorial do estado e seus componentes desafiam novas soluções frente aos problemas estruturais tais como: baixo dinamismo econômico, insuficiente geração de ocupação e renda, além dos problemas ambientais que permeiam o desenvolvimento do estado, assim como regulação, certificação e aporte de tecnologia.

Essas questões desafiam as estratégias quanto ao alcance de melhores resultados e a eficácia da ação governamental. Definidos os eixos para o desenvolvimento econômico e socioambiental, torna-se imperativo a articulação e cooperação entre os diferentes atores com vistas à negociação de interesses regionais divergentes, convergentes ou complementares. Esse processo aliado às políticas promotoras à coesão social deve permitir uma melhor distribuição das oportunidades econômicas e sociais, bem como a elevação dos níveis de qualidade de vida no Estado.

3.2. Dimensão Tática

Orientados pelas diretrizes estratégicas, a execução e acompanhamento dos resultados serão definidos pelos órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas, considerando o grau de relevância regional que se expressa pela priorização territorial, tempo de execução e natureza contínua dos serviços públicos.

Os Programas temáticos e seus atributos consolidam o processo de formulação do Plano e sua implementação dependerá de um conjunto de processos decisórios, com vistas à eficiência e eficácia. Para o período 2020-2023, foram definidos 26 programas, estruturados por 421 compromissos regionais, 79 objetivos, 471 ações, 27 indicadores de resultado e 76 de processo.

3.3. Dimensão Operacional

A gestão dos programas do PPA está sob a responsabilidade dos 113 órgãos e instituições governamentais integrantes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Constitucionais Independentes.

As estratégias de execução atendem às diretrizes de governo e às especificidades setoriais tais como: legislação, normas, regulações e orientações emanadas pelas políticas públicas afins a cada programa. A multisetoriedade dos programas definirá o nível de complementaridade e compartilhamento dos esforços intra e intergovernamental.

As ações são determinantes ao cumprimento dos objetivos de cada Programa e possuem relação direta com a programação orçamentária anual. Essa dinâmica entre os níveis de formulação e programação orçamentária deverá viabilizar o

atendimento dos serviços públicos ou intervenção no espaço territorial, lócus gerador das demandas públicas.

4. CICLO DE GESTÃO DO PPA

O ciclo de gestão demonstra as etapas já realizadas e a serem seguidas na execução do planejamento estadual 2020-2023. Detalhando a seguir os processos de elaboração, execução, monitoramento e avaliação.



Figura 4 – Ciclo de Gestão do PPA
Fonte: Seplan, 2019.

4.1. Elaboração

Com objetivo de fortalecer o planejamento regional, o PPA 2020-2023 incorporou ao conjunto de atributos, o conceito de Compromisso Regional que são investimentos estruturantes que irão agregar valor ao conjunto de serviços já colocados à disposição da sociedade, ou viabilizarão a implantação de um novo serviço,com a indicação territorial das entregas de bens e serviços pelo Estado à população.

A regionalização territorial foi definida no Decreto Estadual nº 1.066, de 19/06/08, alterado pelo Decreto n° 1.346, de 24/08/15. Desse modo, adotou-se 12 Regiões de Integração do Estado do Pará, as quais representam espaços com semelhanças de ocupação, nível social e dinamismo econômico e cujos municípios mantêm integração entre si.



Figura 5 – Regiões de Integração do Estado do Pará
Fonte: Decreto nº 1.066/08 e Decreto n° 1.346/15

As diretrizes estratégicas de governo subsidiaram as prioridades regionais e a construção dos programas e seus atributos como indicadores, objetivos, metas e ações. Nessa etapa de elaboração, foram realizadas as Oficinas Regionalizadas Temáticas, com o propósito de definir os compromissos regionais e discutir as bases para o planejamento integrado. As Oficinas de Elaboração de Programas foram desenvolvidas com as equipes técnica e gestores dos órgãos estaduais organizados por áreas setoriais com a finalidade de definir os atributos dos programas.

Orientada por um amplo processo participativo, a formulação do PPA significou importante interação entre o Estado e a sociedade. A escuta social envolveu a realização de 12 audiências públicas nas doze Regiões de Integração, com a presença de 1.919 pessoas e 359 manifestações, via *site* www.seplan.pa.gov.br/ppaonline, Com efeito, ao atender a Lei de Responsabilidade Fiscal, em respeito à transparência da gestão fiscal (art. 48, §1º), promoveu a participação da sociedade na elaboração do Plano, por meio da proposição de demandas coletivas e estratégicas para a gestão de políticas públicas.







Figura 5 - Fotos das audiências públicas
Fonte: Seplan,2019

4.2. Execução

A execução do PPA é de responsabilidade dos órgãos governamentais estaduais, como Secretarias Estaduais, Instituições e Empresas Públicas, além do Poder Legislativo e Judiciário, alicerçada em planos estratégicos institucionais, tendo como foco a gestão compartilhada e integrada, centrada em processos e resultados. A viabilidade orçamentária e financeira do Plano se efetiva por meio dos Orçamentos Anuais, elaborados pelo Poder Executivo, com referência na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

4.3. Monitoramento

O monitoramento é o acompanhamento sistemático da implementação dos programas do PPA. Nessa etapa, a observância do desempenho das ações, metas físicas e compromissos regionais, sinalizará o padrão de eficiência e eficácia da gestão pública e seus reflexos nos indicadores de processo. Os entraves identificados durante a execução devem ser corrigidos, tendo em vista as metas globais programadas e os objetivos estratégicos correspondentes.

O principal instrumento de monitoramento do PPA estadual é o Sistema Integrado de Planejamento (SigPLAN), cuja vinculação ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) possibilita a verificação e análise do desempenho físico-financeiro das ações componentes do PPA. O conjunto de informações será avaliado pelos gestores dos órgãos setoriais e servirá de referência para (re) condução estratégica e gerencial dos programas.

4.4. Avaliação

Com relevante papel no aprimoramento da gestão pública, a avaliação compreenderá etapa importante para identificar os avanços e dificuldades da gestão estadual, no que diz respeito ao conjunto de tomada de decisão nas esferas estratégica, tática e operacional. A alteração dos atributos programados poderá sofrer alteração por intermédio da Lei Orçamentária Anual.

A aferição dos resultados do PPA será um compromisso para além das exigências legais. O desempenho alcançado deve expressar o escopo dos objetivos estratégicos de cada Programa Temático, ou seja, ações e metas deverão impactar nos problemas detectados na fase de elaboração e execução do Plano.

O Relatório Anual de Avaliação de Programas deverá ser consolidado enquanto resultado temporal de uma gestão e ainda, como exercício do controle social das políticas públicas.

5. METAS DE MELHORIA DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Em consonância ao art. 4º, da Lei Estadual nº 6.836/2006, segue as metas de melhorias dos indicadores sociais. Destaca-se que essa lei foi alterada pela Lei nº 8.327/2015, que redefiniu a metodologia de elaboração do Mapa de Exclusão, atualizando e ampliando a relação de indicadores definidos no Art. 2º da lei atual. Ressalta-se que esta é a primeira publicação em Plano Plurianual dessas metas para os novos indicadores.

Quadro1 - Quadro de Metas de Melhorias dos Indicadores Sociais do Mapa de Exclusão Social do Pará, para o Período de 2020-2023

INDICADORES MAPA DE EXCLUSÃO 2019 - RESULTADO ESTADO DO PARÁ	Fonte	Unidade de Medida	Ano base	Índice de Referência	Meta
I - EXPECTATIVA DE VIDA:					
Expectativa de vida em anos ao nascer	IBGE FAPESPA	Anos de Vida	2018	72,66	aumentar 0,10% a.a
II - RENDA:					
Renda média mensal de todas as fontes	PNADC FAPESPA	Valores em Reais (R$)	2018	1.542	aumentar 2% a.a
Índice de gini	RAIS FAPESPA	Grau de concentração (Varia entre 0 e 1)	2018	0,284	reduzir 1% a.a
Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza)[1]	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	41,53	reduzir 2% a.a
III - EMPREGO:					
Taxa de ocupação	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	89,81	aumentar 0,5% a.a
Participação de homens no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	60,77	reduzir 1,3% a.a
Participação de mulheres no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	39,23	aumentar 2% a.a
Participação de pessoas na faixa de 14 a 17 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	2,56	reduzir 2% a.a
Participação de pessoas na faixa de 18 a 24 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	13,62	aumentar 1% a.a
Participação de pessoas na faixa de 25 a 39 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	39,03	manutenção
Participação de pessoas na faixa de 40 a 59 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	38,2	manutenção
Participação de pessoas na faixa de 60 anos ou mais no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	6,62	reduzir 1% a.a
Participação dos empregados no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	55,76	aumentar 0,8% a.a
Participação dos empregadores no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	4,2	manutenção
Participação dos conta própria no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	35,15	reduzir 1% a.a
Participação dos trabalhadores familiar auxiliar no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	4,89	reduzir 1% a.a
IV - EDUCAÇÃO:					
Taxa de alfabetização de adultos	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	90,58	aumentar 0,5% a.a
Taxa de Aprovação médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	77,9	aumentar 0,5% a.a
Taxa de Reprovação médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	9,3	reduzir 1,5% a.a
Taxa de Abandono médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	12,8	reduzir 1,5% a.a

INDICADORES MAPA DE EXCLUSÃO 2019 - RESULTADO ESTADO DO PARÁ	Fonte	Unidade de Medida	Ano base	Índice de Referência	Meta
Distorção série-idade no fundamental	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	29,5	reduzir 2% a.a
Distorção série-idade no médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	48	reduzir 2% a.a
Incremento de estudantes do ensino superior	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	11,19	manutenção
V - SAÚDE:					
Taxa de cobertura populacional estimada por estratégia saúde da família	MS-DAB	Percentual (%)	2018	59,13	aumentar 5% a.a
Leitos de internação hospitalares por mil habitantes	SESPA	Leitos por 1.000 hab.	2018	1,36	aumentar 0,5% a.a
Taxa de mortalidade infantil[2]	SESPA	Obitos Infantis por 1.000 hab.	2018	14,99	reduzir 1,5% a.a
Taxa de mortalidade materna[2 e 3]	SESPA	Óbitos Maternos por 100 mil Nascidos Vivos	2018	76,81	reduzir 5% a.a
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal[2]	SESPA	Percentual (%)	2018	48,87	aumentar 3% a.a
VI - SANEAMENTO BÁSICO:					
Percentual de domicílios com água em rede geral	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	50,03	aumentar 2% a.a
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	15,27	aumentar 1% a.a
Percentual de domicílios com coleta de lixo direta	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	76,62	aumentar 1% a.a
VII - HABITAÇÃO:					
Percentual de domicílios improvisados	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	0,35	Reduzir 1% a.a
Densidade excessiva de moradores por dormitório	PNADC FAPESPA	Razão moradores por dormitório	2018	5,66	Reduzir 0,3% a.a.
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	11,66	Reduzir 0,5% a.a
Percentual de domicílios com paredes de material não durável	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	1,82	Reduzir 1% a.a
Percentual de domicílios sem iluminação elétrica	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	1,1	Reduzir 1% a.a
VIII - SEGURANÇA:					
Taxa de roubos por cem mil habitantes	SEGUP-SIAC	Roubos por 100 Mil hab.	2018	1.252,53	reduzir 3,5% a.a
Taxa de homicídio	SEGUP-SIAC	Homicídio por 100 Mil hab.	2018	44,44	reduzir 3,5% a.a
Taxa de homicídio no trânsito	SEGUP-SIAC	Homicídio no Trânsito por 100 Mil hab.	2018	8,25	reduzir 2% a.a
Taxa de reincidência de egressos assistidos	SUSIPE	Percentual (%)	2018	36,42	reduzir 5% a.a
Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	FASEPA	Percentual (%)	2018	45,67	aumentar 5% a.a

1Nota: Pela descontinuidade da série divulgada pelo IBGE, utilizou-se uma Proxi com o Percentual de Pessoas no CADÚnico em Famílias em Situação de Pobreza.
2Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2018. Sujeito a alterações.
3Nota: Média dos último três anos.

PROGRAMAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTADO



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor R$1,00 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	200.465.941,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	198.593.685,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	123.832.142,00
Cultura	178.368.993,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	1.985.974.178,00
Direitos Socioassistenciais	228.038.321,00
Educação Básica	11.095.686.193,00
Educação Profissional e Tecnológica	36.444.954,00
Educação Superior	263.697.646,00
Esporte e Lazer	83.647.981,00
Governança Pública	4.878.576.417,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	253.900.295,00
Infraestrutura e Logística	1.815.722.118,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	84.586.429,00
Saúde	6.155.319.418,00
Segurança Pública	2.230.499.577,00
Trabalho, Emprego e Renda	58.237.852,00
	R$ 29.871.592.140,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$1,00) 2020- 2023
Manutenção da Gestão	37.050.157.828,00
	R$ 37.050.157.828,00

TOTAL PARA O ESTADO:	R$ 66.921.749.968,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$200.465.941,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	3.456	12/2018	SEDAP	4.322
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	75.563	12/2018	EMATER	76.376
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	12.026	12/2018	SEDAP	14.618

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$198.593.685,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	51,85	12/2018	SEJUDH	65,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	22,00	12/2018	SEJUDH	25,00
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2018	SEJUDH	30,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Promover os Direitos Humanos

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$123.832.142,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,16	12/2018	SIAFEM/SEFA	4,02

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	100,00	12/2018	FAPESPA	100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$178.368.993,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	22,92	12/2018	SECULT/FCP	55,56

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do acesso de pessoas aos espaços culturais	Percentual	3,00	12/2018	SECULT	9,00
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	553.600	12/2018	FCP/SECULT	931.639

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade — **R$1.985.974.178,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual	1,82	12/2018	PNADC / FAPESPA	1,75
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual	11,66	12/2018	PNADC / FAPESPA	11,43

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	5,58	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	10,62
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	55,14	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	72,88

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$228.038.321,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Pobreza	Percentual	25,80	12/2017	IBGE/FAPESPA	23,80

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	8,50	12/2018	FASEPA	10,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	44,00	12/2018	FASEPA	46,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$11.095.686.193,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,30	12/2017	INEP/SEDUC	4,00
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,50	12/2017	INEP/SEDUC	5,30
IDEB Ensino Médio	Índice	2,80	12/2017	INEP/SEDUC	4,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	4,70	12/2018	INEP/SEDUC	3,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,10	12/2018	INEP/SEDUC	12,05
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	84,40	12/2018	INEP/SEDUC	86,90
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,00	12/2018	INEP/SEDUC	79,20
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	10,90	12/2018	INEP/SEDUC	9,10
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,90	12/2018	INEP/SEDUC	8,75

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$36.444.954,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	17,15
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	7.380	12/2018	SEDUC / SECTET	12.280

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$263.697.646,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,06	12/2018	UEPA	1,78

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	12,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$83.647.981,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	7.172	12/2018	SEDUC/SEEL	9.685

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$4.878.576.417,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	10.921.380,00	12/2018	SEFA	15.159.347,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	3,02	06/2019	SEPLAD/EGPA	4,53

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Promover a Gestão Regionalizada

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$253.900.295,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	-0,80	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	2,10
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	950.672,48	12/2018	SETUR	1.075.598,65

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	261	12/2018	BANPARA	1972
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	769	06/2019	SEDEME	892
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	5	12/2017	CODEC	4
Número de turistas	Unidade	1.138.923	12/2018	SETUR	1.288.587

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Promover o Turismo como Atividade Econômica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$1.815.722.118,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	48,77	12/2018	SETRAN	60,48

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	18.065,20	12/2018	SETRAN	20.355,20
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	3.786,20	12/2018	SETRAN	4.695,20
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	24,24	12/2019	CPH	78,79

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$84.586.429,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	54,59	12/2018	PRODES/INPE	65,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	85,42	12/2019	SEMAS	93,80

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$6.155.319.418,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	84	12/2018	MS/SIM/SINASC	68,41
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,68	12/2018	SIM	12,77
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	236,19	12/2018	MS/SIM	217,85

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	64,40	12/2018	EGESTOR	78,28
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	179,70	12/2018	SIPNI	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,41	12/2018	DATASUS(CNES)	1,68
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	54,18	12/2018	SINAN	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,25	12/2018	SIA	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,12	12/2018	SIA	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$2.230.499.577,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	73,00	12/2018	SEGUP	67,30
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	44,90	12/2018	SEGUP	39,00
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	16,15	12/2018	DATASUS	15,52
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.252,50	12/2018	SEGUP	1.086,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	813,00	12/2018	SEGUP	765,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Densidade Carcerária	Percentual	1,77	12/2018	SEAP	1,81
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	9.509	12/2018	PMPA	13.923
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	48,00	12/2018	DETRAN	52,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	39,00	12/2018	POL. CIVIL	44,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	86,00	12/2018	POL. CIVIL	87,00

Objetivo
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres
Prevenir Acidentes de Trânsito

Realizar a Custódia Penal

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$58.237.852,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,64	12/2018	MTE/RAIS	1,10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	6,20	12/2018	MTE/RAIS	2,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	10,67	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	12,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	21,39	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	28,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: ARAGUAIA



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

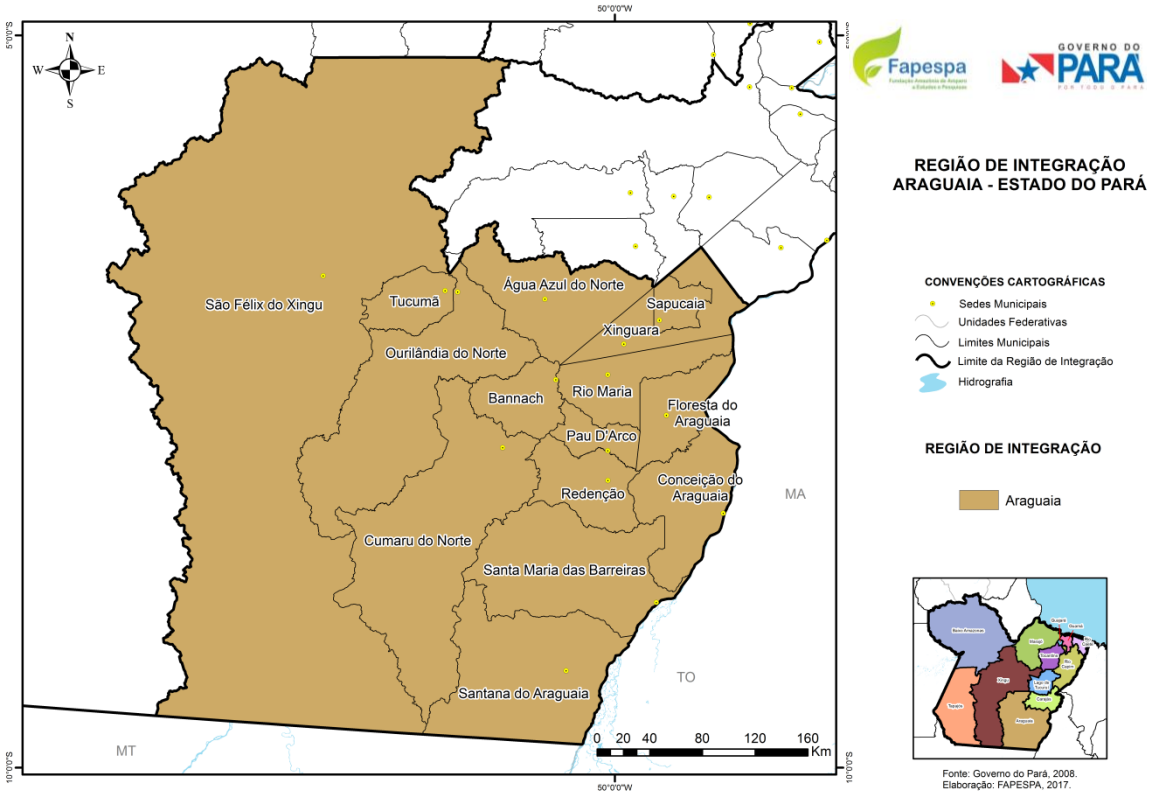


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO ARAGUAIA



I – ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Araguaia, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 15 municípios: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

A RI Araguaia detém uma área territorial de 174.175 km^2, que equivale a 14% da área do Pará, sendo que 45,5% da região são de áreas protegidas.

Sua população, em 2018, foi estimada em aproximadamente 558 mil habitantes, correspondendo a 6,6% do total do estado. São Félix do Xingu é o município de maior contingente populacional, representando 22% do total da região, seguido de Redenção, 15%, e Santana do Araguaia, 13%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 2,09%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 8,7 bilhões, o equivalente a 6% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 13% do setor do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribuiu com 29%, a Agropecuária com 25%, a atividade da Administração Pública com 21%, a Indústria com 15% e, os Impostos sobre produtos com 10%.

A RI Araguaia integra a região turística Araguaia Tocantins, que faz parte do roteiro "Trilhas do Araguaia", com as inúmeras praias de água doce, sítios arqueológicos, cachoeiras e inscrições rupestres que a região oferece.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto - PIB[1] da Região de Integração Araguaia, em 2016, contribuiu com R$ 8,76 bilhões (6,3%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

econômicos que constituem o PIB da RI o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R$ 2,6 bilhões (29%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário na região. A Agropecuária, setor com forte expansão na região, adicionou à economia da região R$2,1 bilhões (25%), a Administração Pública, que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, R$1,8 bilhão (21%), e a Indústria registrou uma agregação de valor de R$1,2 bilhão (15%), aproximadamente.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Araguaia, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Araguaia
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**8.758.157**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**7.869.582**
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	89,9%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	306.655.000	17.167.980	2.183.833
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	24,93%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	1.150.207.000	31.519.925	1.285.952
% VA Indústria	18,35%	22,83%	14,68%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	3.015.716.000	47.932.450	2.587.229
% VA Serviços	48,12%	34,72%	29,54%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	945.121.000	28.168.477	1.812.568
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	20,70%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**888.575**
% Impostos	13,55%	9,62%	10,15%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Araguaia, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Redenção, com participação de 19%, tendo como principais atividades o comércio, as atividades imobiliárias e a indústria de transformação; São Félix do Xingu, 16%, com destaque para a pecuária bovina, a agricultura e o comércio; e Xinguara, com 13%, sendo a indústria alimentícia, o comércio e a pecuária as principais atividades no VA do município.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Araguaia, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Araguaia	**Pecuária**	**Indústria de transformação**	**Comércio**	**Atividades imobiliárias**	**Agricultura**
Água Azul do Norte	Pecuária	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte
Bannach	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte
Conceição do Araguaia	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Indústria de transformação	Intermediação financeira
Cumaru do Norte	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Transporte	Construção civil
Floresta do Araguaia	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria extrativa
Ourilândia do Norte	Indústria de transformação	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Pau D'Arco	Pecuária	Agricultura	Atividades	Construção civil	Transporte

Item Geográfico	Principais Atividades				
			imobiliárias		
Redenção	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil	Pecuária
Rio Maria	Pecuária	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Santa Maria das Barreiras	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Santana do Araguaia	Pecuária	Indústria de transformação	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias
São Félix do Xingu	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria extrativa
Sapucaia	Pecuária	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Tucumã	Comércio	Indústria de transformação	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura
Xinguara	Indústria de transformação	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Araguaia contabilizou um saldo de US$781,775 milhões. Os principais produtos exportados da região são: ferroligas, com Ourilândia respondendo por 99% da produção regional; soja, em que Santana do Araguaia participou com 84%; e carne bovina, sendo Xinguara responsável por 56% da produção.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Araguaia	**850.129.016**	**5,4**	**68.353.214**	**5,8**	**781.775.802**
Água Azul do Norte	17.888.417	2,1	0	0,0	17.888.417
Bannach	0	0,0	69.268	0,1	-69.268
Cumaru do Norte	3.484.993	0,4	0	0,0	3.484.993
Floresta do Araguaia	2.128.528	0,3	0	0,0	2.128.528
Ourilândia do Norte	260.210.480	30,6	24.310.464	35,6	235.900.016
Redenção	22.660.561	2,7	229.142	0,3	22.431.419
Rio Maria	8.055.911	0,9	0	0,0	8.055.911
Santa Maria das Barreiras	451.222	0,1	112.394	0,2	338.828
Santana do Araguaia	407.627.163	47,9	84.527	0,1	407.542.636
São Félix do Xingu	9.652.937	1,1	0	0,0	9.652.937
Tucumã	48.477.689	5,7	0	0,0	48.477.689
Xinguara	69.491.115	8,2	43.547.419	63,7	25.943.696

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os principais produtos importados da região são o carvão mineral e transformadores elétricos, cujas demandas provêm, principalmente, de Ourilândia (93 %, para o primeiro), e de Xinguara (77 %, para o segundo).

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Araguaia, registrou-se, em 2017, um total de 53.355 mil empregos formais, o que representa 5% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detém cerca de 24% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 21%, e Indústria de Transformação, 15,4%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Redenção, 23,8%, Xinguara, 14,8%, e São Félix do Xingu,10,4%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Araguaia
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	185.906
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,36
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	31,81
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	53.355
Extrativa Mineral	212.337	19.710	918
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.208
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	217
Construção Civil	1.838.958	57.880	1.543
Comércio	9.230.750	203.656	11.503
Serviços	16.772.645	284.360	7.927
Adm. Pública	9.195.215	363.926	12.792
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	10.247

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Apesar de o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, cerca de 126 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,4% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A RI Araguaia dispõe de uma rede de infraestrutura rodoviária composta pelas BR-155, BR-158, BR-235 e PA-279. A primeira, de recente federalização, tem relevância em vista das diversas possibilidades que apresenta: integra a região no sentido norte-sul; interliga a região à RI Carajás e, a partir dessa, a outras regiões do estado, permitindo, entre outras, o escoamento da produção do sudeste e sul do Pará em direção à Belém, a partir da integração com a PA-150. A BR-158, planejada para iniciar em Altamira (RI Xingu), entre a BR-230 e BR-415, inicia, de fato, em Redenção e constitui-se, também, como importante via da malha estadual por integrar o eixo norte-sul, formado com a BR-155, conectando o estado ao centro-oeste do país.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange oito aeródromos/aeroportos, 118 pontes (totalizando 3,7 km de extensão), um porto, três travessias e dez rodovias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Araguaia

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (8)	Conceição do Araguaia
	Floresta do Araguaia
	Ourilândia do Norte
	Redenção
	Santa Maria das Barreiras
	Santana do Araguaia
	São Félix do Xingu
	Xinguara
Rodovias	10 rodovias (total 900km) - 48% pavimentado
Travessias (3)	Porto Trajano (Santana do Araguaia) - Caseara (TO)
	Santa Maria das Barreiras - Araguacema (TO)
	Floresta do Araguaia - Pau D'arco (TO)
Hidrovia	Araguaia-Tocantins
Portos	Porto Marina (São Félix do Xingu)
Pontes	118 pontes (total de 3,7 km)

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Araguaia será contemplada com investimentos de, cerca de, R$12 bilhões, 9% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como o Projeto Jacaré (mineração) da Anglo American, em São Félix do Xingu (R$ 9,4 bilhões) e MbAC Fertilizantes (agronegócio), em Santana do Araguaia.

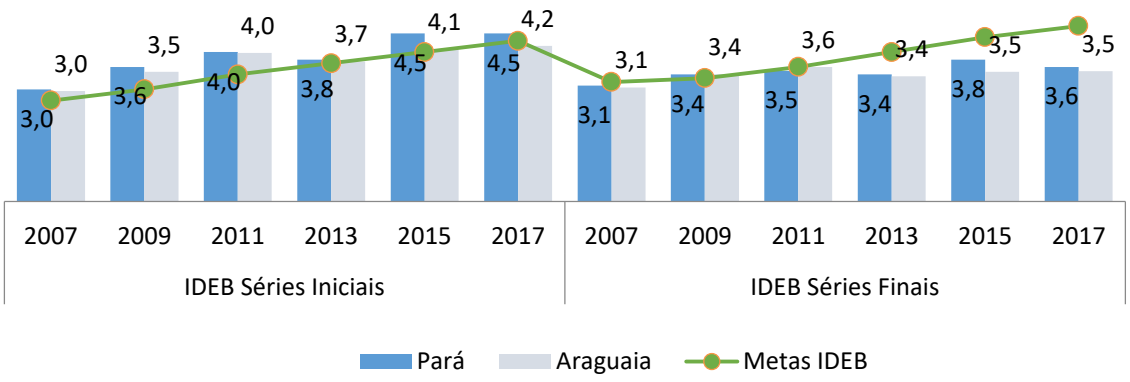
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Araguaia, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção do ano de 2017. Assim como, para as séries finais (8ª Série/9º Ano), em que a meta foi alcançada apenas nos anos de 2009 e 2011. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, o mesmo não é notado na RI Araguaia, a região ainda tem um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios, Região de Integração Araguaia, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



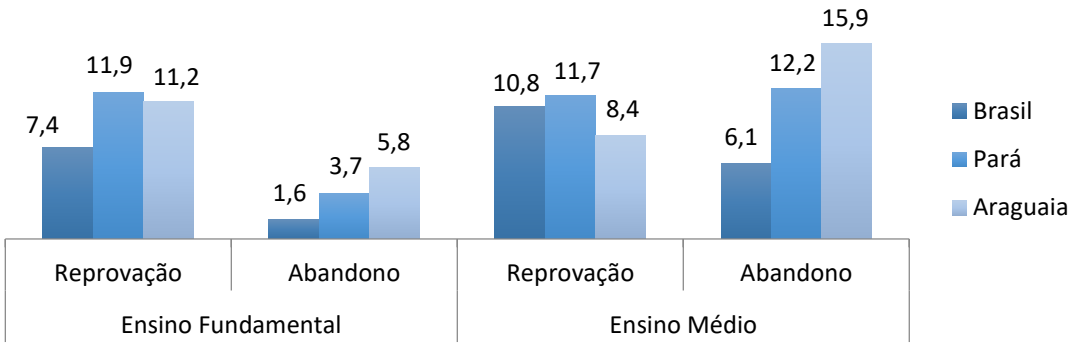
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Araguaia.

A taxa de reprovação no ensino fundamental da região chegou a 11,2% de reprovados, em 2017, um pouco abaixo do valor total do Pará, 11,9%, e acima da taxa do Brasil, 7,4%. O município de Água Azul do Norte apresentou a maior taxa de reprovação, 17%, e Redenção, a menor taxa, de 5,9%. No ensino médio, o município com a maior taxa de alunos reprovados foi Pau D'Arco, com 18,4%, e o de menor taxa foi Floresta do Araguaia, com 1,5%.

Em 2017, em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Brasil (1,6%) e do Pará (3,7%), alcançando 5,8%. O município de Sapucaia registrou o maior percentual de abandono na região, de 14,7%, e o menor registro foi em Água Azul do Norte, com 2,2%. No ensino médio, a região novamente superou os valores do Brasil (6,1%) e do Pará (12,2%), com o registro de 15,9%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Pau D'Arco, com 29% de abandono, e a menor com Sapucaia, 7%. Importante observar que o estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, 12,2%.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 29,5%, quanto para o ensino médio, 48,0%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região, no ensino fundamental, o município de Sapucaia se destacou com a maior taxa de distorção, 41,2%, e a menor taxa correspondeu ao município de Redenção, 18,9%. No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Pau D'Arco, 62,9%, e a menor distorção ocorreu em Rio Maria, 38,7%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Araguaia	**29,5**	**47,2**
Água Azul do Norte	27,6	49,6
Bannach	33,6	48,5
Conceição do Araguaia	22,8	44,8
Cumaru do Norte	34,0	53,5
Floresta do Araguaia	27,7	54,7
Ourilândia do Norte	28,2	39,3
Pau D'Arco	31,5	62,9
Redenção	18,9	39,8
Rio Maria	21,1	38,7
Santa Maria das Barreiras	30,2	50,8
Santana do Araguaia	35,3	44,1
São Félix do Xingu	34,1	41,2
Sapucaia	41,2	54,5
Tucumã	28,7	44,0
Xinguara	27,9	41,3

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Araguaia, a taxa de mortalidade infantil de 16,80 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) foi superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. O município de Bannach não registrou nenhum caso de óbito infantil e Floresta do Araguaia apresentou taxa de 8,93 mortes infantis. Por outro lado, Santa Maria das Barreiras, com 27,97, e Ourilândia do Norte, com 25,22, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Os 1.171 agentes da região representam uma proporção de cobertura de 98,14%, superior à do estado, de 81,21%, sendo que apenas os municípios de Redenção, com 99,01%, São Félix do Xingu, com 95,83%, e Santana do Araguaia, com 77,19%, não atingiram ainda a cobertura de 100%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) implantadas na RI, o total de 118, equivale à uma proporção de cobertura média de 83,53%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, seis municípios da região atingiram 100% da população estimada coberta, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Rio Maria e Sapucaia, ressaltando-se os municípios de Santana do Araguaia e São Félix do Xingu, com coberturas estimadas da população inferiores a 50%, 48,75% e 46,99%, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Araguaia
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,80
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	98,14
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	83,53
Hospitais - 2018	6.687	247	30
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,81
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,21

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

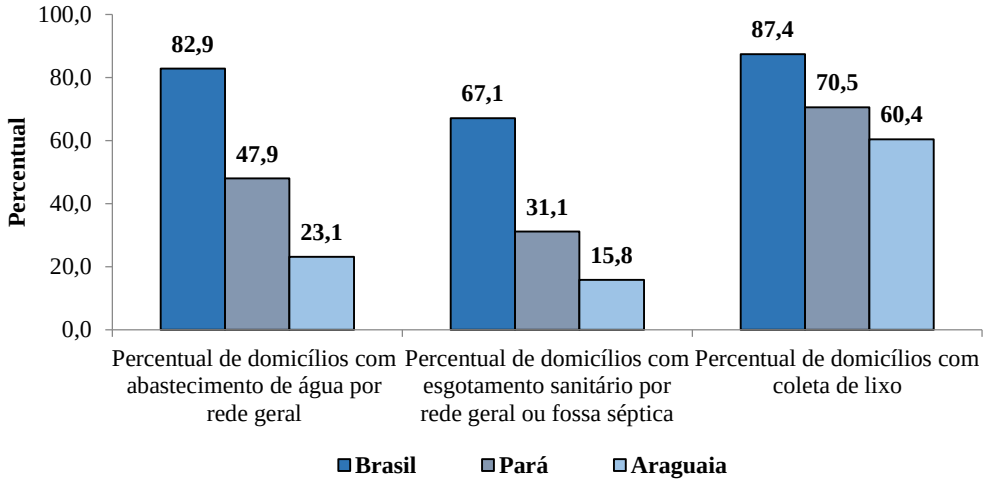
Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Araguaia apresenta 30 hospitais (hospitais gerais e hospitais especializados), com destaque para o Hospital Regional Público do Araguaia, inaugurado em 2007, em Redenção, que oferece atendimentos em 20 especialidades médicas e atende 15 municípios, e, ainda, o Hospital Regional de Conceição do Araguaia, com atendimento hospitalar e ambulatorial. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 2,81, sendo superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. O mesmo se repete quanto à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, da RI, 2,21, e a do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois essa pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Araguaia. Observou-se, em 2010, que no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Araguaia, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 23,1% dos domicílios, 15,8% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 60,4% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário eram bem menores na região, em comparação com o estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Araguaia, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, em apenas três (Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu) dos 15 municípios que compõem a RI Araguaia, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel), e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e a Região de Integração Araguaia, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI ARAGUAIA	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	24.791	19,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.614	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.807	27,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.311	9,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.448	5,7
Total Domicílios	**1.859.165**		**124.512**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no Estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava aproximadamente 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Araguaia, o déficit era de 19,9% do total de domicílios. Em 2010, a componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 27% no Araguaia. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado do Pará e 85% na região de Araguaia. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 9,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,7% na região.

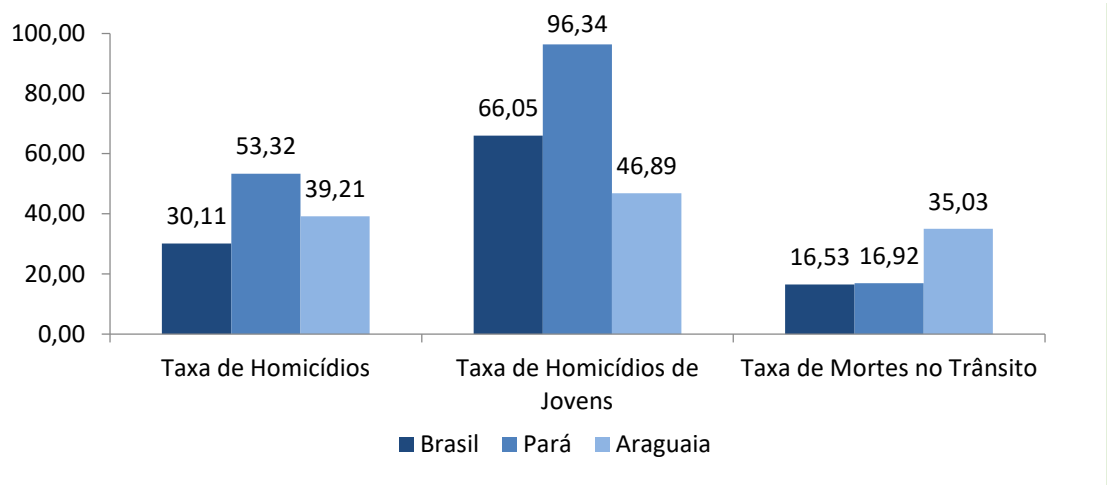
3.4. Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Araguaia apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 39,21. Os municípios de Redenção e Pau D'Arco apresentaram as maiores taxas, 78,82 e 74,89 homicídios, respectivamente, em contraposição ao município de Sapucaia, que não apresentou casos de homicídios, e Aveiro que figurou com a menor taxa, 14,99 homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Araguaia (46,89 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de Bannach e Rio Maria apresentaram as maiores taxas entre os componentes da região, com 136,19 e 119,04 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. O município de Sapucaia não apresentou casos de homicídios de jovens e Santana do Araguaia apresentou taxa de apenas 9,55 homicídios de jovens a cada 100 mil jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Araguaia foi de 35,03 mortes. O Pará apresentou taxa inferior, registrando 16,92 mortes. Entre os municípios da região, os que apresentaram as maiores taxas foram Pau D'Arco (112,34 mortes) e Sapucaia (104,06 mortes), enquanto Cumaru do Norte não registrou mortes por acidentes no trânsito e Água Azul do Norte observou a menor taxa (18,74 mortes). Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Araguaia apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da RI Araguaia foi de 46,94 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a região registrou taxa de 11,37 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que alcançou, em 2017, um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a RI Araguaia, observou-se a taxa de 349,87 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores Segurança	Pará		RI Araguaia	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	33,80	46,94
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	11,45	11,37
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	346,36	349,87

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Araguaia contava com um total de 29,53% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Araguaia apresentou um Índice de Gini de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Araguaia	**29,53**	**0,55**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, observa-se que na RI Araguaia, 41,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 69,3% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 54,2% das famílias inscritas, recebiam o Bolsa Família. A região observou percentuais menores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Araguaia	**41,3**	**69,3**	**54,2**
Água Azul do Norte	39,5	83,6	67,4
Bannach	61,5	69,1	53,3
Conceição do Araguaia	50,8	57,9	42,3
Cumaru do Norte	46,9	82,4	62,1
Floresta do Araguaia	61,1	75,1	59,7
Ourilândia do Norte	58,7	79,3	58,8
Pau D'Arco	87,9	70,3	57,1
Redenção	42,0	58,7	47,3
Rio Maria	49,2	52,4	42,2
Santa Maria das Barreiras	58,7	73,2	56,5
Santana do Araguaia	26,8	82,1	60,8

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
São Félix do Xingu	28,1	83,4	68,0
Sapucaia	44,2	66,9	52,5
Tucumã	43,0	46,8	34,7
Xinguara	47,6	64,4	53,1

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, Pau D'arco revelou o maior percentual de população inscrita no CadÚnico, 87,9%, seguido pelos municípios de Bannach e Floresta do Araguaia, ambos com 65%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Água Azul do Norte, 83,6%, e São Félix do Xingu, 83,4%, os mesmos com os maiores percentuais de famílias que receberam o programa Bolsa Família, sendo 68% do total de famílias cadastradas de São Félix do Xingu e 67,4% de Água Azul do Norte.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Araguaia mostrava um quantitativo de 162.935 jovens, cuja participação estimada era de 29,2% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, São Félix do Xingu registrou o maior número de jovens (39.203), seguido de Redenção (23.996), sendo que o primeiro alcançou participação de 31,42% de sua população, a segunda maior, abaixo de Ourilândia do Norte, com 33% de sua população constituída por jovens, e o menor quantitativo de jovens estava em Bannach (817), 24% de participação, aproximadamente. Todos os municípios da região registraram participação acima de 20%.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Araguaia	**156.252**	**29,41**	**159.225**	**29,41**	**162.083**	**29,42**	**162.935**	**29,20**
Água Azul do Norte	8.219	31,25	8.276	31,23	8.331	31,22	8.497	31,19
Bannach	784	24,00	759	23,48	734	22,94	817	24,68
Conceição do Araguaia	11.809	25,45	11.786	25,35	11.764	25,26	11.467	24,02
Cumaru do Norte	3.231	26,01	3.313	25,95	3.391	25,90	3.411	25,88
Floresta do Araguaia	5.402	28,05	5.469	28,03	5.535	28,03	5.626	28,02
Ourilândia do Norte	10.089	32,78	10.311	32,88	10.524	32,97	10.675	33,03
Pau D'Arco	1.553	28,06	1.521	27,98	1.491	27,92	1.560	28,07
Redenção	23.312	28,85	23.494	28,78	23.668	28,70	23.996	28,57
Rio Maria	5.017	28,28	5.029	28,38	5.040	28,47	4.695	25,82
Santa Maria das Barreiras	4.898	24,58	5.000	24,51	5.098	24,45	5.140	24,43
Santana do Araguaia	19.830	29,58	20.393	29,58	20.936	29,59	21.061	29,59
São Félix do Xingu	36.397	31,33	37.835	31,38	39.217	31,42	39.203	31,42
Sapucaia	1.608	28,78	1.634	28,78	1.658	28,75	1.682	28,76

[2] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Tucumã	11.593	31,07	11.808	31,14	12.015	31,20	12.208	31,26
Xinguara	12.510	29,21	12.597	29,17	12.681	29,13	12.897	29,04

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos paraenses, e a 33,98% da RI Araguaia, o maior percentual dentre as regiões do estado. A maior concentração de vínculos totais ocorreu em Redenção (12.719) e Xinguara (7.886), bem como os ocupados por jovens (4.663 e 3.087, na mesma ordem), correspondendo a 39,15%, em Xinguara, e 36,66%, em Redenção. No entanto, a maior participação foi em Tucumã, 42,97%, e a menor em Pau D'arco, 15,82%.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Araguaia	**53.355**	**18.130**	**33,98**
Água Azul do Norte	2.048	691	33,74
Bannach	564	148	26,24
Conceição do Araguaia	4.115	1.206	29,31
Cumaru do Norte	1.555	366	23,54
Floresta do Araguaia	1.055	222	21,04
Ourilândia do Norte	2.729	852	31,22
Pau D'Arco	594	94	15,82
Redenção	12.719	4.663	36,66
Rio Maria	2.742	980	35,74
Santa Maria das Barreiras	1.890	526	27,83
Santana do Araguaia	4.349	1.331	30,60
São Félix do Xingu	5.534	1.717	31,03
Sapucaia	1.144	343	29,98
Tucumã	4.431	1.904	42,97
Xinguara	7.886	3.087	39,15

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]). Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em cerca de 32%.

Na RI Araguaia, o percentual para esse indicador foi de 26,98%, em 2017, acima do registrado no Pará e com diminuição de apenas 3,58 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, Bannach se mostra com alta vulnerabilidade de jovens, demarcando que 40,82% dos nascidos vivos são de mães menores de 19 anos, um incremento de 13,8% em relação ao ano anterior e de 11% se comparado a 2010, o maior do período. Seguidamente, apresenta-se Floresta do Araguaia, com 36,31%. As menores concentrações para esse índice foram observadas em Xinguara, 22,47%, e Tucumã, 24,36%, sendo os únicos abaixo do registrado no estado.

[3] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Araguaia (2010-2017).

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Araguaia	**30,56**	**30,26**	**29,84**	**30,00**	**30,02**	**29,51**	**28,59**	**26,98**
Água Azul do Norte	30,60	32,46	32,93	23,16	29,12	25,63	30,67	26,51
Bannach	29,79	20,00	35,71	30,23	39,58	26,67	27,03	40,82
Conceição do Araguaia	28,66	29,39	27,91	29,53	26,46	27,70	28,23	25,74
Cumaru do Norte	29,77	30,51	34,01	34,88	35,04	35,51	30,38	33,73
Floresta do Araguaia	34,55	34,21	29,19	35,02	34,46	29,97	33,64	36,31
Ourilândia do Norte	32,73	32,55	29,19	27,90	27,99	29,31	28,25	29,08
Pau D'Arco	29,85	32,87	38,58	38,46	37,23	31,69	35,54	31,03
Redenção	27,41	29,88	27,91	28,52	27,38	29,51	25,02	24,80
Rio Maria	33,33	25,70	30,28	28,62	33,77	29,26	29,20	29,30
Santa Maria das Barreiras	35,71	32,31	36,81	37,50	31,49	37,06	34,27	29,37
Santana do Araguaia	32,66	32,21	31,35	30,78	34,74	35,45	35,31	29,88
São Félix do Xingu	33,26	32,42	34,04	34,57	33,11	32,54	33,08	27,76
Sapucaia	31,58	33,33	38,57	34,04	29,27	37,63	36,05	31,58
Tucumã	30,75	28,77	26,17	26,56	27,95	24,43	25,20	24,36
Xinguara	28,57	26,74	27,66	28,63	29,74	25,24	23,34	22,47

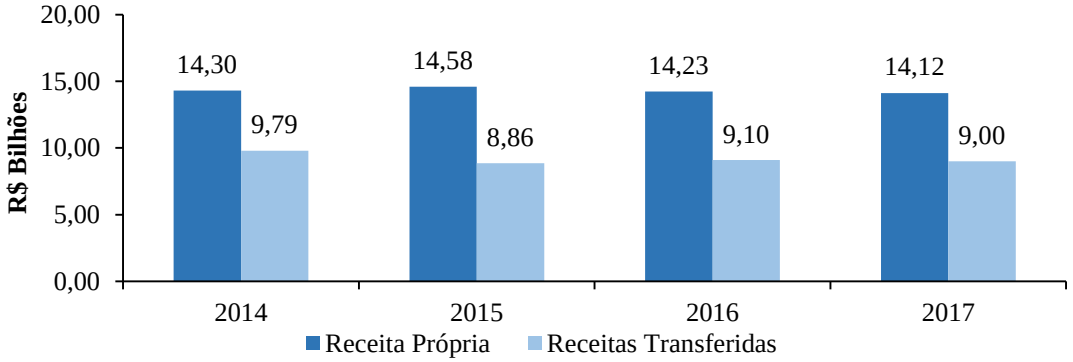
Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como à viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

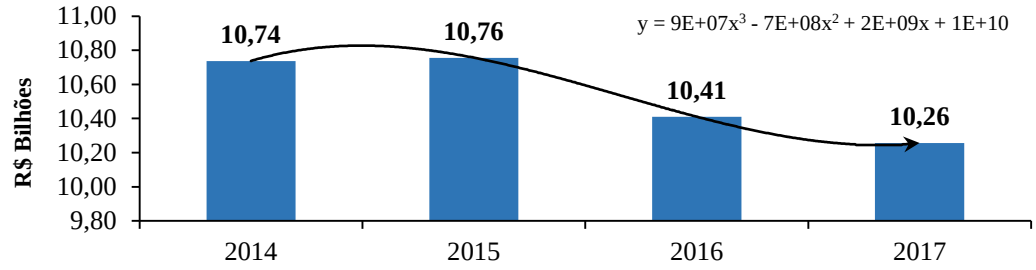
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que, inevitavelmente, produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

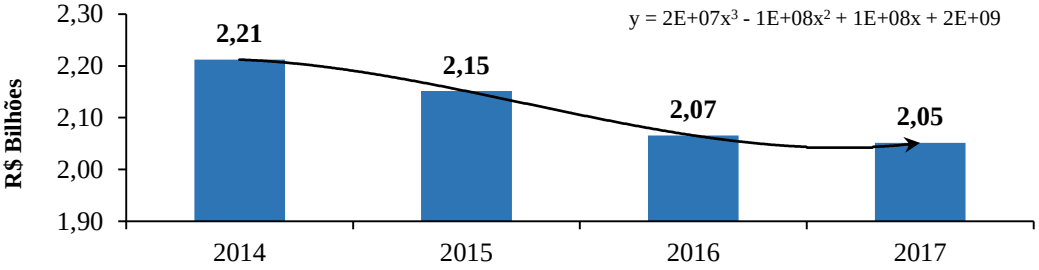
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. No período de 2014 a 2017, o montante desse tributo retraiu -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Contudo, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Araguaia aumentou em 15%, tendo o município de São Félix do Xingu recebido a maior parcela, 16,5% do total destinado à região, seguido por Ourilândia e Redenção, 11,6% cada, e Xinguara, 10,6%. Outro ponto a destacar é o fato de que, no período, o total de ICMS repassado aos municípios da RI Araguaia vem representando cerca de 7,3% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Araguaia	**142.686.632,69**	**150.156.766,29**	**159.901.832,18**	**164.294.196,76**
Agua Azul do Norte	6.857.807,15	7.744.475,05	7.911.809,40	8.614.676,97
Bannach	3.539.513,38	3.872.237,51	3.747.699,19	3.076.670,35
Conceição Araguaia	8.406.344,24	8.389.847,98	9.369.247,97	9.435.122,42
Cumaru do Norte	7.742.685,49	7.959.599,36	8.120.014,92	8.614.676,97
Floresta do Araguaia	8.406.344,24	7.959.599,36	7.495.398,39	6.768.674,76
Ourilândia Norte	11.503.418,46	12.046.961,18	15.615.413,30	19.075.356,17
Pau D'arco	3.318.293,79	3.226.864,60	3.331.288,18	2.666.447,64
Redenção	17.255.127,66	19.791.436,25	21.028.756,56	19.075.356,17
Rio Maria	6.415.368,00	6.453.729,22	7.078.987,36	7.794.231,57
Santa Maria Barreira	6.415.368,00	6.668.853,54	6.870.781,85	7.589.120,19
Santana Araguaia	11.060.979,27	12.046.961,18	13.116.947,18	14.152.683,62
São Felix Xingu	23.228.056,49	24.954.419,61	25.817.483,32	27.074.699,10

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Sapucaia	3.539.513,38	3.441.988,90	3.331.288,18	2.871.559,00
Tucumã	10.176.100,94	10.541.091,05	10.410.275,53	10.050.456,49
Xinguara	14.821.712,22	15.058.701,51	16.656.440,86	17.434.465,34

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Araguaia é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (11.324 km²) e Proteção Integral (4.776 km²), Terras Indígenas (63.148 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, 174.175 km², 79.249 km² (45,50%) correspondem às áreas protegidas e 18.906,26 km² (10,85%) às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 66.375 km², ou 38,11%, de área desmatada, o que corresponde a 25,08% do desmatamento acumulado total do estado do Pará, conforme tabela a seguir. Em termos municipais, foi registrado, aproximadamente, 50% do desmatamento acumulado na RI em apenas três municípios: São Félix do Xingu, com a maior área de desmatamento acumulado, 18.440 km², ou 27,78%, seguido de Cumaru do Norte, com 7.338 km², ou 11,00%, e Santana do Araguaia, com 7.239 km², ou 10,91%. Da mesma maneira, em 2017, metade dos registros de foco de calor da região estava concentrada em apenas um município, São Félix do Xingu, com 6.722 focos, ou 50,84%, mantendo-se na segunda colocação Cumaru do Norte, com 1.308 focos, ou 9,89%, seguidos por Santa Maria das Barreiras, com 1.228 focos, ou 9,29%.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Araguaia, 2017

Item Geográfico	Área km²	Área desmatada km²	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Araguaia	**174.175**	**66.375**	**13.223**
Água Azul do Norte	7.114	4.660	363
Bannach	2.957	2.193	251
Conceição do Araguaia	5.829	3.089	620
Cumaru do Norte	17.085	7.338	1.308
Floresta do Araguaia	3.444	1.921	166
Ourilândia do Norte	14.411	1.712	513
Pau D'Arco	1.671	939	139
Redenção	3.824	2.663	215
Rio Maria	4.115	3.407	174
Santa Maria das Barreiras	10.330	5.938	1.228
Santana do Araguaia	11.592	7.239	1.079
São Félix do Xingu	84.213	18.440	6.722
Sapucaia	1.298	1.164	69
Tucumã	2.513	2.294	257
Xinguara	3.779	3.379	119

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86,99% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado. Entre os municípios que compõem a região, Sapucaia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96,02%), seguido por Santana do Araguaia (91,88%) e Ourilândia do Norte (91,73%).

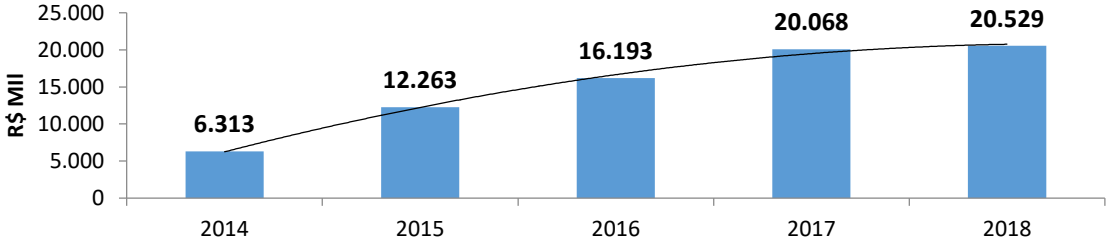
Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE)/km² (A)	Área Cadastrável km² (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR km² (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Araguaia	**174.100,93**	**104.450,80**	**59,99**	**90.862,08**	**86,99**
Água Azul do Norte	7.109,13	5.502,01	77,39	4.595,01	83,52
Bannach	2.954,42	2.778,23	94,04	2.400,80	86,41
Conceição do Araguaia	5.828,74	5.733,63	98,37	4.307,63	75,13
Cumaru do Norte	17.072,03	12.961,29	75,92	11.882,70	91,68
Floresta do Araguaia	3.443,66	3.394,87	98,58	2.355,59	69,39
Ourilândia do Norte	14.400,48	2.194,88	15,24	2.013,27	91,73
Pau D'Arco	1.670,48	1.473,43	88,20	1.300,59	88,27
Redenção	3.821,53	3.805,26	99,57	3.311,96	87,04
Rio Maria	4.113,00	4.106,83	99,85	3.465,24	84,38
Santa Maria das Barreiras	10.323,79	10.258,67	99,37	9.150,45	89,20
Santana do Araguaia	11.583,08	11.466,43	98,99	10.534,85	91,88
São Félix do Xingu	84.193,35	33.240,92	39,48	28.511,08	85,77
Sapucaia	1.297,96	1.297,21	99,94	1.245,52	96,02
Tucumã	2.510,71	2.481,92	98,85	2.476,13	99,77
Xinguara	3.778,57	3.755,22	99,38	3.311,26	88,18

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Araguaia teve uma participação média de 11,8% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual a seus municípios entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$20,529 milhões, com o município de São Félix do Xingu detendo a maior parcela (15,79%), seguido por Cumaru do Norte (9,47%), Santa Maria das Barreiras (8,09%), Ourilândia do Norte (6,84%), Santana do Araguaia (6,62%), Conceição do Araguaia (6,36%), Xinguara (6,18%), Redenção (6,17%), Rio Maria (6,12%), Água Azul do Norte (6,11%), Bannach (6,07%), Tucumã (5,76%), Floresta do Araguaia (3,63%), Pau D'Arco (3,49%) e Sapucaia (3,31%), conforme demonstra a Tabela 17.

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Araguaia (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde (R$) repassado para os municípios da Região de Integração do Araguaia no período de 2014 e 2018.

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Araguaia	**6.313.452,16**	**12.262.759,23**	**16.192.602,56**	**20.068.191,03**	**20.529.267,39**
Água Azul do Norte	492.606,28	970.511,35	938.752,41	1.277.169,73	1.253.904,81
Bannach	407.517,41	862.606,84	1.199.533,37	737.616,62	1.246.656,08
Conceição do Araguaia	333.781,15	673.576,77	973.913,79	1.277.168,39	1.306.516,15
Cumaru do Norte	570.549,94	1.096.680,48	1.494.854,78	1.976.900,70	1.943.399,03

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Floresta do Araguaia	151.285,71	320.091,21	478.549,54	1.277.167,58	745.320,75
Ourilândia do Norte	955.483,12	1.829.024,14	2.110.991,35	1.506.516,04	1.404.132,40
Pau D'Arco	382.129,64	755.869,67	1.209.303,74	752.079,96	717.009,92
Redenção	235.789,41	442.137,50	575.486,49	1.277.168,45	1.266.816,67
Rio Maria	279.782,93	520.739,33	696.059,82	731.419,95	1.256.015,70
Santa Maria das Barreiras	367.567,92	744.371,36	1.025.148,46	1.671.015,33	1.660.787,21
Santana do Araguaia	418.398,82	812.496,32	1.102.789,31	1.774.565,66	1.358.426,95
São Félix do Xingu	780.508,31	1.504.763,23	2.077.402,41	2.968.895,39	3.241.457,62
Sapucaia	312.912,07	575.757,53	766.532,16	771.772,64	678.807,28
Tucumã	339.752,41	623.166,35	841.404,25	1.019.340,37	1.181.550,12
Xinguara	285.387,05	530.967,15	701.880,68	1.049.394,21	1.268.466,69

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Araguaia**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	37.148.830,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.199.900,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.725.821,00
Cultura	347.772,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	42.804.240,00
Direitos Socioassistenciais	5.925.614,00
Educação Básica	316.042.625,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.726.635,00
Educação Superior	15.670.081,00
Esporte e Lazer	1.293.809,00
Governança Pública	55.969.472,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	2.999.040,00
Infraestrutura e Logística	128.603.812,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.123.166,00
Saúde	354.150.617,00
Segurança Pública	100.229.390,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.793.414,00
	R$ 1.074.754.238,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	756.347.966,00
	R$ 756.347.966,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 1.831.102.204,00

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 37.148.830,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	7.971.913	06/2019	ADEPARA	9.689.910
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Abacaxi)	Unidade / Hectare	25.513	06/2019	IBGE	31.012

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	408	12/2018	SEDAP	2020	428
					2021	450
					2022	472
					2023	496
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	5.855	12/2018	EMATER	2020	6.630
					2021	6.850
					2022	7.230
					2023	7.802
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	2.545	12/2018	SEDAP	2020	2.672
					2021	2.806
					2022	2.946
					2023	3.093

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Compromisso Regional

Implantação do Laboratório de Solo em Conceição do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 3.199.900,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	60,00	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	- - - 30,00
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	13,00 20,00 20,00 20,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH

Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	12º CRS - C. Araguaia
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH

Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 1.725.821,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	0,00 0,00 33,33 33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 347.772,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	20,00	12/2018	SECULT/FCP	53,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	900
					2021	900
					2022	900
					2023	900

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 200 Empreendedores

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 42.804.240,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	1,40	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	3,91 3,91 5,55 5,55
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	39,31	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	39,31 39,31 61,60 61,60

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 5.925.614,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER
Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implementado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 316.042.625,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,80
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,00	12/2017	INEP/SEDUC	3,50

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	5,10
					2021	4,90
					2022	4,80
					2023	4,60
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,12	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,58
					2021	16,29
					2022	16,09
					2023	15,91
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	80,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020	81,40
					2021	82,20
					2022	82,60
					2023	83,00
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,10	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,20
					2021	76,60
					2022	76,90
					2023	77,20
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	14,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	13,60
					2021	13,00
					2022	12,70
					2023	12,40

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,81	12/2018	INEP/SEDUC	2020	7,22
					2021	7,11
					2022	7,01
					2023	6,89

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu.
Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Pau DArco, Rio Maria e Sapucaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 13 Escolas nos Municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.726.635,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	- 37,50 27,27 21,43
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	309	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	420 485 500 540

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 15.670.081,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	6,05	12/2018	UEPA	3,52

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	9,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	17,00 20,00 16,00 15,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar Campi da UEPA em Conceição do Araguaia e em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Engenharia Civil em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 1.293.809,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	0	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	167 173 178 184

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 55.969.472,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	684.097,00	12/2018	SEFA	911.390,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	7,44	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	11,16
					2021	11,16
					2022	11,16
					2023	11,16

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep no Município de Xinguara

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	12º CRS - C. Araguaia, ADEPARÁ, CRG - Redenção, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRCA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Redenção
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA

Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	12º CRS - C. Araguaia, CRG - Redenção
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Redenção, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 2.999.040,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	4,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	7.015,02	12/2018	SETUR	7.936,85

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	18	12/2018	BANPARA	2020	45
					2021	67
					2022	87
					2023	105
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	7	07/2019	SEDEME	2020	49
					2021	53
					2022	72
					2023	81
Número de turistas	Unidade	10.000	12/2018	SETUR	2020	10.506
					2021	10.759
					2022	11.038
					2023	11.314

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 128.603.812,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	51,91	12/2018	SETRAN	60,79

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	2.704,20	12/2018	SETRAN	2020	2.734,20
					2021	2.734,20
					2022	2.734,20
					2023	2.734,20
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	479,20	12/2018	SETRAN	2020	479,20
					2021	479,20
					2022	482,20
					2023	561,20

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON

Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 3.123.166,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	8,73	12/2018	PRODES/INPE	12,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	93,33	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	93,33 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA Triunfo Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 354.150.617,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	4	12/2018	MS/SIM/SINASC	326
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16,34	12/2018	SIM	13,31
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	197,61	12/2018	MS/SIM	18.227,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	69,18	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	72,64 76,27 80,08 84,09
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	13,30	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,73	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,73 1,73 1,73 1,78
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,40	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	70,00 75,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,20	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,25 0,30 0,40 0,45

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	12º CRS - C. Araguaia
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	12º CRS - C. Araguaia, ETSUS, HEMOPA, HRCA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	12º CRS - C. Araguaia
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	12º CRS - C. Araguaia
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Ampliar o Hospital Regional de Redenção

Implantar 10 Novos Leitos de UTI Neonatal e 10 de UTI Adulto no HR de Conceição do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	12º CRS - C. Araguaia, HRCA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRCA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	12º CRS - C. Araguaia, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 100.229.390,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	59,30	12/2018	SEGUP	54,70
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	49,30	12/2018	SEGUP	42,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	32,44	12/2018	DATASUS	31,90
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	437,30	12/2018	SEGUP	379,30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.287,20	12/2018	SEGUP	1.211,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	3,34	12/2018	SEAP	2020	1,04
					2021	1,14
					2022	1,26
					2023	1,11
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	7.557	12/2018	PMPA	2020	9.825
					2021	12.092
					2022	14.359
					2023	16.626
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	81,00	12/2018	DETRAN	2020	82,00
					2021	83,00
					2022	84,00
					2023	85,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2020	36,00
					2021	37,00
					2022	38,00
					2023	39,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	23,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	31,00
					2021	32,00
					2022	34,00
					2023	35,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	83,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	83,00
					2021	83,00
					2022	84,00
					2023	84,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Compromisso Regional

Construir Grupamento de Bombeiro Militar em São Félix do Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN

Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Centro de Recuperação Regional em São Felix do Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar Superintendência da Polícia Civil em Redenção
Construir o 36º Batalhão de Policia Militar em São Felix do Xingu
Implantar Núcleo Integrado de Operações em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC

Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 3.793.414,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,13	12/2018	MTE/RAIS	1,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	0,37	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	0,50 1,00 1,50 2,00
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	3,00 3,00 4,00 4,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	42,80	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	18,00 19,00 20,00 21,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Araguaia

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	14.759.547,00
Concessão de Auxílio Alimentação	89.730.052,00
Concessão de Auxílio Fardamento	5.895.168,00
Concessão de Auxílio Transporte	123.232,00
Operacionalização das Ações Administrativas	21.535.596,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	624.304.371,00
	R$ 756.347.966,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: BAIXO AMAZONAS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

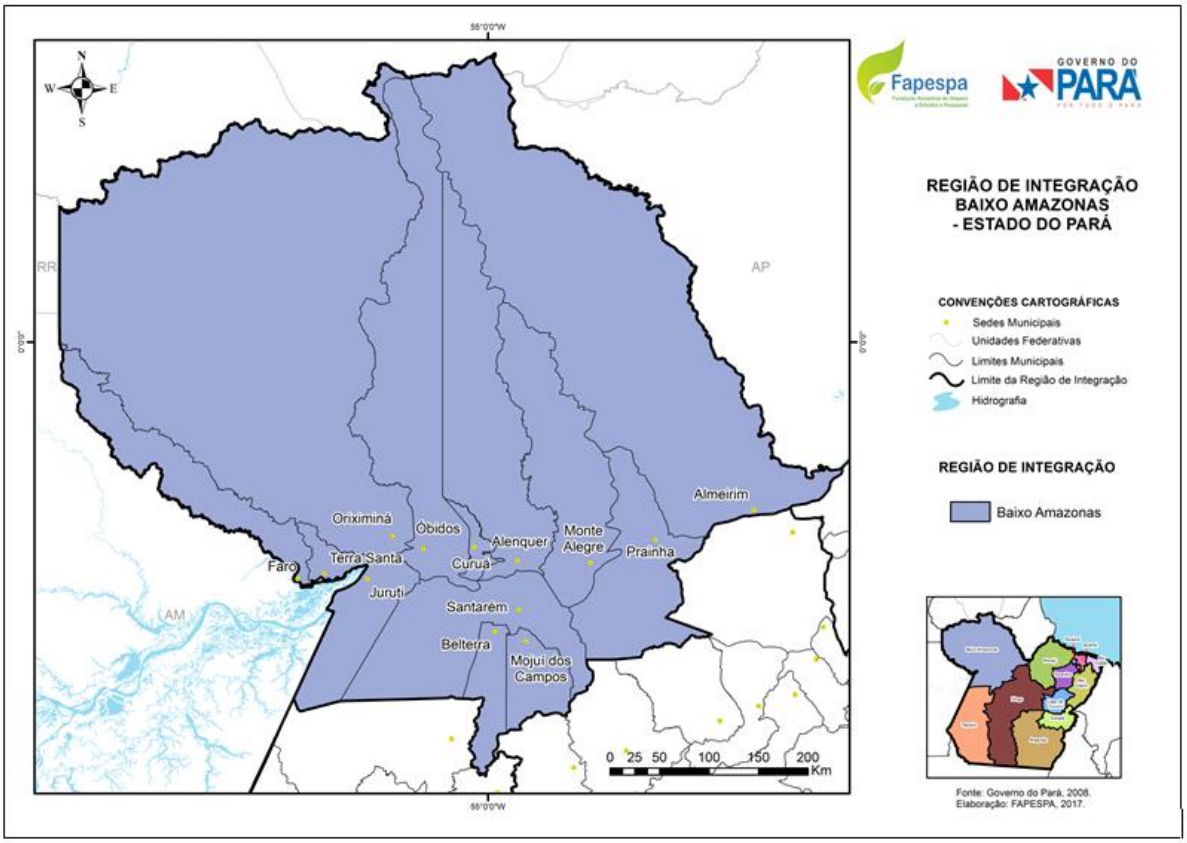


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO BAIXO AMAZONAS



I –ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração Baixo Amazonas, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 13 municípios: Santarém, Mojuí dos Campos, Alenquer, Óbidos, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

A RI detém uma área territorial de 315,86 mil km2, equivalente a 25% da área do Pará, sendo que 71% da região são de áreas protegidas.

Em 2018, a população estimada pelo IBGE, foi um pouco mais de 736 mil habitantes, correspondendo a 8,6% do total do estado. Santarém é o município de maior contingente populacional, representando 41,13% da RI, seguido de Oriximiná, com 9,81%, e Monte Alegre, 7,87%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,01%, abaixo da média estadual para o mesmo período, de 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 11 bilhões, o equivalente a 8% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 12% do setor do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribuem com 33%, a Administração Pública com 24%, a Agropecuária e a Indústria ambas com 18% e, os Impostos sobre produtos com 6%.

A RI Baixo Amazonas integra a região turística Polo Tapajós. O ecoturismo é crescente na região, em função dos inúmeros atrativos naturais presentes. Dentre os atrativos encontrados no Polo Tapajós há lagos, diversas cachoeiras, o fenômeno natural do “Encontro das Águas” dos rios Tapajós e Amazonas, e as praias fluviais, com destaque para a praia de Alter do Chão. O Polo Tapajós também é rico em atrativos culturais, como o artesanato e as diversas manifestações folclóricas, a exemplo da festa do Çairé, em Santarém. No que se refere aos atrativos históricos e patrimoniais, especificamente, destaca-se o município de Belterra, onde se situa a vila construída por Henry Ford nos áureos tempos da borracha, com arquitetura típica americana.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) 1 da Região de Integração Baixo Amazonas, em 2016, contribuiu com R$ 11,05 bilhões (8,0%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R$ 3,6 bilhões (33,3%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário. A Administração Pública, que incorpora tanto as atividades do poder municipal, estadual e federal, contabilizou uma geração de riqueza de R$ 2,5 bilhões (23,4%), e a Indústria e a Agropecuária contribuíramcom agregação de valor de cerca de R$ 2 bilhões (18%), individualmente.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos –Região de Integração Baixo Amazonas, Pará, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**11.048.238**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**10.348.186**
Valor Adicionado Total %	*86,4%*	*90,4%*	*93,7%*
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**2.072.550**
% VA Agropecuário	*4,9%*	*12,4%*	*18,8%*
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**2.011.384**
% VA Indústria	*18,4%*	*22,8%*	*18,2%*
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**3.682.908**
% VA Serviços	*48,1%*	*34,7%*	*33,3%*
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.581.343**
% VA Administração Pública	*15,1%*	*20,4%*	*23,4%*
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**700.052**
% Impostos	*13,6%*	*9,6%*	*6,3%*

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019

Entre as atividades econômicas da região, em 2016, o setor de Serviços, destacou-se com os segmentos de comércio, atividade imobiliária, atividades profissionais e técnicas e transporte. Na Indústria, a extração mineral de bauxita e a indústria de transformação (celulose) foram as atividades mais relevantes na formação do valor adicionado, e, no setor Agropecuário, sobressaíram-se os cultivos de soja, mandioca, milho, limão, castanha-do-pará, pesca e criação de bovinos.

Santarém e Oriximiná foram os municípios com as maiores contribuições na formação do PIB da região, com R$ 4,57 bilhões (41%) e R$ 1,81 bilhão (16%), respectivamente. Em Santarém, as principais atividades foram o comércio, atividades imobiliárias, agricultura, com a produção de grãos, construção civil e transporte; enquanto em Oriximiná, as mais relevantes foram a extração mineral de bauxita, transporte, agricultura, com a produção de mandioca, e as atividades profissionais e técnicas.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluído a atividade de Administração Pública - Região de Integração Baixo Amazonas, Pará, 2016

Municípios	Principais Atividades				
RI Baixo Amazonas	**Agricultura**	**Indústria extrativa**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio**	**Transporte**
Alenquer	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Pesca e aquicultura
Almeirim	Ind. Transformação	Indústriaextrativa	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil
Belterra	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção Civil	Produção Florestal
Curuá	Pesca e aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Produção Florestal
Faro	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal	Construção civil
Juruti	Indústria extrativa	Agricultura	Transporte	Construção civil	Atividades imobiliárias
Mojuí dos Campos	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção Civil	Comércio	Transporte
Monte Alegre	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Pesca e aquicultura
Óbidos	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e aquicultura	Pecuária	Comércio
Oriximiná	Indústria extrativa	Transporte	Agricultura	Atividades profissionais e técnicas	Construção civil
Prainha	Agricultura	Pecuária	Pesca e aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Santarém	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil	Transporte
Terra Santa	Indústria extrativa	Atividades profissionais e técnicas	Atividades imobiliárias	Pecuária	Transporte

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com resto do mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, tendo a RI Baixo Amazonas contabilizado um saldo de US$549,086 milhões. Os principais produtos exportados foram o minério de alumínio e a pasta química de madeira, que juntos concentraram 63% do valor total exportado da RI.

Os principais municípios exportadores da região são Oriximiná, com 40% do valor total das exportações da RI, seguido por Santarém, com 20%. Oriximiná e Almeirim ostentaram o maior saldo comercial, US$234 milhões e US$185 milhões, nesta ordem.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Baixo Amazonas	**611.005.333**	**3,9**	**61.918.872**	**5,3**	**549.086.461**

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Almeirim	199.975.060	32,7	14.546.761	23,5	185.428.299
Juruti	33.737.139	5,5	1.600.034	2,6	32.137.105
Óbidos	10.954.507	1,8	0	0,0	10.954.507
Oriximiná	240.175.318	39,3	6.042.565	9,8	234.132.753
Prainha	1.888.082	0,3	0	0,0	1.888.082
Santarém	124.275.227	20,3	39.729.512	64,2	84.545.715

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores,garante direitos e deveres entre esses agentes. Na Região de Integração Baixo Amazonas, especificamente, registrou-se um total de 74.594 empregos formais, em 2017, o que representa 7% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha cerca de 40% do total do estoque formal da região, seguida pelos Serviços, com 24%, e Comércio, com 20%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, estão Santarém, com 57%, Oriximiná, com 10%, e Almeirim, com 5,4%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	250.351
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	23,46
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	8,17
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**74.594**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	2.111
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	4.072
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	278
Construção Civil	1.838.958	57.880	3.072
Comércio	9.230.750	203.656	14.166
Serviços	16.772.645	284.360	17.576
Adm. Pública	9.195.215	363.926	29.973
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	3.346

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 230 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

O escoamento da produção da RI Baixo Amazonas dispõe de um conjunto de infraestrutura em operação, como a rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá) e as rodovias PA-431, e PA-370 e PA-254. A BR-163, além do trecho que interliga Santarém à Cuiabá, integrando a região com o centro-sul do país, possuium trecho localizado em Oriximiná, que liga o distrito de Cachoeira Porteira ao entroncamento com a BR-210 (Perimetral Norte).

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange onze aeródromos/aeroportos, cento e quatorze pontes (totalizando 2,6 km de extensão), doze portos, duas travessias e treze rodovias. Os municípios localizados na margem esquerda do rio Amazonas possuem como principal eixo de ligação viária a PA-254. Sua localização estratégica tem atraído investimentos públicos federais e privados para a implantação, ampliação e melhoramento dessa infraestrutura, como o asfaltamento da rodovia BR-163.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Baixo Amazonas

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (11)	ALENQUER
	ALMEIRIM
	FARO
	MRN (ORIXIMINÁ)
	MONTE ALEGRE
	MONTE DOURADO (ALMEIRIM)
	ORIXIMINÁ
	PRAINHA
	SANTARÉM
	TERRA SANTA
	ÓBIDOS
Rodovias	13 rodovias (total 890km) - 9,2% pavimentado
Travessias (2)	PA-255 (Santarém - Santana do Tapará)
	PA-473 (Monte Dourado - Laranjal do Jari/AP)
Hidrovia	Hidrovia Amazonas
Portos (12)	Porto de Santarém
	(IP4) ALENQUER
	(IP4) ALMEIRIM
	(IP4) CURUÁ
	(IP4) FARO
	(IP4) MONTE ALEGRE
	(IP4) MONTE DOURADO
	(IP4) ÓBIDOS
	(IP4) ORIXIMINÁ
	(IP4) PRAINHA
	(IP4) PORTO TROMBETAS
	(IP4) TERRA SANTA
Pontes	114 pontes (total de 2,6 km)

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Baixo Amazonas será contemplada com parte dos investimentos previstos para região oeste do estado, de cerca de R$61 bilhões, 48% do total previsto para o estado.

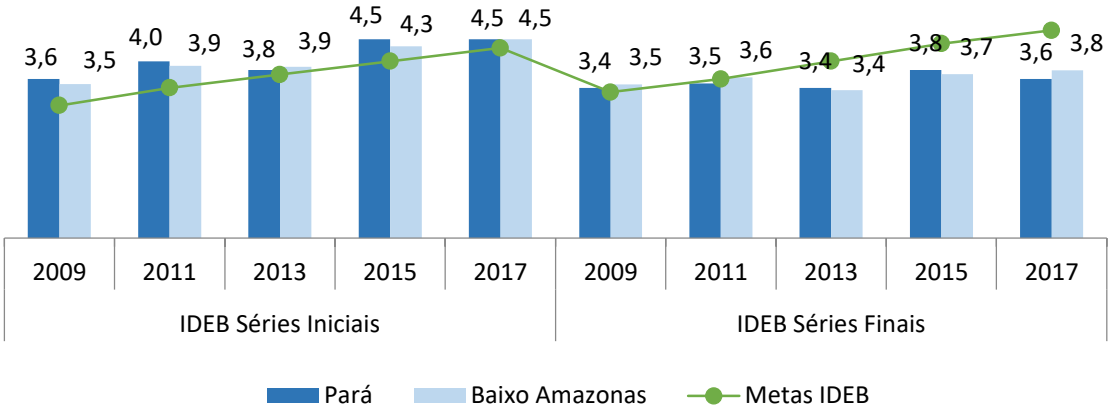
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Baixo Amazonas, a média da nota IDEB dos municípios tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano). No que diz respeito às séries finais (8ª Série/9º Ano), o alcance das metas se manteve até 2009, tendo uma queda no ano de 2013, em relação ao ano observado anteriormente. Porém, a região retomou o crescimento da nota nos anos de 2015 (3,7) e 2017 (3,8). O mesmo comportamento se observa no estado, no entanto o Pará voltou a retroceder na nota no ano de 2017, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios do Baixo Amazonas, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



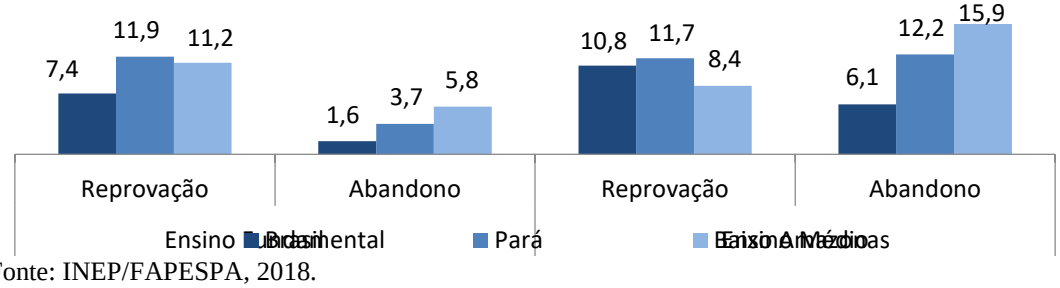
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar,taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, quedemonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios que integram a região para se chegar ao valor da RI Baixo Amazonas.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 11,2% de reprovados no ano de 2017, mantendo-se um pouco abaixo do valor total do estado, 11,9% de reprovação. O município de Belterra apresentou a maior taxa, com 13,9%, e o município de Terra Santa, a menor reprovação, com 3,7% dos alunos no ensino fundamental. No ensino médio, o município com a maior taxa foi Terra Santa, com 30,9% de alunos reprovados, e a menor taxa foi a do município de Mojuí dos Campos, com 2,3%.

Na taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, alcançando 5,8% para o ensino fundamental e 15,9% para o ensino médio. O Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na região, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram Almeirim (14,6%) e Prainha (8,6%); e as menores foram registradas em Santarém (0,9%) e Mojuí dos Campos (1,1%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região Baixo Amazonas, o município de Almeirim destaca-se com a maior taxa de distorção no ensino fundamental, 39,7%, eo município de Terra Santa, com a menor taxa, 18%. No ensino médio, a pior taxa registrou-se no município de Óbidos, 60,1%, e a menor distorção em Santarém, 35,7%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Baixo Amazonas	**27,6**	**46,5**
Alenquer	31,9	46,4
Almeirim	39,7	59,0
Belterra	32,8	50,4
Curuá	24,8	46,6
Faro	25,4	36,1
Juruti	22,5	50,8
Mojuí dos Campos	25,1	40,5
Monte Alegre	27,5	38,9
Óbidos	28,9	60,1
Oriximiná	27,7	42,1
Prainha	35,0	59,2
Santarém	20,0	35,7
Terra Santa	18,0	39,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde na RI Baixo Amazonas, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi de 19,25, superior àdo Pará, de 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas, naquele ano, foramAlenquer (26,50), Faro (26,14) e Monte Alegre (25,34). Por outro lado, Terra Santa (10,60), Óbidos (11,81) e Prainha (12,85) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da Região de Integração. Em 2018, na RI Baixo Amazonas, constavam 1.628 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (cobertura de todos os municípios da RI foi de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família,as 134 implantadas na RI, em 2018, equivalem a uma proporção de cobertura média de 70,41%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13. Destacam-seos municípios de Belterra, Curuá e Faro,aonde a cobertura chega a 100%, enquanto em Alenquer e Monte Alegre, a cobertura é de apenas 37,47% e 48,88%, respectivamente.

Tabela 05 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	19,25
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	70,41
Hospitais - 2018	6.687	247	20
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,08
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,56

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

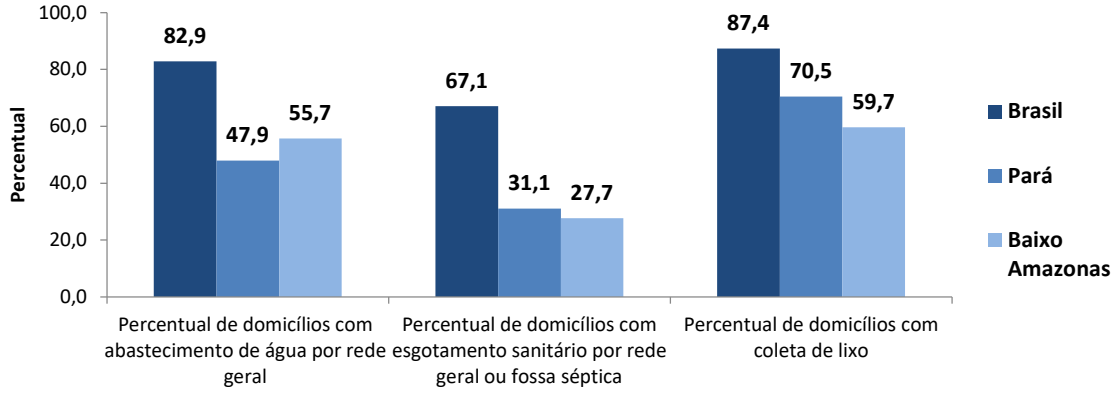
Verificando os indicadores de infraestrutura, a regiãoconta com 20 hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado),destacando-se o Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, em Santarém, referência no Norte do Brasil no tratamento de câncer. Em relação aospostos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,08, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. No entanto, a taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes foi menor na RI, 1,56,em comparação a do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que essa tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03, a seguir, mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, em 2010. Observou-se naquele ano, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na Região de Integração Baixo Amazonas, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 55,7% dos domicílios. Apenas 27,7% do total de domicílios na região eramcobertos com o serviço de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 59,7% desses, com coleta de lixo. Proporcionalmente, o serviço de abastecimento de água na RI Baixo Amazonas tinha maior cobertura que no estado.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estadoalém da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", o qual procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em relação ao abastecimento, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente em oito municípios (Alenquer, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa) dos treze que compõem a RI Baixo Amazonas.

Quanto à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos);coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio

exclusivo);ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando aproximadamente 23% do total de domicílios do estado. Na Região de Integração Baixo Amazonas, esse déficit era de 21% do total de domicílios da região. Em 2010, o componente "domicílios precários" correspondia a 46% do déficit total do estado, e 46,7% do total da região. Coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 40,9% na região. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no estado do Pará e 89% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 7,9% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados alcançou 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,5% na RI Baixo Amazonas.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010

INDICADOR	**PARÁ**		**RI BAIXO AMAZONAS**	
Déficit Habitacional	Total	Percentual	Total	Percentual
	423.437	22,8	32.770	21,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	15.538	46,7
Cohabitação Familiar	168.684	39,2	13.627	40,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.621	7,9
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.498	4,5
Total de Domicílios	**1.859.165**		**156.041**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

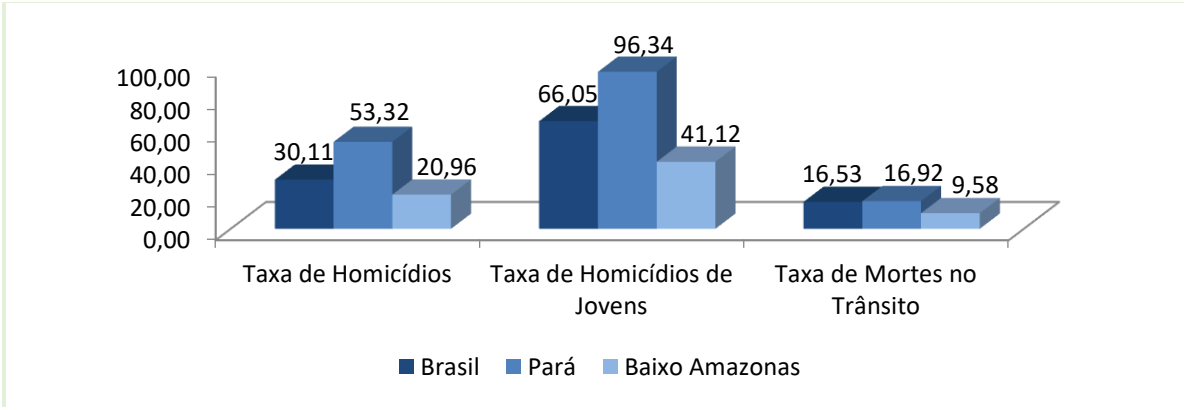
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa de mortes por acidentes no trânsito) foram analisados. Em 2017, a RI Baixo Amazonas apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil em relação aos três indicadores.

A taxa de homicídios (por cem mil habitantes), no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 20,96. Santarém e Almeirim apresentaram as maiores taxas, 30,04 e 27,11 homicídios, respectivamente, em contraposição a Juruti e Curuá, que figuraram com as menores taxas, 7,10 e 7,14 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem (por 100 mil jovens),em 2017, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (41,12 homicídios a cada 100 mil jovens). Santarém e Almeirim apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 56,67 e 53,60 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Por outro lado, Curuá, Faro e Terra Santa não apresentaram casos de homicídio de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito na região foi de 9,58 mortes (por cem mil habitantes). O Pará apresentou taxa superior, registrando 16,92 mortes, em 2017. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Mojuí dos Campos (25,57 mortes) e Monte Alegre (17,71 mortes), enquanto Faro e Terra Santa não registraram casos de mortes por acidentes no trânsito. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Em relação às informações fornecidas pelaSecretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes). A RI Baixo Amazonas apresentou taxas inferiores às do Pará em todos os indicadores, em 2017.

A taxa de homicídios da região foi de 16,78 (por 100 mil habitantes) e para o Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 8,04 e o Pará de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo (por 100 mil habitantes), que registrou, em 2017, um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Baixo Amazonas, e 452,65 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 - Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores Segurança	Pará		RI Baixo Amazonas	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	15,65	16,78
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	7,12	8,04
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	455,01	452,65

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, de 15,20%. A região Baixo Amazonas ficou bem acima do percentual do estado, com 48,88% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, na RI Baixo Amazonas, em 2010, o Índice de Gini foi de 0,60, igual ao índice brasileiro (0,60) e um pouco menor do índice registrado para o Pará (0,62).

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Baixo Amazonas	**48,88**	**0,60**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, a nível municipal, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na região Baixo Amazonas, 68% da população de seus municípios encontra-se inscrita no CadÚnico, número maior que o registrado para o Pará, 52,6% da população. Desses inscritos na RI, 77,8% se declaram com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 62,3% das famílias inscritas recebem o Bolsa Família. Em relação aos inscritos, a região possui percentuais um pouco menores do que o estado, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 - População Cadastrada no CadÚnico – Pará, RI Baixo Amazonas e Municípios – Dezembro, 2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que Recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Baixo Amazonas	**68,0**	**77,8**	**62,3**
Alenquer	72,0	89,8	72,1
Almeirim	69,8	92,5	84,2
Belterra	76,8	82,6	65,2
Curuá	80,3	79,4	71,3
Faro	92,2	88,3	78,6
Juruti	55,5	84,5	74,1
Mojuí dos campos	91,4	85,2	71,6
Monte Alegre	78,1	83,7	72,0
Óbidos	69,2	78,5	65,9
Oriximiná	57,9	83,6	70,0
Prainha	104,3	92,7	84,4
Santarém	63,4	65,6	46,3
Terra Santa	65,7	82,4	72,4

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Prainha e Faro, possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 104,3% e 92,2%, respectivamente.Em Prainha, esse percentual ultrapassa 100%, devido à estimativa da população inscrita elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Em 2018, pela estimativa populacional do IBGE, a população em Prainha foi de 29.886 habitantes, e pela estimativa do Ministério, a população foi de 31.157, o que explica o indicador de 104,3%. O

município de Prainha também se destaca com o maior percentual de pessoas (92,7%) que se declararam abaixo da linha da pobreza e que recebem bolsa família (84,4%).

Quanto aos demais municípios, sobre os inscritos, aqueles com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza sãoAlmeirim (92,5%) e Alenquer (89,8%); e os que se destacam com o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família são Almeirim (84,2%) e Faro (78,6%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Baixo Amazonas	**197.782**	**27,82**	**199.039**	**27,81**	**204.299**	**28,35**	**208.449**	**28,33**
Alenquer	14.436	26,41	14.504	26,39	14.570	26,37	14.851	26,29
Almeirim	9.468	28,37	9.397	28,23	9.328	28,10	10.074	29,51
Belterra	4.236	24,86	4.248	24,78	4.259	24,69	4.300	24,40
Curuá	3.901	28,76	3.977	28,85	4.050	28,94	4.119	29,01
Faro	2.098	28,61	2.057	28,70	2.018	28,79	2.095	28,62
Juruti	16.084	29,79	16.506	29,91	16.914	30,03	17.121	30,09
Mojuí dos Campos	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	15.401	27,35	15.430	27,36	15.457	27,37	15.975	27,59
Óbidos	13.180	26,12	13.171	26,03	13.161	25,94	13.074	25,16
Oriximiná	18.986	27,51	19.241	27,46	19.486	27,41	19.750	27,37
Prainha	8.128	27,84	8.110	27,84	8.092	27,84	8.312	27,81
Santarém	86.733	29,65	87.233	29,63	91.766	30,97	93.502	30,89
Terra Santa	5.131	28,59	5.165	28,53	5.198	28,47	5.276	28,34

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,43% nos últimos quatro anos (2015-2018) em relação à população total do estado. Em 2018, a região Baixo Amazonas mostrou-se a 5ª RI com maior quantitativo de jovens (208.449), com participação estimada de 28,33% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios,

Santarém obteve o maior número de jovens e participação (93.502 e 30,89%). Também se destacaram Oriximiná (19.750 jovens e participação de 27,37%) e Juruti (17.121 jovens, com 30,09% de participação). Todas as participações demarcaram certa estabilidade no período analisado (2015-2018), permanecendo superiores a 24%.

[2]A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

No campo empregatício, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos, em 2017, no Pará, e 27,09% na RI Baixo Amazonas, a 5ª menor dentre as RI do estado. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Santarém (13.841, com participação de 32,81% nos vínculos) e Oriximiná (1.409 jovens e 19,59% de participação nos vínculos), sendo o primeiro o de maior participação dentre os municípios, seguido de Belterra (27,60 %). Os municípios que se enquadraram com minoria de vínculos foram Faro (4,38%) e Almeirim (14,34%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Baixo Amazonas	**74.594**	**20.209**	**27,09**
Alenquer	2.971	525	17,67
Almeirim	4.004	574	14,34
Belterra	1.348	372	27,60
Curuá	870	166	19,08
Faro	571	25	4,38
Juruti	4.872	1.118	22,95
Mojuí dos Campos	569	140	24,60
Monte Alegre	3.056	542	17,74
Óbidos	3.751	808	21,54
Oriximiná	7.191	1.409	19,59
Prainha	1.850	421	22,76
Santarém	42.185	13.841	32,81
Terra Santa	1.356	268	19,76

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, esse percentual continua elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em cerca de 32%.

Tabela 13. Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Baixo Amazonas	**27,25**	**27,18**	**27,23**	**27,06**	**27,74**	**26,00**	**25,46**	**24,10**
Alenquer	28,37	29,08	28,21	29,57	28,07	27,36	26,48	24,29
Almeirim	32,92	33,20	30,74	31,17	33,33	33,38	32,61	27,43
Belterra	25,13	23,38	24,69	23,42	25,83	28,94	21,58	20,22
Curuá	31,43	31,33	26,44	30,00	31,17	30,29	26,92	25,52
Faro	40,00	41,67	34,01	43,48	52,30	40,32	38,02	32,03
Juruti	30,88	30,55	31,06	29,82	29,08	27,00	29,21	27,06
Mojuí dos Campos	-	-	-	0,00	27,98	22,67	24,00	23,48

[3]FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Monte Alegre	32,99	31,23	29,98	29,38	31,35	28,50	28,47	27,06
Óbidos	32,71	32,98	30,97	30,17	31,77	32,55	28,73	28,84
Oriximiná	29,81	30,05	32,50	31,29	32,25	29,78	29,24	29,79
Prainha	37,91	36,62	34,20	35,25	34,81	36,04	33,38	32,13
Santarém	21,88	21,91	22,78	22,77	22,82	20,97	20,92	19,71
Terra Santa	34,43	36,70	38,82	26,30	33,76	30,71	27,84	28,98

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa/2019.

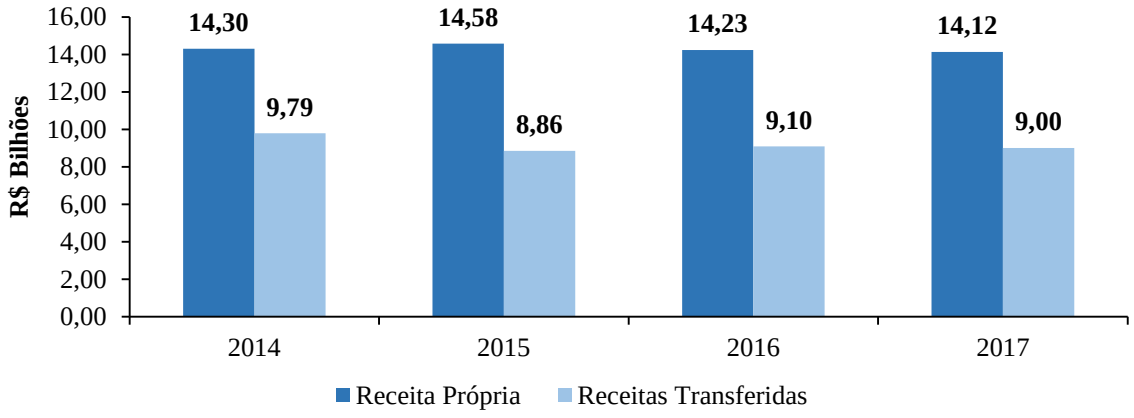
Na RI Baixo Amazonas, esse dado foi de 24,10%, em 2017, o 3º menor percentual, comparadoaos das demais RI, com diminuição de 3,15 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade) foram registrados em Prainha (32,13%) e Faro (32,03%), enquanto os menores índices foram em Santarém (19,71%) e Belterra (20,22%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, todos os municípios registraram diminuição desse indicador, destacando-se com mais êxito Faro (7,97 p.p.) e Monte Alegre (5,93 p.p.). Faro e Prainha estiveram entre os três municípios com mais alto índice nesse indicador, durante todos os anos analisados, sendo que o primeiro alcançou o ápice do período, 52,3%, em 2014.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

No período 2014-2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

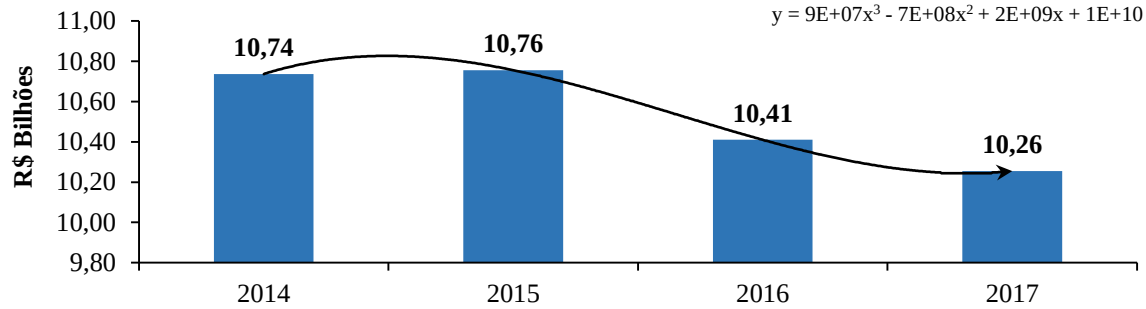
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

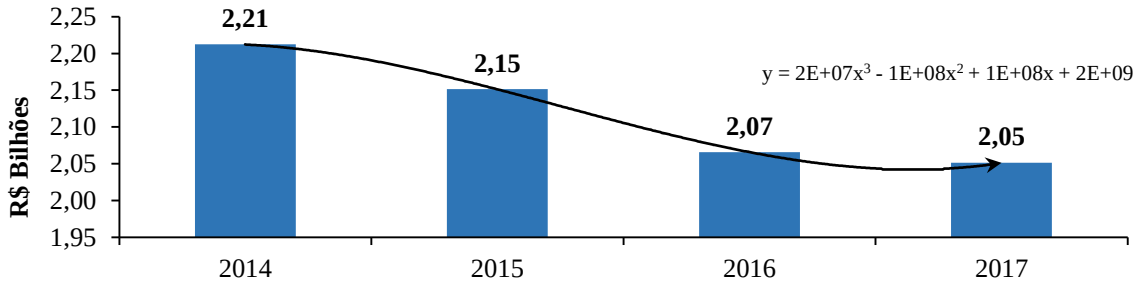
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 a 2017, o montante desse tributo a ser destinado aos municípios retraiu em -4,65%, percentuallevemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07– Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios Paraenses (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Contudo, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõema Região de Integração Baixo Amazonas aumentou em 11%, tendo o município de Santarém recebido a maior parcela (27%) do total destinado a RI, seguido por Oriximiná (22%) e Juruti (11%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 a 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da regiãorepresenta, cerca de, 7,6% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14– Evolução do Repasse de ICMS (R$1,00) para os Municípios Paraenses (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Baixo Amazonas	**151.977.855,27**	**156.180.247,02**	**164.898.764,37**	**168.396.423,92**
Alenquer	6.636.587,57	6.883.977,84	6.662.576,31	6.563.563,41
Almeirim	18.361.225,58	16.349.447,35	15.823.618,81	17.024.242,61
Belterra	3.760.732,96	4.087.361,83	4.164.110,21	3.897.115,78
Curuá	2.875.854,63	2.796.616,00	2.290.260,62	2.666.447,64
Faro	3.981.952,55	4.087.361,83	4.372.315,73	3.076.670,35
Juruti	11.945.857,62	12.477.209,82	16.031.824,31	**(11%)**19.280.467,54
Mojuí dos Campos	2.875.854,63	2.796.616,00	2.706.671,63	3.076.670,35
Monte Alegre	6.415.368,00	6.668.853,54	7.078.987,36	6.563.563,41
Óbidos	7.742.685,49	8.174.723,66	8.120.014,92	7.794.231,57

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Oriximiná	36.058.792,44	35.065.262,06	35.394.936,81	**(22%)**37.945.601,01
Prainha	4.424.391,70	4.302.486,13	4.164.110,21	4.102.227,13
Santarém	42.916.599,56	44.315.607,28	49.552.911,52	**(27%)**46.355.166,63
Terra Santa	3.981.952,55	8.174.723,66	8.536.425,94	10.050.456,49

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Baixo Amazonas possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que lhe garantem considerável estoque florestal, e projetos de assentamento da reforma agrária dos tipos Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Coletivo (PAC), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto Agroextrativista (PAE), criados especialmente a partir de 2005, sob a responsabilidade do INCRA, e, ainda,os Projetos de Assentamento Estaduais Agroextrativistas (PEAEX).

Contudo, externalidades negativas provocadas por atividades que fazem uso do solo ainda são verificadas no âmbito da região. Dados de 2017 (Tabela 12) apontam que o desmatamento acumulado já alcançou uma proporção de 6% da área total da RI Baixo Amazonas (20.736 km²). Em termos municipais, Santarém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 4.766 km²; e Óbidos, o maior número de registros de focos de calor, 902 focos, em 2017.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a região registrou, em 2018, uma parcela de 75,3% de sua área destinada à regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR)viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Juruti possui a maior proporção de área com CAR efetivado (89,6%), seguido por Óbidos (85,5%) e Almeirim (85%).

Tabela 15– Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²) (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Baixo Amazonas	**320.842**	**20.736**	**5.621**
Alenquer	23.645	1.468	592
Almeirim	72.955	1.850	481
Belterra	4.398	830	136
Curuá	1.431	352	131
Faro	11.771	246	41
Juruti	8.306	1.200	298
Mojuí dos Campos	4.988	0	464
Monte Alegre	18.153	4.343	549
Óbidos	28.021	1.920	902
Oriximiná	107.603	1.551	507
Prainha	14.787	1.850	704
Santarém	22.887	4.766	784
Terra Santa	1.897	360	32

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.Elaboração: Fapespa, 2019.

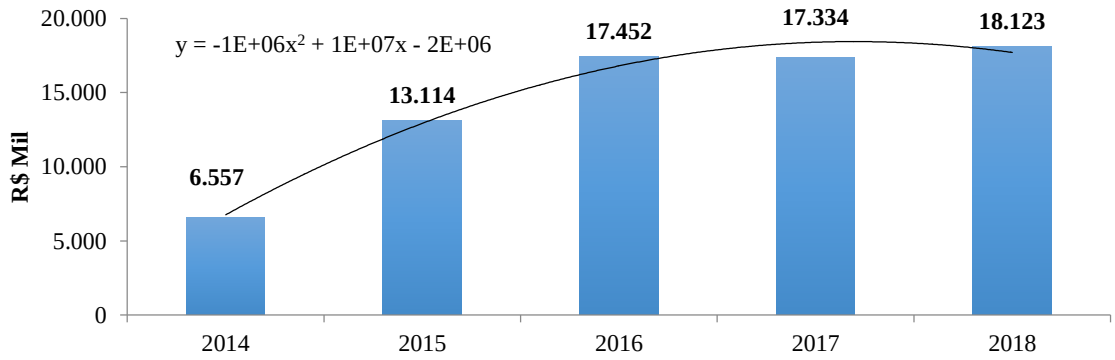
Tabela 16– Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Baixo Amazonas, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Baixo Amazonas	**315.981,51**	**72.596,19**	**22,97**	**54.656,14**	**75,29**
Alenquer	23.655,21	7.101,47	30,02	5.619,87	79,14
Almeirim	73.099,55	14.419,94	19,73	12.254,15	84,98
Belterra	4.400,30	1.310,19	29,77	977,80	74,63
Curuá	1.431,51	1.036,99	72,44	820,69	79,14
Faro	11.765,01	663,34	5,64	556,56	83,90
Juruti	8.299,03	1.598,35	19,26	1.431,16	89,54
Mojuí dos Campos	4.993,28	4.887,40	97,88	3.801,71	77,79
Monte Alegre	18.177,40	7.907,21	43,50	5.249,63	66,39
Óbidos	28.014,16	5.822,60	20,78	4.975,14	85,45
Oriximiná	107.539,88	7.980,64	7,42	5.321,61	66,68
Prainha	14.807,50	11.475,43	77,50	6.963,41	60,68
Santarém	17.903,51	7.227,01	40,37	6.007,77	83,13
Terra Santa	1.895,17	1.165,63	61,51	676,65	58,05

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que concerne às iniciativas estatuais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, para que estes pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Percebe-se que, entre 2014 e 2018, a RI Baixo Amazonas teve uma participação média de 10% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual. Em 2018, a região contabilizou um montante de R$18,123 milhões, com o município de Almeirim detendo a maior parcela (12,3%), seguido por Oriximiná (11,4%) e Santarém (9,55%).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde da Região de Integração Baixo Amazonas (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	12.147.678,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	11.483.692,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	9.327.749,00
Cultura	2.503.700,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	108.631.665,00
Direitos Socioassistenciais	13.977.282,00
Educação Básica	814.114.026,00
Educação Profissional e Tecnológica	2.591.690,00
Educação Superior	9.284.451,00
Esporte e Lazer	1.759.815,00
Governança Pública	58.371.969,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	13.084.358,00
Infraestrutura e Logística	325.308.101,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	10.887.749,00
Saúde	531.287.296,00
Segurança Pública	184.531.022,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.800.614,00
	R$ 2.113.092.857,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	1.294.428.796,00
	R$ 1.294.428.796,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 3.407.521.653,00

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 12.147.678,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	2.366.531	06/2019	ADEPARA	2.876.533
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Mandioca)	Kg/Hectare	11.927	06/2019	IBGE	14.498

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	1.269	12/2018	SEDAP	2020	1.332
					2021	1.400
					2022	1.470
					2023	1.544
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	5.868	12/2018	EMATER	2020	6.364
					2021	6.662
					2022	6.980
					2023	7.450
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.251	12/2018	SEDAP	2020	1.314
					2021	1.379
					2022	1.448
					2023	1.521

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 13 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Implantar 01 Estação Modelo de Aquicultura - Santa Rosa

Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 11.483.692,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	10,00 - - -
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	15,00 31,00 15,00 8,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Região: Baixo Amazonas

Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região: Baixo Amazonas

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 9.327.749,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,31	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,58

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	66,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Conceder 400 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Baixo Amazonas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 2.503.700,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	30,77	12/2018	SECULT/FCP	61,54

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	70.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	70.350
					2021	70.380
					2022	70.400
					2023	70.410

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Difusão Cultural	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 108.631.665,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	2,85	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	2,85 3,31 3,53 6,87
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	63,61	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	69,94 71,94 76,29 76,29

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 15.468 Pessoas com Esgotamento Sanitário no Município de Santarém

Atender mais 29.684 Pessoas com Abastecimento de Água na Região de Integração Baixo Amazonas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 13.977.282,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	6,35	12/2018	FASEPA	2020	7,00
					2021	7,50
					2022	8,00
					2023	8,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	42,86	12/2018	FASEPA	2020	43,00
					2021	43,50
					2022	44,00
					2023	44,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Internação Provisória em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 814.114.026,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	4,00	12/2017	INEP/SEDUC	4,90
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	5,00	12/2017	INEP/SEDUC	5,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	3,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	2,70
					2021	2,50
					2022	2,30
					2023	2,20
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	13,05	12/2018	INEP/SEDUC	2020	11,36
					2021	11,18
					2022	10,89
					2023	10,71
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	89,90	12/2018	INEP/SEDUC	2020	90,70
					2021	91,60
					2022	92,10
					2023	92,50
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	78,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020	80,90
					2021	81,20
					2022	81,60
					2023	81,90
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	7,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,50
					2021	5,90
					2022	5,60
					2023	5,30

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	8,37	12/2018	INEP/SEDUC	2020	7,74
					2021	7,62
					2022	7,51
					2023	7,39

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais nos Municípios de Alenquer e Faro.

Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Prainha e Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo pedagógico (Novo Ensino Médio) em 40 escolas nos Municípios de Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre e Santarém.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região: Baixo Amazonas

Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 2.591.690,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	15,38 26,67 21,05 21,74
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	710	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	460 590 620 750

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos em Santarém e Oriximiná

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA

Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 9.284.451,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	2,10	12/2018	UEPA	1,22

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-6,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	14,00 12,00 11,00 10,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 1.759.815,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	5	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	219 230 234 237

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Compromisso Regional

Concluir o Estádio de Futebol Colosso do Tapajós (Barbalhão), em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 58.371.969,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	701.494,00	12/2018	SEFA	935.265,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,84	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	1,26
					2021	1,26
					2022	1,26
					2023	1,26

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep no Município de Óbidos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA

Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, CRG - Santarém, EGPA, Enc. CBM, FASEPA, HEMOPA, IASEP, PGE, SEDAP, SEDOP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar Anualmente o Governo Itinerante

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Santarém
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, PGE, SEDAP, SEFA
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Santarém
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Santarém, DETRAN, EMATER, PGE, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 13.084.358,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,00	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,50
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	144.859,43	12/2018	SETUR	163.895,15

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	24	12/2018	BANPARA	2020	126
					2021	189
					2022	246
					2023	295
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	34	07/2019	SEDEME	2020	43
					2021	52
					2022	63
					2023	74
Número de turistas	Unidade	178.000	12/2018	SETUR	2020	187.011
					2021	191.687
					2022	196.479
					2023	201.391

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Compromisso Regional

Implantar Centro de Convenções de Santarém

Região: Baixo Amazonas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região: Baixo Amazonas

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 325.308.101,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	20,01	12/2018	SETRAN	36,57

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	1.036,50	12/2018	SETRAN	2020	1.106,50
					2021	1.186,50
					2022	1.236,50
					2023	1.236,50
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	288,67	12/2018	SETRAN	2020	402,67
					2021	457,67
					2022	509,67
					2023	527,67
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	44,44	12/2019	CPH	2020	66,62
					2021	77,78
					2022	77,78
					2023	77,78

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir o Terminal Hidroviário de Passageiros no município de Santarém

Pavimentar a Avenida Moaçara, Trecho: PA-370 / BR-163, no Município de Santarém - 6 Km

Pavimentar a PA-254, Trecho: Entroncamento PA-439 / PA-437 no Município de Oriximiná - 41 km

Pavimentar a PA-370, Trecho da Hidroelétrica Curua-Una / Transuruará no município de Santarém - 57 km

Pavimentar a PA-437, Trecho: Perímetro Urbano Óbidos / Entroncamento PA-257 no Município de Óbidos - 14 km

Pavimentar a PA-439, Trecho: Aeroporto Oriximiná /Entroncamento PA-254(BR-163) no Município de Oriximiná - 21 km

Pavimentar a Vicinal Cuamba, no Município de Alenquer - 52 km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH, SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Gestão de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário Mantido	Un	CPH
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 10.887.749,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	3,16	12/2018	PRODES/INPE	4,35

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	84,62	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	84,62 92,30 92,30 92,30

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Centro de Treinamento e Desenvolvimento Florestal no Município de Santarém

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS

Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Área Outorgada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 03 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 531.287.296,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	15	12/2018	MS/SIM/SINASC	12,22
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	19,36	12/2018	SIM	15,77
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	240,33	12/2018	MS/SIM	221,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	67,71	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	72,71 74,65 78,38 82,30
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	15,30	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,34	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,34 1,34 1,34 1,50
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,60	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,44	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,48 0,50 0,53 0,55

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	9º CRS - Santarém
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	9º CRS - Santarém, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir a Reforma do Hospital Santo Antônio em Alenquer
Concluir da Reforma da Santa Casa de Óbidos
Concluir da Reforma do Hospital de Mojuí dos Campos
Concluir o Hospital Materno-Infantil de Santarém
Implantar o Hospital Regional de Calha Norte em Juruti
Implantar o Serviço de Traumatologia no Hospital Regional de Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	9º CRS - Santarém, HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 184.531.022,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	17,90	12/2018	SEGUP	16,50
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	15,10	12/2018	SEGUP	13,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	8,83	12/2018	DATASUS	8,54
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	350,60	12/2018	SEGUP	304,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.875,20	12/2018	SEGUP	1.765,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,44	12/2018	SEAP	2020	1,42
					2021	1,51
					2022	1,51
					2023	1,50
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	35.759	12/2018	PMPA	2020	39.335
					2021	42.911
					2022	46.487
					2023	50.063
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2020	83,00
					2021	84,00
					2022	85,00
					2023	86,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	47,00	12/2018	DETRAN	2020	48,00
					2021	49,00
					2022	50,00
					2023	51,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	73,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	73,00
					2021	74,00
					2022	74,00
					2023	74,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	88,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	88,00
					2021	88,00
					2022	89,00
					2023	89,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Região: Baixo Amazonas

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Santarém

Implantar Base Integrada Fluvial em Óbidos

Implantar Base Operacional do Grupamento Aéreo de Segurança Pública em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL

Região: Baixo Amazonas

Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 3.800.614,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,69	12/2018	MTE/RAIS	1,40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 0,44	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	1,00 1,50 2,00 2,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	8,00 8,00 10,00 12,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	31,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	31,50 32,00 32,50 33,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Baixo Amazonas

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	16.575.644,00
Concessão de Auxílio Alimentação	201.024.212,00
Concessão de Auxílio Fardamento	12.494.338,00
Concessão de Auxílio Transporte	8.680.146,00
Operacionalização das Ações Administrativas	16.075.255,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	1.039.579.201,00
	R$ 1.294.428.796,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: CARAJÁS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

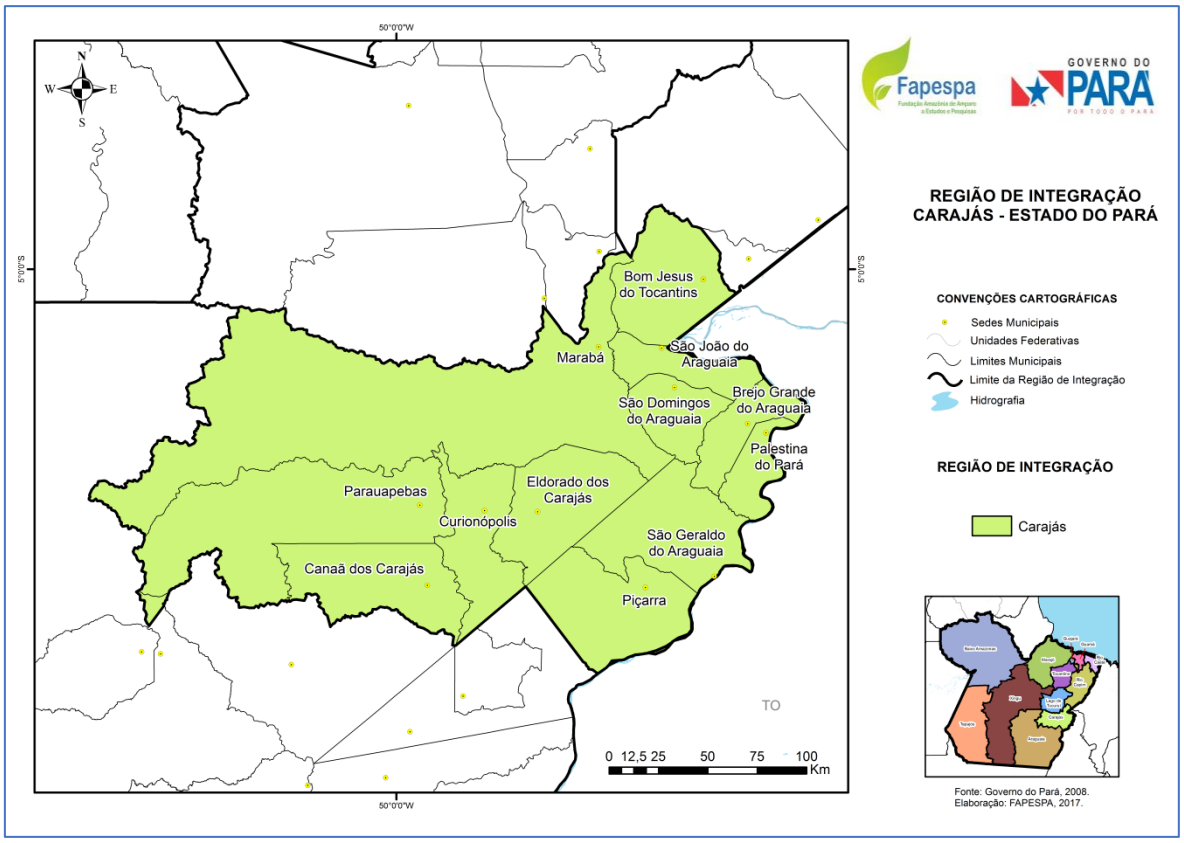


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Carajás, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 12 municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Localizada na região sudeste do Pará, a região detém uma área territorial de, aproximadamente, 45 mil km2, o que representa 3,6% da área total do Pará. A região possui um total de 25,9% de suas áreas protegidas.

A população da RI, foi estimada, em 2018, em pouco mais de 675 mil habitantes, correspondendo a 7,9% do total do estado. Marabá é o município de maior contingente populacional, representando 41% da RI, seguido de Parauapebas, 30%, e Canaã dos Carajás, 5,3%. A taxa de crescimento populacional média da região, entre 2010 a 2018, foi de 2,15%, acima da média estadual para o período, 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região, foi em 2016, cerca de R$ 24,6 bilhões, o equivalente a 17,8% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado da Indústria, que responde a 40% do estado. Na composição do PIB da região, a Indústria contribuem com 50%, os Serviços com 26%, a Administração Pública com 11%, a Agropecuária com 4% e os Impostos com 8%.

A RI Carajás integra a região turística Polo Araguaia-Tocantins, alguns atrativos turísticos são destaque nessa região, tais como: Complexo Minerário da Vale (Serra dos Carajás), Unidade de Conservação – Floresta Nacional de Carajás (Ecoturismo), Parque Zoobotânico (Marabá), Rota Ecológica (Passeios e Trilhas) Cachoeira Tapete Verde (Parauapebas) e outros.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Carajás, em 2016, alcançou R$24,6 bilhões, o que corresponde a 18% da geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da região, o de maior valor adicionado é o da Indústria, com R$ 12,4 bilhões (50,5%), destacando-se as atividades de mineração extrativa, metalúrgica, frigoríficos, laticínios e construção civil. A extração de minério de ferro em Parauapebas é o principal expoente da geração do PIB na região, contribuindo para a pauta exportadora do estado. O setor de Serviços participou com R$ 6,4 bilhões (26,2%), a Agropecuária com R$ 1,1 bilhão (4,4%), a atividade da Administração Pública com R$2,8 bilhões (2,8%), e os Impostos sobre produtos com R$ 1,8 bilhão (7,5%).

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos, Região de Integração Carajás, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Carajás
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**24.617.473**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**22.772.804**
Valor Adicionado Total %	*86,4%*	*90,4%*	92,5%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**1.086.247**
% VA Agropecuário	*4,9%*	*12,4%*	4,4%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**12.426.769**
% VA Indústria	*18,4%*	*22,8%*	50,5%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**6.444.504**
% VA Serviços	*48,1%*	*34,7%*	26,2%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.815.283**
% VA Administração Pública	*15,1%*	*20,4%*	11,4%
Impostos sobre produtos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**1.844.669**
% Impostos	*13,6%*	*9,6%*	7,5%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre as atividades econômicas da região, o setor da Indústria distinguiu-se com a atividade da extração mineral, sendo os principais produtos o ferro, cobre e manganês, seguido da construção civil e indústria de transformação, com os segmentos de metalurgia e alimentos. Nos Serviços, as principais atividades foram comércio, atividades profissionais, científicas e técnicas e transporte. No setor agropecuário, destacaram-se a criação de bovino e a agricultura, tendo como principais cultivos a mandioca e o milho.

Os municípios de Parauapebas e Marabá tiveram as maiores contribuições na formação do PIB da região, com R$ 12,6 bilhões (51%) e R$ 7,5 bilhões (30%), respectivamente. Em Parauapebas, a indústria mineral (extração de minério de ferro), as atividades profissionais, científicas e técnicas, o transporte, o comércio, e a construção civil representaram as principais atividades. Em Marabá, as atividades mais relevantes foram a extração mineral de cobre e outros minerais metálicos não ferrosos, o comércio, a indústria de transformação (com destaque para os segmentos de produção de laminados longos de aço e abate de reses), as atividades imobiliárias e as atividades profissionais, científicas e técnicas.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Quadro 01- Principais Atividades no Valor Adicionado do Município, excluída a atividade de Administração Pública, Região de Integração Carajás, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Carajás	**Indústria extrativa**	**Comércio**	**Construção civil**	**Atividades profissionais, científicas e técnicas**	**Atividades imobiliárias**
Bom Jesus do Tocantins	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Brejo Grande do Araguaia	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Canaã dos Carajás	Indústria extrativa	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Curionópolis	Indústria extrativa	Pecuária	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades imobiliárias	Transporte, armazenagem e correio
Eldorado do Carajás	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação	Agricultura
Marabá	Indústria extrativa	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Palestina do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil	Pesca e Aquicultura
Parauapebas	Indústria extrativa	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte, armazenagem e correio	Comércio	Construção civil
Piçarra	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação
São Domingos do Araguaia	Pecuária	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil
São Geraldo do Araguaia	Pecuária	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura
São João do Araguaia	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

As relações comerciais do Pará com o mercado externo são um componente que possibilita inferir os patamares da atividade produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Carajás, especificamente, contabilizou um saldo de US$11,272 bilhões. Os principais produtos exportados foram o minério de ferro e o minério de cobre. Em relação ao minério de ferro, o município de Parauapebas foi responsável por 67% da produção da RI, seguido de Canaã dos Carajás, com 31%; e quanto ao minério de cobre, Marabá respondeu por 70% da produção da região, seguido também por Canaã dos Carajás, com 27%. Ressalta-se, ainda, a exportação de carne bovina, à qual Marabá destacou-se com 13% da produção regional.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Carajás	**11.544.633.553**	**74,0**	**271.824.835**	**23,2**	**11.272.808.718**

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Canaã dos Carajás	3.422.935.121	29,6	59.486.006	21,9	3.363.449.115
Curionópolis	268.905.805	2,3	186.953	0,1	268.718.852
Eldorado dos Carajás	658.000	0,01	0	0,0	658.000
Marabá	1.592.807.403	13,8	109.842.797	40,4	1.482.964.606
Parauapebas	6.247.629.495	54,1	102.309.079	37,6	6.145.320.416
São Geraldo do Araguaia	11.697.729	0,1	0	0,0	11.697.729

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

Como importante variável de progresso da sociedade, o emprego formal consolida o vínculo na relação entre empregadores e empregados, além de garantir direitos e deveres entre esses dois segmentos. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, a RI Carajás registrou, em 2017, um total de 113.631 empregos formais, equivalente a 11% dos empregos formais gerados no Pará. De forma setorial, teve maior participação a Administração Pública, com 25% do total de empregos formais gerados na região, seguido pelo Comércio, 22%, e Serviços, 21%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, destacam-se Marabá (40%), Parauapebas (38%) e Canaã dos Carajás (10%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Carajás
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	224.041
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,53
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	40,81
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**113.631**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	13.619
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	7.655
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	656
Construção Civil	1.838.958	57.880	10.071
Comércio	9.230.750	203.656	25.119
Serviços	16.772.645	284.360	24.046
Adm. Pública	9.195.215	363.926	28.454
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	4.011

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em que pese o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, na Região de Integração Carajás, cerca de 224.041 trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Para a mobilidade da população e escoamento da produção, a RI Carajás conta com uma infraestrutura de rodovias federais que se encontram em Marabá, como a BR-153, BR-222, BR-230 e a BR-155. A BR-153 inicia em Marabá e termina em Aceguá/RS, permitindo a ligação da região com estados do centro-oeste e sul do país. A BR-222 inicia, também, em Marabá e termina em Fortaleza/CE, sendo um importante eixo de ligação do sudeste paraense com os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, além da integração da RI Carajás com a RI Rio Capim (trecho que vai de

Marabá a Rondon do Pará). Essa rodovia também é importante por fazer a ligação entre eixos troncais estratégicos para acessibilidade viária do estado, como a BR-010 e PA-150.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também três aeródromos/aeroportos, setenta e quatro pontes (totalizando 2 km de extensão), dois portos, quatro travessias e dez rodovias. Importante ressaltar a importância dos aeroportos públicos existentes em Marabá e Parauapebas. O primeiro articula o sul e sudeste paraense, com movimentação significativa de aeronaves e passageiros. O segundo, de porte menor (menor circulação de aeronaves e passageiros), está localizado num espaço estratégico, na Floresta Nacional de Carajás, onde também se situa a Província Mineral de Carajás (exploração de minério de ferro).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Carajás

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (3)	Marabá
	Parauapebas
	Bom Jesus do Tocantins
Rodovias	10 rodovias (total 657 km) - 70% pavimentado
Ferrovia	Estrada Ferro Carajás
Travessias (4)	Santa Isabel do Araguaia - Grota da Água Vermelha (TO)
	São Geraldo do Araguaia - Xambioá (TO)
	São José do Araguaia - Pontão (TO)
	Piçarra - Araguanã
Hidrovia	Araguaia/Tocantins
Portos (2)	Marabá
	São João do Araguaia
Pontes	74 pontes (total de 2 km)

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Carajás será contemplada com, cerca de, R$34,6 bilhões, 27% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como a hidrelétrica de Marabá, com investimentos estimados em R$12 bilhões, e a ferrovia estadual Fepasa, com R$14 bilhões.

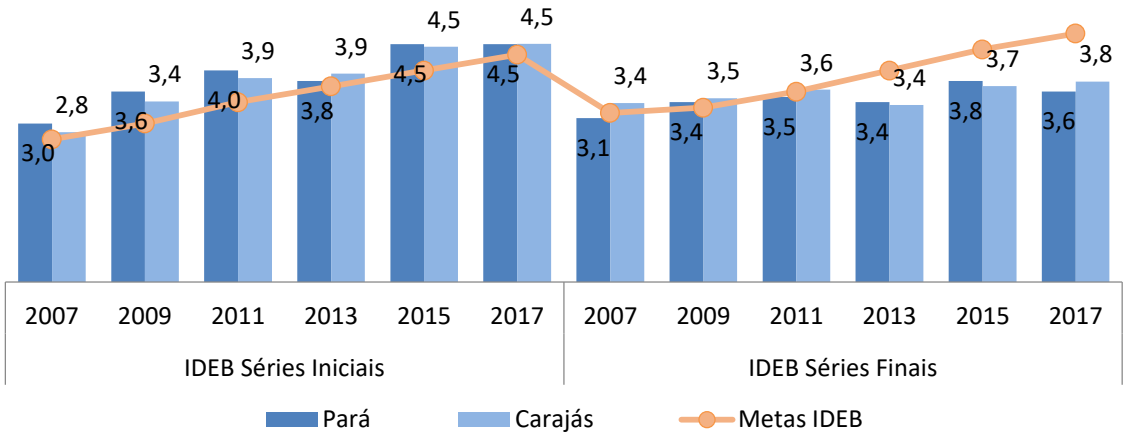
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Carajás, a média da nota IDEB dos municípios em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. No que diz respeito às séries finais (8ª Série/9º Ano), o alcance das metas se manteve até o ano de 2011 (3,5), a partir do ano de 2013 (3,4), a região teve uma queda, retomando o crescimento nos anos de 2015 (3,7) e 2017 (3,8), o qual ainda não foi suficiente para alcançar a meta. O mesmo comportamento se observa no estado, no entanto, o Pará voltou a retroceder na nota no ano de 2017, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Carajás, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



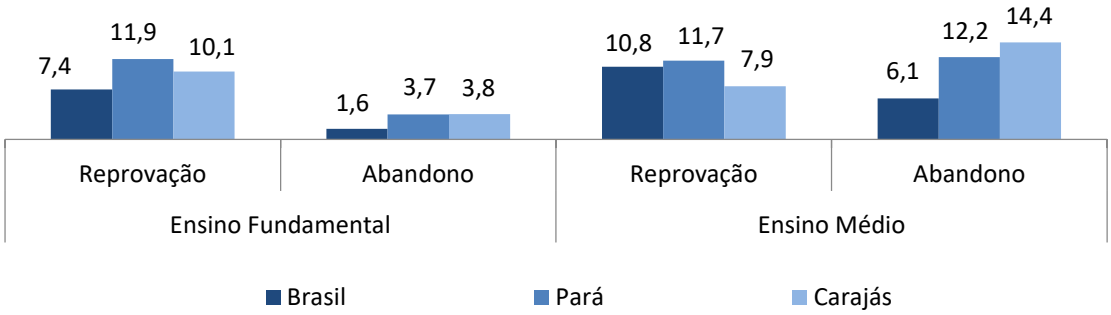
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB. Neste estudo são analisadas as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Carajás.

Em relação à taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 10,1% de reprovados, no ano de 2017, se mantendo um pouco abaixo do valor do estado (11,9% de reprovação). O município de Palestina do Pará apresentou a maior taxa de reprovação, com 18,0%, e o município de Parauapebas a menor reprovação, com 3,2%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Canaã dos Carajás, com 14,8% de alunos reprovados, e a menor taxa foi registrada no município de São Geraldo do Araguaia, 2,8%.

Quanto à taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, alcançando as taxas de 3,8% de abandono no fundamental e 14,4% do ensino médio. O Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e RI Carajás – 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Carajás, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram São João do Araguaia (6,4%) e Brejo Grande do Araguaia (6,1%), e as menores foram Canaã dos Carajás (1,1%) e Parauapebas (1,7%). No ensino médio, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono foram Curionópolis (24,5%) e Piçarra (19,5%), e as menores foram registradas em São Domingos do Araguaia (9,1%) e Eldorado dos Carajás (10,2%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental

aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%) quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente).

Na RI Carajás, no ensino fundamental, o município de Bom Jesus do Tocantins se destacou com a maior taxa de distorção, 33,8%, e a menor taxa ficou com o município de Parauapebas, 12,2%. No ensino médio, a maior taxa ficou com o município de São João do Araguaia, 60,8%, e a menor distorção foi registrada em Parauapebas, 38,0%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Carajás	**27,3**	**49,8**
Bom Jesus do Tocantins	33,8	59,9
Brejo Grande do Araguaia	30,6	56,3
Canaã dos Carajás	18,3	39,2
Curionópolis	19,5	48,5
Eldorado dos Carajás	28,4	50,7
Marabá	23,7	43,3
Palestina do Pará	33,0	55,0
Parauapebas	12,2	38,0
Piçarra	29,7	46,7
São Domingos do Araguaia	32,4	57,2
São Geraldo do Araguaia	30,6	42,4
São João do Araguaia	35,8	60,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, a RI Carajás registrou, em 2017, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) de 15,52, ligeiramente superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas foram Piçarra, 27,47, Bom Jesus do Tocantins, 22,22, e Marabá, 18,27. Por outro lado, São João do Araguaia, 5,88, São Geraldo do Araguaia, 6,07, e Palestina do Pará, 10,31, obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Constavam na região, em 2018, 1.040 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 92,01% (apenas os municípios de Brejo Grande do Araguaia, Marabá e Parauapebas não possuem 100% da população estimada coberta), superior à apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família, em 2018, havia 106 equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 84,94%, superior à do estado, de 59,13. Até dezembro de 2018, apenas quatro municípios ainda não haviam alcançado 100% da cobertura, Parauapebas, 47,74%, Eldorado dos Carajás, 52,44%, e São Domingos do Araguaia, 97,15%, com destaque para Marabá, 21,98%.

Tabela 05 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Carajás
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	15,52
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	92,01
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	84,94
Hospitais - 2018	6.687	247	21
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	1,90
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,52

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

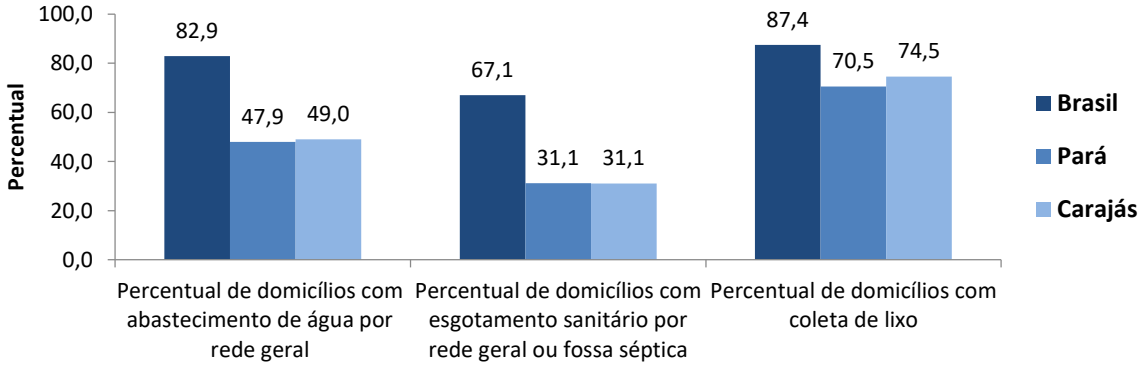
Em observação aos indicadores de infraestrutura de saúde, a RI Carajás conta com vinte e um hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado). Ressalta-se o Hospital Regional do Sudeste do Pará Dr. Geraldo Veloso, em Marabá, inaugurado em 2006, oferece serviços de média e alta complexidade não ofertados por outras unidades da rede pública na região, como o atendimento em neurocirurgia, traumatologia, ortopedia e cirurgia geral. Em relação aos Postos e Centros de Saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela região foi de 1,90, inferior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Da mesma forma, a taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes na RI Carajás, de 1,52, mostrou-se menor que a taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de Censo Demográfico.

O Gráfico 03, a seguir, apresenta esses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, permitindo observar que, em 2010, 82,9 % dos domicílios brasileiros possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 97% tinham coleta de lixo. No estado do Pará, naquele ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Carajás, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 49% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 31,1%, e de coleta de lixo correspondia a 74,5%. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e coleta de lixo eram maiores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração do Carajás, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), trouxe em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RM Belém	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD Contínua, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio para o governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente apenas no município de Marabá, dentre os doze que compõem a RI Carajás.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na Tabela 07 que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando, aproximadamente, 23% do total de domicílios do estado, enquanto na RI Carajás, o déficit era de 21,6% do total de domicílios da região.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Carajás, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI CARAJÁS	
Déficit Habitacional	Total	Percentual	Total	Percentual
	423.437	22,8	32.770	21,6
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	12.328	37,1
Cohabitação Familiar	168.684	39,2	11.334	34,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	5.382	16,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	4.199	12,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**151.238**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dentre os componentes, os domicílios precários correspondiam a 46,1% do déficit total do estado, e a 37,1% do total da região; e coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 34% no Carajás. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 85% do Déficit no estado do Pará e 71% na região Carajás. Em relação aos outros dois componentes, o ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 16,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e a 12,6% na região. Em ambos os componentes, proporcionalmente, a RI Carajás apresentou o dobro de domicílios, em relação ao estado.

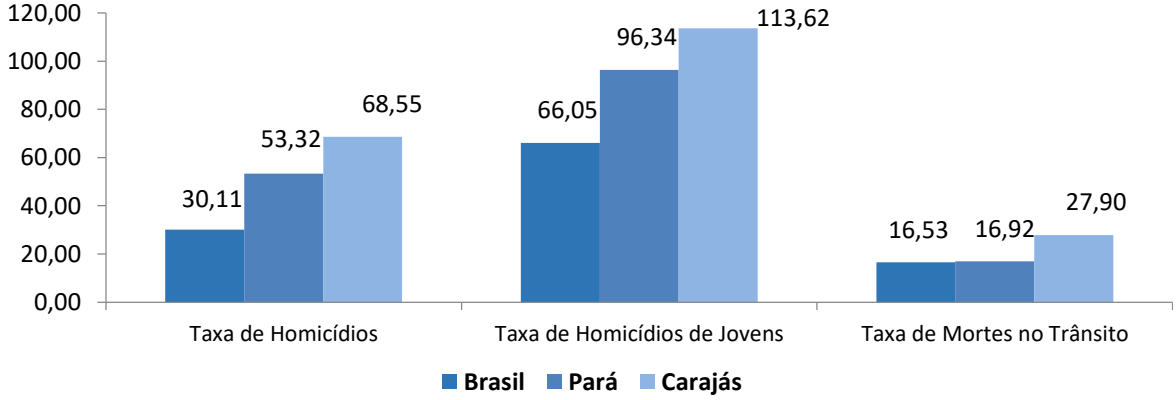
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Carajás apresentou taxas superiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil, em relação aos três indicadores. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na região esse número foi de 68,55. Ao nível municipal, Curionópolis e São João do Araguaia apresentaram as maiores taxas, 103,13 e 95,48 homicídios, respectivamente, em contraposição à Piçarra e Palestina do Pará, que figuraram com as menores taxas, 39,58 e 40,62 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Carajás, de 113,62 homicídios a cada 100 mil jovens, foi superior à alta taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Canaã dos Carajás e São João do Araguaia apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 195,41 e 187,56 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Apenas os municípios de Brejo Grande do Araguaia e Piçarra apresentaram taxas inferiores a 50 homicídios por 100 mil jovens, 47,97 e 49,88, respectivamente.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Carajás, foi de 27,90 mortes, superior à registrada pelo Pará, de 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Eldorado dos Carajás de 48,64 mortes, e Canaã dos Carajás, de 44,41 mortes, enquanto Brejo Grande do Araguaia e Parauapebas apresentaram as menores taxas, 13,92 e 19,27, respectivamente.

Vale ressaltar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Em relação às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Carajás apresentou taxas superiores às do Pará, quanto aos indicadores taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior apenas para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 57,47 mortes e a do Pará de 45,66. Em relação à taxa de

homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 10,31 e o Pará de 9,60. Quanto à taxa de roubo, registrou-se um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Carajás, observou-se 1.185,76 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 - Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Carajás (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		RI Carajás	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	59,42	57,47
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	15,73	10,31
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1546,12	1423,86	1.325,57	1.185,76

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A Região de Integração Carajás teve resultado próximo ao do estado, com 33,39% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo o índice de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, na RI Carajás, em 2010, o Índice de Gini foi de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini, Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Carajás	**33,39**	**0,55**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na região Carajás, 44,8% da população de seus municípios encontra-se inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 66,20% se declaram com renda igual ou abaixo da linha pobreza, e 48,9% das famílias inscritas recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que o Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 - População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Carajás	**44,8**	**66,2**	**48,9**
Bom Jesus do Tocantins	54,3	78,2	64,4
Brejo Grande do Araguaia	70,7	75,0	66,1
Canaã dos Carajás	56,9	73,7	57,2
Curionópolis	75,9	83,0	63,7

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Eldorado dos Carajás	63,3	66,1	47,1
Marabá	39,1	59,2	39,4
Palestina do Pará	80,9	86,4	76,4
Parauapebas	34,6	59,1	42,2
Piçarra	58,7	71,4	60,2
São Domingos do Araguaia	57,8	80,2	65,3
São Geraldo do Araguaia	58,9	77,9	63,1
São João do Araguaia	81,4	80,3	67,2

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de São João do Araguaia e Palestina do Pará possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 81,4% e 80,9%, respectivamente. Dos inscritos, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza, foram Palestina do Pará, 86,4%, e Curionópolis, 83,0%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que recebiam o Bolsa Família foram Palestina do Pará, 76,4%, e São João do Araguaia, 67,2%.

3.6. Juventude

Em nível federal, o governo, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas direcionadas para a melhoria da situação socioeconômica da juventude[2,] em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre Secretarias e Fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a população estimada de jovens no Pará era de 2.508.928 (FAPESPA, 2018), mantendo uma média de 29,43%, nos últimos quatro anos (2015-2018), em relação à população total do estado. A RI Carajás, entre as regiões do estado, mostra-se na quinta posição, com maior quantitativo de jovens, 211.577, e participação estimada de 31,35% em relação ao seu contingente populacional.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Carajás	203.174	31,64	207.730	31,73	212.115	31,82	211.577	31,35

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019

[2] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Dentre os municípios que compõem a região Carajás, Marabá conta com o maior número de jovens, 86.777, correspondente a 31,55% de sua população, seguido de Parauapebas, com 70.481 jovens e participação individual de 34,74%, em relação à população do município, a maior registrada na região.

Os municípios de Marabá e Parauapebas apresentaram também maior participação de jovens no mercado de trabalho, ambos com 34,02%, em relação ao total de vínculos no município, observando-se que os dois municípios, juntos, comportam 78,25% do total de vínculos da RI Carajás e 80,14% do número de vínculos ocupados por jovens da região.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal – Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2017

Item Geográfico	Emprego 2017		
	Total Vínculos	Vínculos de Jovens 15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Carajás	113.631	37.751	33,22
Bom Jesus do Tocantins	1.196	315	26,34
Brejo Grande do Araguaia	666	142	21,32
Canaã dos Carajás	11.373	3.770	33,15
Curionópolis	2.552	822	32,21
Eldorado dos Carajás	1.756	562	32,00
Marabá	45.976	15.640	34,02
Palestina do Pará	447	92	20,58
Parauapebas	42.945	14.612	34,02
Piçarra	1.172	306	26,11
São Domingos do Araguaia	1.811	422	23,30
São Geraldo do Araguaia	3.074	976	31,75
São João do Araguaia	663	92	13,88

Fonte: MTE/RAIS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres jovens é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]).

Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade. Esse percentual, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua elevado, quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em, cerca de, 31,35%. Na RI Carajás, esse dado foi de 21,65% (com diminuição de 5% quando comparado a 2010), o segundo menor se comparado aos percentuais das demais regiões do estado.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Carajás (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Carajás	26,71	26,57	26,06	26,23	25,41	24,75	23,63	21,65

Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa, 2019

Considerando os municípios componentes da RI Carajás, os maiores percentuais de jovens menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos, em 2017, ocorreram em São Geraldo do Araguaia (30,57%), São João do Araguaia (30%) e Bom Jesus do Tocantins (29,78%), sendo este último, também, o único município com incremento entre os anos de 2010 e 2017. Parauapebas (18,42%) e Canaã dos Carajás (20,99%) demarcaram os menores percentuais.

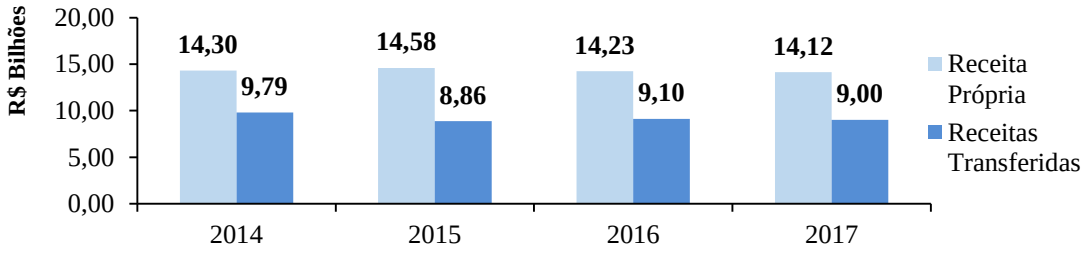
[3] FAPESPA. Perfil da Juventude Paraense, 2018.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 a 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

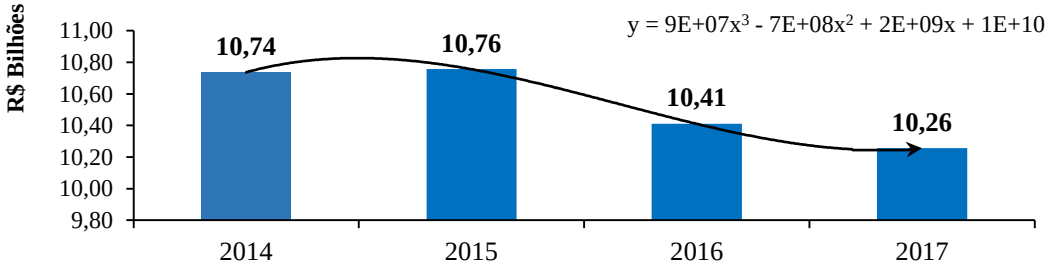
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará 2014-2017



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

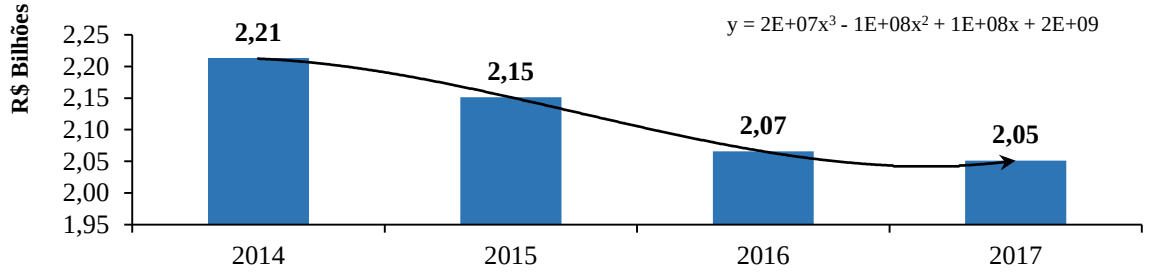
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. No período 2014-2017, o montante desse tributo, a ser destinado aos municípios, retraiu -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios. 2014-2017



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse contexto, verificou-se no período em exame que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõe a RI do Carajás retraiu em 38%, tendo o município de Parauapebas recebido a maior parcela, 47,6%, do total destinado à região, seguido por Marabá, 30%, e Canaã dos Carajás, 10%. Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI Carajás, vinha representando, cerca de, 25% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS (R$) para os Municípios da Região de Integração Carajás (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Carajás	**660.340.462,53**	**573.521.402,87**	**455.345.451,72**	**408.171.600,00**
Bom Jesus do Tocantins	3.981.952,55	4.087.361,83	4.164.110,21	3.897.115,78
Brejo Grande do Araguaia	3.097.074,18	3.011.740,31	3.123.082,66	3.281.781,72
Canaã dos Carajás	70.790.267,34	61.310.427,53	52.884.199,71	42.663.162,20
Curionópolis	5.530.489,63	6.668.853,54	6.870.781,85	8.409.565,62
Eldorado dos Carajás	5.972.928,81	5.808.356,28	6.037.959,82	6.358.452,07
Marabá	104.858.083,50	105.626.034,81	114.513.030,84	123.887.259,49
Palestina do Pará	2.875.854,63	2.581.491,68	2.706.671,63	2.666.447,64
Parauapebas	444.208.927,53	363.775.203,41	243.392.241,91	194.445.566,24
Piçarra	5.088.050,45	5.593.231,99	5.829.754,28	5.948.229,37
São Domingos do Araguaia	4.203.172,14	4.302.486,13	4.372.315,73	4.512.449,84
São Geraldo do Araguaia	6.636.587,57	7.529.350,75	8.120.014,92	8.614.676,97
São João do Araguaia	3.097.074,18	3.226.864,60	3.331.288,18	3.486.893,06

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Carajás é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Da área total da região, 44.920 km², 11.597 km² (25,8%) correspondem às áreas protegidas, porém, o desmatado acumulado já alcançou 27.884 km^2 (62%). Em termos municipais, Marabá detinha, em 2017, a maior área de desmatamento acumulado, 8.675 km², e, também, registrou o maior número de focos de calor, 729 focos, em 2017.

Tabela 15 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Carajás	**44.729**	**27.884**	**1.809**
Bom Jesus do Tocantins	2.816	1.775	63
Brejo Grande do Araguaia	1.288	1.070	46
Canaã dos Carajás	3.146	1.744	197
Curionópolis	2.369	2.061	137
Eldorado dos Carajás	2.957	2.751	160
Marabá	15.128	8.675	729
Palestina do Pará	984	827	7
Parauapebas	6.886	1.324	206
Piçarra	3.313	2.925	46
São Domingos do Araguaia	1.392	1.294	19
São Geraldo do Araguaia	3.168	2.503	93
São João do Araguaia	1.280	936	106

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ainda no tocante à dinâmica ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86% de sua área destinada à regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado. Entre os municípios que compõem a região, Eldorado dos Carajás é o município que possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96%), seguido por Curionópolis (89%) e Marabá (88,4%).

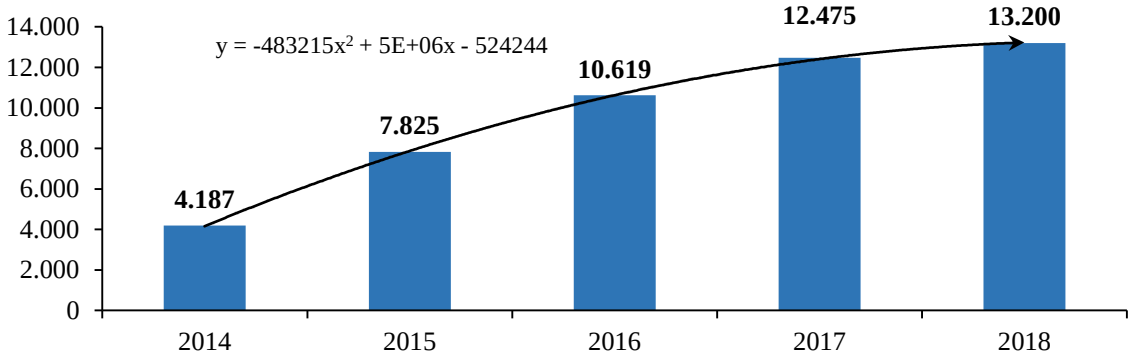
Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Carajás, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Carajás	**44.727,93**	**32.948,99**	**73,67**	**28.377,42**	**86,13**
Bom Jesus do Tocantins	2.818,63	2.136,48	75,80	1.665,97	77,98
Brejo Grande do Araguaia	1.290,01	1.200,44	93,06	945,96	78,80
Canaã dos Carajás	3.144,97	1.941,24	61,73	1.667,89	85,92
Curionópolis	2.368,53	2.367,86	99,97	2.109,49	89,09
Eldorado dos Carajás	2.957,09	2.956,84	99,99	2.835,19	95,89
Marabá	15.122,47	11.628,76	76,90	10.279,30	88,40
Palestina do Pará	985,66	950,06	96,39	836,59	88,06
Parauapebas	6.881,30	1.303,14	18,94	1.047,02	80,35
Piçarra	3.314,05	3.262,73	98,45	2.657,18	81,44
São Domingos do Araguaia	1.393,53	1.380,01	99,03	1.153,32	83,57
São Geraldo do Araguaia	3.170,75	2.637,33	83,18	2.312,96	87,70
São João do Araguaia	1.280,94	1.184,11	92,44	866,56	73,18

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatuais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Entre 2014 a 2018, a RI Carajás teve uma participação média de 8% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R$ 13,2 milhões, com o município de Marabá detendo a maior parcela (14%), seguido por Parauapebas (10%) e Eldorado dos Carajás (9,4%).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde na Região de Integração Carajás (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Carajás**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	16.518.779,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	17.060.063,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	10.281.582,00
Cultura	1.084.484,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	75.240.029,00
Direitos Socioassistenciais	15.552.161,00
Educação Básica	523.520.032,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.710.960,00
Educação Superior	9.100.088,00
Esporte e Lazer	1.760.091,00
Governança Pública	65.739.425,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	29.322.326,00
Infraestrutura e Logística	144.302.568,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.647.531,00
Saúde	271.158.232,00
Segurança Pública	186.140.305,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.926.163,00
	R$ 1.376.064.819,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	1.024.187.798,00
	R$ 1.024.187.798,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 2.400.252.617,00

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 16.518.779,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	3.521.560	06/2019	ADEPARA	4.280.478
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Milho)	Kg/Hectare	2.993	06/2019	IBGE	3.638

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	120	12/2018	SEDAP	2020	126
					2021	132
					2022	140
					2023	147
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	3.862	12/2018	EMATER	2020	4.780
					2021	5.280
					2022	5.420
					2023	5.640
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	250	12/2018	SEDAP	2020	263
					2021	276
					2022	289
					2023	304

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 12 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 17.060.063,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	41,66	12/2018	SEJUDH	2020	-
					2021	30,00
					2022	-
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	17,00
					2021	17,00
					2022	42,00
					2023	17,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar Usina da Paz em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Implementação das Usinas da Paz	Pessoa Atendida	Un	NAC, PARÁPAZ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 10.281.582,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,10	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	66,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Conceder 400 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Carajás

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 1.084.484,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	25,00	12/2018	SECULT/FCP	66,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	60.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	63.900
					2021	67.050
					2022	70.358
					2023	73.830

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 75.240.029,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	7,53	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	7,53 7,53 8,78 8,78
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	60,84	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	61,73 61,73 66,42 87,93

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 7.920 Pessoas com Esgotamento Sanitário na Região de Integração Carajás

Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 15.552.161,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	4,09	12/2018	FASEPA	2020	5,00
					2021	5,50
					2022	6,00
					2023	6,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	61,90	12/2018	FASEPA	2020	62,00
					2021	62,50
					2022	63,00
					2023	63,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Internação e 01 Unidade de Semiliberdade em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 523.520.032,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,40	12/2017	INEP/SEDUC	4,10
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	2,7	12/2017	INEP/SEDUC	3,2

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	15,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	14,40
					2021	13,90
					2022	13,60
					2023	13,30
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,23	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,55
					2021	16,24
					2022	16,03
					2023	15,82
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	79,10	12/2018	INEP/SEDUC	2020	79,90
					2021	80,70
					2022	81,10
					2023	81,50
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	77,40
					2021	77,80
					2022	78,10
					2023	78,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	5,90	12/2018	INEP/SEDUC	2020	5,70
					2021	5,50
					2022	5,30
					2023	5,20

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	6,54	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,05
					2021	5,96
					2022	5,87
					2023	5,78

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Bom Jesus do Tocantins, Parauapebas e São João do Araguaia.

Reformar/Ampliar 8 Escolas Estaduais nos Municípios de Marabá, Paraupebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande e Palestina do Pará na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 38 escolas nos Municípios de Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.710.960,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	- - 125,00 55,56
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	338	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	350 420 550 580

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos em Marabá

Implantar Escola de Ensino Técnico em Parauapebas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR

Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 9.100.088,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	5,69	12/2018	UEPA	3,31

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	5,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	17,00 22,00 16,00 12,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Carajás**

R$ 2.400.252.617,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer

R$ 1.760.091,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	314	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	320 326 332 336

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 65.739.425,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	3.425.419,00	12/2018	SEFA	4.980.197,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	032,00	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020 2021 2022 2023	0,48 0,48 0,48 0,48

Objetivo
Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Objetivo
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA

Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	11º CRS - Marabá, ADEPARÁ, CRG - Marabá, EGPA, Enc. CBM, FASEPA, HEMOPA, IASEP, PGE, SEDAP, SEDOP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar Anualmente o Governo Itinerante

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Marabá
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	11º CRS - Marabá, CRG - Marabá
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Marabá, DETRAN, EMATER, PGE, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 29.322.326,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	43.153,22	12/2018	SETUR	48.823,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	16	12/2018	BANPARA	2020 2021 2022 2023	52 77 101 121
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020 2021 2022 2023	2 0 0 0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	37	07/2019	SEDEME	2020 2021 2022 2023	77 80 93 98
Número de turistas	Unidade	49.158	12/2018	SETUR	2020 2021 2022 2023	51.647 52.938 54.261 55.618

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Região: Carajás

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Manutenção de equipamentos turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 144.302.568,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	57,08	12/2018	SETRAN	93,75

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	613,30	12/2018	SETRAN	2020	613,30
					2021	613,30
					2022	613,30
					2023	613,30
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	245,96	12/2018	SETRAN	2020	255,96
					2021	268,96
					2022	343,96
					2023	403,96

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Duplicar a BR-222 (Estadualização), Trecho: BR-230 e Rio Tocantins no Município de Marabá - 5 Km

Pavimentar a PA-160 (Transcarajás) Trecho: Sede do Município Canaã dos Carajás / BR 155 (Posto 70) no Município de Canaã dos Carajás - 44 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN

Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Carajás**

R$ 2.400.252.617,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

R$ 3.647.531,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	2,95	12/2018	PRODES/INPE	4,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	75,00	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	83,33 83,33 91,60 91,66

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS

Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 271.158.232,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	6	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,89
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,52	12/2018	SIM	12,64
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	233,14	12/2018	MS/SIM	205,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	58,57	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	61,50 64,57 67,80 71,19
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	25,00	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,06	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,06 1,06 1,06 1,10
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,20	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	70,00 75,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,27	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,30 0,35 0,40 0,45

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,13	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,15 0,19 0,22 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	11º CRS - Marabá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	11º CRS - Marabá, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	11º CRS - Marabá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada e os Serviços de Oncologia, Hemodinâmica e Hemodiálise no Hospital Regional de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 186.140.305,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	85,90	12/2018	SEGUP	79,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	57,80	12/2018	SEGUP	50,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	26,23	12/2018	DATASUS	25,25
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.099,70	12/2018	SEGUP	953,70
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	743,50	12/2018	SEGUP	699,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,68	12/2018	SEAP	2020	0,89
					2021	0,98
					2022	1,08
					2023	1,20
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	8.008	12/2018	PMPA	2020	10.411
					2021	12.813
					2022	15.215
					2023	17.618
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	87,00	12/2018	DETRAN	2020	88,00
					2021	89,00
					2022	90,00
					2023	91,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	52,00	12/2018	DETRAN	2020	53,00
					2021	54,00
					2022	55,00
					2023	56,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	26,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	28,00
					2021	29,00
					2022	31,00
					2023	32,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	91,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	91,00
					2021	91,00
					2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em São Domingos do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN

Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Centro de Recuperação Agrícola Semiaberto em Marabá

Construir Unidade Prisional em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Construir a 25ª Companhia Independente da Polícia Militar em Eldorado dos Carajás

Implantar Base Integrada Fluvial em Marabá

Implantar Base Operacional Áerea em Marabá

Implantar Unidade Integrada de Segurança Pública em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP

Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 3.926.163,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,56	12/2018	MTE/RAIS	1,40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	9,60	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	4,00 4,50 5,00 5,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	15,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	15,00 16,00 17,00 18,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	10,20	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	10,50 11,00 12,00 13,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Carajás

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	16.069.459,00
Concessão de Auxílio Alimentação	149.840.614,00
Concessão de Auxílio Fardamento	8.892.245,00
Concessão de Auxílio Transporte	5.668.315,00
Operacionalização das Ações Administrativas	15.022.427,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	828.694.738,00
	R$ 1.024.187.798,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: GUAJARÁ



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

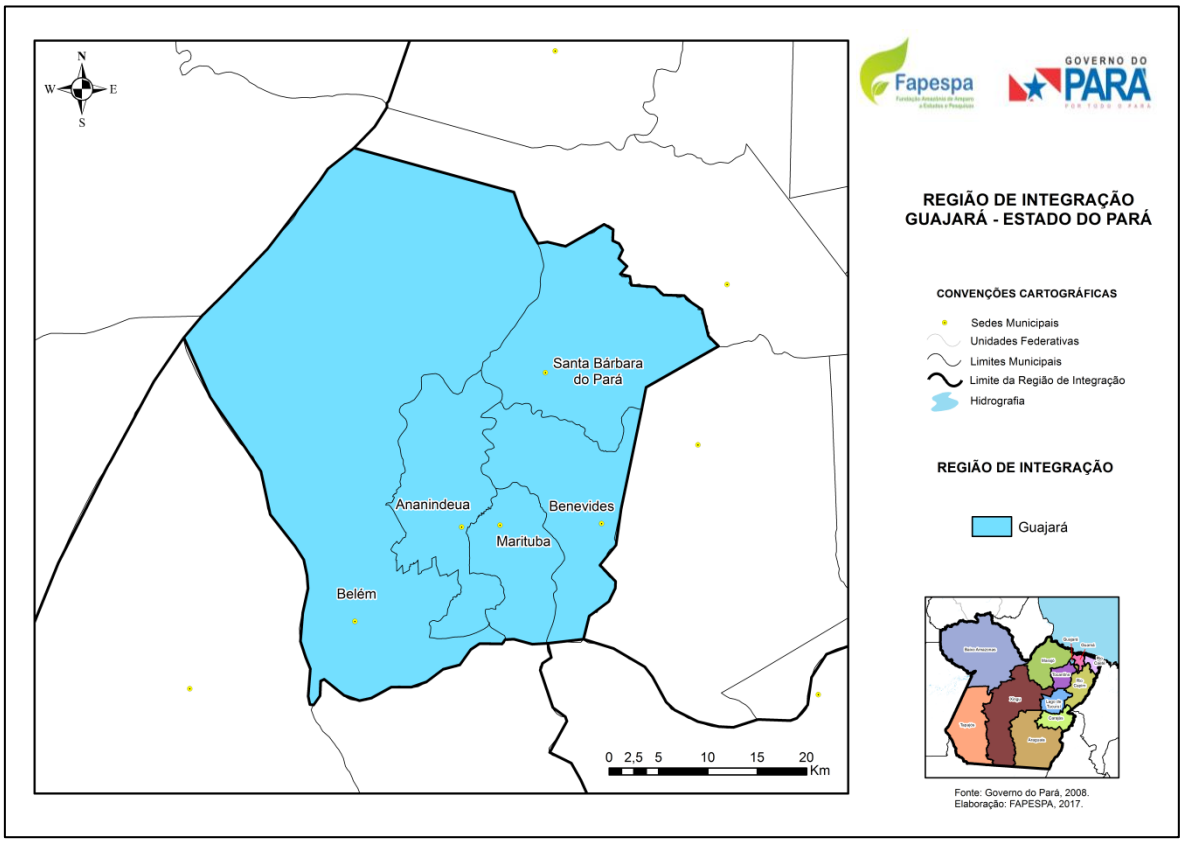


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ



I – ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Guajará, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por cinco municípios: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

A região detém uma área territorial de, aproximadamente, 1.826 km2, o que representa 0,2% da área total do Pará. A região possui um total de 7,59% de suas áreas protegidas.

A população dessa região, em 2018, foi estimada em pouco mais de 2,2 milhões de habitantes, correspondendo a 26% do total do Estado. O município de Belém detém o maior contingente populacional, representando 67% da RI, seguido de Ananindeua, 23,6%, e Marituba, 5,8%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,06%, abaixo da média estadual, de 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 39 bilhões, o equivalente a 29% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado de Serviços, que responde a 45% do PIB de Serviços do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 55%, a atividade da Administração Pública com 17%, a Indústria com 13%, a Agropecuária com 0,2%, e os Impostos sobre produtos com 15%.

O turismo religioso, ecológico e gastronômico exercem forte atrativo popular na região, com destaque para o Círio de Nazaré. Assim como, as festas populares, complexo turístico da Cidade Velha, Ver-o-Peso, Estação das Docas, Feliz Lusitânia, feira de cerâmica do Paracury, praças, igarapés, parques ecológicos e culinária de pratos típicos regionais.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Guajará, em 2016, contribuiu com R$39,3 bilhões (28,5%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços com R$21,4 bilhões (54%). A Administração Pública, que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, adicionou R$6,7 bilhões (17%), seguido do setor industrial, que registrou uma agregação de valor de R$5,3 bilhões (13%) à economia da região.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos –Região de Integração Guajará, Pará, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Guajará
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**39.302.552**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**33.550.026**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	85,4%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**86.180**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	0,22%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**5.323.355**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	13,54%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**21.422.887**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	54,51%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**6.717.604**
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	17,09%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**5.752.526**
% Impostos	13,55%	9,62%	14,64%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Guajará, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Belém, com participação de 75%, e Ananindeua, com 17%, ambos tendo como principais atividades o comércio, atividades imobiliárias, construção civil, intermediação financeira e alojamento e alimentação.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluído a atividade de Administração Pública – Região de Integração Guajará, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Guajará	**Comércio**	**Atividades imobiliárias**	**Construção civil**	**Indústria de transformação**	**Intermediação financeira**
Ananindeua	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil	Indústria de transformação	Alojamento e alimentação
Belém	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil	Intermediação financeira	Alojamento e alimentação
Benevides	Indústria de transformação	Comércio	Atividades imobiliárias	Transporte	Construção civil
Marituba	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Transporte	Construção civil
Santa Bárbara do Pará	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio	Transporte

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Guajará contabilizou um saldo de US$273 milhões. Os bovinos vivos, em Ananindeua, e peixes congelados, em Belém, responderam por 33% e 56%, nesta ordem, do valor exportado desses produtos em todo o estado. Os municípios de Belém e Ananindeua registraram as maiores participações no valor total das exportações da região, 43% e 47%, respectivamente. Quanto às importações, o produto de maior valor importado pela RI Guajará é o trigo, que representou 40% do valor total demandado pela região.

Tabela 02 – Balança Comercial - Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Guajará	**427.514.371**	**2,7**	**153.886.845**	**13,1**	**273.627.526**
Ananindeua	199.496.962	46,7	6.826.088	4,4	192.670.874
Belém	183.621.538	43,0	138.805.505	90,2	44.816.033
Benevides	13.190.968	3,09	6.172.620	4,0	7.018.348
Marituba	13.628.272	3,2	2.082.632	1,4	11.545.640
Santa Bárbara do Pará	17.576.631	4,1	0	0,0	17.576.631

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Guajará, em 2017, registrou-se um total de 491 mil empregos formais, equivalentes a 46% dos empregos formais do Pará. O setor de Serviços deteve, cerca de, 38% do total do estoque formal da região, seguido pela Administração Pública, 30%, e Comércio, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados mostraram-se, Belém, com 81%, Ananindeua, com 13%, e Marituba, com 3%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Guajará
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	860.700
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	10,81
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	48,3
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**491.983**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	120
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	25.005
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	4.782
Construção Civil	1.838.958	57.880	28.214
Comércio	9.230.750	203.656	92.511
Serviços	16.772.645	284.360	186.804
Adm. Pública	9.195.215	363.926	149.786
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	4.761

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 445 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 52% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A infraestrutura rodoviária na RI Guajará é formada por malha viária federal e estadual. A principal rodovia da região, de jurisdição federal, BR-316, dá acesso a rodovias estaduais e a BR-010, que interliga o Pará ao centro-oeste e sul do país, permitindo a inter-relação com outras regiões de integração e estados brasileiros. Cita-se também as rodovias estaduais, PA-391, PA-408, PA-406 e PA-483, denominada de Alça Viária, importante pela ligação com o sudeste e sul do estado.

Vale ressaltar, ainda, as arteriais do sistema viário de Belém, que possibilitam a ligação entre os municípios da região, destacando-se a Avenida Almirante Barroso, pelo acesso a BR-316; Avenida Augusto Montenegro, pelo acesso ao distrito de Icoaraci; Avenida Independência, pelo acesso ao município de Ananindeua; e Avenida João Paulo II, pelo acesso a BR-316.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange, também, dois aeroportos, cinco portos e duas travessias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Guajará

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Belém (Val-de-cães e Brigadeiro Protásio)
Rodovias (5)	PA-391, PA-408, PA-406, PA-483 e BR-316
Travessias (2)	PA-151 Rio Guamá (Arapari - Belém)
	Baia do Marajó: Belém (Icoaraci) - Camará
Portos (5)	Porto de Belém
	Terminal de Outeiro
	(IP4) Icoaraci
	(IP4) Mosqueiro
	Porto Miramar

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: FAPESPA, 2019

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Guajará será contemplada com cerca de R$ 3,4 bilhões, 2,7% do total previsto para o estado.

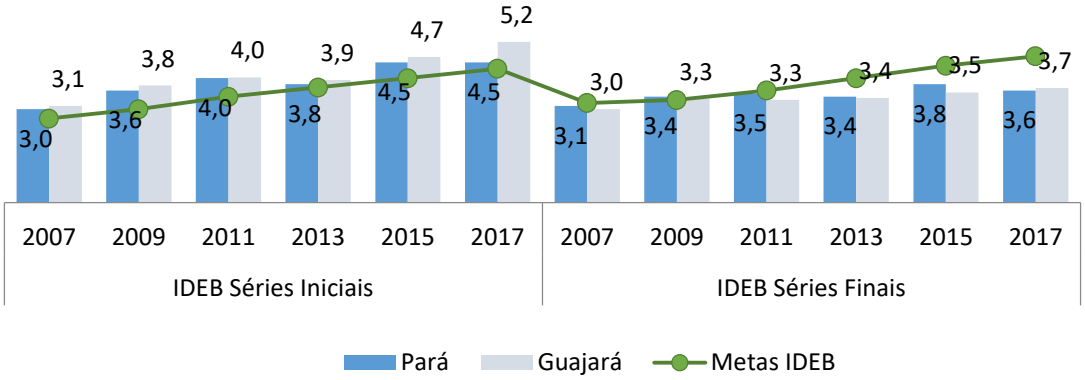
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Guajará, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. Nas séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, as metas não foram alcançadas. No Pará e na RI Guajará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, mas não suficiente para alcançar as metas previstas, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Guajará, em relação às Metas IDEB do Pará - Séries Iniciais e Finais - 2007/2009/2011/2013/2015/2017



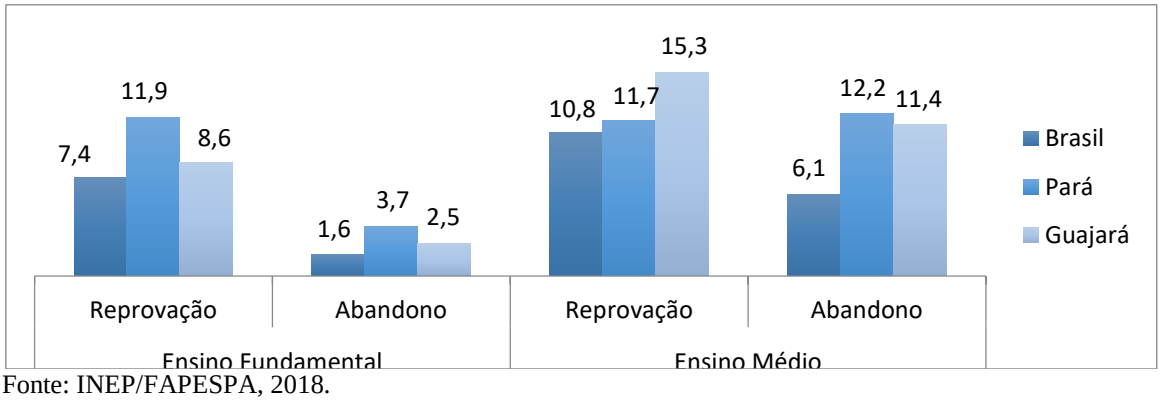
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Guajará.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 8,6% de reprovados, em 2017, abaixo do valor total do Pará, 11,9%, e um pouco acima do registrado no Brasil, 7,4%. O município de Marituba apresentou a maior taxa de reprovação no ensino fundamental, com 12,5%, e Benevides, o menor percentual, de 4,2%. Marituba também registrou o maior percentual de alunos reprovados no ensino médio, com cerca de 19,1% do total de alunos, e Ananindeua, o menor registro, de 11,8%.

Na taxa de abandono no ensino fundamental, a região teve o mesmo comportamento da taxa observada anteriormente, chegando a 2,5% de abandono, no ano de 2017, abaixo do valor total do Pará, 3,7%, e um pouco acima do registrado no Brasil, 1,6%. O município de Marituba registrou o maior percentual de abandono, 2,9%, e Ananindeua, Benevides e Santa Bárbara do Pará, o menor índice, de 2,3% de abandono. No ensino médio, o maior registro ocorreu em Santa Bárbara do Pará, 15,1%, e o menor em Belém, 8,7%.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele

acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, no ensino fundamental, o município de Marituba se destaca com a maior taxa de distorção (27,1%), e o de Ananindeua, com a menor taxa (22,4%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Benevides (54,2%), e a menor distorção em Belém (40,2%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
Guajará	**23,9**	**47,8**
Ananindeua	22,4	42,3
Belém	22,5	40,2
Benevides	23,9	54,2
Marituba	27,1	49,1
Santa Bárbara do Pará	23,4	53,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde na RI Guajará, a taxa de mortalidade infantil de 13,63 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) foi ligeiramente inferior à do Pará, de 15,38. Os municípios da região apresentaram taxas de mortalidade infantil muito próximas umas das outras, sendo: Ananindeua, 13,98; Marituba, 13,95; Belém, 13,55; Benevides, 12,50; e Santa Bárbara do Pará, 11,63.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 1.829 agentes, equivalente a uma proporção de cobertura de 76,88%, superior à do Pará, de 81,21%. Apenas os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará possuem 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Belém, com apenas 25,93% de cobertura.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), as 256 implantadas na RI equivalem a uma proporção de cobertura média de 69,35%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará possuíam 100% da população estimada coberta, com destaque negativo, novamente, para Belém, com apenas 23,28% de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guajará
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	13,63
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	76,88
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	69,35
Hospitais - 2018	6.687	247	57
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	0,88
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,94

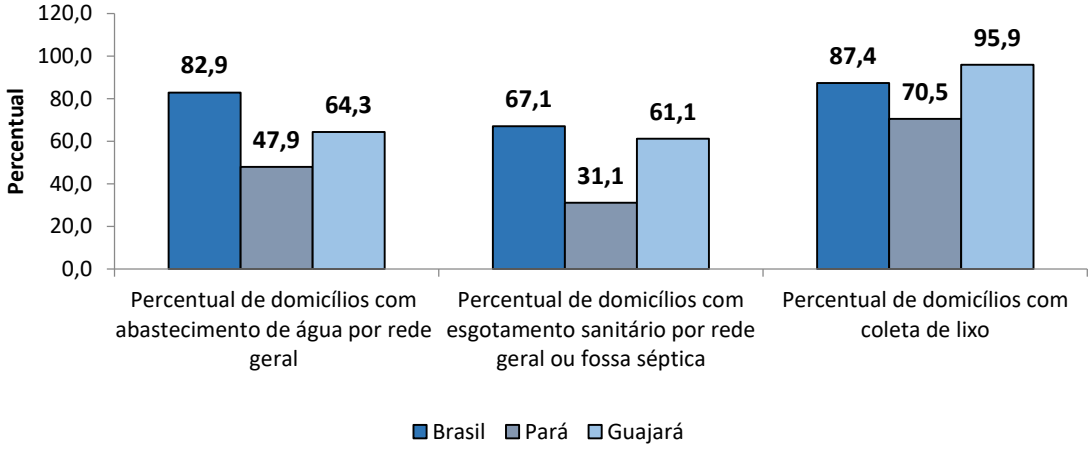
Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Guajará apresenta 57 hospitais (hospital geral, hospital especializado e hospital/dia), com destaque para o Hospital Regional Dr. Abelardo Santos (em fase de conclusão) e Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, em Belém; e Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência e Hospital Público Estadual Galileu, em Ananindeua. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 0,88, inferior à do Pará, de 2,47, fato que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 2,94 na RI, superior à do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Guajará, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guajará, em 2010. Observa-se naquele ano que, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guajará, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 64,3% dos domicílios, 61,1% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 95,9% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços disponibilizados eram maiores na região do que no estado, com destaque para o serviço de coleta de lixo, que abrangia quase todos os domicílios da região.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, em três dos cinco municípios que compõem a RI Guajará, Ananindeua, Belém e Marituba, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guajará, o déficit era de 18,9% do total de domicílios. Em 2010, o componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 14,3% do total da região. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios no Pará, e 61,3% na região Guajará. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado e 75% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 16,2%, na região. O adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado do Pará e 9,8% na RI Guajará. Proporcionalmente, em ambos os casos, a cobertura desses serviços era maior na região que no estado.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guajará, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI GUAJARÁ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	102.037	18,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.800	14,3
Coabitação Familiar	168.684	39,2	63.539	61,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	15.131	14,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	10.170	9,8
Total Domicílios	**1.859.165**		**540.159**	

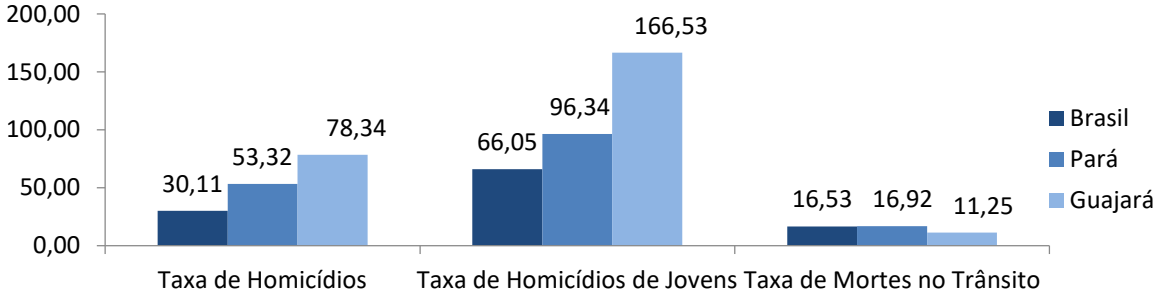
Fonte: IBGE/CENSO-2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (Taxa de homicídios por 100 habitantes, Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e Taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Guajará apresentou taxas superiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 29 anos, e taxa inferior para o indicador Taxa de Mortes por Acidentes no Trânsito. A taxa de homicídios no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 78,34. Dentre os municípios da região, Benevides apresentou a maior taxa, 103,30 homicídios, em contraposição a Santa Bárbara do Pará, que registrou 68,32 casos de homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Guajará, 166,53 homicídios a cada 100 mil jovens, foi muito superior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente o município de Benevides apresentou a maior taxa entre os municípios da região, com 210,53 homicídios por 100 mil jovens, e o município de Santa Bárbara do Pará apresentou a menor taxa, 68,57 casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e RI Guajará, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Guajará, em 2017, foi de 11,25 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes. O município que observou a maior taxa foi Benevides, 24,59 mortes, enquanto Belém apresentou a menor taxa, com 9,92 casos de mortes.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram Taxa de Homicídios, Taxa de Homicídios no Trânsito e Taxa de Roubo, todos por 100 mil habitantes.

Em 2017, a RI Guajará apresentou taxas superiores ao Pará nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Roubo, e taxa inferior para o indicador Taxa de Homicídios no Trânsito. A taxa de homicídios da RI Guajará foi de 65,70 mortes e do Pará, de 45,66. Em relação à Taxa de Homicídios no Trânsito, a RI registrou 8,13 e o Pará, 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a Taxa de Roubo que apontou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Guajará, 3.588,97 roubos por 100 mil habitantes, duas vezes e meia maior que a registrada pelo estado.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guajará (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		Guajará	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	65,03	65,70
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	9,94	8,13
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	3.833,60	3.588,97

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, enquanto a região Guajará registrou um total de 20,88% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guajará apresentou, em 2010, um Índice de Gini de 0,51, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Guajará	**20,88**	**0,51**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Guajará, 37,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 70,3% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 53,7% das famílias inscritas, recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guajará e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Guajará	**37,2**	**70,3**	**53,7**
Ananindeua	37,1	62,0	42,1
Belém	34,9	72,0	56,5
Benevides	63,1	84,1	70,1
Marituba	47,1	73,4	57,7
Santa Bárbara do Pará	61,6	72,1	59,4

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Benevides e Santa Bárbara possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 63,1% e 61,6%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza, foram Benevides, 84,1%, e Marituba, 73,4%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, o município que registrou o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foi Benevides, com 70,1% do total.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,44% nos últimos seis anos (2013-2018), em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). Em 2018, a RI Guajará, que comporta a capital paraense e parte da Região Metropolitana de Belém, possuía o maior número de jovens do estado, 602.671, equivalente a 27,11% do total.

Tabela 11- População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Guajará	**600.595**	**27,98**	**602.077**	**27,85**	**603.502**	**27,71**	**602.671**	**27,11**
Ananindeua	146.213	28,93	147.163	28,81	148.077	28,69	149.742	28,49
Belém	394.515	27,41	393.905	27,24	393.318	27,08	390.168	26,26
Benevides	17.408	29,69	17.735	29,64	18.050	29,60	18.240	29,57
Marituba	36.852	29,98	37.551	29,94	38.224	29,90	38.631	29,87
Santa Bárbara do Pará	5.607	28,54	5.723	28,51	5.833	28,46	5.890	28,45

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em 2018, Belém e Ananindeua compreendiam a maior população jovem da RI Guajará, 390.168 e 149.742 jovens, respectivamente, que somados correspondiam a 89,6% dos jovens da região. Por outro lado, os maiores percentuais de participação, em relação à própria população, ocorreram em Marituba, 29,87%, e Benevides, 29,57%. Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2015-2018), permanecendo superiores a 25%.

Em relação a vínculos empregatícios, a RI Guajará era majoritária no quantitativo de vínculos no Pará entre os jovens (106.111), em 2017, com participação de 21,57%. Assim, Belém (80.464) e Ananindeua (18.141) concentraram o maior número de vínculos ocupados por jovens, enquanto Benevides se destacou com o maior percentual de jovens (30%) em relação ao total de vínculos do município.

[2] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Guajará	491.983	106.111	21,57
Ananindeua	64.764	18.141	28,01
Belém	398.223	80.464	20,21
Benevides	9.782	2.942	30,08
Marituba	16.840	4.085	24,26
Santa Bárbara do Pará	2.374	479	20,18

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018)[4]. Do total de nascidos vivos no Pará, em 2017, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo um percentual elevado se considerarmos proporcionalmente a população jovem, estimada em cerca de 32%.

Na RI Guajará, esse indicador foi de 17,31%, o menor percentual comparado às demais regiões de integração, com diminuição de 3,4 p.p. em relação a 2010. Dentre seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Santa Bárbara do Pará (25,58%) e Benevides (24,04%), enquanto os menores foram registrados em Belém (16,26%) e Ananindeua (17,62%), sendo Marituba o que apresentou a maior retração do período (2010 a 2017), 9,7 p.p.

Tabela 13- Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Guajará (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Guajará	**20,76**	**20,97**	**21,40**	**21,31**	**21,06**	**19,82**	**19,01**	**17,31**
Ananindeua	20,88	21,11	22,67	22,17	21,95	20,14	19,07	17,62
Belém	19,51	20,07	19,90	19,97	19,76	18,83	18,08	16,26
Benevides	28,32	24,93	26,16	27,92	30,03	28,57	25,58	24,04
Marituba	31,52	28,76	28,47	28,42	25,69	23,67	23,19	21,82
Santa Bárbara do Pará	30,96	28,39	36,27	30,86	28,15	28,07	28,81	25,58

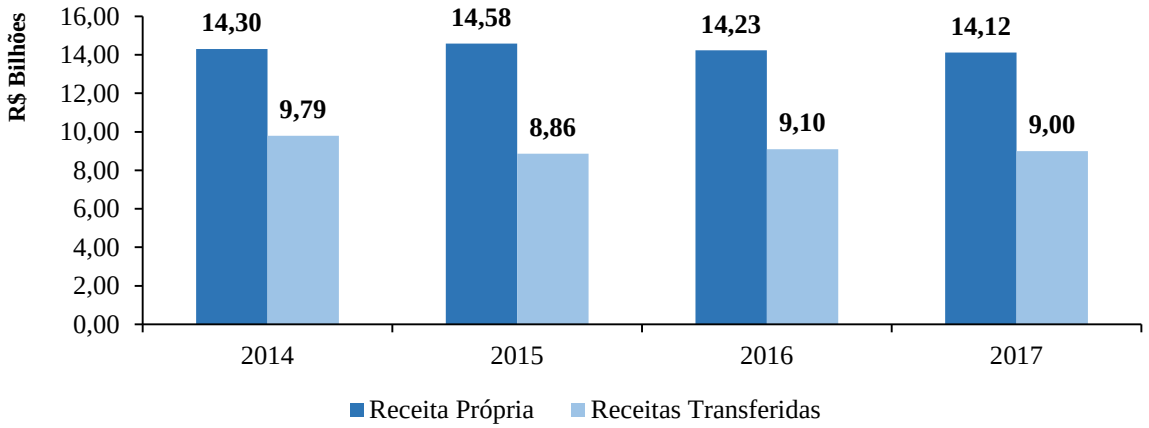
Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

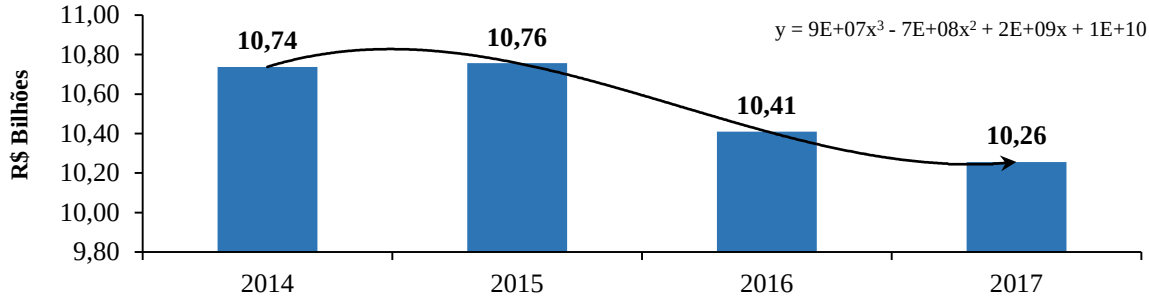
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

No mesmo período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

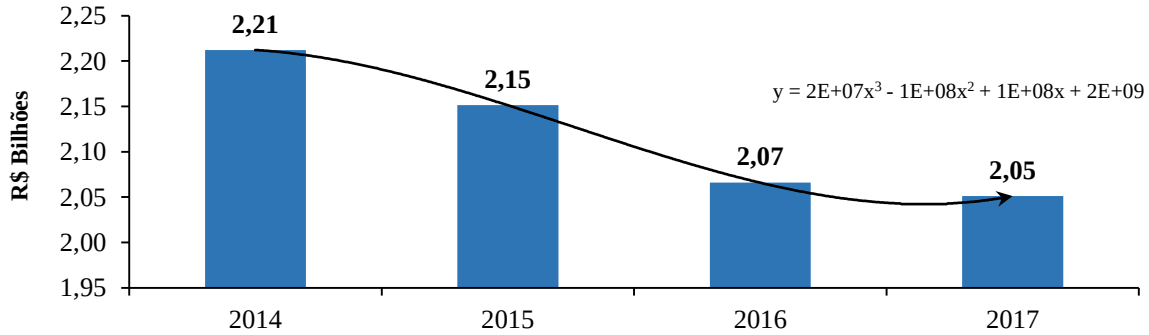
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo a ser destinado aos municípios retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução de Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante disso, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Guajará retraiu em -8,6%, tendo o município de Belém recebido a maior parcela (73%) do total destinado à região, seguido por Ananindeua (15%) e Marituba (6,5%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI representava cerca de 24 % do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS (R$) para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Guajará	**518.538.708,25**	**527.269.676,82**	**516.766.077,29**	**473.807.234,12**
Ananindeua	86.275.638,30	91.212.706,23	88.279.136,48	71.378.752,16
Belém	384.922.078,64	381.630.520,91	371.855.041,93	346.843.304,30
Benevides	19.246.103,94	19.791.436,25	21.028.756,56	21.741.803,80
Marituba	24.555.373,99	31.408.148,83	32.271.854,14	30.766.703,51
Santa Bárbara do Pará	3.539.513,38	3.226.864,60	3.331.288,18	3.076.670,35

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Guajará é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (72 km²), Proteção Integral (66 km²), Territórios Quilombolas (3 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (110 km²), na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Da área total da RI, 1.819 km², 141 km² (7,75%) correspondem às áreas protegidas; e 110 km² (6,05%) a projetos de assentamento.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 688 km², ou, 37,82% da área da RI, o que corresponde a 0,26% do desmatamento acumulado registrado para o estado do Pará, conforme tabela a seguir. Em termos municipais, Belém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 250 km², ou, 36,30% da área da RI, ao mesmo tempo, Benevides registrou o maior número de focos de calor, quatro focos.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Guajará, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Número de Focos de Calor 2017
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Guajará	**1.819**	**688**	**8**
Ananindeua	191	87	1
Belém	1.059	250	2
Benevides	188	125	4
Marituba	103	66	0
Santa Bárbara do Pará	278	160	1

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 40,67% de sua área à regularização ambiental, com CAR viabilizado, de acordo com a tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Benevides possui a maior proporção de área com CAR efetivado (56,31%), seguido por Santa Bárbara do Pará (53,40%) e Ananindeua (37,42%).

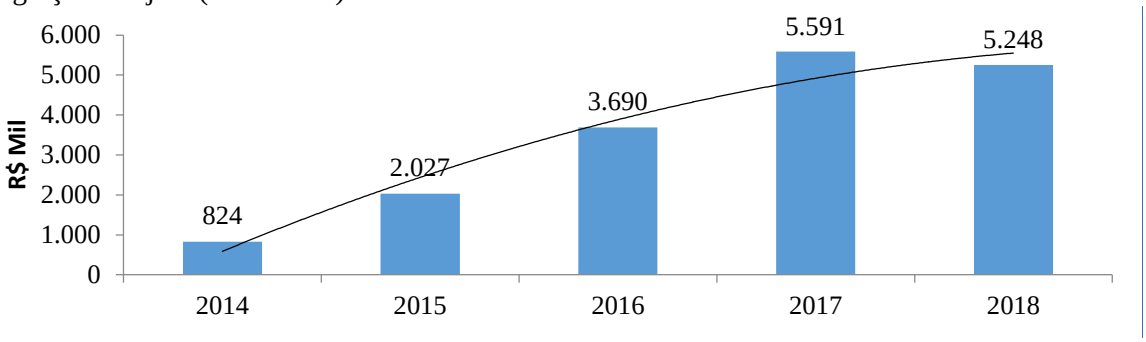
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Guajará, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS) km² (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Guajará	**1.821,56**	**1.154,08**	**63,36**	**469,33**	**40,67**
Ananindeua	190,69	177,65	93,16	66,48	37,42
Belém	1.060,72	483,11	45,55	162,51	33,64
Benevides	188,10	163,36	86,85	91,98	56,31
Marituba	103,48	65,52	63,32	7,15	10,92
Santa Bárbara do Pará	278,57	264,44	94,93	141,21	53,40

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatuais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a região teve uma participação média de 3,02% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R$5.248.378,01, com o município de Belém detendo a maior parcela (23,49%), seguido por Ananindeua (21,94%), Marituba (20,89%), Benevides (20,85%) e Santa Bárbara do Pará (12,83%).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Guajará (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Guajará (2014-2018)

Item geográfico	2014 (R$1,00)	2015 (R$1,00)	2016 (R$1,00)	2017 (R$1,00)	2018 (R$1,00)
RI Guajará	**824.310,22**	**2.027.304,77**	**3.689.529,96**	**5.590.860,30**	**5.248.378,01**
Ananindeua	73.770,65	433.198,22	1.066.765,75	1.277.168,06	1.151.693,07
Belém	159.574,65	345.456,67	808.236,48	1.277.169,20	1.232.731,20
Benevides	179.671,31	272.170,73	394.858,43	1.277.166,35	1.094.315,02
Marituba	234.130,86	577.377,76	645.358,62	1.014.318,09	1.096.470,94
Santa Bárbara do Pará	177.162,75	399.101,40	774.310,69	745.038,61	673.167,78

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Guajará**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	12.852.546,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	116.213.841,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	65.405.487,00
Cultura	162.962.829,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	1.138.285.968,00
Direitos Socioassistenciais	128.577.797,00
Educação Básica	5.365.317.092,00
Educação Profissional e Tecnológica	12.345.993,00
Educação Superior	152.590.907,00
Esporte e Lazer	62.522.730,00
Governança Pública	4.133.096.884,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	114.465.340,00
Infraestrutura e Logística	364.356.760,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	39.095.582,00
Saúde	2.580.429.874,00
Segurança Pública	1.039.070.727,00
Trabalho, Emprego e Renda	18.115.092,00
	R$ 15.505.705.449,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	27.664.613.237,00
	R$ 27.664.613.237,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 43.170.318.686,00

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 12.852.546,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	825.952	06/2019	ADEPARA	1.003.949

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	481	12/2018	SEDAP	2020	505
					2021	530
					2022	557
					2023	585
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	6.196	12/2018	EMATER	2020	3.460
					2021	3.680
					2022	4.160
					2023	4.540
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	430	12/2018	SEDAP	2020	452
					2021	474
					2022	498
					2023	523

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 5 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ
Revitalização da Área de Abastecimento e Comercialização da CEASA	Espaço Revitalizado	Un	CEASA

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER
Produção de Adubo Orgânico para Agricultura Familiar	Adubo Produzido	T	CEASA

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 116.213.841,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	51,85	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	55,00 60,00 63,00 65,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	20,00	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	50,00 - - -
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	20	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Fábrica Esperança	Pessoa Assistida	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Ananindeua

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fund. Santa Casa, PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA

Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar 7 Usinas da Paz em Belém, Ananindeua e Marituba

Implantar o Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 4 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	NAC, PMPA
Atendimento a Grupos Vulneráveis	Atendimento Realizado	Un	POLÍCIA CIVIL
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEFA, SEPLAD
Implementação das Usinas da Paz	Pessoa Atendida	Un	NAC, PARÁPAZ
Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas (PPCAM, PROVITA e PPDDH)	Programa Implementado	Un	SEJUDH
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER

Promoção de Direitos a Pessoas em Situação de Migração, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas	Pessoa Atendida	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 65.405.487,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,06	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,12

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	100,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional

Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Guajará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Conceder 2.200 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Guajará

Fomentar 40 Projetos que Visem o Desenvolvimento de Empresas Inovadoras de Base Tecnológica (STARTUP Pará) nos Municípios da Região Guajará

Implantar 1 Centro Tecnológico do Pescado em Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Fomento a Projetos Inovadores para o Desenvolvimento Econômico	Edital Publicado	Un	BANPARÁ
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 162.962.829,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	100,00	12/2018	SECULT/FCP	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso de pessoas aos espaços culturais	Percentual	3,00	12/2018	SECULT	2020	3,00
					2021	6,00
					2022	8,00
					2023	9,00
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	400.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	652.496
					2021	673.496
					2022	694.546
					2023	718.699

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Compromisso Regional

Implantar a Biblioteca Digital do Estado

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aquisição e Preservação de Acervo	Acervo Preservado	Un	FCG, FCP
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT

Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP
Publicação de Conteúdo Artístico-Cultural	Publicação Realizada	Un	FCP, SECULT

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Compromisso Regional

Restaurar e Revitalizar o Palacete Faciola (primeira etapa), em Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Acervo Museológico	Acervo Gerido	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação de Espaços Culturais	Espaço Implantado	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT
Reabilitação do Patrimônio Histórico, Artístico, Documental e Bibliográfico	Patrimônio Reabilitado	Un	SECULT
Revitalização de Espaços Culturais	Espaço Revitalizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	FCP, SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Atender 1.000 Jovens com Práticas e Expressões Culturais como Teatro, Cursos de Iniciação, Música, Audiovisual e Outras na Região
Implantar 4 Projetos de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Academia Paraense de Letras	Repasse Realizado	Un	SECULT
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, FCP, SECULT
Difusão Cultural	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Dinamização de Espaços e Equipamentos Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FCP, FUNTELPA, SECULT
Incentivo aos Agentes Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Realização de Eventos Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 1.138.285.968,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	7,39	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	7,39 7,45 7,45 7,77
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	59,87	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	60,11 60,11 60,11 62,12

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Compromisso Regional

Implantar o Serviço Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação e Requalificação das Vias de Interesse Metropolitano	Via Ampliada/Requalificada	Km	NGTM
Apoio às Ações do CONCIDADES	Conselho Apoiado	Un	SEDOP
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP

Implantação da Infraestrutura do Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém	Infraestrutura Implantada	Prc	NGTM
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Compromisso Regional

Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Pantanal, no Município de Belém

Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Pratinha, no Município de Belém

Construir 340 Unidades Habitacionais - Riacho Doce II e III

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB
Oferta de Unidade Habitacional	Unidade Entregue	Un	COHAB, FEHIS, SEDOP
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB, FEHIS
Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 5.920 Pessoas com Esgotamento Sanitário na Região de Integração Guajará

Atender mais 52.748 Pessoas com Abastecimento de Água na Região de Integração Guajará

Concluir Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON

Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba	Obra Executada	Prc	SEDOP
Operacionalização das Ações de Saneamento	Sistema Operado	Un	COSANPA
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 128.577.797,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	9,08	12/2018	FASEPA	2020	10,00
					2021	10,50
					2022	11,00
					2023	11,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	39,68	12/2018	FASEPA	2020	40,00
					2021	40,50
					2022	41,00
					2023	41,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Apoio a Organismos de Controle Social	Organismo Apoiado	Un	FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Implementação de Serviços Integrados à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Semiliberdade no Município de Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Inical ao Adolescente Custodiado	Adolescente Custodiado	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA
Readequação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Readequada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	CEASA, SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	CEASA, SEASTER
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER
Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implementado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Guajará**

R$ 43.170.318.686,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica

R$ 5.365.317.092,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,40	12/2017	INEP/SEDUC	4,10
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	5,00	12/2017	INEP/SEDUC	5,9

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	4,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	4,50
					2021	4,20
					2022	4,00
					2023	3,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,04	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,71
					2021	12,57
					2022	12,43
					2023	12,29
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	85,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	86,60
					2021	87,50
					2022	87,90
					2023	88,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,40
					2021	76,70
					2022	77,00
					2023	77,30
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	9,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	8,90
					2021	8,30
					2022	8,10
					2023	7,80

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	11,78	12/2018	INEP/SEDUC	2020	10,89
					2021	10,73
					2022	10,57
					2023	10,41

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Ananindeua e Belém.

Reformar/Ampliar 37 Escolas Estaduais nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aperfeiçoamento Institucional	Projeto Implantado	Un	SEDUC
Fortalecimento do Controle Social	Conselho Fortalecido	Un	SEDUC
Implementação de Avaliação Institucional	Avaliação Realizada	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo pedagógico (Novo Ensino Médio) em 153 Escolas nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	FCG, SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	FCG, SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 12.345.993,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	52,50 6,56 6,15 7,25
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	2.211	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	3.800 4.300 4.800 5.300

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 10 Novos Cursos Técnicos em Belém, Ananindeua e Benevides

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Estudos de Monitoramento e Avaliação do Programa de Educação Profissional e Tecnológica	Estudo Realizado	Un	EGPA, SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica	Comitê Implementado	Un	SECTET

Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA, SECTET, UEPA
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	EGPA, FCG, SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 152.590.907,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,28	12/2018	UEPA	1,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	4,00	12/2018	UEPA	2020	14,00
					2021	11,00
					2022	11,00
					2023	11,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Compromisso Regional

Implantar o Laboratório de Água no Parque de Ciência e Tecnologia PCT Guamá da UFPA

Ofertar 3 Novos Cursos na Área de Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Análise da Qualidade da Água	Análise Realizada	Un	UEPA
Implementação de Ações de Ensino e Serviço em Saúde	Procedimento Realizado	Un	UEPA
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	FCG, UEPA
Implementação de Ações do Centro de Ciências Planetário do Pará	Pessoa Atendida	Un	UEPA
Incentivo à Criação e Registro de Produção Técnico/Científica	Material Técnico Produzido	Un	EGPA, UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	FCG, UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, FCG, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	EGPA, FCG, UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 62.522.730,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	4.045	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	5.000 5.200 5.250 5.300

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Compromisso Regional

Construir 10 Quadras Cobertas no Parque de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo do Mangueirão

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC, SEEL

Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 4.133.096.884,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	2.749.587,00	12/2018	SEFA	3.778.532,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	4,27	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020 2021 2022 2023	6,41 6,41 6,41 6,41

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Consolidação da Governança do Regime Próprio de Previdência Social	Procedimento Realizado	Un	IGEPREV
Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada	Un	IGEPREV
Estruturação dos Controles Internos	Processo Reestruturado	Un	IGEPREV
Gestão Previdenciária do Estado	Ação Executada	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar o Curso de Pós Graduação Strictus Sensu

Implantar os Serviços do Iasep no Município de Santa Bárbara do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	COSANPA, PRODEPA, UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, Enc. CBM, FAPESPA, FASEPA, FCA, FCP, FHCGV, Fund. Santa Casa, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, NAC, NEPMV, NGPMCREDCID-ADM, PARÁPAZ, PGE, PRODEPA, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Planejamento e Seleção de Pessoas do Estado	Vaga Ofertada	Un	SEPLAD
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Estudos de Projetos para Parceria com a Iniciativa Privada	Estudo Realizado	Un	SEDEME
Gerenciamento de Programas Especiais	Proposta Aprovada	Un	SEPLAD
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP, SEPLAD
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	ADEPARÁ, ARCON, COHAB, DETRAN, HEMOPA, IASEP, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, JUCEPA, PRODEPA, SECOM, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Compromisso Regional

Disponibilizar o Acesso de 12 Serviços Públicos através do Aplicativo Palma da Mão

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Consórcio Interestadual da Amazônia Legal	Consórcio Mantido	Un	Casa Civil

Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ARCON, Casa Civil, COHAB, DETRAN, FAPESPA, HEMOPA, IASEP, IGEPREV, IMETROPARÁ, ITERPA, NAC, PGE, PRODEPA, SECTET, SEDAP, SEDOP, SEFA, SEJUDH, SEMAS
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Desapropriação de Imóveis	Desapropriação Realizada	Un	Enc. PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, CBM, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, FAPESPA, FASEPA, FASPM, FCG, FCP, FHCGV, FISP, Fund. Santa Casa, FUNSAU, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, LACEN, NAC, NEPMV, NGPMCREDCID-ADM, NGPR, NGTM, PARÁPAZ, PGE, PMPA, POLÍCIA CIVIL, PRODEPA, SEAP, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEGUP, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Elaboração dos Instrumentos de Planejamento	Documento Elaborado	Un	SEPLAD
Elaboração e Divulgação de Estudos e Pesquisas	Estudo Divulgado	Un	FAPESPA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CBM, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, FAPESPA, FASEPA, FCA, FCG, FCP, FHCGV, Fund. Santa Casa, FUNSAU, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, LACEN, NAC, NGPMCREDCID-ADM, NGPR, NGTM, PARÁPAZ, PGE, PMPA, POLÍCIA CIVIL, PRODEPA, SEAP, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEGUP, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA

Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo	Auditoria Realizada	Un	Auditoria Geral do Estado
Implantação da Nuvem Corporativa do Governo	Nuvem Implantada	Un	PRODEPA
Implementação de Tecnologias do Governo Digital	Tecnologia Implementada	Un	PRODEPA
Integração das Unidades de Ouvidoria do Estado	Unidade Integrada	Un	Casa Civil

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 114.465.340,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,00	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	533.069,15	12/2018	SETUR	603.118,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	68	12/2018	BANPARA	2020	190
					2021	285
					2022	370
					2023	444
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	581	07/2019	SEDEME	2020	108
					2021	120
					2022	137
					2023	117
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	2	12/2017	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	657.485	12/2018	SETUR	2020	690.770
					2021	708.039
					2022	725.740
					2023	743.884

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão do Espaço São José Liberto	Espaço Mantido	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	Enc. SEPLAD-PL, SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Manutenção de equipamentos turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 364.356.760,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	100,00	12/2018	SETRAN	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	4.215,30	12/2018	SETRAN	2020	4.215,30
					2021	4.215,30
					2022	4.215,30
					2023	4.215,30
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	141,60	12/2018	SETRAN	2020	145,60
					2021	149,60
					2022	149,60
					2023	149,60
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	100,00	12/2019	CPH	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN

Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Estudos e Pesquisas de Infraestrutura e Logística	Estudo Realizado	Un	ARCON, SETRAN
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Gestão de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário Mantido	Un	CPH
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Controle dos Serviços de Energia	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 39.095.582,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,01	12/2018	PRODES/INPE	0,01

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA da Ilha do Combu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 2.580.429.874,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	16	12/2018	MS/SIM/SINASC	13,03
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13,47	12/2018	SIM	10,97
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	286,94	12/2018	MS/SIM	264,66

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	55,94	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	58,74 61,67 64,76 68,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	0,00	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,69	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,69 1,69 1,69 3,79
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	61,20	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	70,00 75,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,18	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,25 0,30 0,40 0,45

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,15	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,18 0,20 0,23 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	1º CRS - Belém, ETSUS, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	1º CRS - Belém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir o Hospital Abelardo Santos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES

Região: Guajará

Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis	Paciente Atendido	Un	HOL, SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	FHCGV, Fund. Santa Casa, HOL, LACEN, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	1º CRS - Belém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Vigilância Laboratorial	Análise Realizada	Un	LACEN

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 1.039.070.727,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	121,90	12/2018	SEGUP	112,40
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	62,60	12/2018	SEGUP	54,30
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	10,66	12/2018	DATASUS	10,19
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	2.972,60	12/2018	SEGUP	2.577,80
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	388,40	12/2018	SEGUP	365,60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,97	12/2018	SEAP	2020	1,97
					2021	1,90
					2022	1,50
					2023	1,50
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	12.307	12/2018	PMPA	2020	14.768
					2021	17.229
					2022	19.691
					2023	22.152
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	2020	84,00
					2021	85,00
					2022	86,00
					2023	87,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	60,00	12/2018	DETRAN	2020	61,00
					2021	62,00
					2022	63,00
					2023	64,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	17,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	20,00
					2021	22,00
					2022	23,00
					2023	25,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	84,00
					2021	85,00
					2022	87,00
					2023	87,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em Marituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN

Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Ampliar o Presídio Estadual Metropolitano III, em Marituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o videomonitoramento na Região Metropolitana de Belém
Construir o 21º Batalhão de Polícia Militar em Marituba
Construir o 30º e o 6º Batalhão de Policia Militar em Ananindeua
Construir Seccional Urbana da Polícia Civil em Belém
Implantar Centro Integrado de Comando e Controle em Belém
Implantar Delegacia Fluvial em Belém
Implantar o Sistema Auto de Prisão em Flagrante Audiovisual
Implantar Sistema de Boletim de Ocorrência Unificado
Implantar Unidade Integrada de Segurança em Belém - Território pela Paz
Reforma do Comando de Missões Especiais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Articulação dos Órgão de Segurança Pública com a Sociedade	Instrumento Implementado	Un	SEGUP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	CBM, CPC, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP, SEGUP
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	FISP, SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	CPC, DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Compromisso Regional

Desenvolver Política de Crédito Subsidiado e Política Habitacional para Membros da Força Policial

Ingressar Novos Policiais e Servidores da Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	CBM, CPC, DETRAN, FASPM, FUNSAU, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	CBM, CPC, DETRAN, Enc. CBM, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP, SEGUP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, CPC, DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 18.115.092,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,32	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 4,38	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	0,30 0,80 1,30 1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	14,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	18,00 19,00 20,00 21,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	12,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	17,00 18,00 19,00 20,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Ananindeua e Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Instituição Apoiada	Un	SEASTER
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda	Relatório Realizado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER
Provimento de Garantia de Crédito às Operações de Financiamento - Fundo de Aval	Crédito Avalizado	Un	Enc. SEPLAD-PL

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	170.477.666,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	26.908.052,00
Concessão de Auxílio Alimentação	1.994.957.389,00
Concessão de Auxílio Fardamento	72.648.125,00
Concessão de Auxílio Transporte	248.441.714,00
Operacionalização das Ações Administrativas	3.506.189.653,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	19.203.466.517,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores	2.441.524.121,00
	R$ 27.664.613.237,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: GUAMÁ



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

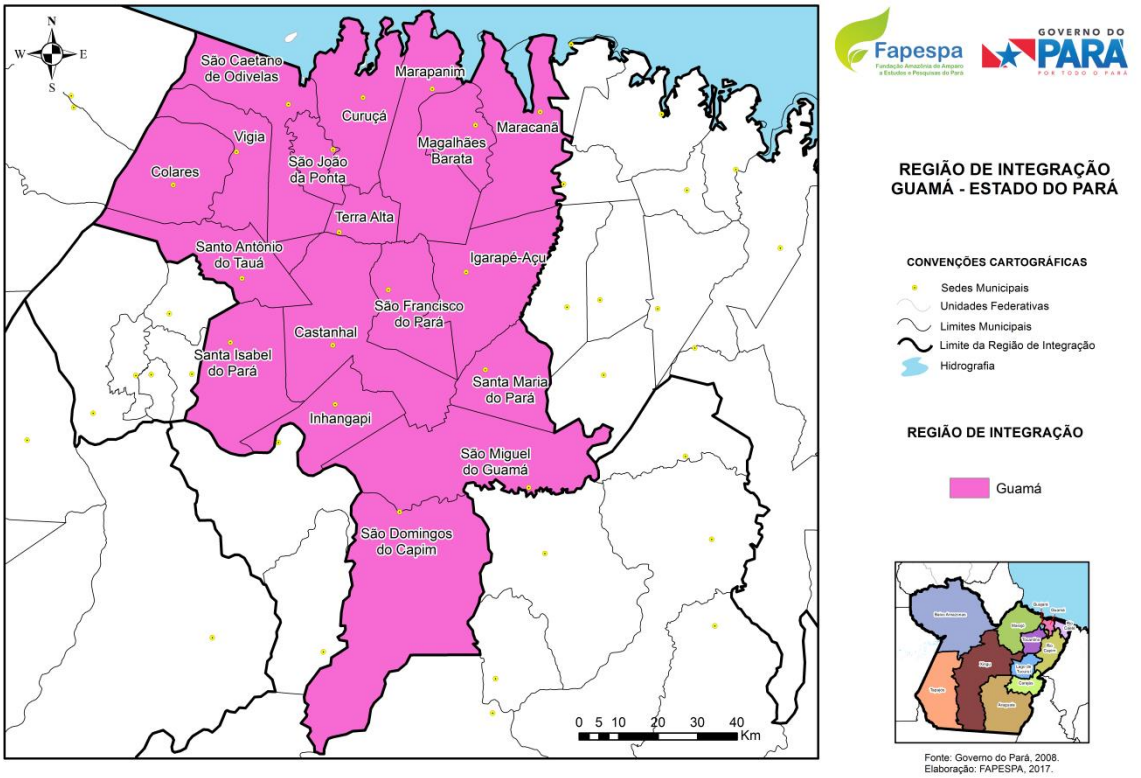


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAMÁ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Guamá, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 18 municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia.

Localizada na Região Nordeste do Pará, ocupa uma área de 12.264 km², equivalente a 1% da área do estado do Pará. Do total da área da região, 4,6% são de áreas protegidas.

A população dessa RI em 2018 foi estimada em aproximadamente 686.511 habitantes, correspondendo a 8% do total do Estado. Castanhal é o município de maior contingente populacional representando 29% da RI, seguido de Santa Izabel do Pará (10%) e São Miguel do Guamá (8%). A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2018, foi de 1,41%, abaixo da média estadual (1,46%) para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 7,8 bilhões, o equivalente a 6% do PIB paraense. A RI Guamá também destaca-se por ser um dos polos pesqueiros do estado, e por ser a região que mais exporta carne de frango, 87% da produção do Pará e pimenta do reino, 96% do total da produção do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 35%, a Agropecuária com 18%, a atividade da Administração Pública com 28%, a Indústria com 11% e, os Impostos sobre produtos com 9%.

O turismo ecológico, religioso e de lazer contribui com a economia local que se destaca: pelos monumentos históricos como igrejas, praças e casarões; balneários em praias, rios e igarapés; o artesanato local; as manifestações da cultura popular como danças típicas, festivais e, exposições agropecuárias.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Guamá teve sua riqueza valorada em R$7,8 bilhões, o que representou 5,7% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o de Serviços, com 2,7 bilhões, correspondente a 34,7% do PIB da RI, seguido pelo setor da Administração Pública, com R$ 2,2 bilhões (28%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, e o da Agropecuária, com R$ 1,3 bilhão (17%). A região destaca-se na produção do estado com os produtos de sementes de moluscos (96%), frango (66%), ovos de galinha (60%), mandioca (11%), pimenta-do-reino (12%), dendê (11%) e coco-da-baía (10%). Possui, ainda, uma indústria de transformação dinâmica, principalmente nos segmentos de alimentos e cerâmica.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Guamá, 2016

PIB	Brasil	Pará	Guamá
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**7.859.747**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**7.142.266**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	90,9%
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**1.392.016**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	17,71%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**833.211**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	10,60%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**2.727.255**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	34,70%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.189.783**
% Impostos	15,08%	20,40%	27,86%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**717.481**
% Impostos	13,55%	9,62%	9,13%

Fonte: IBGE/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a RI Guamá, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Castanhal, participando com 46%, tendo como principais atividades o comércio e a indústria de transformação, em especial o seguimento de alimentos; Santa Izabel do Pará, com 8%, sendo importantes às atividades de imobiliárias, criação de aves e o comércio; e São Miguel do Guamá, com 8%, ressaltando-se as atividades de agricultura, principalmente os cultivos de mandioca, pimenta-do-reino, açaí, dendê e coco-da-baía, atividades imobiliárias e comércio.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Guamá, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Guamá	**Agricultura**	**Comércio**	**Atividades imobiliárias**	**Indústria de transformação**	**Construção civil**
Castanhal	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura	Transporte, armazenagem e correio
Colares	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Curuçá	Pecuária	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Igarapé-Açu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Indústria de transformação
Inhangapi	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Pecuária

Item Geográfico	Principais Atividades				
Magalhães Barata	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pesca e Aquicultura
Maracanã	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Marapanim	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Produção Florestal	Construção civil
Santa Izabel do Pará	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Indústria de transformação	Agricultura
Santa Maria do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Indústria de transformação
Santo Antônio do Tauá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Pecuária	Construção civil
São Caetano de Odivelas	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pecuária	Comércio
São Domingos do Capim	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Produção Florestal
São Francisco do Pará	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil
São João da Ponta	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
São Miguel do Guamá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação	Construção civil
Terra Alta	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Comércio
Vigia	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do estado do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Guamá contabilizou um saldo de US$140 milhões. O principal produto exportado é a pimenta do reino e sumo de sucos, sendo Castanhal o maior exportador da RI com 96% e 67%, nesta ordem. Os principais produtos importados são insumos para indústria têxtil, como tecidos, fibras e fios de juta, sendo Castanhal o único importador desses produtos no estado.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2018.

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Guamá	**140.762.048**	**0,9**	**4.301.103**	**0,4**	**136.460.945**
Castanhal	134.048.066	95,23	4.258.966	99,02	129.789.100
Curuçá	1.396.821	0,99	0	0,00	1.396.821
Inhangapi	2.996.962	2,13	0	0,00	2.996.962
Santa Isabel do Pará	1.402.516	1,00	15.627	0,36	1.386.889
São Domingos do Capim	54.987	0,04	16.348	0,38	38.639
Vigia	862.696	0,61	10.162	0,24	852.534

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego
2.4.

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Guamá, a mesma registrou, em 2017, aproximadamente, 62 mil empregos formais, o que representa 6% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve, cerca de, 34% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 24%, e Serviços, 15%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Santa Izabel do Pará (12%), São Miguel do Guamá (8%) e Vigia (4%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Guamá
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	228.462
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,03
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	26,28
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**62.786**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	11
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	11.341
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	273
Construção Civil	1.838.958	57.880	902
Comércio	9.230.750	203.656	15.165
Serviços	16.772.645	284.360	9.411
Administração Pública	9.195.215	363.926	21.291
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	4.392

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 168 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 5,8% do total de ocupados do estado.

2.5. Infraestrutura
2.6.

A RI Guamá possui uma malha viária formada por rodovias federais e estaduais, sendo o principal eixo viário a BR-316, a partir do qual se acessa diversas rodovias estaduais que fazem ligação entre os municípios do estado. Em Castanhal está localizado o entroncamento da BR-316 com rodovias estaduais importantes, como a PA-320, que interliga os municípios de Castanhal, Terra Alta e Igarapé-Açu; PA-136, que permite o acesso a Castanhal, Terra Alta e Curuçá; e a PA-127, que liga Igarapé-Açu, Magalhães Barata (PA-396) e Maracanã. Ressalta-se, ainda, a PA-140 que liga o município de São Caetano de Odivelas ao de Tomé Açu e beneficia os municípios de São Caetano de Odivelas, Vigia, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Bujaru, Acará, Concórdia do Pará e Tomé-Açu.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Guamá

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Igarapé-Açú
Rodovias	32 vias (total 960 km) - 71% pavimentado
Travessias (2)	PA-238 Furo da Laura (Penha Longa - Colares)
	PA-140 Rio Guamá (Santa Izabel do Pará - Bujaru)
Portos (8)	(IP4) Vigia
	(IP4) São Caetano de Odivelas
	(IP4) Vila do Abade (Curuçá)
	(IP4) Vista Alegre (Marapanim)
	(IP4) Cafezal (Magalhães Barata)
	(IP4) Mocooca (Maracanã)
	(IP4) Paraíso (Maracanã)
	(IP4) PL Guamá (Inhangapi)
Pontes	57 pontes (total de 5 km)

Fonte: Setran, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da RI Guamá abrange um aeródromo/aeroporto, 57 pontes (totalizando 5 km de extensão), oito portos de pequeno porte, duas travessias e 32 rodovias.

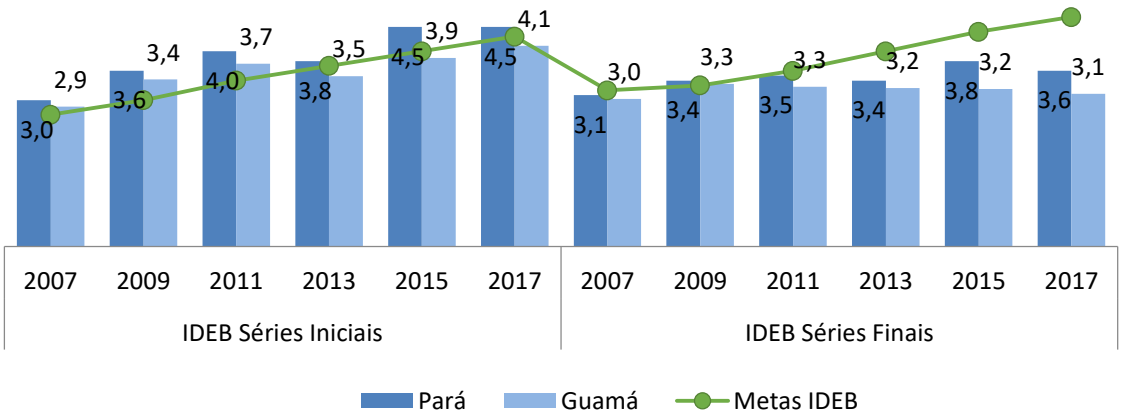
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Guamá, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), só alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, nos anos de 2007, 2009 e 2011. A partir de 2013, as metas não foram alcançadas e as notas da região ficaram inferiores às apresentadas pelo Pará. Nas séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, o mesmo comportamento foi observado. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, em relação às séries iniciais, enquanto nas finais, as notas mantiveram-se no mesmo patamar, com pequena variação, mesmo procedimento observado na RI Guamá, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Guamá, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

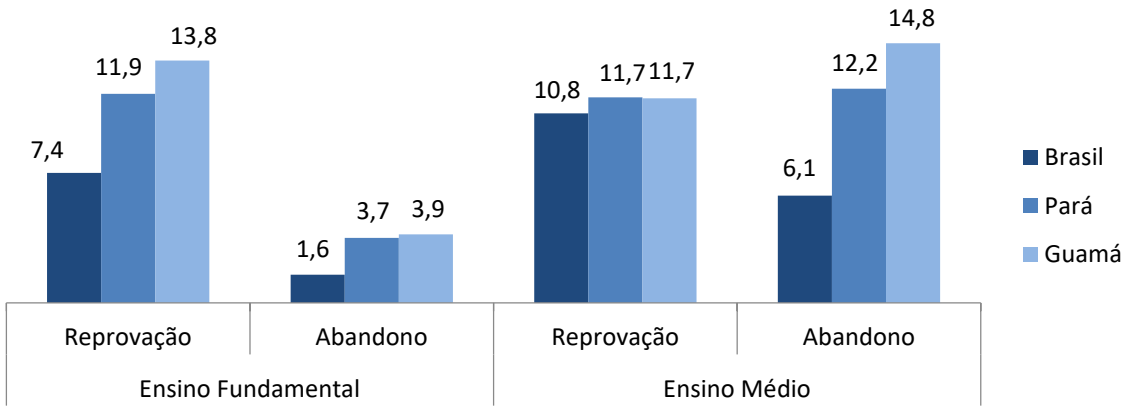
As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Guamá.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região atingiu 13,8% de reprovados, em 2017, bem acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente, em oposição ao observado no ensino médio, em que as taxas resultaram em valores próximos para as três instâncias (Brasil, 10,8%; Pará, 11,7%; e RI Guamá, 11,7%). O município de São Domingos do Capim apresentou a maior taxa de reprovação, tanto no ensino fundamental, 19,2%, quanto no médio, 24,7%. O município de Maracanã apresentou a menor taxa, no ensino fundamental, com 9,6%, e no ensino médio, a menor taxa registrada foi no município de Vigia, com 5,7% de alunos reprovados.

Quanto à taxa de abandono, a RI Guamá ultrapassou os valores observados pelo Pará e Brasil, nos dois níveis de ensino, em especial, no nível médio (Gráfico 02). o município de São Caetano de Odivelas apresentou a maior taxa de abandono, tanto no ensino fundamental quanto no médio, com 6,4% e 25,6%, respectivamente. O município de Colares apresentou a menor taxa, no ensino fundamental, com 1,6%, e, no ensino médio, com 3,9%.

O estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em ultimo lugar entre as unidades da federação com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, o município de São Domingos do Capim destacou-se com a maior taxa de distorção, tanto no ensino fundamental (43,3%) quanto no médio (67,8%). A menor taxa no ensino fundamental foi do município de São João da Ponta (22,9%), e, no ensino médio, a menor distorção em Colares (37,5%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Guamá	**31,6**	**54,5**
Castanhal	26,3	45,3
Colares	27,6	37,5
Curuçá	34,5	58,8
Igarapé-Açu	35,0	48,3
Inhangapi	33,3	57,4
Magalhães Barata	30,9	58,7
Maracanã	31,8	53,2
Marapanim	31,7	64,7
Santa Isabel do Pará	28,4	50,3
Santa Maria do Pará	37,0	55,8
Santo Antônio do Tauá	28,9	44,3
São Caetano de Odivelas	35,7	62,4
São Domingos do Capim	43,3	67,8
São Francisco do Pará	28,0	58,4
São João da Ponta	22,9	53,6
São Miguel do Guamá	36,5	59,9
Terra Alta	26,8	56,1
Vigia	30,7	48,2

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Guamá, a taxa de mortalidade infantil de 12,04 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi inferior à do Pará, de 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas foram São Francisco do Pará (24,27), Inhangapi (22,86) e Terra Alta (19,42). Por outro lado, São João da Ponta não apresentou nenhum caso de morte infantil, e Marapanim (6,19), Igarapé-Açu (7,09) e Santo Antônio do Tauá (8,28) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constavam, em 2018, 1.624 agentes, equivalentes à proporção de cobertura de 99,89% (apenas o município de Marapanim não possuía 100% da população estimada coberta), maior que a observada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 188 equipes implantadas na RI, correspondendo a uma proporção de cobertura média de 91,34%, superior à do estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, dez municípios da região alcançaram 100% da cobertura (Colares, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta), ressaltando-se, também, que São Miguel do Guamá (42,10%) e Vigia (59,46%) apresentaram as menores proporções de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guamá
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	12,04
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	99,89
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	91,34
Hospitais - 2018	6.687	247	17

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guamá
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	4,17
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,34

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

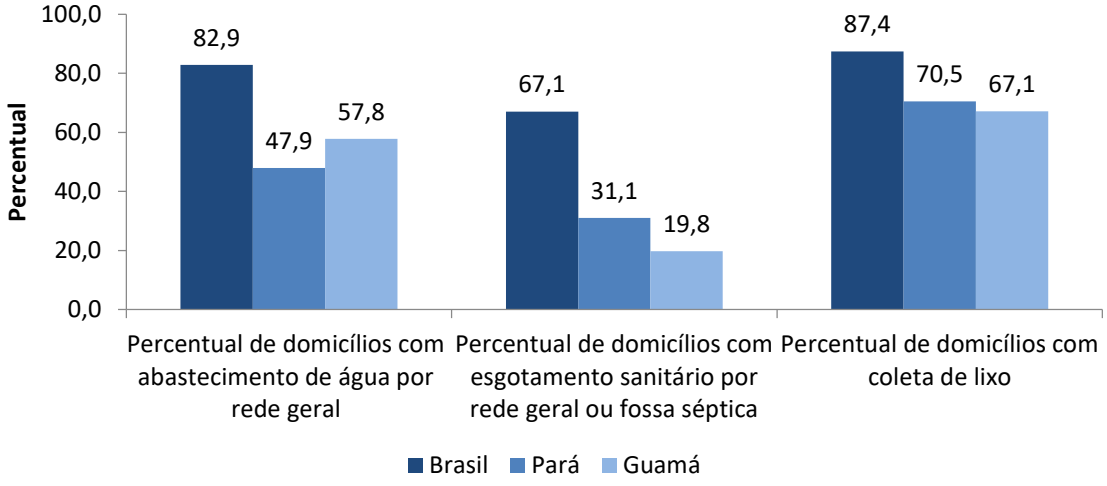
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Guamá contava, em 2018, com 17 hospitais (hospital geral, hospital/dia e hospital especializado). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 4,17, superior à observada pelo Pará, de 2,47. Em relação a leitos hospitalares por mil habitantes, a RI obteve, no mesmo ano, a taxa de 1,34, menor que a do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guamá. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guamá, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 57,8% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 19,8% e a de coleta de lixo, 67,1%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em oito (Castanhal, Inhangapi, Magalhães Barata, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Vigia) dos 18 municípios que compõem a RI Guamá, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI GUAMÁ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	39.312	25,3
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	23.773	59,5
Coabitação Familiar	168.684	39,2	12.493	31,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.168	5,4
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.495	3,7
Total Domicílios	**1.859.165**		**155.347**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela, que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guamá, o déficit era de 25,3% do total de domicílios. Em 2010, a componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 59,5% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 31,3% na região Guamá. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 91% na RI. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,4% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 3,7% na região.

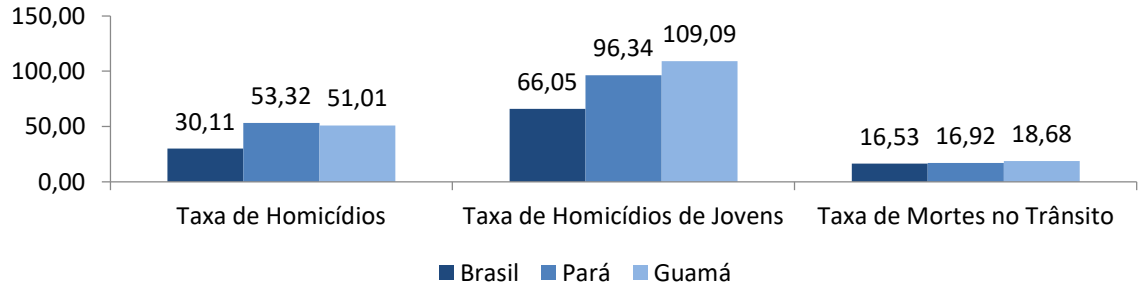
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Guamá apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios de jovens e taxa de mortes no trânsito, e inferior para o indicador taxa de homicídios. A taxa de homicídios, no estado, atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 51,01. Os municípios de Inhangapi e Castanhal apresentaram as maiores taxas, 79,03 e 76,31 homicídios, respectivamente, em contraposição a São Francisco do Pará, que não apresentou nenhum caso de homicídio, e Magalhães Barata, que registrou a menor taxa, 12,03 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Guamá (109,09 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de São Caetano de Odivelas e Castanhal alcançaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 175,37 e 163,71 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Os municípios de Magalhães Barata, São Francisco do Pará e São João da Ponta não apresentaram casos de homicídios de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Quanto à taxa de mortes por acidente no trânsito, a RI Guamá registrou, em 2017, 18,68 mortes, enquanto o Pará apresentou taxa inferior, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Magalhães Barata (48,10 mortes) e Terra Alta (35,09 mortes), as menores taxas foram observadas por São Domingos do Capim (3,21 mortes) e Maracanã (6,97 mortes).

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Guamá apresentou taxa superior ao Pará no indicador taxa de homicídios no trânsito e taxas inferiores para os indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 43,00 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou taxa de 15,62 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, no Pará, em 2017, atingiu um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, e na RI Guamá, 1.205,47 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guamá

Indicadores Segurança	Pará		RI Guamá	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	45,27	43,00
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	22,18	15,62
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	1.438,44	1.205,47

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e a região Guamá registrou um total de 42,1% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guamá apresentou um Índice de Gini de 0,53, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Guamá	**42,1**	**0,53**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Guamá, 58,6% da população de seus municípios estavam inscritos no cadastro, contra 52,6% de inscritos em todo o Pará. Desses inscritos na RI, 77,1% declararam que possuíam renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e, no estado, 78,6% declararam o mesmo. Das famílias inscritas no cadastro, na região, 65,9%, recebiam o Bolsa Família, acima do índice do Pará, 64,2% do total de inscritos.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guamá e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Guamá	**58,6**	**77,1**	**65,9**
Castanhal	44,1	55,1	45,2
Colares	71,2	83,1	74,9
Curuçá	73,4	92,4	81,1
Igarapé-Açu	65,6	80,4	71,5
Inhangapi	65,7	81,3	70,2
Magalhães Barata	71,1	73,6	64,9
Maracanã	83,1	88,4	76,7
Marapanim	64,7	86,4	75,8
Santa Isabel do Pará	46,1	71,3	59,4
Santa Maria do Pará	66,3	77,7	65,7
Santo Antônio do Tauá	59,4	84,8	71,5
São Caetano de Odivelas	69,4	82,6	74,2
São Domingos do Capim	76,4	88,6	82,2
São Francisco do Pará	67,8	77,9	68,0
São João da Ponta	80,2	84,1	73,0
São Miguel do Guamá	59,4	84,7	73,6
Terra Alta	79,3	86,0	73,5
Vigia	60,9	83,3	68,0

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem essa região, Maracanã e São João da Ponta possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, 83,1% e 80,2%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Curuçá (92,4%), São Domingos do Capim (88,6%) e Maracanã (88,4%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que registraram o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram São Domingos do Capim (82,2%) e Curuçá (81,1%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Guamá comportava 204.787 jovens, ou 29,83% de sua população. No período de 2015 a 2018, Castanhal e Santa Izabel do Pará apresentaram o maior número de jovens entre os municípios da região, e, no último ano do período, 2018, a maior concentração de jovens ocorreu em Castanhal (60.759), Santa Izabel do Pará (22.203) e São Miguel do Guamá (17.259), que, juntos somaram, 49% dos jovens. Considerando a participação, Santa Izabel do Pará (31,83%) e Igarapé-açu (30,74%) lideravam o ranking das maiores e São Francisco do Pará (27,31%) e Marapanim (27,75%) ocupavam as últimas posições.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Guamá	**196.243**	**29,75**	**198.542**	**29,76**	**200.752**	**29,77**	**204.787**	**29,83**
Castanhal	58.245	30,69	59.069	30,67	59.861	30,66	60.759	30,64
Colares	3.314	28,37	3.326	28,38	3.339	28,40	3.428	28,47
Curuçá	10.494	27,76	10.666	27,78	10.831	27,80	10.999	27,82
Igarapé-Açu	11.345	30,39	11.433	30,45	11.518	30,51	11.862	30,74
Inhangapi	3.352	30,33	3.413	30,41	3.472	30,49	3.534	30,57
Magalhães Barata	2.325	28,08	2.333	28,12	2.340	28,14	2.420	28,39
Maracanã	7.959	27,77	7.968	27,79	7.977	27,81	8.569	29,12
Marapanim	7.506	27,43	7.545	27,47	7.582	27,50	7.830	27,75
Santa Isabel do Pará	21.158	31,82	21.542	31,83	21.911	31,83	22.203	31,83
Santa Maria do Pará	6.877	28,74	6.899	28,68	6.921	28,62	7.015	28,37
Santo Antônio do Tauá	8.683	29,31	8.832	29,31	8.974	29,32	9.101	29,32
São Caetano de Odivelas	5.081	29,17	5.107	29,20	5.132	29,22	5.277	29,37
São Domingos do Capim	8.646	28,03	8.687	28,03	8.727	28,04	8.936	28,07
São Francisco do Pará	4.337	28,20	4.336	28,12	4.335	28,05	4.324	27,31
São João da Ponta	1.649	28,46	1.681	28,57	1.712	28,68	1.743	28,77
São Miguel do Guamá	16.557	29,60	16.770	29,59	16.975	29,59	17.259	29,59
Terra Alta	3.184	28,63	3.227	28,65	3.268	28,67	3.326	28,69
Vigia	15.531	30,35	15.708	30,38	15.877	30,41	16.202	30,46

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos correspondiam a 25,51% dos vínculos, no Pará, e 27,19%, na RI Guamá. Os maiores percentuais de participação de jovens no

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

mercado de trabalho ocorreram em Castanhal (32,97%), São João da Ponta (31,65%) e Santa Maria do Pará (30,98%), e, em números absolutos, Castanhal e Santa Isabel do Pará lideraram com um total de 9.936 e 1.927, respectivamente (Tabela 12).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Guamá	**62.786**	**17.074**	**27,19**
Castanhal	30.135	9.936	32,97
Colares	582	65	11,17
Curuçá	1.666	222	13,33
Igarapé-Açu	2.330	583	25,02
Inhangapi	931	211	22,66
Magalhães Barata	293	38	12,97
Maracanã	1.945	341	17,53
Marapanim	1.452	180	12,40
Santa Isabel do Pará	7.676	1.927	25,10
Santa Maria do Pará	1.740	539	30,98
Santo Antônio do Tauá	2.251	498	22,12
São Caetano de Odivelas	739	100	13,53
São Domingos do Capim	1.920	352	18,33
São Francisco do Pará	864	159	18,40
São João da Ponta	278	88	31,65
São Miguel do Guamá	4.841	1.216	25,12
Terra Alta	476	75	15,76
Vigia	2.667	544	20,40

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em 32%.

Na RI Guamá, esse dado foi de 24,56%, em 2017, o 4º menor percentual dentre as regiões de integração, com diminuição de 3,82 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de mães menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos aconteceram em Marapanim (33,13%), São Domingos do Capim (31,49%) e Inhangapi (31,43%), tendo este um incremento de 6,11 p.p. em relação a 2010, o maior do período 2010-2017.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Guamá (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Guamá	**28,38**	**27,73**	**28,22**	**27,18**	**27,69**	**26,42**	**25,17**	**24,56**
Castanhal	23,48	22,97	24,11	22,56	24,64	22,45	21,12	19,35
Colares	28,66	27,67	23,84	24,52	29,12	25,00	25,13	25,45
Curuçá	33,66	29,63	32,13	26,48	30,19	28,90	27,70	28,98
Igarapé-Açu	29,87	30,72	34,30	27,38	26,89	25,57	28,00	25,71
Inhangapi	25,32	28,72	31,14	30,60	33,73	27,68	29,63	31,43
Magalhães Barata	28,04	23,58	33,07	29,81	30,77	29,46	27,84	28,89

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Maracanã	34,41	33,49	31,12	31,97	31,59	27,87	25,85	27,90
Marapanim	32,43	34,18	33,93	28,79	26,56	32,12	30,70	33,13
Santa Isabel do Pará	30,24	28,82	27,78	32,20	27,71	27,78	24,60	24,32
Santa Maria do Pará	29,44	26,78	27,93	31,43	29,49	23,71	29,57	20,09
Santo Antônio do Tauá	34,19	34,71	25,71	28,37	26,62	29,86	27,70	25,05
São Caetano de Odivelas	33,94	29,82	28,69	31,39	29,28	31,76	21,24	26,05
São Domingos do Capim	26,69	24,43	28,93	25,20	29,88	28,19	23,29	31,49
São Francisco do Pará	25,73	27,50	30,62	22,08	27,80	23,47	28,19	26,70
São João da Ponta	33,33	30,67	33,33	22,22	43,90	32,53	25,93	22,99
São Miguel do Guamá	30,64	29,86	30,10	31,59	30,12	29,09	27,47	28,32
Terra Alta	32,97	36,25	31,63	34,44	32,95	30,92	30,46	23,79
Vigia	30,41	31,06	30,73	28,20	27,10	28,63	28,55	27,86

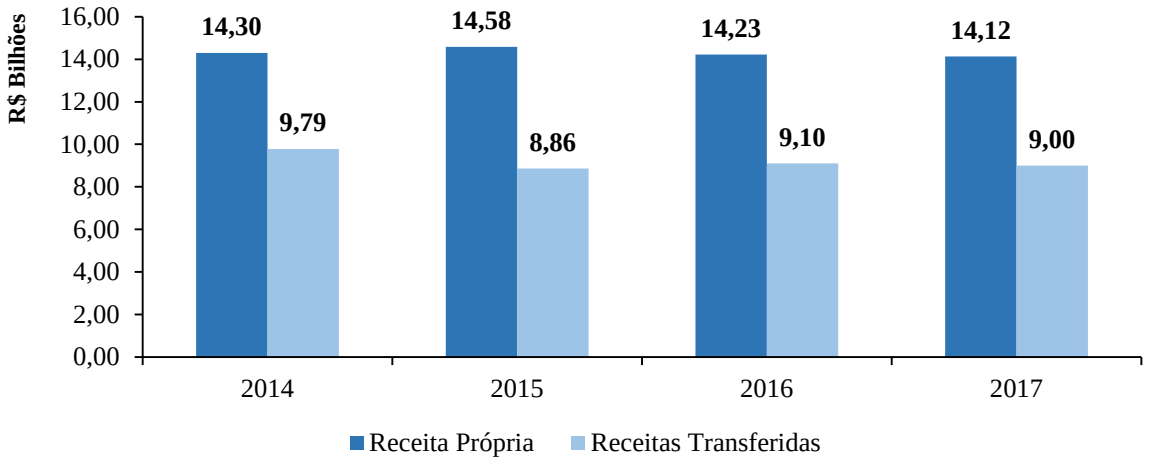
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado mantiveram-se com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

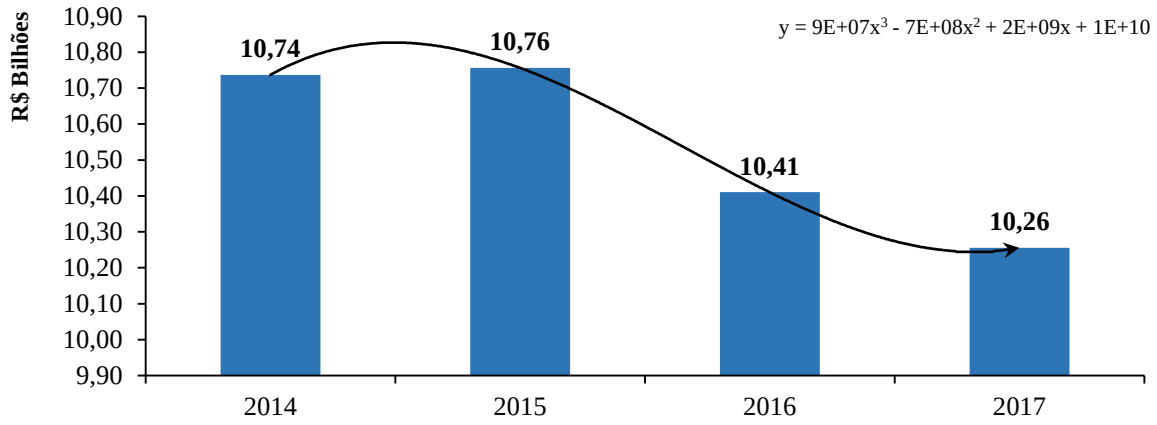
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

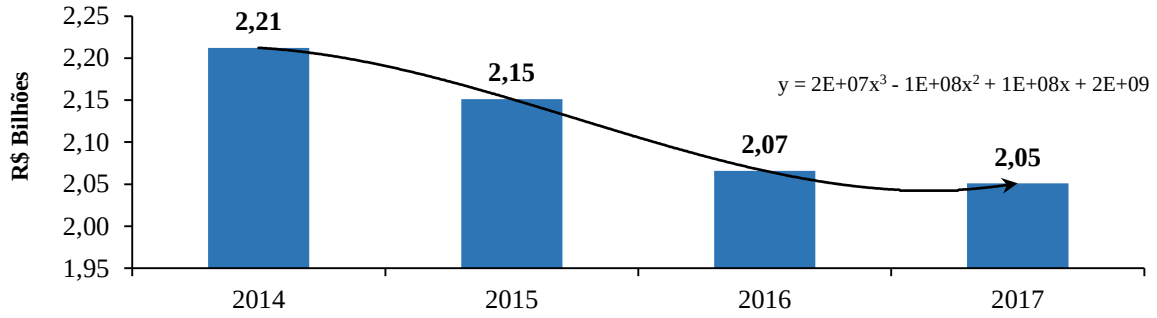
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017).



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017).



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verifica-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Guamá cresceu em 6,5%, tendo, em 2017, o município de Castanhal recebido a maior parcela (50%) do total destinado à RI, seguido por Santa Izabel do Pará (7%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representava, em média, 5,1% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
Guamá	**105.521.742,24**	**105.841.159,14**	**109.307.893,09**	**112.401.023,56**
Castanhal	47.119.771,68	50.984.460,78	55.799.076,85	56.405.623,12
Colares	2.433.415,44	2.151.243,08	2.082.055,12	2.051.113,57
Curuçá	3.097.074,18	2.581.491,68	2.914.877,13	2.666.447,64
Igarapé-Açu	3.981.952,55	3.872.237,51	3.747.699,19	4.307.338,50
Inhangapi	2.654.635,02	2.366.367,40	2.082.055,12	2.461.336,28

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Magalhães Barata	2.433.415,44	1.936.118,76	1.665.644,09	1.846.002,20
Maracanã	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.666.447,64
Marapanim	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.461.336,28
Santa Izabel do Pará	7.963.905,08	7.959.599,36	8.120.014,92	7.999.342,92
Santa Maria do Pará	3.097.074,18	2.796.616,00	2.706.671,63	2.871.559,00
Santo Antônio Tauá	3.760.732,96	3.441.988,90	3.539.493,69	3.486.893,06
São Caetano Odivelas	2.654.635,02	2.581.491,68	2.290.260,62	2.666.447,64
São Domingos do Capim	3.318.293,79	3.226.864,60	3.123.082,66	2.871.559,00
São Francisco do Para	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
São João da Ponta	2.212.195,86	2.151.243,08	2.082.055,12	1.846.002,20
São Miguel do Guamá	4.866.830,86	4.732.734,77	4.996.932,26	5.332.895,29
Terra Alta	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.256.224,93
Vigia	4.866.830,86	4.517.610,45	4.788.726,74	5.332.895,29

Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Guamá é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (554 km²), Proteção Integral (10 km²) e Territórios Quilombolas (23,89 km²). Assim, de sua área total, 12.211 km², aproximadamente, 4,81% correspondem às áreas protegidas.

Em relação ao desmatamento acumulado na RI, em 2017, registrou-se o equivalente a 7.857 km², o que corresponde a 64% da área da região e 3% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, os municípios de São Domingos do Capim, Castanhal, São Miguel do Guamá, Igarapé-Açu e Santa Isabel do Pará concentraram mais de 50% do desmatamento acumulado, registrado em 2017. Da mesma maneira, em 2017, quase 45% dos registros de foco de calor da RI Guamá estavam concentrados em apenas dois municípios, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Guamá, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²)	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
Guamá	**12.211**	**7.857**	**817**
Castanhal	1.029	906	53
Colares	610	91	7
Curuçá	673	274	39
Igarapé-Açu	786	689	32
Inhangapi	471	328	36
Magalhães Barata	325	163	27
Maracanã	856	328	53
Marapanim	796	404	61
Santa Isabel do Pará	718	537	22
Santa Maria do Pará	458	416	24
Santo Antônio do Tauá	538	325	13
São Caetano de Odivelas	743	234	14
São Domingos do Capim	1.677	1.354	236
São Francisco do Pará	480	418	24

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²)	Focos de Calor
São João da Ponta	196	110	20
São Miguel do Guamá	1.110	890	130
Terra Alta	206	172	20
Vigia	539	219	6

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 42,85% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Terra Alta possui a maior proporção de área com CAR efetivado (54,96%), seguido por Castanhal (53,09%) e São Francisco do Pará (51,99%).

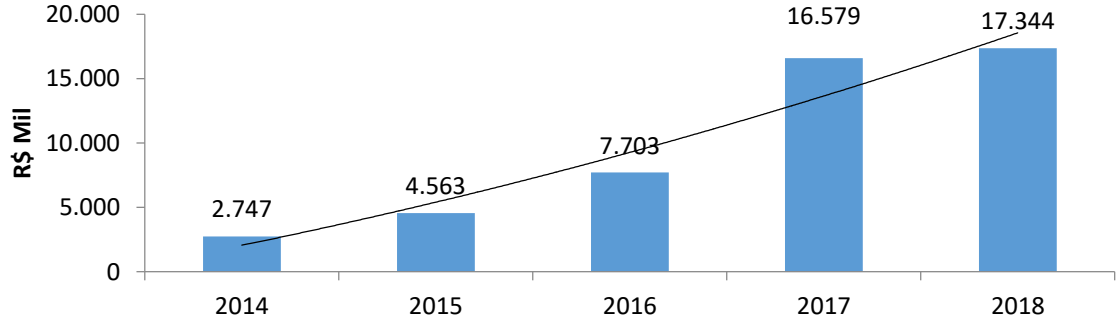
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Guamá, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Guamá	**12.211**	**10.206,56**	**83,46**	**4.373,89**	**42,85**
Castanhal	1.029	1.030,19	99,95	546,95	53,09
Colares	610	240,41	39,37	42,49	17,67
Curuçá	673	432,90	64,25	66,14	15,28
Igarapé-Açu	786	786,10	99,89	372,94	47,44
Inhangapi	471	449,17	95,10	221,28	49,26
Magalhães Barata	325	213,96	65,69	28,80	13,46
Maracanã	856	583,87	68,16	84,33	14,44
Marapanim	796	611,99	76,77	121,45	19,85
Santa Isabel do Pará	718	686,94	95,55	332,20	48,36
Santa Maria do Pará	458	458,12	99,97	201,56	44,00
Santo Antônio do Tauá	538	446,69	82,95	171,77	38,45
São Caetano de Odivelas	743	305,71	41,04	77,88	25,47
São Domingos do Capim	1.677	1.645,57	97,96	1.077,77	65,50
São Francisco do Pará	480	480,02	99,95	249,57	51,99
São João da Ponta	196	161,39	82,22	46,04	28,53
São Miguel do Guamá	1.110	1.086,05	97,70	500,76	46,11
Terra Alta	206	206,70	99,97	113,60	54,96
Vigia	539	380,80	70,52	118,38	31,09

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, foi registrado para a RI Guamá uma participação média de 9,97% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$ 17,343 milhões, com o município de São Caetano de Odivelas detendo a maior parcela (6,81%), seguido por Vigia (6,79%), Maracanã (6,54%), Curuçá (6,55%), Santo Antônio do Tauá (6,50%), Marapanim (6,39%), São Miguel do Guamá (6,32%), Santa Isabel do Pará (6,28%), Castanhal (6,20%), Igarapé-Açu (6,15%), Terra Alta (6,14%), São Francisco do Pará (6,11%), Colares (4,57%), São João da Ponta (3,88%), São Domingos do Capim (3,83%), Magalhães Barata (3,77%), Inhangapi (3,71%), e Santa Maria do Pará (3,46%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Guamá (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Guamá (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Guamá	**2.746.688,49**	**4.563.332,98**	**7.703.016,64**	**16.579.187,77**	**17.343.733,61**
Castanhal	117.720,51	231.653,56	316.852,22	1.034.309,00	1.074.917,11
Colares	157.871,45	333.888,51	536.137,39	923.027,61	791.634,92
Curuçá	227.121,77	182.915,87	686.501,60	707.447,19	1.135.989,94
Igarapé-Açu	119.617,27	242.079,97	330.830,52	1.038.675,61	1.065.981,86
Inhangapi	250.224,03	250.832,88	310.008,04	740.916,46	643.378,42
Magalhães Barata	144.793,46	34.530,42	78.371,74	716.829,18	653.810,89
Maracanã	218.172,56	451.923,94	651.263,27	995.497,17	1.136.468,41
Marapanim	160.364,30	343.849,16	548.234,73	713.823,61	1.108.585,91
Santa Isabel do Pará	104.594,82	219.036,64	289.010,04	1.277.166,49	1.089.259,66
Santa Maria do Pará	48.783,85	102.456,98	152.162,97	513.172,26	600.658,28
Santo Antônio do Tauá	191.970,56	419.890,34	638.890,94	729.671,05	1.126.668,12
São Caetano de Odivelas	176.815,66	365.260,10	595.299,25	1.277.167,80	1.181.674,88
São Domingos do Capim	169.281,54	322.694,10	458.146,82	761.537,50	664.988,58
São Francisco do Pará	130.923,48	249.587,92	366.621,16	1.036.450,09	1.059.737,50
São João da Ponta	187.231,02	400.180,24	629.913,91	718.252,77	673.143,74
São Miguel do Guamá	90.294,48	178.640,46	295.343,45	1.060.874,47	1.095.356,00
Terra Alta	64.099,44	118.667,90	232.251,31	1.057.201,73	1.064.582,61
Vigia	186.808,31	115.243,98	587.177,27	1.277.167,79	1.176.896,77

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Guamá**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	10.652.788,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	21.566.468,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	7.621.949,00
Cultura	1.112.197,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	92.703.540,00
Direitos Socioassistenciais	20.063.023,00
Educação Básica	911.265.882,00
Educação Profissional e Tecnológica	3.262.354,00
Educação Superior	22.265.241,00
Esporte e Lazer	4.466.632,00
Governança Pública	92.706.036,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	28.178.460,00
Infraestrutura e Logística	167.595.524,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.472.487,00
Saúde	167.932.796,00
Segurança Pública	207.641.598,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.845.629,00
	R$ 1.767.352.604,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	1.571.304.450,00
	R$ 1.571.304.450,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 3.338.657.054,00

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 10.652.788,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	15.836.929	06/2019	ADEPARA	1.9249.886
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Dendê)	Kg/Hectare	14.298	06/2019	IBGE	17.379

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	118	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	124 130 137 143
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	14.128	12/2018	EMATER	2020 2021 2022 2023	9.000 9.500 9.720 9.796
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	416	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	437 459 482 506

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 18 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Implantar 01 Estação Modelo de Aquicultura - Terra Alta

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Guamá**

R$ 3.338.657.054,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

R$ 21.566.468,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	5,50	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	40,00 - - -
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	6,00 33,00 28,00 17,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 9 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	SEPLAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 7.621.949,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,32	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	33,33 33,33 33,33 33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional
Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Guamá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Implantar 1 Centro Tecnológico do Açaí em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região de Integração: **Guamá**

R$ 3.338.657.054,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura

R$ 1.112.197,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	50,00	12/2018	SECULT/FCP	66,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	1.800
					2021	1.800
					2022	1.800
					2023	1.800

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 92.703.540,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	19,93	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	19,93 19,93 19,93 19,93
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	67,86	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	84,05 86,97 86,97 86,97

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Compromisso Regional

Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Jaderlândia, no Município de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB
Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 20.063.023,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 911.265.882,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,00	12/2017	INEP/SEDUC	3,60
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,90	12/2017	INEP/SEDUC	4,60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020	5,40
					2021	5,10
					2022	5,00
					2023	4,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	15,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	14,24
					2021	14,08
					2022	13,92
					2023	13,76
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	81,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	82,50
					2021	83,30
					2022	83,70
					2023	84,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,50
					2021	76,80
					2022	77,10
					2023	77,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	12,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,10
					2021	11,60
					2022	11,30
					2023	11,00

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	10,01	12/2018	INEP/SEDUC	2020	9,26
					2021	9,12
					2022	8,98
					2023	8,84

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Castanhal, Maracanã e Marapanim.

Reformar/Ampliar 10 Escolas Estaduais nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Maracanã, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, São João da Ponta e Vigia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 40 escolas nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapá-Açu, Inhangapi, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 3.262.354,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	100,00 25,00 16,67 14,29
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	625	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	680 660 790 740

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Castanhal e Marapanim

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

Região de Integração: **Guamá**

R$ 3.338.657.054,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior

R$ 22.265.241,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	8,73	12/2018	UEPA	5,07

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	17,00 17,00 15,00 14,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 4.466.632,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	721	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	726 800 830 867

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 92.706.036,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	481.431,00	12/2018	SEFA	637.721,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,25	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020 2021 2022 2023	0,38 0,38 0,38 0,38

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Maracanã, Marapanin, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vigia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 28.178.460,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-3,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,50
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	40.582,00	12/2018	SETUR	45.914,81

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	14	12/2018	BANPARA	2020	73
					2021	109
					2022	142
					2023	170
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	16	07/2019	SEDEME	2020	74
					2021	77
					2022	93
					2023	95
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	1	12/2017	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	50.000	12/2018	SETUR	2020	52.531
					2021	53.845
					2022	55.191
					2023	56.570

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 07 Agências do Banpará nos Municípios de Colares, Inhangapi, Magalhães Barata, São Domimgos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Setor Privado	Projeto Financiado	Un	FDE
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 167.595.524,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	59,56	12/2018	SETRAN	62,38

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	689,50	12/2018	SETRAN	2020	919,50
					2021	1.149,50
					2022	1.149,50
					2023	1.189,50
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	591,87	12/2018	SETRAN	2020	591,87
					2021	591,87
					2022	601,87
					2023	619,87
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020	-
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN

Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Guamá**

R$ 3.338.657.054,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

R$ 3.472.487,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,22	12/2018	PRODES/INPE	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	72,22	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	72,22 77,77 83,33 88,90

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 03 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Guamá**

R$ 3.338.657.054,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde

R$ 167.932.796,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	5	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,07
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	12,04	12/2018	SIM	9,81
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	239,82	12/2018	MS/SIM	221,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	92,35	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	97,97 100,00 100,00 100,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	16,60	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,14	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,14 1,14 1,14 1,34
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,40	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,10	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,12 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Apoio à Implementação de Consórcios Públicos em Saúde	Município Consorciado	Un	SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Hospital Regional de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, SESPA

Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 207.641.598,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	88,00	12/2018	SEGUP	81,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	47,60	12/2018	SEGUP	41,30
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	15,59	12/2018	DATASUS	15,11
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.084,20	12/2018	SEGUP	940,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	542,80	12/2018	SEGUP	511,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,55	12/2018	SEAP	2020	1,43
					2021	1,43
					2022	1,43
					2023	1,98
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	2.257	12/2018	PMPA	2020	2.933
					2021	3.610
					2022	4.287
					2023	4.964
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	84,00	12/2018	DETRAN	2020	85,00
					2021	86,00
					2022	87,00
					2023	88,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	47,00	12/2018	DETRAN	2020	48,00
					2021	49,00
					2022	50,00
					2023	51,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	27,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	28,00
					2021	29,00
					2022	31,00
					2023	32,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	91,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	91,00
					2021	91,00
					2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Ampliar o Presídio Estadual Metropolitano I, em Santa Isabel do Pará

Construir 2 Blocos na Colônia Penal Agrícola de Santa Isabel do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento na Região Metropolitana de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP

Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 4.845.629,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,08	12/2018	MTE/RAIS	0,80

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 6,67	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	0,30 0,80 1,30 1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	26,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	21,00 22,00 24,00 28,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	8,70	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	10,50 11,00 12,00 13,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Guamá

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	20.177.697,00
Concessão de Auxílio Alimentação	263.585.924,00
Concessão de Auxílio Fardamento	15.961.318,00
Concessão de Auxílio Transporte	13.432.187,00
Operacionalização das Ações Administrativas	15.599.970,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	1.242.547.354,00
	R$ 1.571.304.450,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: LAGO DE TUCURUÍ



PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

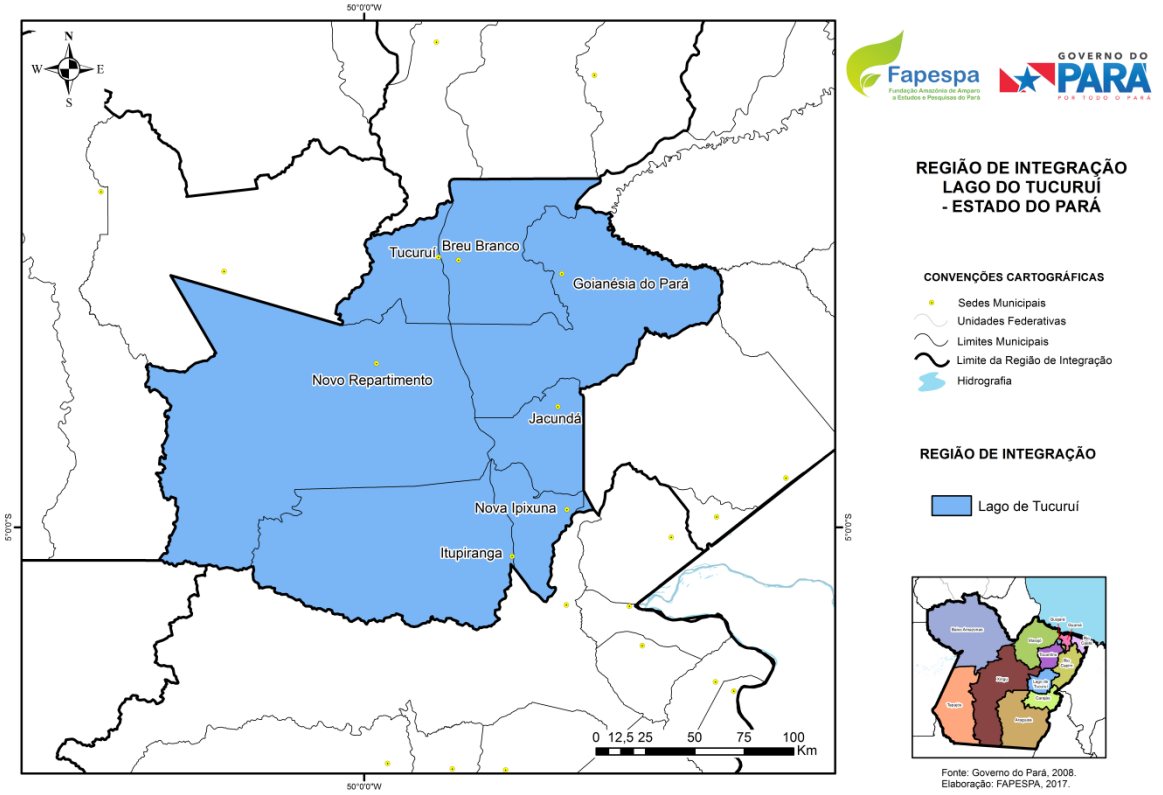


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO LAGO DE TUCURUÍ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Lago de Tucuruí, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 7 municípios: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Localizada na região sudeste do estado e entrecortada pelo rio Tocantins e pelas rodovias BR-230 (Rodovia Transamazônica) e PA-150, possuindo uma área de 40.011 km², correspondente a 3% da área do estado do Pará. Do total da região, cerca de 23,3% são de áreas protegidas.

A RI conta com uma população estimada, em 2018, de 419.483 habitantes, que equivale a 5% do total do Pará. Tucuruí é o município de maior contingente populacional, participando com 27% do total da RI, seguido de Novo Repartimento, 18%, e Breu Branco, 15%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,95%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 7,2 bilhões, que equivale a 5% do PIB Estadual. Na composição do PIB da região, os Serviços contribuem com 17%, a Agropecuária com 13%, a Indústria com 47%, a Administração Pública com 20%, e os Impostos com 4%. A região Lago de Tucuruí também destaca-se pela importância energética, através da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Araguaia/Tocantins, onde o turismo destaca-se pelas manifestações religiosas, festivais regionais, artesanato, monumentos históricos, paisagens naturais como praias, sítios arqueológicos e reservas ecológicas.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Lago de Tucuruí teve sua riqueza valorada em R$ 7,2 bilhões, que representou 5,2% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o da Indústria, com R$3,3 bilhões, equivalentes a 47% do PIB da RI, seguido da Administração Pública, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, com

R$ 1,4 bilhão e participação de 20% do PIB regional, e o de Serviços, com R$ 1,2 bilhão e participação de 17%. A região destaca-se pela importância energética, através da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, além do grande potencial aquícola, com a produção de tucunaré (que representa 60% da produção do estado), pirarucu e matrinxã, e, ainda, a pecuária bovina.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Lago de Tucuruí, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**7.220.755**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**6.948.280**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	96,2%
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**907.301**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	12,57%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**3.369.540**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	46,66%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**1.241.459**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	17,19%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**1.429.980**
% Administração Pública	15,08%	20,40%	19,80%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**272.477**
% Impostos	13,55%	9,62%	3,77%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Lago de Tucuruí, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Tucuruí, com participação de 60%, tendo como principal atividade a geração de energia, através da hidrelétrica de Tucuruí, Novo Repartimento, com 11% de participação, destacando-se a pecuária bovina, e Breu Branco, com 7%, sendo suas principais atividades no segmento de produção de sílica metaliza e nos cultivos de mandioca, açaí e pimenta-do-reino.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Lago de Tucuruí, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Lago de Tucuruí	Produção e distribuição de eletricidade e água	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura
Breu Branco	Agricultura	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio
Goianésia do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio	Agricultura
Itupiranga	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Jacundá	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Agricultura	Indústria de transformação
Nova Ipixuna	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio	Agricultura
Novo Repartimento	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Tucuruí	Produção de eletricidade	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil

Fonte: Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,4 bilhões, em que a RI Lago de Tucuruí contabilizou um saldo de US$140 milhões. O principal produto exportado é a pimenta do reino e sumo de sucos, sendo Castanhal o maior exportador da RI com 96% e 67%, nesta ordem. O principal produto importado são insumos para indústria têxtil como tecidos, fibras e fios de juta, sendo Castanhal o único importador desses produtos no estado.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e RI Lago de Tucuruí (2018).

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
Lago de Tucuruí	**85.831.207**	**0,5**	**292.010**	**0,0**	**85.539.197**
Breu Branco	85.831.207	100	279.153	95,6	85.552.054
Jacundá	0	0,0	12.857	4,4	-12.857

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Lago de Tucuruí registrou, em 2017, um total de 30 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha, cerca de, 52% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 21%, e Serviços, 11%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Tucuruí (40%), Novo Repartimento (14%) e Jacundá (11,6%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	127.791
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,84
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	27,11
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**30.309**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	32
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.903
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	434
Construção Civil	1.838.958	57.880	763
Comércio	9.230.750	203.656	6.461
Serviços	16.772.645	284.360	3.456
Administração Pública	9.195.215	363.926	15.655
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	1.605

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 93 mil trabalhadores na RI estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 3,2% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A malha rodoviária presente na RI Lago de Tucuruí é composta por rodovias estaduais (PA-151 e PA-156) e federais (BR-422 e BR-230) e um conjunto de vicinais que auxiliam no escoamento da produção agropecuária. Ressalta-se a importância na composição da estrutura logística da região, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e da Hidrovia Araguaia/Tocantins. Estão planejadas para o estado duas obras de infraestrutura que terão grande impacto na dinâmica da RI, as ferrovias Água Boa(MT)/Barcarena (PA – RI Tocantins) e Norte-Sul (Tramo Norte), com investimentos públicos e privados.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Lago de Tucuruí

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Tucuruí
Rodovias (4)	PA-151, PA-156, BR-422 e BR-230
UHE	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
Hidrovia (Eclusas)	Araguaia/Tocantins
Portos (3)	(IP4) Tucuruí
	Itupiranga
	Breu Branco

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais o conjunto modal de mobilidade da região abrange um aeródromo/aeroporto, três portos de pequeno porte, uma hidrovia e quatro rodovias.

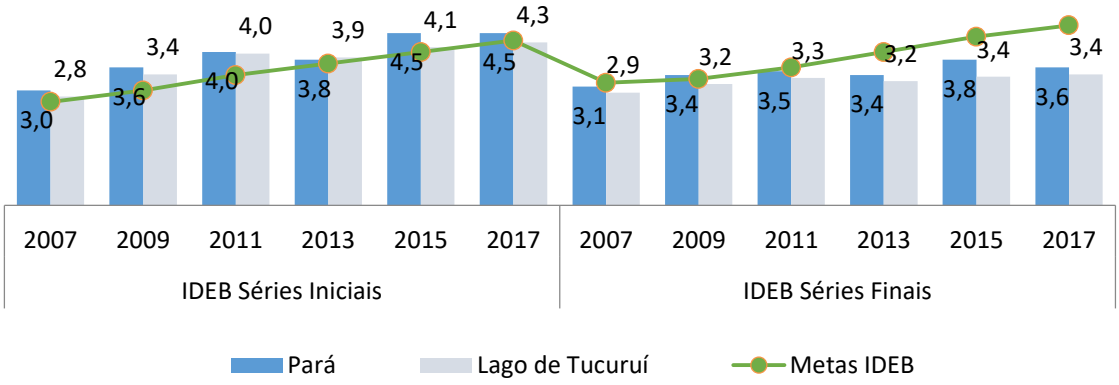
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No Pará, nas séries iniciais, a nota IDEB vem apresentando um indicativo de crescimento, na maioria dos anos observados (2207, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017), mas, em relação às séries finais, as médias, à exceção de 2015, permaneceram no mesmo patamar. Esse comportamento se assemelha ao da RI Lago de Tucuruí, salvo algumas especificidades, nos dois níveis de ensino, como mostra o gráfico a seguir. A média da nota IDEB dos municípios da região, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. No entanto, nas séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas propostas não foram atingidas.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



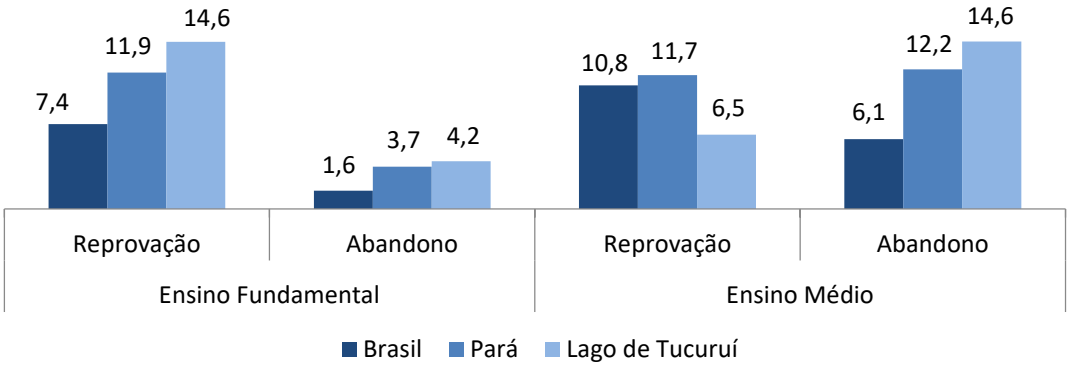
Fonte: INEP/Fapespa, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Lago de Tucuruí.

A taxa de reprovação da região, no ensino fundamental, atingiu 14,6%, em 2017, bem acima dos valores do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Nova Ipixuna apresentou a maior taxa de reprovação, 22,5%, e Itupiranga, a menor taxa, 12,2%. No ensino médio, ao contrário, a taxa de reprovação da região, 6,5%, foi inferior aos valores estadual, 11,7%, e nacional, 10,8%, sendo Breu Branco, com 10,8% de alunos reprovados, o município que alcançou a maior taxa e Nova Ipixuna, com 2,8%, a menor taxa registrada.

Quanto à taxa de abandono, em 2017, no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Pará, 3,7%, e do Brasil, 1,6%, atingindo 4,2% de abandono. No ensino médio, a RI apresentou o mesmo comportamento, com 14,6%, acima dos valores registrados no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. Esses resultados tornam-se mais preocupantes quando se considera que o estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do país, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Lago de Tucuruí, o município que obteve a maior taxa de abandono, no ensino fundamental, foi Novo Repartimento, com 5,9%, e Tucuruí, com 2,3%, o que registrou a menor

taxa. No ensino médio, Jacundá deteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental com 19%, e o município com menor abandono foi Tucuruí, com 10,1%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). No ensino fundamental, o município de Nova Ipixuna destacou-se com a maior taxa de distorção da RI lago de Tucuruí (41,2%) e Tucuruí com a menor taxa (26,9%). No ensino médio, Goianésia do Pará (63,4%) apresentou a pior taxa ficou e a menor distorção foi observada em Tucuruí (45%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Lago de Tucuruí	**32,7**	**53,6**
Breu Branco	32,2	57,5
Goianésia do Pará	32,5	63,4
Itupiranga	31,7	49,3
Jacundá	26,6	54,2
Nova Ipixuna	41,2	52,5
Novo Repartimento	37,6	53,2
Tucuruí	26,9	45,0

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, a taxa de mortalidade infantil de 15,39 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada pela RI, em 2017, foi levemente superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38, sendo Goianésia do Pará (11,03) e Itupiranga (11,52) os municípios com as menores taxas, enquanto Breu Branco (24,23) e Nova Ipixuna (22,94) obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 782 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 93,71% (apenas os municípios de Breu Branco e Tucuruí não alcançaram 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 69 equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 59,88%, ligeiramente superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Nova Ipixuna possuía 100% da população estimada coberta, destacando-se Breu Branco e Itupiranga, com apenas 32,25% e 39,93% de cobertura, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	15,39
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	93,71
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	59,88
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,77
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,72

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

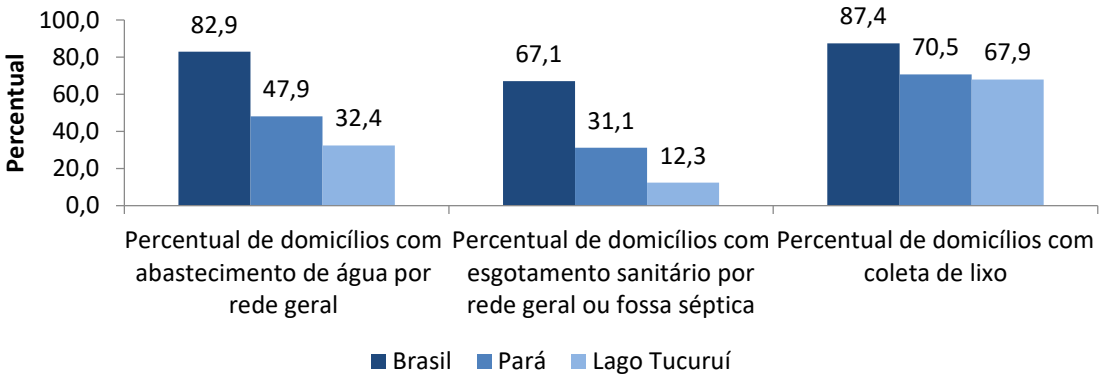
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Lago de Tucuruí conta com onze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional de Tucuruí, que atende às especialidades médicas e assistência de oncologia na Unidade de Assistência de Alta Oncologia (Unacon). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada, em 2018, pela RI foi de 3,17, superior à do Pará, de 2,47. Ao contrário, quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a da RI, 1,72, foi menor que a taxa do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Lago de Tucuruí. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, naquele ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Lago de Tucuruí, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 32,4% dos domicílios, a de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, 12,3%, e a de coleta de lixo, 67,9%. Observa-se que as coberturas dos serviços ofertados na região eram menores do que no estado do Pará, com destaque para o esgotamento sanitário, que não alcançava nem 13% dos domicílios da região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões

metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em quatro (Breu Branco, Itupiranga, Jacundá e Novo Repartimento) dos sete municípios que compõem a RI Lago Tucuruí, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI LAGO DE TUCURUÍ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	20.213	23,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	11.911	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.101	29,7
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.329	6,5
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.189	5,8
Total Domicílios	**1.859.165**		**87.675**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava aproximadamente 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o déficit era de 23% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região, coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 29,7% na

RI. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 88% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 6,5% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,8% n RI Lago de Tucuruí. Proporcionalmente, em ambos os casos, essas componentes mostraram-se menores na região que no estado.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

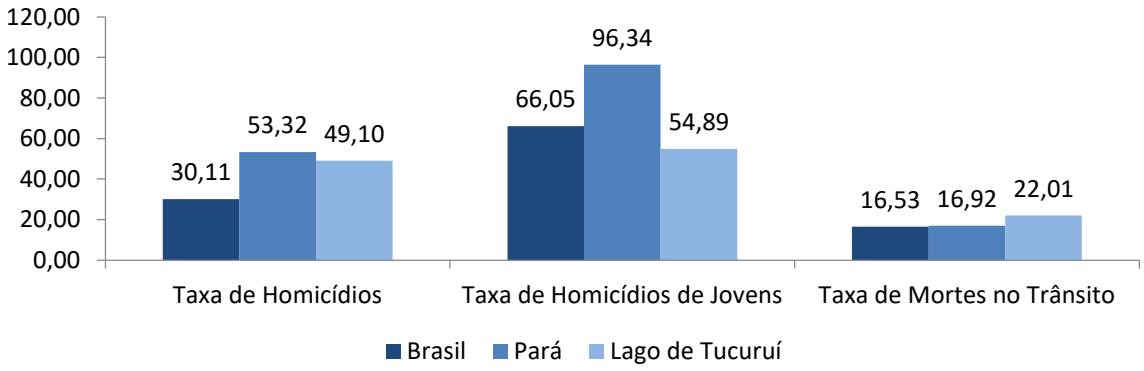
Em 2017, a RI Lago de Tucuruí apresentou taxas inferiores às do estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos, e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 49,10. Tucuruí e Novo Repartimento apresentaram as maiores taxas, 73,29 e 51,49 homicídios, respectivamente, em contraposição a Jacundá e Itupiranga, que figuraram com as menores taxas, 31,29 e 34,73 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Lago de Tucuruí (54,89 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Tucuruí (83,98) e Goianésia do Pará (57,19) registraram as maiores taxas entre os componentes da região, enquanto Nova Ipixuna (21,90) e Jacundá (37,86) apresentaram as menores taxas.

Em 2017, a taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Lago de Tucuruí foi de 22,01 mortes, superior à do Pará, 16,92 mortes. Os municípios da região com as maiores taxas foram Goianésia do Pará (38,12 mortes) e Nova Ipixuna (30,82 mortes), enquanto Breu Branco (7,79) e Itupiranga (15,43) apresentaram as menores taxas.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Lago de Tucuruí apresentou taxa inferior à do Pará em todos os indicadores analisados. A taxa de homicídios da RI foi de 38,27 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 4,87 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo, que registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no estado, enquanto para a região observou 541,60 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí

Indicadores Segurança	Pará		RI Lago de Tucuruí	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	42,97	38,27
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	11,79	4,87
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	480,77	541,60

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Lago de Tucuruí alcançou um total de 39,02% de sua população abaixo da linha da pobreza, também maior que o percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Lago de Tucuruí apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Lago de Tucuruí	**39,02**	**0,58**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico, de 2018, na RI Lago de Tucuruí, 48,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 77,9% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 61,8% das famílias inscritas receberam o Bolsa Família. A região possuía, à época, percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Lago de Tucuruí	**48,2**	**77,9**	**61,8**
Breu Branco	43,7	85,3	69,8
Goianésia do Pará	47,3	67,7	56,0
Itupiranga	60,4	81,8	64,0
Jacundá	47,4	83,3	71,2
Nova Ipixuna	54,1	69,6	55,5
Novo Repartimento	40,9	83,7	64,4

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Tucuruí	49,5	70,7	53,3
Breu Branco	43,7	85,3	69,8

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Itupiranga (60,4%) e Nova Ipixuna (54,1%) possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Breu Branco (85,3%), Novo Repartimento (83,7%), Jacundá (83,3%) e Itupiranga (81,8%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Jacundá (71,2%) e Breu Branco (69,8%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Lago de Tucuruí ocupou a 3ª posição entre as regiões de integração com o menor quantitativo de jovens, 127.776, equivalente a, aproximadamente, 30,46% de seu contingente populacional. Dentre seus municípios, os jovens se mostraram em maior número em Tucuruí, 35.032, e Novo Repartimento, 21.808. As maiores participações, em relação ao número de habitantes, ocorreram em Jacundá e Tucuruí, 32,18% e 31,24%, respectivamente, e as menores em Nova Ipixuna e Itupiranga, 28,11% e 29,15%, nesta ordem.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Lago de Tucuruí	**121.728**	**30,37**	**123.757**	**30,39**	**125.706**	**30,40**	**127.776**	**30,46**
Breu Branco	18.451	30,14	18.940	30,19	19.409	30,23	19.585	30,25
Goianésia do Pará	11.798	31,07	12.023	31,09	12.239	31,10	12.401	31,11
Itupiranga	14.882	28,74	14.896	28,75	14.909	28,76	15.503	29,15
Jacundá	17.962	32,07	18.230	32,11	18.487	32,14	18.809	32,18
Nova Ipixuna	4.466	28,20	4.517	28,17	4.566	28,15	4.638	28,11
Novo Repartimento	20.657	29,16	21.119	29,19	21.564	29,22	21.808	29,23
Tucuruí	33.512	31,26	34.032	31,25	34.532	31,25	35.032	31,24

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no Pará, e 27,98% na RI Lago de Tucuruí, uma das quatro regiões com mais baixo número de vínculos e de jovens em ocupações formais. Os municípios de Tucuruí e Novo Repartimento concentraram os maiores quantitativos de vínculos de emprego e de jovens no mercado de trabalho,

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

que, juntos, respondiam por, cerca de, 55% dos vínculos ocupados por jovens na RI. Ambos lideravam, também, na participação de jovens, sendo Novo Repartimento com 30,53% e Tucuruí com 28,07%, enquanto Breu Branco, com 25,5%, e Nova Ipixuna, com 26,03%, registraram as menores participações.

Tabela 12: Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Lago de Tucuruí	**30.309**	**8.481,00**	**27,98**
Breu Branco	3.498	892,00	25,50
Goianésia do Pará	3.058	857,00	28,02
Itupiranga	3.110	868,00	27,91
Jacundá	3.509	968,00	27,59
Nova Ipixuna	899	234,00	26,03
Novo Repartimento	4.242	1.295,00	30,53
Tucuruí	11.993	3.367,00	28,07

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, dado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, permanece elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em 32%.

Na RI Lago de Tucuruí, esse dado foi de 28,69%, em 2017, o terceiro maior percentual, considerando todas as RI, com diminuição de apenas 2,24 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos de mães menores de 19 anos ocorreram em Novo Repartimento (31,63%) e Breu Branco (30,48%). Nova Ipixuna (24,31%) e Tucuruí (25,83%) demarcaram os menores índices, destacando-se o primeiro por ter demarcado decréscimo de 10,32 p.p. em relação a 2010, o maior dentre os demais municípios.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Lago de Tucuruí	**30,93**	**30,47**	**30,36**	**31,25**	**31,13**	**30,92**	**29,20**	**28,69**
Breu Branco	31,60	32,56	34,92	33,21	34,55	32,57	31,85	30,48
Goianésia do Pará	33,38	31,73	28,57	34,44	34,51	34,54	28,29	27,76
Itupiranga	30,58	29,22	30,40	31,33	34,64	31,92	29,64	30,22
Jacundá	32,94	30,86	29,42	31,84	30,79	31,97	30,86	30,12
Nova Ipixuna	34,63	32,56	34,54	32,86	31,16	29,65	31,80	24,31
Novo Repartimento	32,80	33,13	33,68	33,33	32,30	32,68	31,38	31,63
Tucuruí	27,56	27,69	27,16	28,02	27,01	27,55	26,14	25,83

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

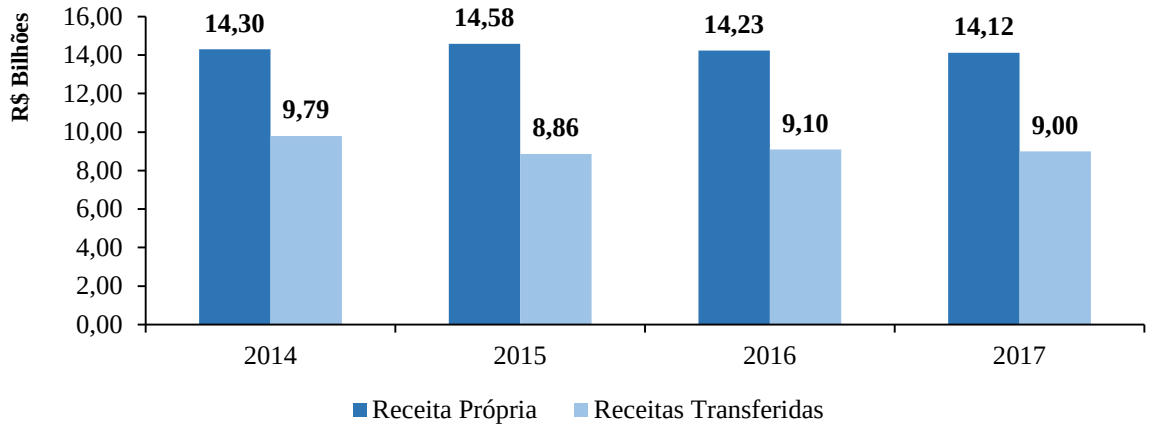
A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado mantiveram-se com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

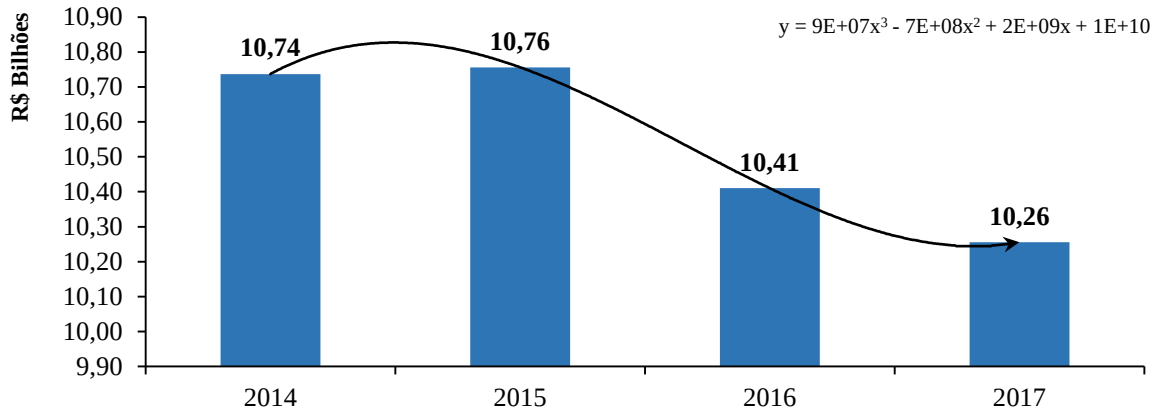
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

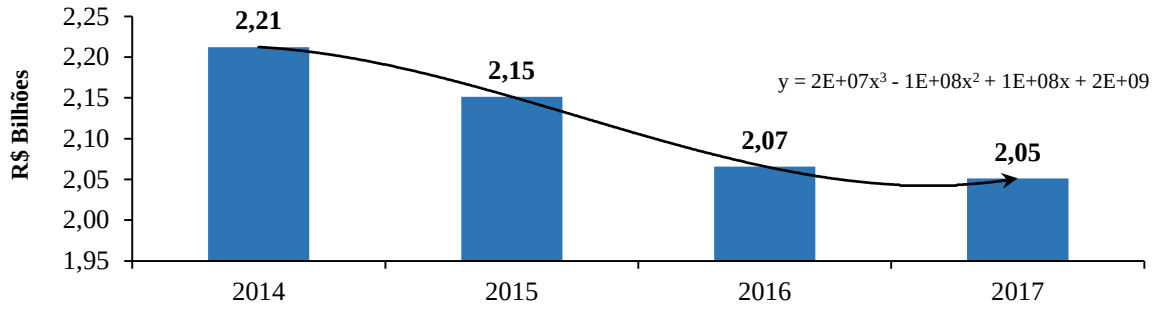
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Lago de Tucuruí cresceu em 16,6%, tendo, em 2017, o município de Tucuruí recebido a maior parcela (70%) do total destinado à RI, seguido por Novo Repartimento (8,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da região em estudo representou, em média, cerca de 6,8% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Lago de Tucuruí	**136.713.703,85**	**134.237.567,69**	**148.866.940,11**	**159.371.524,20**
Breu Branco	10.618.540,11	8.820.096,58	8.536.425,94	9.024.899,71
Goianésia do Pará	6.636.587,57	6.453.729,22	6.246.165,33	6.563.563,41
Itupiranga	6.415.368,00	7.529.350,75	8.328.220,42	8.614.676,97
Jacundá	6.636.587,57	6.883.977,84	6.870.781,85	6.563.563,41
Nova Ipixuna	3.318.293,79	3.226.864,60	3.123.082,66	3.692.004,41
Novo Repartimento	10.618.540,11	12.262.085,53	13.741.563,70	13.332.238,20
Tucuruí	92.469.786,70	89.061.463,16	102.020.700,21	111.580.578,09

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Lago de Tucuruí é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (5.682 km²), Terras Indígenas (3.615 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, de 39.903 km², 23,30% correspondem às áreas protegidas e 27,52% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 22.993 km², equivalente a 57,62% da área da região e a 8,68% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, foram registrados em apenas três municípios mais de 70% do desmatamento acumulado na RI: Novo Repartimento, com a maior área de desmatamento acumulado, 7.954 km² ou 34,59%; Itupiranga, 4.880 km² ou 21,22%; e Goianésia do Pará, 3.886 km² ou 16,90%. Da mesma maneira, mais de 70% dos 1.486 focos de calor registrados para a RI Lago de Tucuruí concentravam-se nesses municípios: Novo Repartimento, com 51,88%; Itupiranga, com 17,63%; e Goianésia do Pará, com 11,77%.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Focos de Calor - 2017
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Lago de Tucuruí	**39.903**	**22.993**	**1.486**
Breu Branco	3.942	2.821	120
Goianésia do Pará	7.024	3.886	175
Itupiranga	7.880	4.880	262
Jacundá	2.008	1.476	49
Nova Ipixuna	1.564	1.160	56
Novo Repartimento	15.399	7.954	771
Tucuruí	2.086	816	53

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86,99% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Sapucaia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96,02%), seguido por Santana do Araguaia (91,88%) e Ourilândia do Norte (91,73%).

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 80,76% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Itupiranga possuía a maior proporção de área com CAR efetivado (85,98%), seguido por Novo Repartimento (83,08%) e Jacundá (78,87%).

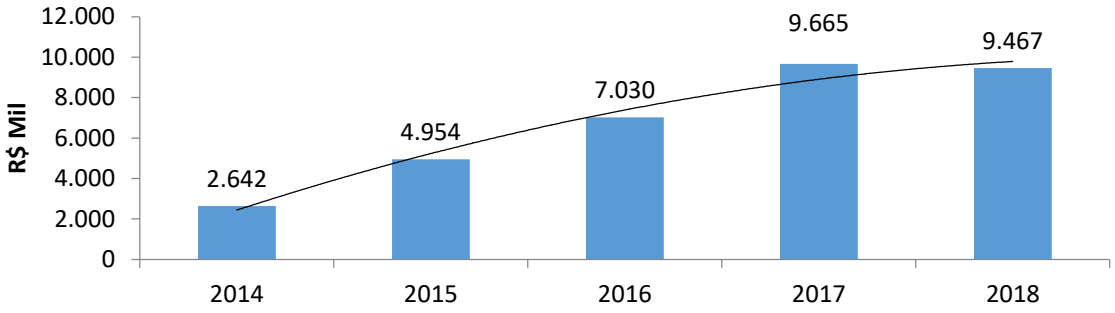
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Lago de Tucuruí, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Lago de Tucuruí	**39.903**	**33.080,12**	**82,92**	**26.716,04**	**80,76**
Breu Branco	3.942	3.690,81	93,63	2.724,19	73,81
Goianésia do Pará	7.024	6.528,75	92,91	5.098,63	78,10
Itupiranga	7.880	6.367,95	80,84	5.475,13	85,98
Jacundá	2.008	1.730,29	86,14	1.364,65	78,87
Nova Ipixuna	1.564	1.482,21	94,74	1.076,81	72,65
Novo Repartimento	15.399	11.942,07	77,60	9.921,72	83,08
Tucuruí	2.086	1.338,04	64,16	1.054,92	78,84

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Lago de Tucuruí teve uma participação média de 5,00% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$9,467 milhões, com o município de Novo Repartimento detendo a maior parcela (15,79%), seguido por Itupiranga (15,52%), Goianésia do Pará (14,88%), Breu Branco (13,25%), Tucuruí (13,15%), Jacundá (12,18%) e Nova Ipixuna (11,97%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, (2014-2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Lago de Tucuruí	**2.642.117,65**	**4.953.791,01**	**7.030.470,69**	**9.664.645,08**	**9.466.985,85**
Breu Branco	363.434,60	730.793,26	1.051.612,71	1.277.168,72	1.254.566,73
Goianésia do Pará	330.471,56	333.391,77	589.005,25	1.277.169,65	1.409.016,75
Itupiranga	512.416,44	1.006.504,50	1.411.930,49	1.549.152,25	1.468.881,42
Jacundá	243.424,41	508.958,74	648.409,00	1.277.167,57	1.153.075,15
Nova Ipixuna	249.967,91	480.912,78	638.596,58	1.277.167,44	1.132.726,34
Novo Repartimento	458.166,28	918.713,62	1.317.946,54	1.729.650,03	1.803.373,04
Tucuruí	484.236,45	974.516,35	1.372.970,11	1.277.169,41	1.245.346,43

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Lago de Tucuruí**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	7.886.072,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.547.185,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	840.000,00
Cultura	312.351,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	28.676.207,00
Direitos Socioassistenciais	5.531.842,00
Educação Básica	264.300.269,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.092.390,00
Educação Superior	6.396.871,00
Esporte e Lazer	1.353.269,00
Governança Pública	26.744.919,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	6.018.124,00
Infraestrutura e Logística	13.102.407,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.149.132,00
Saúde	189.027.067,00
Segurança Pública	47.693.144,00
Trabalho, Emprego e Renda	2.282.475,00
	R$ 606.953.724,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	651.632.601,00
	R$ 651.632.601,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 1.258.586.325,00

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 7.886.072,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	2.280.748	06/2019	ADEPARA	2.772.264
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Banana)	Unidade / Hectare	13.698	06/2019	IBGE	16.650

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	358	12/2018	SEDAP	2020	376
					2021	395
					2022	414
					2023	435
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	4.133	12/2018	EMATER	2020	3.060
					2021	3.350
					2022	3.700
					2023	4.146
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.031	12/2018	SEDAP	2020	1.083
					2021	1.137
					2022	1.194
					2023	1.253

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 7 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 3.547.185,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	14,28	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	20,00 - - -
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	29,00 57,00 43,00 29,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar Estação Cidadania em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH

Região: Lago de Tucuruí

Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	JUCEPA, POLÍCIA CIVIL, SEJUDH, SEPLAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 840.000,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,07	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,13

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	0,00 0,00 33,33 33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	SECTET

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 312.351,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	14,29	12/2018	SECULT/FCP	71,43

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	-
					2021	900
					2022	-
					2023	900

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional
Implantar 1 Projeto de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FUNTELPA
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 28.676.207,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,40	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	31,93 31,93 31,93 31,93
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	31,73	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	45,45 67,32 67,32 67,32

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 5.531.842,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Atendimento Socioeducativo no Município de Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 264.300.269,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,80
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,2	12/2017	INEP/SEDUC	3,8

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	7,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	7,00
					2021	6,40
					2022	6,20
					2023	5,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	17,99	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,31
					2021	16,11
					2022	15,91
					2023	15,72
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	87,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	88,60
					2021	89,50
					2022	89,90
					2023	90,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,90
					2021	77,20
					2022	77,50
					2023	77,80
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	4,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	4,50
					2021	4,10
					2022	3,90
					2023	3,80

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,34	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,79
					2021	6,69
					2022	6,59
					2023	6,48

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Nova Ipixuna e Novo Repartimento.

Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará e Itupiranga

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 10 Escolas nos Municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC

Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.092.390,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	- 33,33 50,00 33,33
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	120	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	300 470 500 630

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 6.396.871,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	1,74	12/2018	UEPA	1,01

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-15,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	22,00 26,00 17,00 19,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Turismo e Direito em Tucuruí e de Engenharia Civil em Goianésia do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 1.353.269,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	341	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	350 362 374 386

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 26.744.919,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	637.725,00	12/2018	SEFA	828.498,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	1,71	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020 2021 2022 2023	2,57 2,57 2,57 2,57

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep no Município de Itupiranga

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRT, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IGEPREV, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 6.018.124,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,50	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	12.174,60	12/2018	SETUR	13.774,44

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	4	12/2018	BANPARA	2020	48
					2021	73
					2022	94
					2023	113
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	7	07/2019	SEDEME	2020	26
					2021	33
					2022	36
					2023	36
Número de turistas	Unidade	15.000	12/2018	SETUR	2020	15.759
					2021	16.153
					2022	16.557
					2023	16.971

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR

Região: Lago de Tucuruí

Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 13.102.407,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	100,00	12/2018	SETRAN	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	970,70	12/2018	SETRAN	2020	970,70
					2021	970,70
					2022	970,70
					2023	970,70
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	256,31	12/2018	SETRAN	2020	256,31
					2021	256,31
					2022	256,31
					2023	256,31

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 2.149.132,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	7,16	12/2018	PRODES/INPE	9,84

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 07 Unidades de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro – Tucuruí, Goianésia do Pará, Jacundá , Itupiranga, Novo Repartimento, Breu Branco e Nova Ipixuna

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão

Elaborar Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Lago do Tucuruí

Elaborar Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Alcobaça

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 189.027.067,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	5	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,07
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,24	12/2018	SIM	12,41
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	248,32	12/2018	MS/SIM	229,04

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	61,81	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	64,90 68,15 71,55 75,13
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	14,20	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,19	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,19 1,19 1,19 1,20
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,30	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,11	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,15 0,20 0,25 0,30

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,19	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,20 0,22 0,23 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	11º CRS - Marabá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	11º CRS - Marabá, ETSUS, HEMOPA, HRT
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Serviço de Hemodiálise com 20 Máquinas no HR Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	11º CRS - Marabá, HRT, SESPA

Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRT, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 47.693.144,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	55,10	12/2018	SEGUP	50,80
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	37,90	12/2018	SEGUP	32,90
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	18,36	12/2018	DATASUS	17,70
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	586,20	12/2018	SEGUP	508,30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	556,10	12/2018	SEGUP	523,50

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	3,91	12/2018	SEAP	2020	3,50
					2021	3,00
					2022	2,63
					2023	2,29
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	6.408	12/2018	PMPA	2020	8.330
					2021	10.253
					2022	12.175
					2023	14.098
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	78,00	12/2018	DETRAN	2020	79,00
					2021	80,00
					2022	81,00
					2023	82,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2020	36,00
					2021	37,00
					2022	38,00
					2023	39,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	31,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	31,00
					2021	32,00
					2022	33,00
					2023	35,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	84,00
					2021	84,00
					2022	86,00
					2023	86,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Região: Lago de Tucuruí

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Construir a 24ª Companhia Independente da Polícia Militar em Itupiranga

Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA

Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 2.282.475,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,93	12/2018	MTE/RAIS	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 1,98	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	0,30 0,80 1,30 1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	7,00 9,00 10,00 11,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	26,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	26,50 27,00 27,50 28,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Lago de Tucuruí

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	5.359.636,00
Concessão de Auxílio Alimentação	67.150.436,00
Concessão de Auxílio Fardamento	4.977.763,00
Concessão de Auxílio Transporte	3.230.685,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.509.721,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	562.404.360,00
	R$ 651.632.601,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: MARAJÓ



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

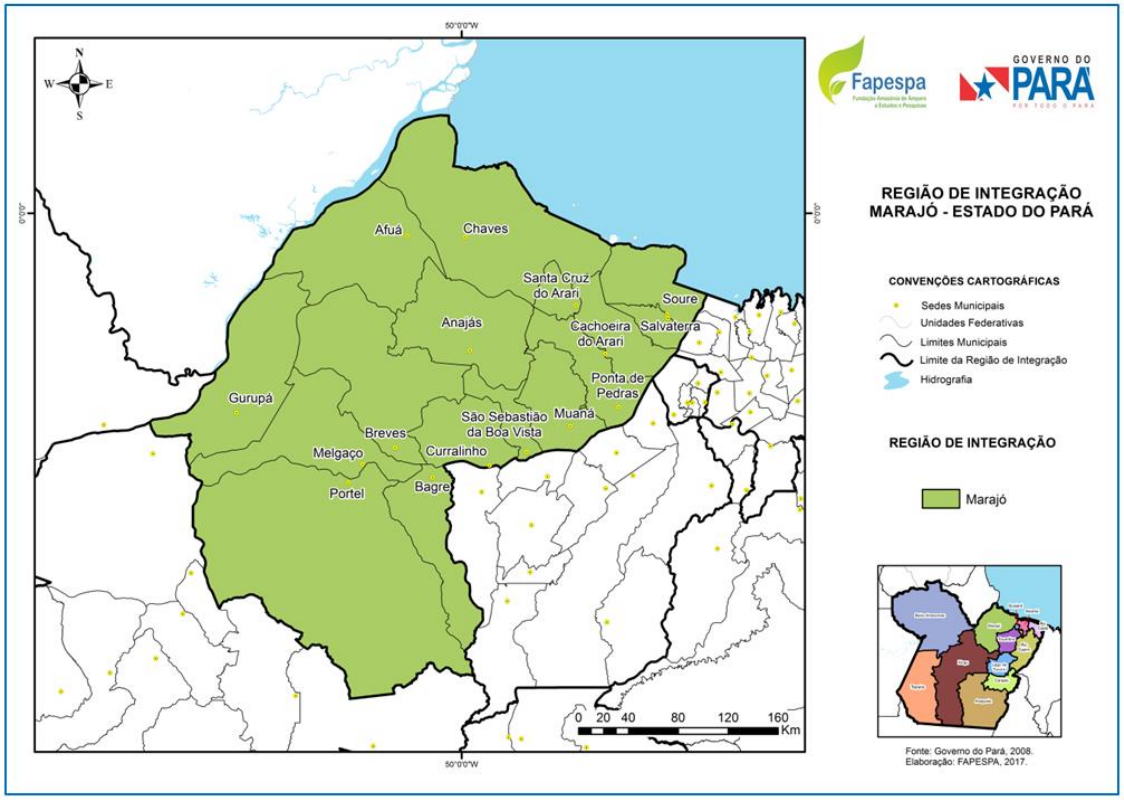


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO MARAJÓ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Marajó, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Conforme dispõe a Constituição do Estado do Pará, de 1989, em seu Art. 13, parágrafo 2º, o arquipélago do Marajó constitui uma Área de Proteção Ambiental (APA Marajó), incluindo doze (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure) dos dezesseis municípios da RI Marajó.

Localizada na região Norte do Pará, a Região de Integração Marajó abrange uma área de 104.354 km², que representa 8% da área total do Pará, sendo que, 51,91% do total da região são de áreas protegidas. Dispõe de uma grande e complexa rede hidrográfica, com rede de drenagem formada por vários canais recentes, furos, baías, paranás, lagos e igarapés. Encontram-se na região os rios Amazonas, Anapu, Jacundá, Anajás, Tocantins e Pará, que, com seus inúmeros afluentes, forma a Baía do Marajó.

A população da região, em 2018, foi estimada em, cerca de, 567 mil habitantes, correspondendo a 6,7% do total do estado. Breves é o município de maior contingente populacional, equivalente a 18% da população da RI, seguido de Portel, 11%, e Afuá, 7,0%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,92%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 4,5 bilhões, o equivalente a 3,2% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 9% do PIB Agropecuário do estado. Na composição do PIB, a atividade da Administração Pública contribuiu com 42%, a Agropecuária com 34%, os Serviços com 17%, a Indústria com 4% e, os Impostos sobre produtos com 3%.

O turismo ecológico, religioso e de lazer contribui com a economia local que se destaca pelos monumentos históricos como igrejas, praças e casarões; balneários em praias, rios e igarapés;

o artesanato local, manifestações da cultura popular, com danças típicas e festivais e, exposições agropecuárias.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Marajó, em 2016, contribuiu com R$4,46 bilhões, o que corresponde a 3,2% da geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o da Administração Pública, com R$1,87 bilhões, ou 42% do total da região, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal. A Agropecuária apresentou valor adicionado de R$ 1,5 bilhão, 34% do valor adicionado pela RI, em que se destacam a produção de palmito, equivalente a 70% da produção estadual, manga, 61%, açaí cultivado, 25%, e a pecuária bubalina, 68%.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Marajó, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Marajó
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**4.458.488**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**4.325.967**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	97,0%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	306.655.000	17.167.980	1.520.048
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	34,09%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	1.150.207.000	31.519.925	191.833
% VA Indústria	18,35%	22,83%	4,30%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	3.015.716.000	47.932.450	741.404
% VA Serviços	48,12%	34,72%	16,63%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	945.121.000	28.168.477	1.872.683
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	42,00%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**132.521**
% Impostos	13,55%	9,62%	2,97%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019

Entre os municípios que compõem a região Marajó, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Portel, com participação de 15,6%, tendo como principais atividades o cultivo de açaí e mandioca; Breves, com 15,4%, destacando-se o comércio, atividades imobiliárias, pesca e aquicultura; e Curralinho, com 15%, evidenciando-se a produção de açaí, palmito, manga e mandioca.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Marajó, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Marajó	**Agricultura**	**Pesca e Aquicultura**	**Atividades imobiliárias**	**Produção Florestal**	**Construção civil**
Afuá	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Anajás	Produção Florestal	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Comércio
Bagre	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Construção civil	Comércio

[1]Soma dos valores de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre líquidos de subsídios.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Breves	Comércio	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil
Cachoeira do Arari	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal
Chaves	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Curralinho	Agricultura	Construção civil	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal
Gurupá	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Melgaço	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Muaná	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária
Ponta de Pedras	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Pecuária	Comércio
Portel	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Salvaterra	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio	Agricultura	Construção civil
Santa Cruz do Arari	Pesca e Aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Produção Florestal
São Sebastião da Boa Vista	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura
Soure	Atividades imobiliárias	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Comércio	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Marajó contabilizou um saldo de US$1,089 milhão. Os principais produtos exportados foram madeiras serradas e frutas conservadas, respondendo por 41% e 26% do valor exportado da região, nesta ordem, sendo Breves e Muaná os principais municípios exportadores.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Marajó	**1.089.200**	**0,0**	**0**	**-**	**1.089.200**
Breves	720.315	66	0	-	720.315
Chaves	85.120	8	0	-	85.120
Muaná	283.765	26	0	-	283.765

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Marajó, registrou-se um total de 26.696 empregos formais, o que representa 2% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detém, cerca de, 60% do total do estoque formal da região, seguido por Serviços, 17%, e Comércio, 8%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Breves, com 25%, Portel, com 15%, e Afuá, com 9%.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de, 136 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 5% do total de ocupados do estado.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Marajó
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	155.113
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,81
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	12,77
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**26.696**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	0
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	871
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	72
Construção Civil	1.838.958	57.880	46
Comércio	9.230.750	203.656	2.027
Serviços	16.772.645	284.360	4.449
Adm. Pública	9.195.215	363.926	18.534
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	697

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.4. Infraestrutura

O principal eixo viário da RI Marajó é a PA-154, interligando Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure, municípios que se destacam pela produção bubalina e pelas atividades turísticas. A rodovia PA-368 liga os municípios de Portel e Bagre, embora seu projeto original preveja a ligação com a BR-422, em Oeiras do Pará, permitindo a conexão com outras regiões do estado.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange nove aeródromos/aeroportos, cinco pontes (totalizando 114 m de extensão), quatorze portos de pequeno porte, quatro travessias e sete rodovias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Marajó

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Afuá, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari E Soure
Rodovias	7 rodovias (total 127km) - 85% pavimentado
Travessias (4)	PA-395 (Ponta de Pedras - Barcarena)
	PA-154 (Salvaterra - Cachoeira)
	PA-154 (Salvaterra - Soure)
	Acesso Camará (Belém - Camará)
Portos (14)	(IP4) Afuá
	(IP4) Anajás
	(IP4) Breves
	(IP4) Camará
	(IP4) Chaves
	(IP4) Cachoeira Do Arari
	(IP4) Curralinho
	(IP4) Melgaço
	(IP4) Muaná
	(IP4) Ponta De Pedras
	(IP4) Salvaterra
	(IP4) Santa Cruz Do Arari
	(IP4) São Seastião Da Boa Vista
	(IP4) Soure
Pontes	5 pontes (total de 0,114 km)

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019

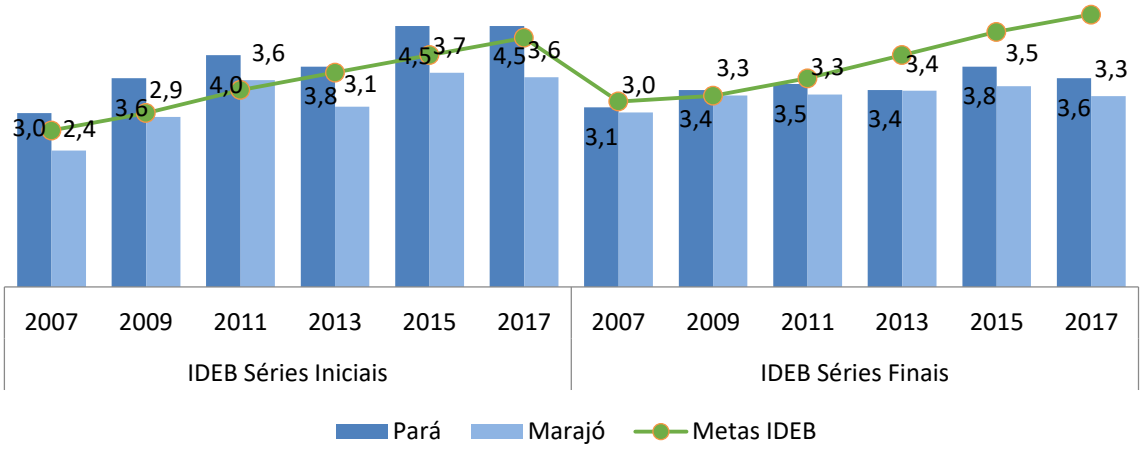
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Marajó, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) e séries finais (8ª Série/9º Ano), tem ficado abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção do ano de 2011 para as séries iniciais, quando a meta foi alcançada, e para as séries finais no ano de 2009. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, enquanto a RI Marajó mantém um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios do Marajó, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



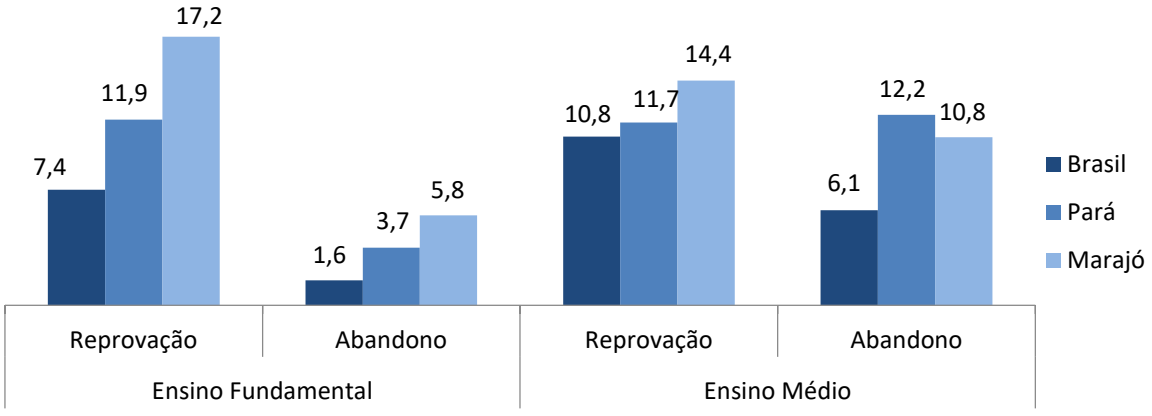
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que demonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Marajó.

Em relação à taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 17,2% de reprovados, em 2017, bem acima das taxas do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4%, respectivamente. O município de Curralinho apresentou a maior taxa de reprovação, 23,2%, e Ponta de Pedras, a menor taxa, 12,5%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Gurupá, 35,5% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu no município de Anajás, 4,8%.

Quanto à taxa de abandono no ensino fundamental, a região registrou valores acima dos observados no Pará, 3,7%, e no Brasil, 1,6%, alcançando a taxa de 5,8% de abandono. No entanto, no ensino médio, a taxa no ano de 2017 foi de 10,8%, abaixo do registrado no Pará, 12,2% de abandono. O estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Marajó, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono, no ensino fundamental, foram Portel (10,9%) e Afuá (9,7%), e as menores foram São Sebastião da Boa Vista (2,0%) e Muaná (2,8%). No ensino médio, os municípios que obtiveram as maiores taxas de

abandono foram Ponta de Pedras (17,7%) e São Sebastião da Boa Vista (16,8%), e as menores foram Gurupá (0,3%) e Curralinho (2,7%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nessa situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2%, no ensino fundamental, e 28,2%, no ensino médio). Na região, no ensino fundamental, o município de Portel destacou-se com a maior taxa de distorção (50,0%) e a menor taxa ficou com o município de Ponta de Pedras (28,3%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Gurupá (75,8%) e a menor distorção foi observada em Ponta de Pedras (43,2%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, RI Marajó e Municípios, 2018.

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Marajó	**41,3**	**61,0**
Afuá	46,5	58,6
Anajás	46,4	72,8
Bagre	47,7	73,5
Breves	45,0	65,4
Cachoeira do Arari	34,8	46,5
Chaves	49,3	68,9
Curralinho	47,1	66,8
Gurupá	48,9	75,8
Melgaço	46,3	67,8
Muaná	35,6	63,0
Ponta de Pedras	28,3	43,2
Portel	50,0	60,8
Salvaterra	30,4	55,2
Santa Cruz do Arari	40,2	63,8
São Sebastião da Boa Vista	33,5	46,3
Soure	30,5	47,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Marajó, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, de 14,87 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi ligeiramente inferior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. Na região, os municípios com as menores taxas, menos de 10 mortes por mil nascidos vivos, foram Cachoeira do Arari, 3,03; Chaves, 5,48; Bagre, 7,30; e Gurupá, 9,27. Por outro lado, os municípios de Soure, com 34,12, Santa Cruz do Arari, com 23,53, e Muaná, com 20,98, registraram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constam 1.293 ACS, o que representa uma proporção de cobertura de 96,49%, maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%. Apenas os municípios de Portel, com 66,73%, e Salvaterra, com 77,18%, não possuem 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 89 equipes implantadas na RI Marajó, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 58,15%, inferior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Santa Cruz do Arari alcançou 100% da cobertura, e, entre os municípios com cobertura inferior a 50%, encontravam-se Cachoeira do Arari, com 14,93%, Afuá, com 27,13%, Anajás, com 36,36%, e Curralinho, com 41,21%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Marajó
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	14,87
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	96,49
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	58,15
Hospitais - 2018	6.687	247	10
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,57
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	0,95

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

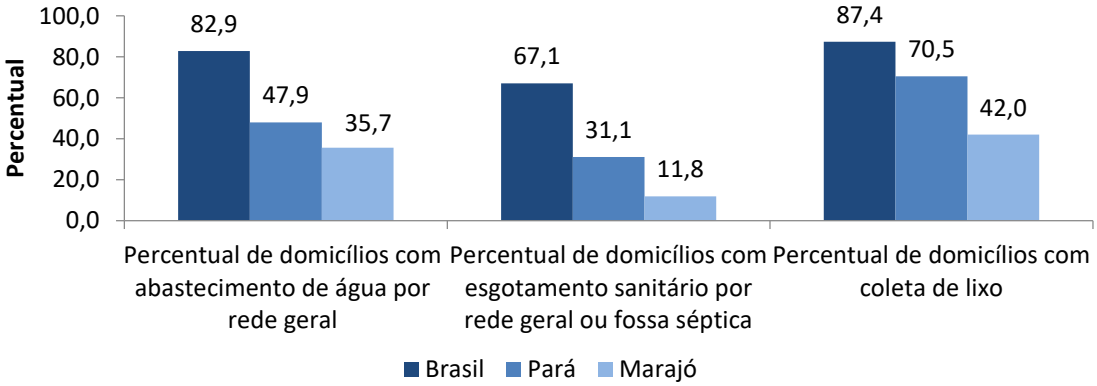
Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Marajó conta com dez hospitais (hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público do Marajó, inaugurado em 2010, em Breves, que oferece atendimentos ambulatoriais e hospitalares de maior complexidade, nas especialidades de clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia de alto risco, neonatologia, pediatria, cardiologia, oftalmologia, traumato-ortopedia, urologia, ginecologia oncológica, mastologia, otorrinolaringologia e medicina intensiva. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,57, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 0,95, menor que a taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de Censo Demográfico.

O Gráfico 03 mostra os percentuais desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Marajó, em 2010. Observa-se, naquele ano, que no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Marajó, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35,7% dos domicílios; de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 11,8%; e 42% dos domicílios contavam com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços, na região, encontrava-se abaixo dos percentuais nacional e estadual. A maior preocupação volta-se para o serviço de esgotamento sanitário, inferior a 12% dos domicílios da região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), introduziu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura incluir indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio para o governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada, na RMB, 97,8%, e Fora da RMB, 69,9%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente em oito (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra e Soure), dos dezesseis municípios que compõem a região Marajó, segundo informações do órgão, de 2017.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios.

Na Região de Integração Marajó, o déficit era de 26,4% do total de domicílios. Em 2010, a componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado e a 56,6% do total da região. "Coabitação familiar" representava 39,2% do total de domicílios no Pará e a 39,8% no Marajó. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no Pará e 96,4% na região Marajó. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 1,7% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e a 1,9% no Marajó.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010

INDICADOR	PARÁ		MARAJÓ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	25.309	26,4
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.544	56,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	10.230	39,8
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	438	1,7
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	495	1,9
Total Domicílios	**1.859.165**		**95.768**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

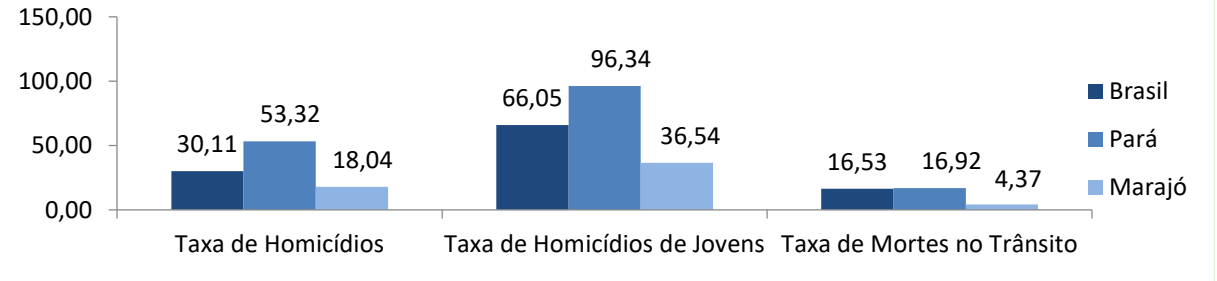
Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 18,04. Portel e Breves apresentaram as maiores taxas, 34,81 e 32,03 homicídios, respectivamente, em contraposição a Curralinho e Santa Cruz do Arari, que não apresentaram casos de homicídios.

A taxa de homicídio, com recorte na população jovem, apresentada, em 2017, pela RI Marajó, 36,54 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente Portel e Breves apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 94,29 e 77,03 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Santa Cruz do Arari e Curralinho não apresentaram casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Marajó foi de 4,37 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Salvaterra, 25,98 mortes, e Cachoeira do Arari, 12,98 mortes, enquanto Afuá, Anajás, Bagre, Chaves, Curralinho, Gurupá e Melgaço não apresentaram casos de mortes no trânsito.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas muito inferiores às do Pará nos três indicadores. A taxa de homicídios da RI Marajó foi de 14,97 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 2,34 e o Pará, de 9,60. O terceiro indicador que compõe essa síntese, taxa de roubo, registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto na RI Marajó, observou 280,57 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Marajó (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		RI Marajó	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	14,17	14,97
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	3,09	2,34
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	277,38	280,57

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Marajó registrou um total de 57,06% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o dobro do Pará.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Marajó apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e, também, para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Marajó	57,06	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na RI Marajó, 73,8% da população de seus municípios encontram-se inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 91,9% se declaram com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 81,9% das famílias inscritas, recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Marajó e Municípios – dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Marajó	**73,8**	**91,9**	**81,9**
Afuá	84,5	91,7	81,6
Anajás	86,0	93,0	82,6
Bagre	59,0	96,0	88,0
Breves	74,8	91,9	81,9
Cachoeira do Arari	69,3	93,4	79,7
Chaves	68,5	91,0	79,7
Curralinho	78,2	91,0	85,7
Gurupá	85,3	92,6	83,7
Melgaço	78,2	92,0	85,3
Muaná	71,3	91,7	84,9
Ponta de Pedras	66,4	89,6	82,5
Portel	67,0	90,5	78,3
Salvaterra	72,2	89,1	78,8
Santa Cruz do Arari	63,7	93,5	84,5
São Sebastião da Boa Vista	85,8	95,7	85,0
Soure	63,1	89,8	71,3

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Anajás e Gurupá apresentaram os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 86,0% e 80,9%, respectivamente. Dos inscritos, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Bagre, com 96,0%, e São Sebastião da Boa Vista, com 95,7%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram, também, Bagre, com 88,0%, e Curralinho, com 85,7%.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará, nos últimos seis anos (2013-2018), tem mantido uma média de 29,44% em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). Em 2018, a RI Marajó ocupava o 7º lugar no ranking das regiões de integração do estado com maior quantitativo de jovens, 164.331 jovens e participação estimada de 29,49% em relação ao seu contingente populacional.

[2] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Marajó	**156.448**	**29,33**	**159.009**	**29,38**	**161.469**	**29,43**	**164.331**	**29,49**
Afuá	11.117	29,73	11.261	29,81	11.400	29,89	11.674	30,04
Anajás	8.048	29,22	8.200	29,27	8.347	29,32	8.474	29,36
Bagre	8.636	30,52	8.898	30,61	9.150	30,70	9.218	30,72
Breves	28.054	28,56	28.312	28,57	28.561	28,59	29.168	28,63
Cachoeira do Arari	5.894	26,26	5.977	26,23	6.056	26,21	6.144	26,18
Chaves	6.287	27,86	6.357	27,86	6.424	27,85	6.538	27,84
Curralinho	9.598	29,76	9.807	29,83	10.008	29,88	10.141	29,92
Gurupá	9.313	29,45	9.459	29,51	9.598	29,57	9.780	29,64
Melgaço	8.142	30,84	8.257	30,98	8.368	31,11	8.602	31,38
Muaná	11.505	30,29	11.716	30,34	11.918	30,38	12.100	30,42
Ponta de Pedras	8.815	30,23	8.995	30,29	9.168	30,34	9.298	30,38
Portel	16.366	28,08	16.674	28,11	16.969	28,13	17.207	28,15
Salvaterra	6.539	29,23	6.664	29,31	6.784	29,37	6.895	29,44
Santa Cruz do Arari	2.984	31,69	3.060	31,76	3.133	31,82	3.166	31,85
São Sebastião da Boa Vista	7.960	31,64	8.106	31,74	8.247	31,84	8.400	31,94
Soure	7.190	29,61	7.266	29,67	7.338	29,73	7.526	29,89

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dentre seus municípios, Breves registrou o maior número de jovens (29.168), correspondente a 28,63% de sua população, seguido de Portel (17.207) com participação de 28,15%. A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em São Sebastião da Boa Vista, 31,94%, e a menor em Cachoeira do Arari, 26,18%. Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2013 a 2018), permanecendo superiores a 25%.

No campo empregatício, em 2017, no Pará, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos, e 18,6% na RI Marajó, o menor percentual dentre as regiões do estado. Os maiores percentuais de participação de jovens no mercado de trabalho regional foi em Curralinho, 23,72%, e Anajás, 22,98%, apesar de, em números, Breves e Portel liderarem com 1.398 e 875, respectivamente, correspondendo a 45,8% dos vínculos ocupados por jovens nessa região.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675,00**	**25,51**
RI Marajó	**26.696**	**4.965,00**	**18,60**
Afuá	2.453	536,00	21,85
Anajás	1.223	281,00	22,98
Bagre	622	67,00	10,77
Breves	6.558	1.398,00	21,32
Cachoeira do Arari	970	61,00	6,29
Chaves	791	152,00	19,22
Curralinho	1.636	388,00	23,72
Gurupá	1.648	301,00	18,26
Melgaço	1.000	152,00	15,20
Muaná	987	60,00	6,08
Ponta de Pedras	1.109	132,00	11,90
Portel	3.979	875,00	21,99
Salvaterra	1.081	223,00	20,63
Santa Cruz do Arari	322	41,00	12,73

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
São Sebastião da Boa Vista	1.012	124,00	12,25
Soure	1.305	174,00	13,33

Fonte: MTE/RAIS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Ressalta-se que embora esse resultado tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado se considerarmos proporcionalmente a população jovem estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Marajó, em 2017, o total de nascidos vivos foi de 29,64%, o maior percentual comparado aos das demais regiões de integração do Pará, com diminuição de apenas 1,7 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de mães menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos, em 2017, ocorreram em Bagre, 36,13%, e Portel, 33,24%, sendo que este último apresentou incremento de 2,5 p.p. em relação a 2010, o maior do período. Ponta de Pedras é o terceiro com maior percentual, 31,9%, acusando crescimento de 5,5 p.p. em relação ao ano anterior. Os municípios de Chaves e Soure demarcaram os menores índices, 24,38% e 23,88%, respectivamente.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Marajó (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Marajó	**31,41**	**31,26**	**30,87**	**31,13**	**30,15**	**31,42**	**30,57**	**29,64**
Afuá	32,34	30,70	30,68	30,84	29,16	29,39	31,94	30,37
Anajás	32,79	33,61	32,49	34,10	29,72	29,65	29,67	29,08
Bagre	37,14	35,23	38,71	34,57	35,04	34,35	35,41	36,13
Breves	27,81	29,88	28,41	27,67	26,53	27,16	27,00	28,40
Cachoeira do Arari	39,69	41,75	34,75	31,72	34,22	34,48	31,27	30,91
Chaves	30,57	25,84	30,04	28,47	28,07	29,86	28,92	24,38
Curralinho	35,93	34,48	35,50	36,39	33,64	35,98	33,38	30,45
Gurupá	26,29	24,82	29,68	28,59	25,48	30,54	30,16	26,75
Melgaço	28,46	25,94	26,11	27,91	25,25	31,04	28,12	29,08
Muaná	33,67	32,20	32,00	31,56	35,74	33,78	33,88	30,24
Ponta de Pedras	32,36	30,54	32,54	31,21	33,73	29,86	26,42	31,90
Portel	30,77	31,48	29,66	32,45	32,03	34,77	32,03	33,24
Salvaterra	32,39	29,86	30,87	33,24	31,23	32,10	29,40	28,38
Santa Cruz do Arari	38,36	43,06	39,39	31,68	31,82	40,78	29,49	24,71
São Sebastião da Boa Vista	34,08	37,01	31,83	32,26	33,90	34,00	33,21	28,85
Soure	32,57	32,52	31,74	38,17	35,28	33,56	36,65	23,88

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

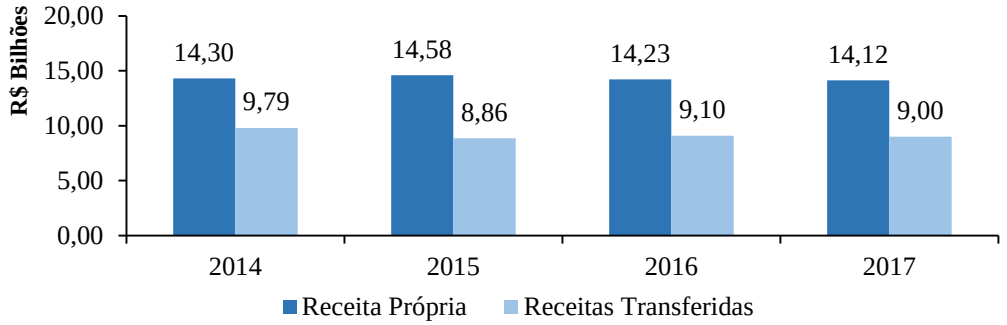
4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

[3] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$ 9,19 bilhões.

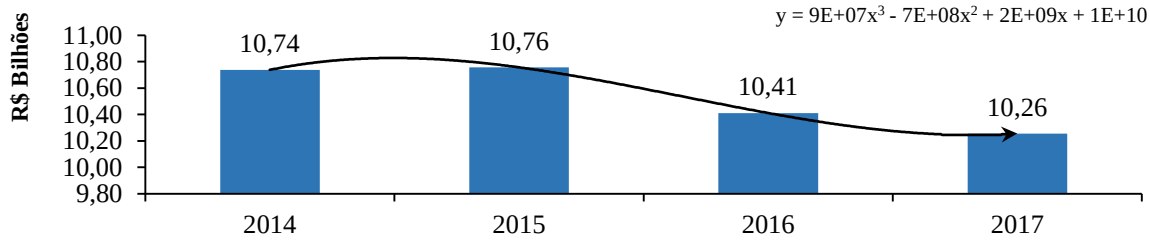
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

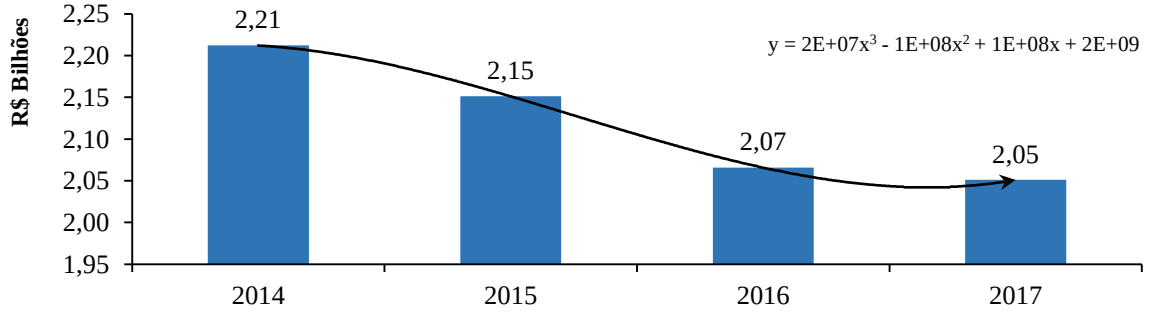
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Marajó retraiu em -4,4%, tendo o município de Breves recebido a maior parcela (11,7%) do total destinado a RI, seguido por Portel (11,4%) e Afuá (6,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 a 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da região representou, cerca de, 3% do total de ICMS destinado aos 144 municípios paraenses.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS (R$) para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Marajó	**63.932.460,24**	**64.967.540,69**	**64.751.913,79**	**61.123.184,26**
Afuá	4.203.172,14	4.302.486,13	4.788.726,74	3.897.115,78
Anajás	3.981.952,55	4.087.361,83	4.164.110,21	3.692.004,41
Bagre	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	3.486.893,06
Breves	7.521.465,88	7.529.350,75	7.703.603,88	7.178.897,48
Cachoeira do Arari	3.981.952,55	4.087.361,83	3.539.493,69	2.666.447,64
Chaves	4.203.172,14	4.302.486,13	4.164.110,21	3.692.004,41
Curralinho	3.318.293,79	3.226.864,60	3.331.288,18	3.486.893,06
Gurupá	3.760.732,96	3.872.237,51	3.747.699,19	3.897.115,78
Melgaço	3.318.293,79	3.441.988,90	3.331.288,18	3.486.893,06
Muaná	3.539.513,38	3.441.988,90	3.539.493,69	3.692.004,41
Ponta de Pedras	3.318.293,79	3.441.988,90	3.539.493,69	3.076.670,35
Portel	7.300.246,32	7.099.102,15	6.454.370,82	6.973.786,13
São Sebastião da Boa Vista	3.318.293,79	3.657.113,23	3.747.699,19	2.871.559,00
Salvaterra	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	3.076.670,35
Santa Cruz Arari	2.433.415,44	2.581.491,68	2.706.671,63	2.256.224,93
Soure	3.539.513,38	3.657.113,23	3.955.904,70	3.692.004,41

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Marajó possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação que somam 53.730 km², equivalentes a 51,91% da área regional. Apenas 5% do seu território encontra-se desmatado, o que corresponde a uma área de 5.524 km², ou, 2% do desmatamento da área total do estado Pará.

Em relação ao desmatamento acumulado, em 2017, o município de Portel apresentou os maiores índices, com uma área desmatada de 2.076 km², seguido por Cachoeira do Arari, com 1.477km², os quais somam mais de 50% do desmatamento acumulado da região. Da mesma maneira, os registros de focos de calor encontram-se concentrados em poucos municípios, como Portel que reúne 1.527, representando mais de 50% dos registros da RI Marajó.

Tabela 15 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km² (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Marajó	**103.502**	**5.524**	**2.871**
Afuá	8.373	29	13
Anajás	6.922	177	14
Bagre	4.397	209	138
Breves	9.551	544	213
Cachoeira do Arari	2.462	1.477	62
Chaves	13.085	100	213

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km² (2017)	Números de Focos de Calor
Curralinho	3.617	203	62
Gurupá	8.540	116	135
Melgaço	6.774	164	96
Muaná	3.766	101	66
Ponta de Pedras	3.365	52	77
Portel	25.385	2.076	1.527
Salvaterra	1.039	117	64
Santa Cruz do Arari	1.077	0	62
São Sebastião da Boa Vista	1.632	124	17
Soure	3.517	35	78

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, a RI Marajó registrou, em 2018, uma parcela de 66,67% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Cachoeira do Arari possui a maior proporção de área com CAR efetivado (94,40%), seguido por São Sebastião da Boa Vista (89,53%) e Afuá (88,98%).

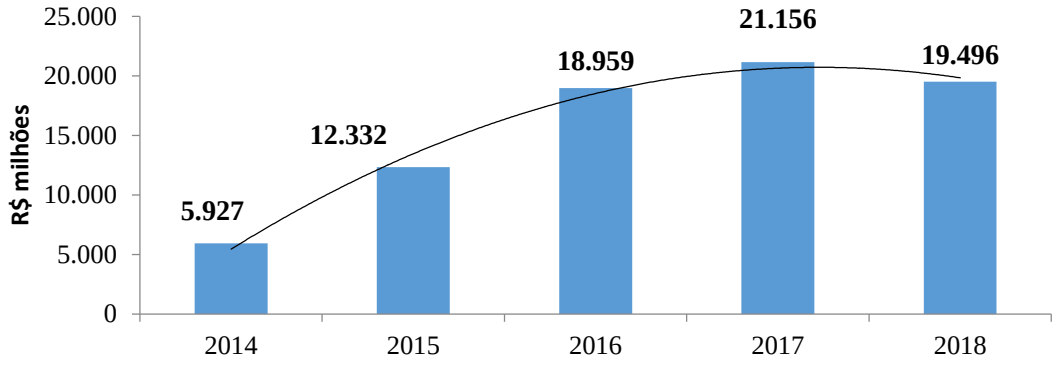
Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE) km² (A)	Área Cadastrável km² (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR km² (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Marajó	**103.451,91**	**75.468,35**	**72,95**	**50.312,30**	**66,67**
Afuá	8.366,52	4.724,95	56,47	4.204,18	88,98
Anajás	6.909,98	6.819,77	98,69	2.895,91	42,46
Bagre	4.394,73	4.132,12	94,02	1.816,80	43,97
Breves	9.556,00	7.495,69	78,44	5.691,10	75,92
Cachoeira do Arari	2.461,55	2.422,17	98,40	2.286,51	94,40
Chaves	13.080,34	8.984,39	68,69	5.905,85	65,73
Curralinho	3.615,54	2.042,36	56,49	641,82	31,43
Gurupá	8.534,14	5.611,35	65,75	4.486,55	79,95
Melgaço	6.768,97	4.346,81	64,22	2.631,64	60,54
Muaná	3.763,66	3.268,66	86,85	1.568,98	48,00
Ponta de Pedras	3.364,93	2.891,67	85,94	2.016,64	69,74
Portel	25.366,40	17.546,20	69,17	12.450,17	70,96
Salvaterra	1.040,02	725,03	69,71	402,73	55,55
Santa Cruz do Arari	1.076,71	1.059,45	98,40	723,60	68,30
São Sebastião da Boa Vista	1.631,80	789,86	48,40	707,20	89,53
Soure	3.520,62	2.607,86	74,07	1.882,63	72,19

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatuais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08).

Gráfico 08 - Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde (R$) da RI Marajó. 2014-2018



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Em se tratando da RI Marajó, percebe-se que, no período de 2014 a 2018, houve uma participação média de 11,21% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. No ano de 2018, a região contabilizou um montante de R$19,496 milhões, com Portel detendo a maior parcela (10,02%), seguido por Breves (7,63%), Gurupá (7,14%), Soure (7,13%) e Bagre (7,00%). Os onze demais municípios receberam valores inferiores a 7% do total repassado à região.

Tabela 17– Valor de ICMS Verde (R$) repassado para os Municípios da Região de Integração Marajó (2014 a 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Marajó	**5.926.986,66**	**12.331.733,28**	**18.959.391,96**	**21.156.300,52**	**19.496.039,20**
Afuá	260.328,44	597.985,76	1.491.653,98	1.105.077,21	974.721,26
Anajás	387.189,94	771.217,74	1.220.892,71	1.050.554,95	978.003,20
Bagre	236.855,25	531.808,33	762.343,65	1.581.935,09	1.364.490,37
Breves	363.859,81	740.919,98	1.429.422,93	1.613.595,04	1.495.361,96
Cachoeira do Arari	461.803,15	895.622,19	1.216.722,93	772.577,06	768.358,51
Chaves	413.589,34	820.320,73	1.209.763,11	1.110.816,12	1.102.794,79
Curralinho	342.370,51	674.902,88	1.162.476,46	1.555.974,75	1.301.465,53
Gurupá	274.075,15	817.637,44	1.172.269,12	1.619.187,76	1.392.988,64
Melgaço	214.172,39	712.875,59	1.010.900,04	1.596.694,02	1.342.772,54
Muaná	381.090,29	756.670,63	1.162.637,19	1.586.738,50	1.354.919,96
Ponta de Pedras	398.499,82	785.566,85	1.126.601,62	1.006.867,25	905.136,89
Portel	299.375,17	597.181,97	571.675,83	1.614.222,58	1.953.483,50
Salvaterra	608.938,24	1.160.889,40	1.650.307,33	1.020.855,19	1.297.722,67
Santa Cruz do Arari	432.665,04	846.909,42	1.131.853,41	1.277.169,75	1.267.266,28
São Sebastião da Boa Vista	331.616,79	610.601,53	1.224.996,13	1.051.255,12	607.122,30
Soure	520.557,34	1.010.622,84	1.414.875,50	1.592.780,14	1.389.430,80

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Marajó**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	13.033.715,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	5.425.617,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	5.028.469,00
Cultura	7.073.672,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	62.085.604,00
Direitos Socioassistenciais	4.769.650,00
Educação Básica	373.469.820,00
Educação Profissional e Tecnológica	4.058.215,00
Educação Superior	15.654.375,00
Esporte e Lazer	841.613,00
Governança Pública	48.716.194,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	7.398.216,00
Infraestrutura e Logística	63.151.216,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	5.861.333,00
Saúde	299.045.567,00
Segurança Pública	49.175.403,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.353.949,00
	R$ 969.142.628,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	641.527.607,00
	R$ 641.527.607,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 1.610.670.235,00

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 13.033.715,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bubalino)	Unidade	373.195	06/2019	ADEPARA	453.620
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Açaí)	Kg/Hectare	7.151	06/2019	IBGE	8.692

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	0	12/2018	SEDAP	2020	50
					2021	53
					2022	55
					2023	58
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	6.368	12/2018	EMATER	2020	6.200
					2021	6.500
					2022	6.750
					2023	6.950
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	413	12/2018	SEDAP	2020	434
					2021	455
					2022	478
					2023	502

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Reestruturar 01 Polo Matadouro e Frigorífico para Bovídeos no Município de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 5.425.617,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	20,00
					2021	-
					2022	-
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	19,00
					2021	38,00
					2022	31,00
					2023	31,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 7 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Marajó**

R$ 1.610.670.235,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação

R$ 5.028.469,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,06

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	33,33 33,33 66,67 66,67

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 7.073.672,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	11,76	12/2018	SECULT/FCP	41,18

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	5300
					2021	6300
					2022	6800
					2023	7200

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Compromisso Regional

Entregar 4 Bibliotecas Pocket, que Atenderão os Municípios de Breves, Melgaço, Muaná e Chaves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Compromisso Regional

Revitalizar o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT
Revitalização de Espaços Culturais	Espaço Revitalizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Atender 100 Jovens com Práticas e Expressões Culturais como Teatro, Cursos de Iniciação, Música, Audiovisual e Outras na Região
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 80 Empreendedores na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 62.085.604,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	43,66 43,66 43,66 43,66
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	51,49	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	57,55 69,88 74,76 84,52

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 4.769.650,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Marajó**

R$ 1.610.670.235,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica

R$ 373.469.820,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	2,70	12/2017	INEP/SEDUC	3,20
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,20	12/2017	INEP/SEDUC	3,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	7,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	7,00
					2021	6,70
					2022	6,60
					2023	6,50
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,13	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,57
					2021	12,40
					2022	12,12
					2023	11,95
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	78,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	78,70
					2021	79,50
					2022	79,90
					2023	80,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	79,00
					2021	79,30
					2022	79,70
					2023	80,00
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	14,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	14,30
					2021	13,70
					2022	13,50
					2023	13,20

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,11	12/2018	INEP/SEDUC	2020	8,43
					2021	8,30
					2022	8,18
					2023	8,05

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Chaves, Melgaço, Muaná, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista.

Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais nos Municípios de Anajás, Bagre, Breves, Portel e São Sebastião da Boa Vista

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 29 Escolas nos Municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC

Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 4.058.215,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	42,86 40,00 21,43 17,65
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	444	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	450 480 560 690

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Breves e Cachoeira do Arari

Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Breves e Cachoeira do Arari

Implantar Educação Profissional, na Modalidade EAD - Educação Profissional sem Fronteiras, nos Municípios de Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço e Portel

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC

Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA, SECTET
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 15.654.375,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,27	12/2018	UEPA	1,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	1,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	23,00 1,00 0,00 0,00

Objetivo
Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Educação Física em Gurupá, Serviço Social e Pedagogia em Bagre, Contabilidade e Educação Física em Melgaço e Turismo em Portel

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 841.613,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	526	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	530 536 542 565

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 48.716.194,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	71.560,00	12/2018	SEFA	97.817,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,52	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020 2021 2022 2023	0,78 0,78 0,78 0,78

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Cachoeira do Ariri, Muaná, Pontas de Pedras, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	8º CRS - Breves, ADEPARÁ, CRG - Breves, EGPA, Enc. CBM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar Anualmente o Governo Itinerante

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Breves
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEPLAD
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	8º CRS - Breves, CRG - Breves
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Breves, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 7.398.216,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-4,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	54.406,90	12/2018	SETUR	61.556,41

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	1	12/2018	BANPARA	2020	47
					2021	70
					2022	91
					2023	110
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	8	07/2019	SEDEME	2020	20
					2021	30
					2022	38
					2023	50
Número de turistas	Unidade	60.423	12/2018	SETUR	2020	63.482
					2021	65.069
					2022	66.696
					2023	68.363

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 05 Agências do Banpará nos Municípios de Bagre, Chaves, Portel, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR

Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Marajó**

R$ 1.610.670.235,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística

R$ 63.151.216,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	54,15	12/2018	SETRAN	64,83

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	113,00	12/2018	SETRAN	2020	113,00
					2021	113,00
					2022	113,00
					2023	113,00
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	101,43	12/2018	SETRAN	2020	101,43
					2021	121,43
					2022	121,43
					2023	121,43
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	6,67	12/2019	CPH	2020	46,67
					2021	80,00
					2022	86,67
					2023	86,67

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Anajás
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Afuá
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Bagre
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Breves
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Cachoeira do Arari
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Chaves
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Curralinho
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Melgaço
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Muaná
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Ponta de Pedras
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Portel
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Santa Cruz do Arari
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Estudos e Pesquisas de Infraestrutura e Logística	Estudo Realizado	Un	CPH
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região: Marajó

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 5.861.333,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	3,89	12/2018	PRODES/INPE	5,35

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	62,50	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	62,50 62,50 68,75 75,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar o Escritório Regional do Ideflor no Município de Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS

Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Marajó

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Marajó**

R$ 1.610.670.235,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde

R$ 299.045.567,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	6	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,89
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	14,88	12/2018	SIM	12,12
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	221,01	12/2018	MS/SIM	203,85

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	55,21	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	57,97 60,87 63,91 67,11
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	6,20	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,87	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	0,87 0,87 0,87 0,90
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	38,70	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,10	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,15 0,20 0,25 0,30

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Breves

Reforma do Hospital Municipal de Portel

Reforma do Hospital Municipal de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 49.175.403,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	18,50	12/2018	SEGUP	17,10
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	14,70	12/2018	SEGUP	12,80
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	3,77	12/2018	DATASUS	3,76
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	290,50	12/2018	SEGUP	252,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.807,10	12/2018	SEGUP	1.701,10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	3,50	12/2018	SEAP	2020	3,02
					2021	3,00
					2022	2,89
					2023	2,89
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	5.894	12/2018	PMPA	2020	7.663
					2021	9.431
					2022	11.199
					2023	12.967
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	66,00	12/2018	DETRAN	2020	67,00
					2021	70,00
					2022	71,00
					2023	72,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	20,00	12/2018	DETRAN	2020	21,00
					2021	22,00
					2022	23,00
					2023	24,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	56,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	56,00
					2021	57,00
					2022	58,00
					2023	59,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	95,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	95,00
					2021	95,00
					2022	95,00
					2023	95,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar 5 Delegacias de Polícia em Afuá, Anajás, Curralinho, Muaná e Salvaterra

Adequar a Superintendência da Polícia Civil em Soure

Ampliar o Videomonitoramento em Breves

Implantar Base Integrada de Segurança de Antônio Lemos em Breves

Implantar Delegacia Fluvial em Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA

Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 4.353.949,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,30	12/2018	MTE/RAIS	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	30,30	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	0,20 0,70 1,20 1,70
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	2,00 2,50 3,00 3,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	7,10	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	7,50 8,00 8,50 9,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Marajó

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	11.971.645,00
Concessão de Auxílio Alimentação	106.097.237,00
Concessão de Auxílio Fardamento	8.156.811,00
Concessão de Auxílio Transporte	321.761,00
Operacionalização das Ações Administrativas	10.985.258,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	503.994.895,00
	R$ 641.527.607,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: RIO CAETÉ



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

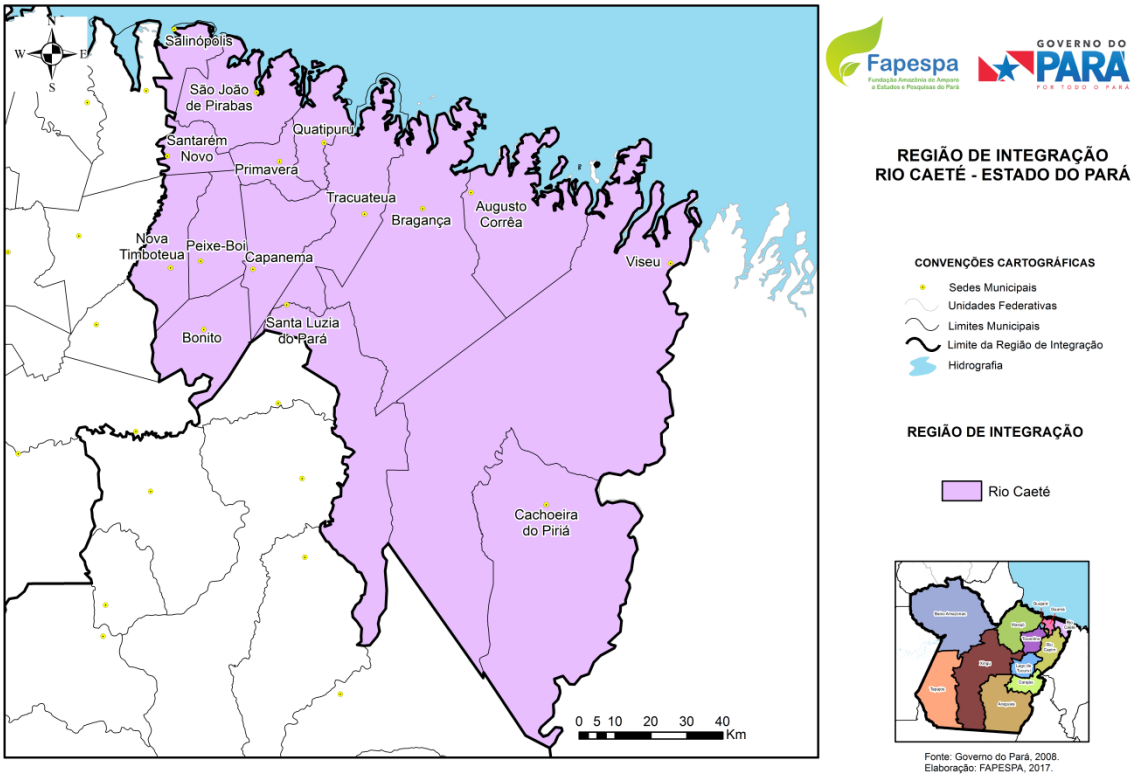


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAETÉ



Fonte: Governo do Pará, 2008.
Elaboração: FAPESPA, 2017.

I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Caeté, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 15 municípios: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

Localizada na região nordeste do Pará e entrecortada pelas rodovias BR-316 e BR-318, a RI abrange uma área de 17.388 km², correspondente a 1,5% da área total do Pará.

A população da RI Caeté, em 2018, foi estimada em 518.866 habitantes, que corresponde a 6% do contingente populacional do estado. Bragança é o município com o maior contingente de pessoas (126.436), seguido por Capanema (68.616) e Viseu (61.049), que, juntos, concentram 49% da população da região. A taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2018, foi de 1,02%, abaixo da média estadual, 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 4,7 bilhões, o equivalente a 3,4% do PIB paraense. Na composição do PIB na região, a Administração Pública contribuiu com 35%, os Serviços com 30%, a Agropecuária com 20%, a Indústria com 8% e, os Impostos sobre produtos com 7%.

A RI Rio Caeté integra a região turística Amazônia Atlântica, onde o turismo local também representa fonte de renda para a região com a cultura popular, ruínas históricas, monumentos históricos, festivais regionais, artesanato, praias, dunas, grutas, serra, lugares místicos e paisagens paradisíacas, mangues, culinária, a pesca de aventura, corredeiras e cachoeiras. O município de Salinópolis é considerado o principal balneário do interior, sendo cidade-sede dos principais campeonatos de surfe do País.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Rio Caeté teve sua riqueza valorada em R$4,6 bilhões, o que representou 3% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi a Administração Pública, com R$1,6 bilhão (35%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, seguido do setor de Serviços, com R$1,3 bilhão, equivalente a 30%

do PIB da região. Essa região destaca-se na produção de cimento e de óleo vegetal, no setor agropecuário, as principais atividades são agricultura, com os cultivos de dendê, mandioca e pimenta-do-reino, e pesca, em que se destacam os municípios de Bragança, São João de Pirabas e Viseu.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Caeté, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**4.663.654**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**4.354.222**
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	93,4%
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**939.091**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	20,14%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**398.419**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	8,54%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**1.384.716**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	29,69%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**1.631.996**
% Administração Pública	15,08%	20,40%	34,99%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**309.433**
% Impostos	13,55%	9,62%	6,63%

Fonte: IBGE/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a RI Rio Caeté, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Bragança, com participação de 23%, tendo como principal atividade a agricultura (cultivos de mandioca, feijão e açaí), Capanema, com 21%, destacando-se o comércio e a indústria de transformação (produção de cimento), e Salinópolis, com 9%, sendo as principais atividades a imobiliária e o comércio varejista.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de integração Rio Caeté, Pará, 2016

Item Geográfico	**Principais Atividades**				
Rio Caeté	**Agricultura**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio**	**Construção civil**	**Indústria de transformação**
Augusto Corrêa	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Bonito	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Comércio
Bragança	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pesca e Aquicultura	Construção civil
Cachoeira do Piriá	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Capanema	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Agricultura	Alojamento e alimentação
Nova Timboteua	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Construção civil
Peixe-Boi	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Comércio
Primavera	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Item Geográfico	Principais Atividades				
Quatipuru	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Salinópolis	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Alojamento e alimentação	Pesca e Aquicultura
Santa Luzia do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Santarém Novo	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Pesca e Aquicultura
São João de Pirabas	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio	Construção civil
Tracuateua	Agricultura	Produção Florestal	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Viseu	Agricultura	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do estado do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$14 bilhões, tendo a RI Rio Caeté contabilizado um saldo de US$ 21 milhões. A pauta exportadora da região é concentrada em peixe congelados (65%), seco (17%) e filés de peixe (14%), sendo Bragança seu principal município exportador. Quanto à importação de produtos, destaca-se o carvão mineral (hulha), insumo energético para atender a indústria de cimento de Primavera, o qual corresponde a 63% das importações da RI.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Rio Caeté	**21.019.779**	**0,1**	**6.382.415**	**0,5**	**14.637.364**
Bragança	21.019.779	100,0	0	0,0	21.019.779
Primavera	0	0,0	6.382.415	100,0	-6.382.415

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Rio Caeté registrou, em 2017, um total de 31 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha, cerca de, 52% do total do estoque formal da região, seguido do Comércio (21%) e Serviços (15%). Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Capanema (24%), Bragança (23%) e Salinópolis (12%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	162.975
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	7,13

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Nível de Ocupação (2010)			
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	15,87
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**31.054**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	187
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.318
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	109
Construção Civil	1.838.958	57.880	519
Comércio	9.230.750	203.656	6.636
Serviços	16.772.645	284.360	4.539
Adm. Pública	9.195.215	363.926	16.060
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	1.686

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 137 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,7% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A RI Rio Caeté conta em sua malha viária com duas rodovias federais e seis rodovias estaduais, além de outras vias de tráfego rodoviário. As principais rodovias são a BR-316 e a BR-308. A BR-316 foi construída na década de 1960, a partir da rodovia Belém-Bragança que havia substituído a Estrada de Ferro de Bragança na década de 1950, é um dos principais eixos rodoviários do estado ligando-o com o nordeste e possibilitando acesso a BR-010. A BR-308 tem objetivo de ligar Belém a São Luís, iniciando no entroncamento com a BR-010, o trecho paraense da rodovia foi originado da PA-242, e na RI Caeté torna-se importante eixo de ligação entre Capanema a Bragança. A rodovia beneficia também Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu, dando acesso às praias de Peri-Mirim (Tracuateua) e Ajuruteua (Bragança).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Rio Caeté

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (3)	Bragança, Salinópolis e Viseu.
Rodovias	26 vias (total 1.234 km) - 42% pavimentado
Travessias (2)	BR-308 Rio Gurupi: Viseu - Carutapera (MA)
	Rio Piriá: Serra - Tamichila (Viseu)
Portos (2)	(IP4) Bragança
	(IP4) Viseu
Pontes	148 pontes (total de 5km)

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange três aeródromos/aeroportos, 148 pontes (totalizando 5 km de extensão), dois portos de pequeno porte, duas travessias e 26 vias de tráfego rodoviário.

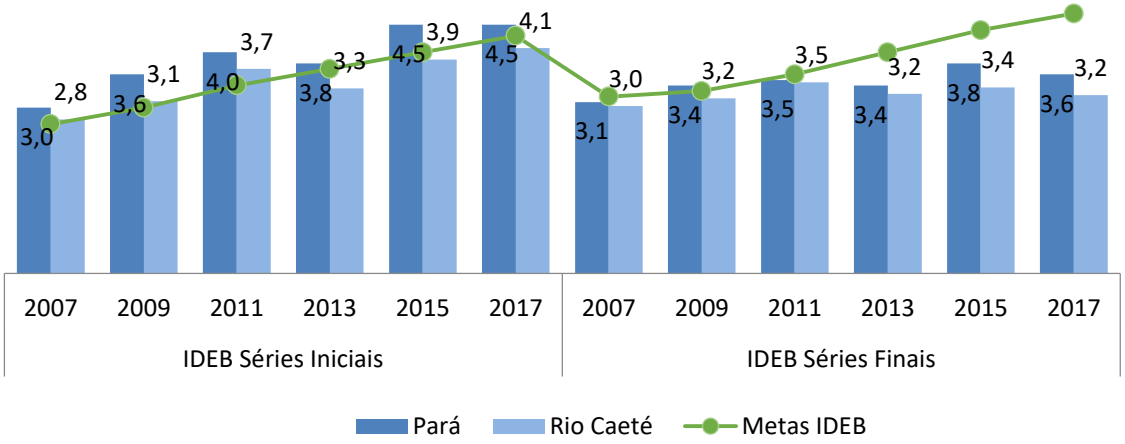
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Caeté, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem ficado abaixo das notas obtidas pelo Pará, assim como abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção dos anos de 2007, 2009 e 2011, quando a meta foi alcançada. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as notas da região ficaram abaixo das metas estabelecidas, em todos os anos do período analisado. O mesmo é notado no estado, um comportamento oscilante, onde o Pará atingiu a meta até o ano de 2011, a partir de 2013, as metas estipuladas não foram alcançadas. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Rio Caeté, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



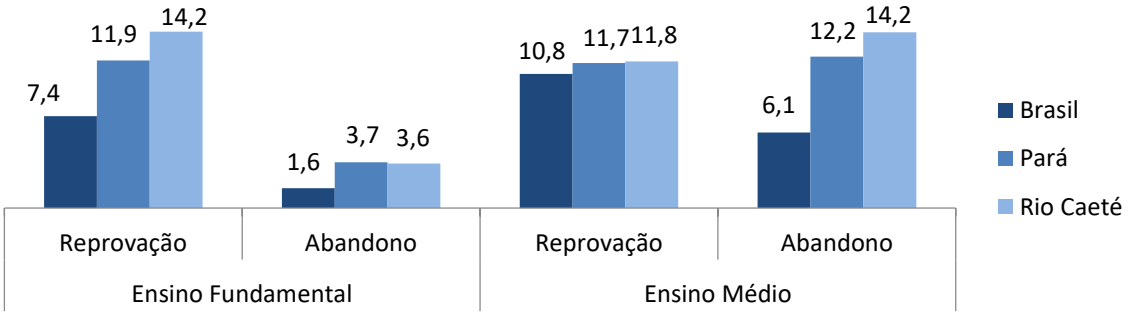
Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Rio Caeté.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região alcançou 14,2% de reprovados, em 2017, bem acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Quatipuru apresentou a maior taxa de reprovação, 21,3%, e Salinópolis, a menor taxa, 10,6%. No ensino médio, o município com a maior taxa foi Viseu, 17% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu em Santarém Novo, 0,6%.

Quanto ao abandono, no ensino fundamental, a região atingiu, em 2017, a taxa de 3,6%, próxima a do Pará, 3,7%, e bem superior à do Brasil, 1,6%. No entanto, no ensino médio, a taxa regional foi de 14,2%, acima da registrada no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. Esses resultados regionais são ainda mais preocupantes quando se considera que o estado do Pará apresenta a pior taxa de abandono, no ensino médio, entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Carajás, o município que obteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Quatipuru, com 4,9%, e a menor taxa foi registrada pelos municípios de Augusto Corrêa e São João de Pirabas, ambos com 2,3% de abandono. No ensino médio, o município que deteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Viseu, com 19,7%, e a menor, Cachoeira do Piriá, 9,7%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. A região Rio Caeté ficou bem acima dos percentuais apresentados pelo Pará e Brasil, observando 32,3% de distorção escolar, no ensino fundamental, e 57,1%, no ensino médio. No ensino fundamental, o município de Quatipuru destacou-se com a maior taxa de distorção, 36,2%, e a menor taxa ocorreu em Salinópolis, 25,6%. No ensino médio, a menor distorção coube ao município de Nova Timboteua, com 51%, e a pior taxa ao de Primavera, 65,8%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Rio Caeté	**32,3**	**57,1**
Augusto Corrêa	36,1	63,6
Bonito	33,9	62,3
Bragança	30,9	47,0
Cachoeira do Piriá	33,2	54,6
Capanema	29,4	52,1
Nova Timboteua	28,9	51,0
Peixe-Boi	35,1	54,5
Primavera	35,0	65,8
Quatipuru	36,2	63,5
Salinópolis	25,6	52,8
Santa Luzia do Pará	34,1	46,5
Santarém Novo	29,6	59,0
São João de Pirabas	33,4	60,6
Tracuateua	31,5	59,1
Viseu	31,8	64,6

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Caeté, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, foi de 16,37 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à do Pará, 15,38. Os municípios da RI com as maiores taxas foram Tracuateua (30,04), Bonito (27,17) e Peixe-Boi (26,32), e os que obtiveram os menores índices, Santa Luzia do Pará (5,81), Cachoeira do Piriá (9,65) e Salinópolis (9,88).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 1.288 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (todos os municípios da RI possuíam 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a região contava, em 2018, com 172 equipes implantadas, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 95,03%, superior à do estado, de 59,13%, destacando-se Viseu (63,53%), Quatipuru (78,19%) e Cachoeira do Piriá (83,77%), como os únicos municípios a não atingirem cobertura de 100%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,37
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	95,03
Hospitais - 2018	6.687	247	12
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,87
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,78

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

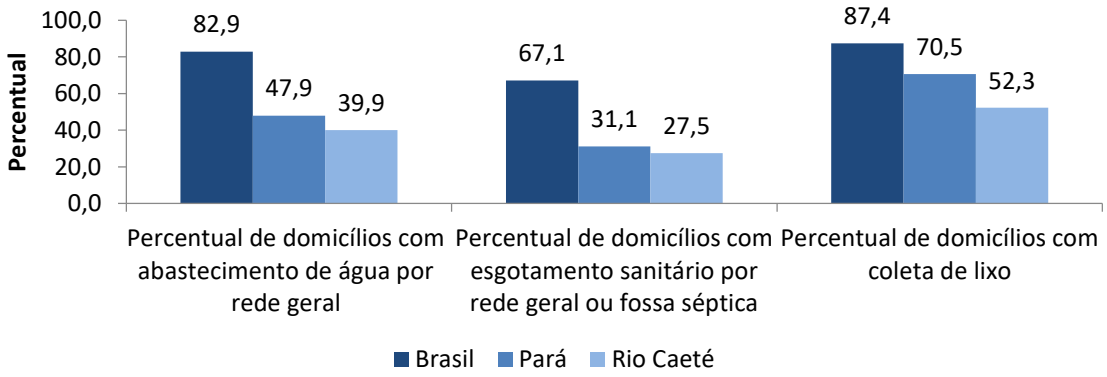
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Rio Caeté conta com doze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Dr. Olímpio Cardoso da Silveira, hospital público que dispõe de urgência e emergência, além de oferecer atendimento ambulatorial e hospitalar nas clínicas básicas (clínica médica, obstetrícia, cirurgia e pediatria). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 3,87, superior à do Pará, de 2,47. No entanto, a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, também de 2018, foi menor na região, 1,78, em comparação à estadual, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Rio Caeté. Observa-se, em 2010, que, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Rio Caeté, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 39,9% dos domicílios, 27,5% de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 52,3% de coleta de lixo. As coberturas dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo eram menores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) em 2017, estava presente, em nove (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Salinópolis, Santa Luzia Do Pará, Tracuateua e Viseu) dos 15 municípios que compõem a RI Rio Caeté, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAETÉ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	36.973	33,1
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.333	72,8
Coabitação Familiar	168.684	39,2	8.676	23,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	959	2,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	586	1,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**111.610**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Caeté, o déficit era de 33,1% do total de domicílios. O componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 72,8% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios, no Pará, e 23,1%, na RI Rio Caeté. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit, no estado do Pará, e 96%, na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 2,6%, na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios, no estado do Pará, e 1,6%, na RI.

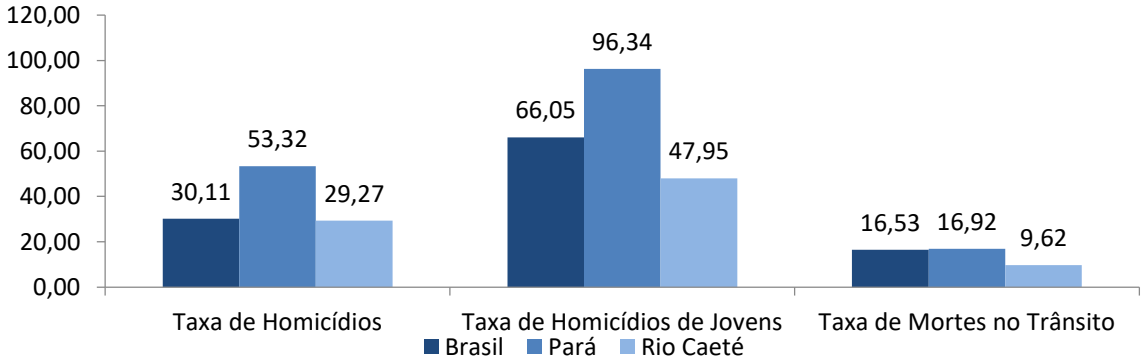
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Rio Caeté apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 53, 32 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 29,27. Capanema e Santa Luzia do Pará apresentaram as maiores taxas, 47,65 e 41,42 homicídios, respectivamente, em contraposição a Viseu e Nova Timboteua, que figuraram com as menores taxas, 10,04 e 13,39 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem, em 2017, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (47,95 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Capanema e Peixe-Boi registraram as maiores taxas, 94,41 e 91,68 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e, por outro lado, Santarém Novo não apresentou casos de homicídio de jovens, assim como Viseu observou a menor taxa de homicídios, 11,21.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Caeté foi de 9,62 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes, em 2017. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Santa Luzia do Pará (31,06 mortes) e Bonito (25,26 mortes), enquanto Peixe-Boi, Primavera e Quatipuru não registraram casos de mortes por acidentes no trânsito.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Rio Caeté apresentou taxa superior ao Pará apenas para o indicador taxa de homicídios no trânsito, em 2017. A taxa de homicídios da região foi de 25,87 mortes e para o Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 11,23 e o Pará de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese foi a taxa de roubo, que alcançou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Rio Caeté, 575,05 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Rio Caeté

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Caeté	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	25,25	25,87
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	13,74	11,23
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	561,12	575,05

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Rio Caeté registrou um total de 50,24% de sua população abaixo da linha da pobreza, bem maior que o percentual paraense.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Caeté apresentou um Índice de Gini de 0,57, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Rio Caeté, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Rio Caeté	**50,24**	**0,57**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Rio Caeté, 64,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 82,8% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 73% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Rio Caeté	**64,3**	**82,8**	**73,0**
Augusto Corrêa	81,5	86,6	80,8
Bonito	56,0	78,9	68,2
Bragança	62,9	76,7	66,7
Cachoeira do Piriá	51,9	92,4	83,6
Capanema	49,0	74,9	63,8
Nova Timboteua	56,1	81,4	73,4
Peixe-Boi	69,2	70,6	61,5
Primavera	75,6	81,2	71,6
Quatipuru	64,9	86,9	78,8
Salinópolis	52,6	80,3	66,7
Santa Luzia do Pará	83,7	86,5	77,9
Santarém Novo	104,7	87,6	72,8
São João de Pirabas	68,5	80,2	71,6
Tracuateua	73,9	89,3	80,9
Viseu	70,5	91,8	82,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, o de Santarém Novo era o que possuía o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, 104,7%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Cachoeira do Piriá (92,4%), Viseu (91,8%) e Tracuateua (89,3%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Cachoeira do Piriá (83,6%) e Viseu (82,5%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Rio Caeté mostrou-se como a 4ª RI com o menor quantitativo de jovens (162.047) e a terceira maior participação estimada (31,23%) em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Bragança destacou-se com o maior número de jovens (39.005), correspondente a 30,85% de participação em sua população, seguido de Capanema (19.320 jovens e participação de 28,16%). A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em Santa Luzia do Pará (56,40%), que apresentou elevado aumento (28,88 p.p. em relação a 2015). A menor participação foi registrada em Peixe- Boi (25,93%), que ainda obteve redução de 1,83 p.p. em comparação ao anterior.

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
Rio Caeté	**149.591**	**29,94**	**150.926**	**29,92**	**152.236**	**29,90**	**162.047**	**31,23**
Augusto Corrêa	12.876	29,46	13.070	29,55	13.257	29,64	13.546	29,76
Bonito	4.759	31,14	4.852	31,18	4.942	31,21	5.010	31,24
Bragança	37.241	30,64	37.727	30,70	38.195	30,76	39.005	30,85
Cachoeira do Piriá	10.912	34,86	11.263	35,04	11.602	35,21	11.698	35,26
Capanema	18.928	28,53	18.998	28,46	19.066	28,39	19.320	28,16
Nova Timboteua	3.989	27,26	4.016	27,15	4.042	27,05	4.089	26,87
Peixe-Boi	2.176	27,64	2.179	27,70	2.182	27,76	2.093	25,93
Primavera	2.971	28,34	2.981	28,36	2.991	28,39	3.094	28,67
Quatipuru	3.738	28,66	3.770	28,69	3.800	28,71	3.887	28,77
Salinópolis	11.998	30,70	12.090	30,74	12.178	30,78	12.490	30,90
Santa Luzia do Pará	5.335	27,52	4.897	25,31	4.497	23,28	11.197	56,40
Santarém Novo	1.868	29,02	1.884	29,07	1.901	29,13	1.952	29,29
São João de Pirabas	6.523	29,66	6.613	29,78	6.701	29,90	6.880	30,12
Tracuateua	8.799	29,86	8.923	29,95	9.042	30,03	9.249	30,17
Viseu	17.478	29,60	17.663	29,74	17.840	29,87	18.537	30,36

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam 25,51% dos vínculos, no Pará, e 24,3%, na RI Caeté, a 3ª menor dentre as RI. O maior número de jovens no mercado de trabalho ocorreu em Capanema (2.420), Bragança (1.680) e Salinópolis (924), sendo também esses municípios os que lideravam no total de vínculos formais. Ressalta-se, ainda, que Cachoeira do Piriá registrou o mais alto índice de participação de jovens (35,47%), seguido de Bonito (35,5%), enquanto os mais baixos ocorreram em Viseu (5,76%) e Quatipuru (9,11%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Rio Caeté	**31.054**	**7.547**	**24,30**
Augusto Corrêa	1.941	325	16,74
Bonito	1.612	565	35,05
Bragança	7.143	1.680	23,52
Cachoeira do Piriá	654	232	35,47
Capanema	7.455	2.420	32,46
Nova Timboteua	872	159	18,23
Peixe-Boi	496	72	14,52
Primavera	647	142	21,95
Quatipuru	582	53	9,11
Salinópolis	3.590	924	25,74
Santa Luzia do Pará	1.025	184	17,95
Santarém Novo	428	70	16,36
São João de Pirabas	1.248	223	17,87
Tracuateua	1.502	391	26,03
Viseu	1.859	107	5,76

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da

taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em 32%.

Na RI Rio Caeté, esse dado foi de 28,99%, em 2017, o segundo maior percentual, comparada às demais RI, com diminuição de apenas 2,47 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Cachoeira do Piriá (37,3%) e Primavera (35,09%), enquanto os menores foram em Capanema (23,46%) e Bragança (27,21%). Considerando o período de 2010 a 2017, o município de Peixe-boi obteve a maior elevação (10,48 p.p.), enquanto Quatipuru foi o que mais conseguiu diminuir esse índice (10,4 p.p.).

Tabela 13- Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Caeté (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Rio Caeté	**31,46**	**31,71**	**30,98**	**30,97**	**30,97**	**29,42**	**29,08**	**28,99**
Augusto Corrêa	31,02	30,37	31,50	31,43	30,51	29,98	28,93	28,08
Bonito	29,27	31,67	31,34	32,31	35,35	31,13	26,92	28,80
Bragança	29,21	28,33	28,72	28,43	29,55	26,69	26,34	27,21
Cachoeira do Piriá	38,61	34,60	39,89	34,37	38,02	35,86	34,59	37,30
Capanema	28,89	27,51	23,83	26,49	26,12	25,48	23,14	23,46
Nova Timboteua	32,26	28,47	30,99	21,77	27,49	25,49	20,00	27,95
Peixe-Boi	21,10	31,25	32,11	32,99	34,45	21,43	31,07	31,58
Primavera	35,09	34,10	32,39	35,19	32,12	34,59	35,47	35,09
Quatipuru	42,35	43,22	41,08	39,44	35,84	27,22	34,52	31,95
Salinópolis	35,21	39,51	33,23	34,80	31,25	31,80	33,89	27,84
Santa Luzia do Pará	32,45	34,24	33,87	29,33	33,43	35,65	30,05	30,81
Santarém Novo	24,17	34,02	38,24	36,67	29,46	31,33	35,24	29,91
São João de Pirabas	38,26	31,10	35,94	33,42	38,10	28,66	32,35	31,17
Tracuateua	31,10	28,83	26,41	32,53	28,40	29,91	29,98	29,68
Viseu	32,23	35,49	34,57	33,74	33,66	33,09	32,73	33,39

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa/2019.

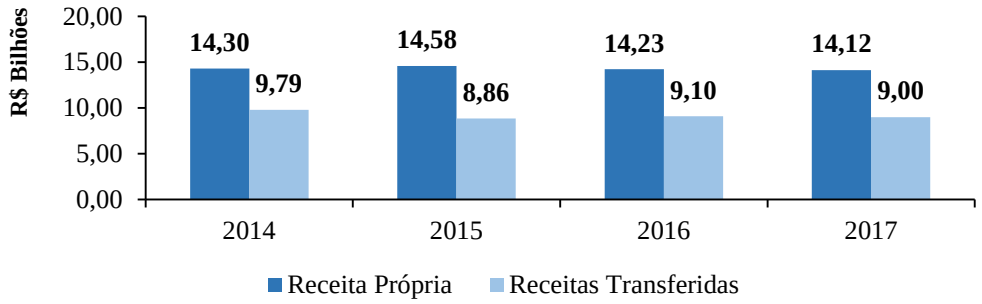
4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

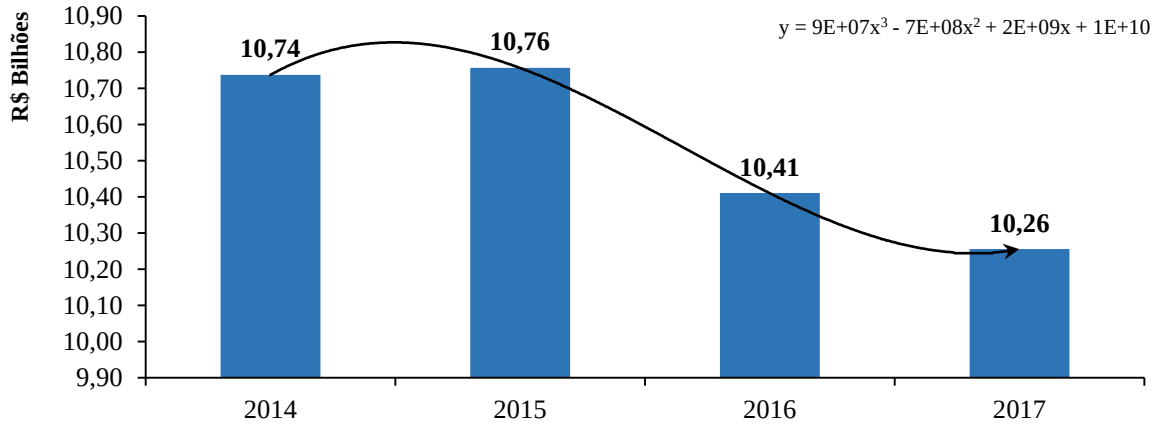
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

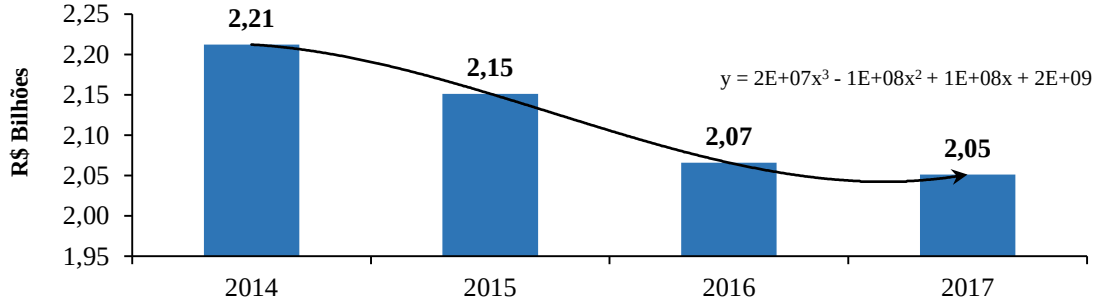
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verifica na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Rio Caeté uma retração da ordem de -10%, tendo, em 2017, o município de Capanema recebido a maior parcela (23%) do total destinado à RI, seguido por Bragança (14%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representou, em média, cerca de 2,7% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Rio Caeté	**60.171.727,24**	**57.868.438,65**	**54.341.638,29**	**54.354.509,55**
Augusto Corrêa	3.097.074,18	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
Bonito	3.097.074,18	2.796.616,00	2.914.877,13	3.076.670,35
Bragança	7.742.685,49	7.314.226,44	7.078.987,36	7.794.231,57
Cachoeira do Piriá	3.318.293,79	3.441.988,90	3.539.493,69	2.871.559,00
Capanema	13.715.614,28	14.198.204,28	12.908.741,64	12.511.792,76
Nova Timboteua	2.654.635,02	2.366.367,40	2.082.055,12	2.256.224,93
Peixe-Boi	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.051.113,57
Primavera	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.051.113,57
Quatipuru	2.433.415,44	2.151.243,08	2.082.055,12	1.640.890,84
Salinópolis	3.981.952,55	4.087.361,83	3.955.904,70	4.307.338,50
Santa Luzia do Pará	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	2.256.224,93
Santarém Novo	2.212.195,86	2.151.243,08	2.082.055,12	1.846.002,20
São João de Pirabas	2.875.854,63	2.581.491,68	2.498.466,12	2.666.447,64
Tracuateua	2.875.854,63	2.581.491,68	2.290.260,62	2.461.336,28
Viseu	4.203.172,14	3.872.237,51	3.539.493,69	3.692.004,41

Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Rio Caeté é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.092 km²), Terras Indígenas (393 km²), Territórios Quilombolas (114,64 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, 17.388 km², 9,20% correspondem às áreas protegidas e 6,96% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 11.585 km², correspondente a 63,63% de área desmatada e a 4,38% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, foram registrados mais de 68% do desmatamento acumulado na RI em apenas quatro municípios: Viseu (34,17%), Bragança (16,94%), Cachoeira do Piriá (12,75%) e Santa Luzia do Pará (12,28%). Da mesma maneira, mais de 60% dos registros de foco de calor, em 2017, estavam concentrados em três municípios: Cachoeira do Piriá (25%), Viseu (21%) e Bragança (14,5%).

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Rio Caeté, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Rio Caeté	**17.388**	**11.585**	**867**
Augusto Corrêa	1.092	729	45
Bonito	587	544	41
Bragança	2.092	1.725	126

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
Cachoeira do Piriá	3.100	1.477	216
Capanema	615	518	19
Nova Timboteua	490	379	27
Peixe-Boi	450	364	17
Primavera	259	179	12
Quatipuru	326	82	9
Salinópolis	238	33	10
Santa Luzia do Pará	1.356	1.250	75
Santarém Novo	230	149	11
São João de Pirabas	706	210	43
Tracuateua	934	469	31
Viseu	4.915	3.479	185

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 52,11% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Cachoeira do Piriá registrou a maior proporção de área com CAR efetivado (77,61%), seguido por Viseu (67,95%) e Santa Luzia do Pará (67,25%).

Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Rio Caeté, 2018

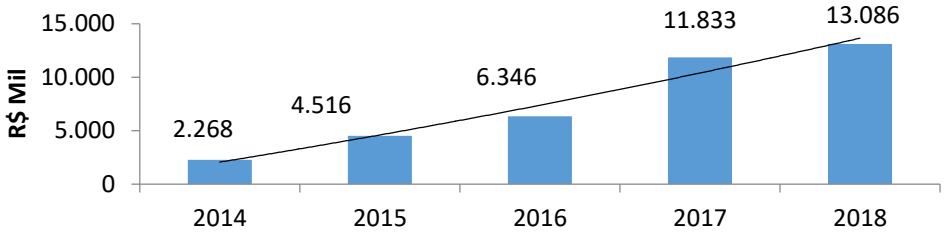
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Rio Caeté	**17.388**	**14.958,61**	**86,00**	**7.795,36**	**52,11%**
Augusto Corrêa	1.092	679,06	62,22	105,16	15,49%
Bonito	587	586,77	99,92	280,53	47,81%
Bragança	2.092	1.798,20	85,95	411,01	22,86%
Cachoeira do Piriá	3.100	2.672,54	86,15	2.074,17	77,61%
Capanema	615	611,91	99,49	383,99	62,75%
Nova Timboteua	490	488,68	99,67	216,61	44,32%
Peixe-Boi	450	449,52	99,77	190,89	42,47%
Primavera	259	252,39	97,54	87,89	34,82%
Quatipuru	326	299,49	91,80	27,04	9,03%
Salinópolis	238	208,35	87,56	32,81	15,75%
Santa Luzia do Pará	1.356	983,76	72,52	661,60	67,25%
Santarém Novo	230	201,82	87,86	58,23	28,85%
São João de Pirabas	706	690,28	97,77	88,97	12,89%
Tracuateua	934	617,15	66,03	173,82	28,16%
Viseu	4.915	4.418,70	89,91	3.002,66	67,95%

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Rio Caeté teve uma participação média de 7,52% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$ 13,085 milhões, em que o município de Salinópolis deteve a maior parcela (9,31%), seguido por São João de Pirabas (9,27%), Bonito (8,98%),

Capanema (8,12%), Bragança (8,06%), Augusto Corrêa (8,06%), Cachoeira do Piriá (7,94%), Quatipuru (6,90%), Nova Timboteua (5,17%), Santa Luzia do Pará (4,78%), Primavera (4,75%), Peixe-Boi (4,72%), Santarém Novo (4,66%) e Tracuateua (4,56%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Caeté (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019. Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Rio Caeté (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Rio Caeté	**2.267.705,30**	**4.515.617,51**	**6.345.823,30**	**11.833.262,76**	**13.085.725,33**
Augusto Corrêa	81.514,81	149.351,85	212.585,79	980.435,07	1.039.102,45
Bonito	135.944,31	257.505,96	189.712,80	519.674,50	1.062.901,47
Bragança	63.894,26	127.627,79	187.100,14	1.014.505,90	1.054.584,64
Cachoeira do Piriá	484.477,02	930.644,37	1.483.996,25	986.389,48	902.786,11
Capanema	52.997,37	110.218,95	151.762,94	1.031.907,84	1.055.337,10
Nova Timboteua	111.743,24	213.622,70	248.950,36	740.836,26	625.815,87
Peixe-Boi	76.888,28	193.602,09	255.320,06	742.399,30	615.905,94
Primavera	71.311,60	136.215,55	186.132,37	728.790,81	617.402,02
Quatipuru	133.615,26	289.871,32	438.018,48	436.333,23	676.727,00
Salinópolis	134.860,91	290.251,20	436.643,58	963.986,12	1.218.520,59
Santa Luzia do Pará	300.219,75	573.729,31	792.889,56	515.979,97	621.099,72
Santarém Novo	68.185,01	400.411,99	585.788,86	721.091,33	610.046,63
São João de Pirabas	148.516,29	315.384,95	473.973,40	986.090,73	1.174.760,45
Tracuateua	104.027,41	212.581,34	269.541,04	729.034,35	597.068,56
Viseu	299.509,78	314.598,14	433.407,68	735.807,88	1.213.666,78

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Rio Caeté**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	8.702.723,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	5.797.149,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	7.528.357,00
Cultura	1.118.760,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	41.654.580,00
Direitos Socioassistenciais	7.079.758,00
Educação Básica	751.282.605,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.926.818,00
Educação Superior	7.466.079,00
Esporte e Lazer	4.515.548,00
Governança Pública	200.989.676,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	27.666.761,00
Infraestrutura e Logística	157.202.647,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.552.570,00
Saúde	479.511.269,00
Segurança Pública	132.175.023,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.447.190,00
	R$ 1.841.617.513,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	888.245.977,00
	R$ 888.245.977,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 2.729.863.490,00

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 8.702.723,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	486.896	06/2019	ADEPARA	591.826
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Mandioca)	(kg ou unidades de frutos*) /	13.751	06/2019	IBGE	16.715

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	114	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	120 126 132 140
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	8.516	12/2018	EMATER	2020 2021 2022 2023	6.490 6.700 6.994 7.800
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.725	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	1.811 1.902 1.997 2.097

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Compromisso Regional

Implantação do Laboratório de Solo em Bragança

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 5.797.149,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	-
					2021	20,00
					2022	-
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	20,00
					2021	31,00
					2022	33,00
					2023	20,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Bragança

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em São João de Pirabas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	4º CRS - Capanema
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 6 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 7.528.357,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	1,02	12/2018	SIAFEM/SEFA	1,92

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	33,33 33,33 66,67 66,67

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 1.118.760,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	20,00	12/2018	SECULT/FCP	46,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	18.600	12/2018	FCP/SECULT	2020	41.800
					2021	42.000
					2022	44.100
					2023	44.500

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 80 Empreendedores na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 41.654.580,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	5,73 5,73 5,73 5,73
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	54,45	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	80,87 83,05 84,80 86,28

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 7.079.758,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 751.282.605,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	2,90	12/2017	INEP/SEDUC	3,50
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,40	12/2017	INEP/SEDUC	5,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	4,80
					2021	4,60
					2022	4,50
					2023	4,40
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	11,92	12/2018	INEP/SEDUC	2020	10,54
					2021	10,41
					2022	10,26
					2023	10,13
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	81,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	82,50
					2021	83,30
					2022	83,70
					2023	84,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	78,50
					2021	78,80
					2022	79,10
					2023	79,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	13,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,70
					2021	12,10
					2022	11,80
					2023	11,50

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	11,85	12/2018	INEP/SEDUC	2020	10,96
					2021	10,79
					2022	10,64
					2023	10,47

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Reformar/Ampliar 9 Escolas Estaduais nos Municípios de Augusto Côrrea, Bragança, Capanema, Peixe-Boi, Quatipuru, Salinópolis e São João de Pirabas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 37 escolas nos Municípios de Augusto Correa, Bragança, Cachoeira do Piriá, Bonito, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC

Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.926.818,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	200,00 4,00 7,29 7,14
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	485	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	420 470 510 590

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 05 Novos Cursos Técnicos em Capanema, Peixe Boi e Primavera

Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Bragança, Capanema, Peixe Boi e Primavera

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR

Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 7.466.079,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	0,00 100,00 100,00 50,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Serviço Social em Capanema, Administração e História em Tracuateua, Administração em Augusto Corrêa, Administração em São João de Pirabas e Serviço Social em Viseu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 4.515.548,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	346	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	352 364 375 382

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 200.989.676,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	154.133,00	12/2018	SEFA	216.489,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	1,06	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	1,59
					2021	1,59
					2022	1,59
					2023	1,59

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Augusto Correa, Nova Timboteua, Peixe-boi, Primavera, Salinópolis, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	4º CRS - Capanema, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRS, SEDAP, SEDUC
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Região: Rio Caeté

Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	HRS
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, HRS, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 27.666.761,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	61.451,64	12/2018	SETUR	69.526,89

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	11	12/2018	BANPARA	2020	33
					2021	50
					2022	64
					2023	77
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	3	07/2019	SEDEME	2020	43
					2021	57
					2022	63
					2023	67
Número de turistas	Unidade	66.568	12/2018	SETUR	2020	69.938
					2021	71.686
					2022	73.479
					2023	75.316

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR

Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP, SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 157.202.647,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	42,90	12/2018	SETRAN	56,81

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	1.130,90	12/2018	SETRAN	2020	1.130,90
					2021	1.130,90
					2022	1.130,90
					2023	1.130,90
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	360,77	12/2018	SETRAN	2020	388,77
					2021	416,77
					2022	461,77
					2023	477,77

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Pavimentar a PA-448 Vila Miraselva, Trecho: Entroncamento BR-308 (Capanema-Santa Luzia do Pará) / Entroncamento BR-308 (Capanema-Bragança), no Município de Capanema - 27 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN

Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Rio Caeté**

R$ 2.729.863.490,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

R$ 2.552.570,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,12	12/2018	PRODES/INPE	0,17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	73,33	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	80,00 80,00 86,66 93,30

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 479.511.269,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	3	12/2018	MS/SIM/SINASC	2,44
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16,12	12/2018	SIM	13,13
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	266,21	12/2018	MS/SIM	245,54

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	94,29	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	99,00 100,00 100,00 100,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	13,30	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,46	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,46 1,46 1,46 1,63
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	57,50	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,24	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,30 0,35 0,40 0,45

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,06	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	4º CRS - Capanema
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	4º CRS - Capanema, ETSUS, HEMOPA, HRS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	HRS
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	4º CRS - Capanema
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Ampliar o Serviço de Hemodiálise para 25 Máquinas no Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, em Bragança

Implantar o Centro de Atenção Especializada do Hospital Regional de Capanema

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	HRS
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HRS, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRS, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	4º CRS - Capanema, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	4º CRS - Capanema, SESPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 132.175.023,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	55,30	12/2018	SEGUP	51,00
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	28,90	12/2018	SEGUP	25,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	13,49	12/2018	DATASUS	13,21
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	588,40	12/2018	SEGUP	510,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	537,20	12/2018	SEGUP	505,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	2,37	12/2018	SEAP	2020	2,01
					2021	2,00
					2022	1,78
					2023	1,53
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	4.016	12/2018	PMPA	2020	5.221
					2021	6.426
					2022	7.631
					2023	8.836
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	86,00	12/2018	DETRAN	2020	87,00
					2021	88,00
					2022	89,00
					2023	90,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	46,00	12/2018	DETRAN	2020	47,00
					2021	48,00
					2022	49,00
					2023	50,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	40,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	50,00
					2021	41,00
					2022	43,00
					2023	44,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	92,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	92,00
					2021	92,00
					2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Salinópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA

Região: Rio Caeté

Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 4.447.190,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,78	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	6,92	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	3,00 3,50 4,00 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	8,00 9,00 11,00 12,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	7,90	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	8,00 8,50 9,00 10,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Capanema

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Rio Caeté

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	10.578.598,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	80.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	148.788.704,00
Concessão de Auxílio Fardamento	7.366.676,00
Concessão de Auxílio Transporte	5.174.414,00
Operacionalização das Ações Administrativas	14.270.815,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	701.986.770,00
	R$ 888.245.977,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: RIO CAPIM



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

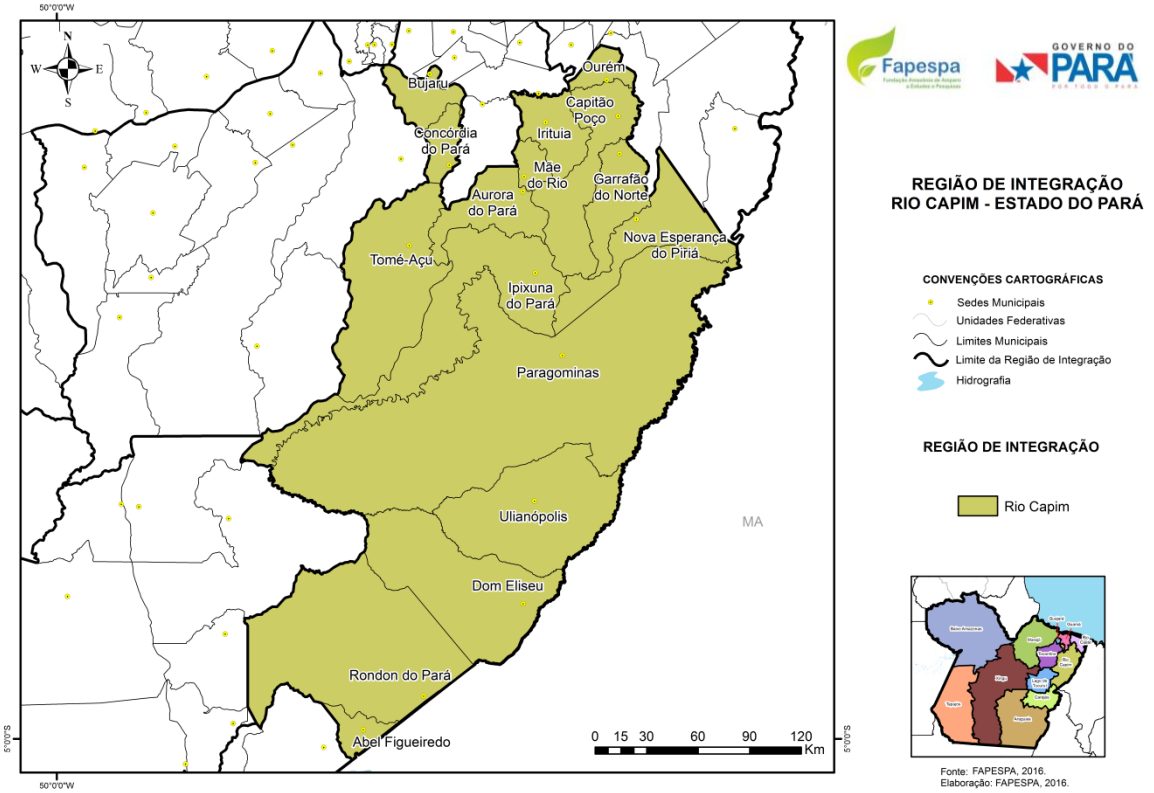


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Rio Capim, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 16 municípios: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

Localizada na Região Nordeste do Pará, cortada pela malha rodoviária, na qual se destaca a Rodovia Belém-Brasília. A RI Rio Capim abrange uma área territorial de mais de 62 mil quilômetros quadrados, o que representa 5% da área total do estado. Do total da região, 4,3% são de áreas protegidas.

A região, em 2018, registrou uma população de mais de 687.153 habitantes, 8% do total do estado, sendo Paragominas o município de maior contingente populacional com 111.764 habitantes, que corresponde a 16%. Dom Eliseu, Ipixuna do Pará e Tomé-Açu seguem com 9%, cada.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 8,9 bilhões, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 15% do setor do estado. Na composição do PIB, a Agropecuária contribuiu com 29%, os Serviços com 25%, a Administração Pública com 25%, a Indústria com 15% e os Impostos sobre produtos com 6%.

A RI Rio Capim integra a região turística Amazônia Atlântica. Os principais atrativos turísticos da região são eventos religiosos, festivais, culinária e artesanato local, feiras agropecuárias, monumentos históricos, balneários, igarapés, trilhas ecológicas e canoagem.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Rio Capim teve seu PIB valorado em R$8,956 bilhões, o que representou 6,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos o de maior valor adicionado foi a Agropecuária com R$2,6 bilhões, 29% do valor adicionado pela RI, seguido pela

Administração Pública, com R$ 2,2 bilhões (25%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal. Essa RI constitui-se na maior produtora de grãos do estado, sendo os principais a soja (65%) e o sorgo (65%). Outros produtos relevantes da agropecuária são a pimenta-do-reino, açaí, mandioca, dendê, cana-de-açúcar, laranja e mel. A indústria destaca-se pela extração de caulim e bauxita.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Capim, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Rio Capim
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**8.956.451**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**8.461.488**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	94,5%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**2.638.844**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	29,46%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**1.310.175**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	14,63%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**2.235.827**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	24,96%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.276.642**
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	25,42%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**494.964**
% Impostos	13,55%	9,62%	5,53%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Rio Capim, os que apresentaram, em 2016, as maiores contribuições para o PIB da região foram Paragominas, com participação de 30%, tendo como principais atividades a indústria extrativa, o comércio e a agricultura, e Ulianópolis, com 15%, destacando-se as atividades da agricultura (cultivos de soja e cana-de-açúcar) e da indústria de transformação (segmento de fabricação de açúcar e álcool).

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região Rio Capim, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Rio Capim	**Agricultura**	**Indústria extrativa**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio**	**Pecuária**
Abel Figueiredo	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação
Aurora do Pará	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Bujaru	Agricultura	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio	Transporte
Capitão Poço	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Construção civil
Concórdia do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Dom Eliseu	Agricultura	Comércio	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pecuária
Garrafão do Norte	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Comércio
Ipixuna do Pará	Agricultura	Indústria extrativa	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Irituia	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Construção civil
Mãe do Rio	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura	Pecuária	Indústria de transformação

Item Geográfico	Principais Atividades				
Nova Esperança do Piriá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Ourém	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Paragominas	Indústria extrativa	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Rondon do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Indústria de transformação
Tomé-Açu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Ulianópolis	Agricultura	Indústria de transformação	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$14,434 bilhões e da RI Rio Capim contabilizou um saldo de US$346 milhões. Entre os municípios exportadores da RI, Paragominas destaca-se como o maior exportador de soja, com 81% da produção da região e 45% da produção do estado. Na pauta de importação, a demanda da RI é, em grande parte, por máquinas e produtos químicos.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Rio Capim	**440.225.515**	**2,8**	**93.931.128**	**8,0**	**346.294.387**
Abel Figueiredo	1.608.209	0,4	0	0,0	1.608.209
Aurora do Pará	282.791	0,1	0	0,0	282.791
Capitão Poço	2.470.127	0,6	0	0,0	2.470.127
Dom Eliseu	9.430.408	2,1	0	0,0	9.430.408
Ipixuna do Pará	0	0,0	1.244.528	1,3	-1.244.528
Paragominas	418.180.670	95,0	91.804.168	97,7	326.376.502
Rondon do Pará	3.316.230	0,8	38.682	0,0	3.277.548
Tomé-Açu	3.853.056	0,9	0	0,0	3.853.056
Ulianópolis	1.084.024	0,2	843.750	0,9	240.274

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garantem direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Rio Capim, a mesma registrou, em 2017, um total de 59 mil empregos formais, equivalentes a 6% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública participou com, cerca de, 35,6% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 16%, e Agropecuária, 15%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Paragominas (33%), Tomé-Açú (15%) e Dom Eliseu (8%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Capim
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	220.348
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,59
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	25,73
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**59.605**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	1.616
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.162
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	368
Construção Civil	1.838.958	57.880	2.633
Comércio	9.230.750	203.656	9.804
Serviços	16.772.645	284.360	6.552
Administração Pública	9.195.215	363.926	21.213
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	9.257

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 163 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 6% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Em relação à infraestrutura de transporte, o principal eixo viário da RI Rio Capim é a rodovia federal BR-010, Belém-Brasília, a qual atravessa sete municípios e integra a região a Região Metropolitana de Belém e à cidade de Castanhal (RI Guamá). Através da BR-010, tem-se acesso a outra rodovia federal, a BR-222, que inicia em Dom Eliseu e termina na cidade de Marabá (RI Carajás).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Rio Capim

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (2)	Tomé-Açu
	Paragominas
Rodovias	9 rodovias (total 644 km) - 45% pavimentado
Travessias (2)	PA-256 (Santana de Ipixuna - Alto Capim)
	PA-140 (Santa Isabel - Bujaru)
Porto	(IP4) Bujaru
Pontes	57 pontes (total de 1,8 km)

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também dois aeródromos/aeroportos, 57 pontes (totalizando 1,8 km de extensão), um porto de pequeno porte, duas travessias e nove rodovias.

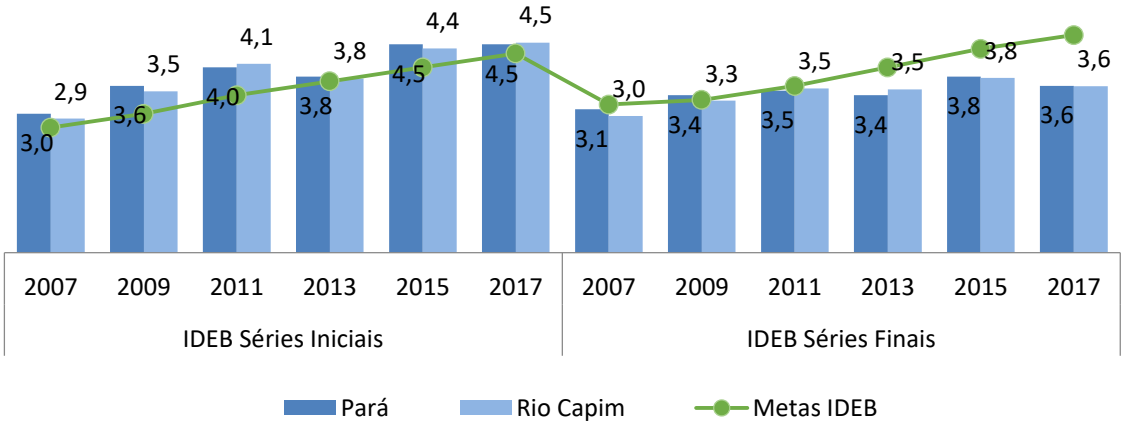
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Capim, a média da nota IDEB dos municípios, entre os anos de 2007 a 2017, alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), no entanto, para as séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, não foram cumpridas as metas. No Pará, a nota IDEB alcançou um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, em especial nas séries iniciais, o qual não é notado na RI Rio Capim, que manteve um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região Integração Rio Capim, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



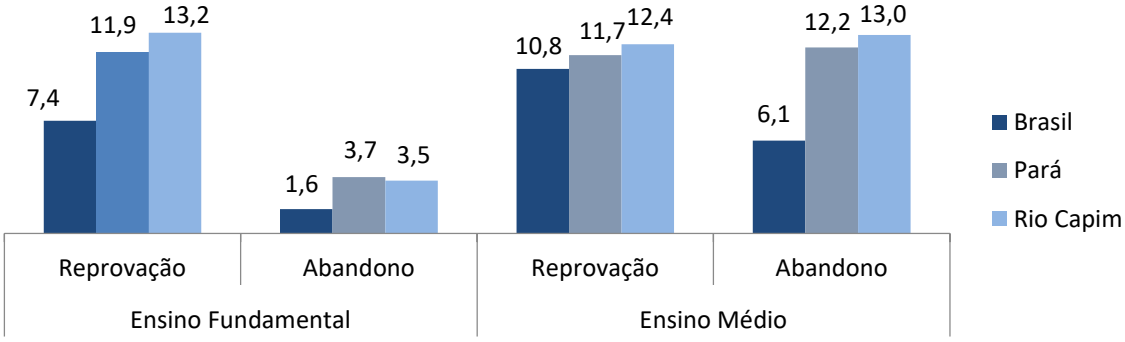
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Rio Capim.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 13,2% de reprovados, em 2017, bem acima dos valores do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. No ensino fundamental, o município de Nova Esperança do Piriá apresentou a maior taxa de reprovação, 21,1%, e Ulianópolis a menor taxa, 3,5%. No ensino médio, a maior taxa foi observada pelo município de Dom Eliseu, 23,1% de alunos reprovados, e a menor taxa pelo município de Garrafão do Norte, 5,9%.

Em 2017, no que se refere à taxa de abandono no ensino fundamental, a região registrou 3,5%, um pouco abaixo da taxa do estado, de 3,7%. No entanto, no ensino médio, a taxa foi de 13%, acima do registrado no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. O estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios da RI Rio Capim que obtiveram, em 2017, as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram Capitão Poço (6,5%) e Nova Esperança do Piriá (5,8%), e as menores, Ulianópolis (0,6%) e Aurora do Pará (1,8%). No ensino médio, o município que obteve a maior taxa de abandono foi Ipixuna do Pará (20,3%), e a menor, Ulianópolis (7,4%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2% respectivamente). Na região, foram registradas taxas superiores às do estado, tanto no ensino fundamental (31,7%), como no ensino médio (55,7%). Especificamente no ensino fundamental, o município de Garrafão do Norte destacou-se com a maior taxa de distorção (42,2%), e Ulianópolis com a menor taxa (16,8%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Concórdia do Pará (66,8%), e a menor distorção foi observada em Rondon do Pará (43,9%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2018.

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Rio Capim	**31,7**	**55,7**
Abel Figueiredo	28,9	47,3
Aurora do Pará	33,9	66,0
Bujaru	35,1	58,9
Capitão Poço	34,7	52,3
Concórdia do Pará	40,0	66,8
Dom Eliseu	23,7	53,5
Garrafão do Norte	42,2	58,4
Ipixuna do Pará	37,2	65,7
Irituia	30,6	57,4
Mãe do Rio	32,6	50,3
Nova Esperança do Piriá	34,2	62,6
Ourém	32,8	54,8
Paragominas	25,8	46,2
Rondon do Pará	31,2	43,9
Tomé Açu	26,8	58,1
Ulianópolis	16,8	48,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Capim, a taxa de mortalidade infantil apresentada, em 2017, de 13,16 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi ligeiramente inferior à do Pará, 15,38. Os municípios da região com as menores taxas foram Ourém (3,33), Garrafão do Norte (7,32) e Aurora do Pará (9,98), que apresentaram menos de 10 mortes por mil nascidos vivos. Por outro lado, Abel Figueiredo (28,17) e Ipixuna do Pará (20,24) obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada nesta análise a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 1.434 agentes, número equivalente a uma proporção de cobertura de 97,41%, maior que a do Pará, 81,21%, sendo que apenas os municípios de Ipixuna do Pará (73,91%), Paragominas (89,89%), Ulianópolis (95,96%) e Tomé-Açu (98,77%) estavam abaixo de 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 155 equipes implantadas na RI Rio Capim, correspondentes a uma proporção de cobertura média de 79,19%, superior à apresentada pelo estado, de 59,13%. Dentre seus municípios, apenas Abel Figueiredo, Garrafão do Norte, Mãe do Rio e Ourém alcançaram 100% da cobertura, em contraposição a Tomé-Açu (44,73%), Concórdia do Pará (53,25%) e Aurora do Pará (56,61%), com menores proporção de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Capim
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	13,16
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	97,41
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	79,19
Hospitais - 2018	6.687	247	29
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,97
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,80

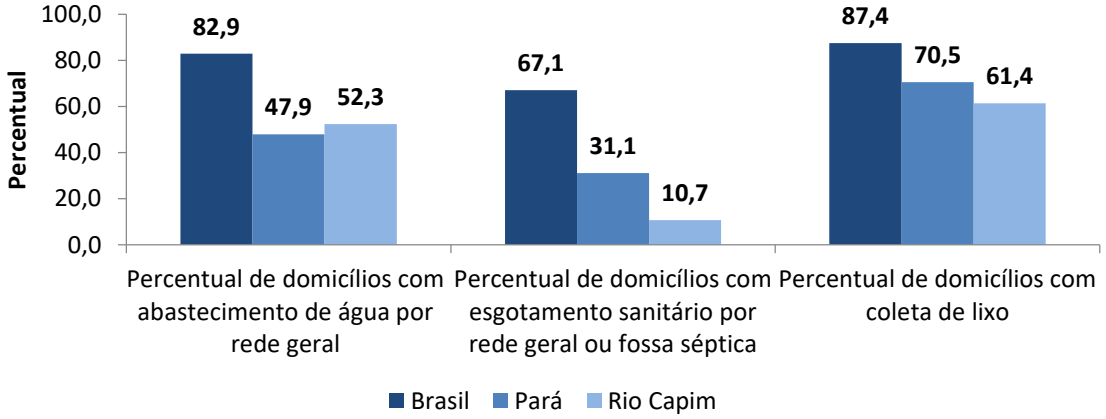
Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Rio Capim dispõe de 29 hospitais (hospitais gerais e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional Público do Leste do Pará, inaugurado em 2014, em Paragominas, que oferece clínica médica e cirúrgica, nas especialidades de neurologia/neurocirurgia, traumatologia/ortopedia, cirurgia geral e suporte de anestesia, além de consultas ambulatoriais em cardiologia, clínica cirúrgica, clínica médica, neurologia/neurocirurgia, urologia, endocrinologia, ginecologia, mastologia e traumatologia/ortopedia. Ressalta-se, também, o Hospital Geral de Ipixuna do Pará, com a oferta de consultas em cardiologia, infectologia, clínica médica e cirúrgica, além de exames complementares, cirurgias eletivas, internações e pronto-atendimento 24 h. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa registrada, em 2018, pela RI, foi de 2,97, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na região foi de 1,80, inferior à do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Capim, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Rio Capim. Observou-se, em 2010, que, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Rio Capim, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 52,3% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, 10,7%, e coleta de lixo, 61,4%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, em apenas três (Capitão Poço, Dom Eliseu e Ourém) dos 16 municípios que compõem a RI Rio Capim, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Capim, o déficit era de 27,7% do total de domicílios. A componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 66% do total da região. Coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 24,2% na região Rio Capim. Juntas, essas duas componentes representaram, cerca de, 87% do déficit no estado do Pará e 90% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,5% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,4% na RI.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e a Região de Integração Rio Capim, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAPIM	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	40.342	27,7
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.045	66,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	9.897	24,2
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.244	5,5
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.791	4,4
Total Domicílios	**1.859.165**		**145.953**	

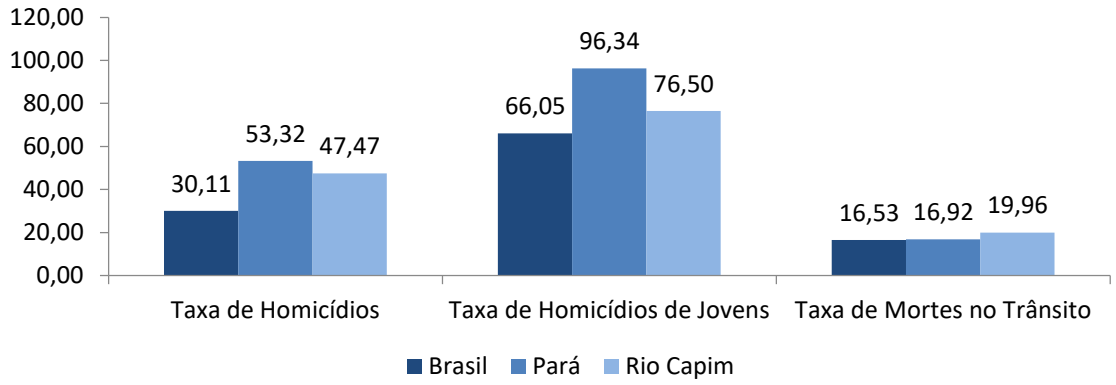
Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Rio Capim apresentou taxas inferiores às do estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 47,47. Nova Esperança do Piriá e Tomé-Açu atingiram as maiores taxas, 91,39 e 76,16 homicídios, respectivamente, em contraposição a Aurora do Pará e Ulianópolis, com as menores taxas, 16,41 e 27,81 mortes, respectivamente.

Em 2017, a taxa de homicídio com recorte na população jovem registrada pela RI Rio Capim, 76,50 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Entre os municípios da região, Nova Esperança do Piriá e Abel Figueiredo alcançaram as maiores taxas, 203,89 e 147,29 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, enquanto Aurora do Pará e Garrafão do Norte apresentaram as menores taxas, 21,20 e 25,70, nesta ordem.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Capim, em 2017, foi de 19,96 mortes, superior à do Pará, 16,92 mortes, ressaltando-se os municípios de Abel Figueiredo (41,49 mortes) e Garrafão do Norte (31,54 mortes) com as maiores taxas, e Ipixuna do Pará que não apresentou nenhum caso de morte no trânsito.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Rio Capim apresentou taxas inferiores ao Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo, e taxa superior para o indicador taxa de homicídios no trânsito. A taxa de homicídios da região foi de 43,43 mortes e do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI observou taxa de 12,20 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, em 2017, atingiu um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e na RI, 400,97 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Capim	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	41,65	43,43
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	19,03	12,20
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	450,67	400,97

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e na região Rio Capim, 42,39% de sua população estava abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Capim apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Rio Capim, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Rio Capim	42,39	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico, em 2018, na RI Rio Capim, 55,5% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 81,1% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza, e 68,8% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Rio Capim	**55,5**	**81,1**	**68,8**
Abel Figueiredo	67,5	82,3	63,5
Aurora do Pará	53,9	86,6	73,7
Bujaru	80,0	91,0	83,4
Capitão Poço	64,9	78,5	66,2
Concórdia do Pará	65,5	87,2	80,2
Dom Eliseu	40,1	65,5	46,6
Garrafão do Norte	77,6	86,4	78,6
Ipixuna do Pará	36,6	88,8	77,6
Irituia	72,6	88,7	75,6
Mãe do Rio	81,6	84,2	72,0
Nova Esperança do Piriá	84,9	93,8	87,6
Ourém	77,2	82,8	72,2
Paragominas	50,9	67,3	54,6
Rondon do Pará	39,0	69,4	54,7
Tomé-Açu	65,4	88,1	75,2
Ulianópolis	26,4	76,8	68,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Nova Esperança do Piriá, Mãe do Rio e Bujaru, possuíam, na época, os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 84,9%, 81,6% e 80%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram os de Nova Esperança do Piriá (93,8%) e Bujaru (95,7%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família também foram o de Nova Esperança do Piriá e de Bujaru, com 87,6% e 83,4%, respectivamente.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a região Rio Capim se mostrou como a 4º RI com o maior quantitativo de jovens (208.931), equivalente a uma participação estimada de 30,41% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Paragominas abrigava o maior número de jovens (35.182), correspondente a 31,48% de sua população, seguido de Ipixuna do Pará (20.001 jovens), participação de 32,02%. Os mais elevados percentuais de participação, no mesmo ano, ocorreram em Concórdia do Pará (31,99%) e Garrafão do Norte (32,29%), enquanto os minoritários foram registrados em Irituia (27,02%) e Abel Figueiredo (27,96%).

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Rio Capim	**199.617**	**30,32**	**202.479**	**30,34**	**205.234**	**30,35**	**208.931**	**30,41**
Abel Figueiredo	2.017	28,30	2.027	28,24	2.037	28,17	2.064	27,96
Aurora do Pará	9.067	30,74	9.253	30,85	9.433	30,96	9.591	31,04
Bujaru	7.856	28,37	7.952	28,38	8.044	28,39	8.192	28,41
Capitão Poço	15.808	30,00	15.844	30,03	15.879	30,05	16.530	30,51
Concórdia do Pará	9.943	31,71	10.144	31,82	10.337	31,91	10.508	31,99
Dom Eliseu	17.220	30,53	17.477	30,53	17.724	30,52	17.991	30,52
Garrafão do Norte	7.746	30,59	7.764	30,63	7.781	30,68	8.403	32,29
Ipixuna do Pará	18.687	31,91	19.319	31,97	19.927	32,02	20.001	32,02
Irituia	8.774	27,72	8.775	27,71	8.775	27,70	8.784	27,02
Mãe do Rio	8.388	28,97	8.414	28,90	8.440	28,84	8.551	28,58
Nova Esperança do Piriá	6.321	30,59	6.349	30,63	6.376	30,67	6.596	30,98
Ourém	4.889	28,57	4.924	28,57	4.958	28,57	5.063	28,57
Paragominas	33.691	31,48	34.173	31,48	34.637	31,48	35.182	31,48
Rondon do Pará	14.799	29,61	14.906	29,54	15.009	29,47	15.225	29,33
Tomé-Açu	18.039	29,84	18.229	29,84	18.412	29,84	18.753	29,84
Ulianópolis	16.372	30,39	16.929	30,37	17.465	30,36	17.497	30,36

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no Pará, e a 29,49% na RI Rio Capim. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Paragominas (6.303, com participação de 31,98%) e Tomé-Açu (2.965, e 33,66% de participação), enquanto em termos de participação, os maiores percentuais foram registrados em Ulianópolis (35,29%) e Nova Esperança do Piriá (35,13%), e os menores, em Bujaru (13,08%) e Irituia (13,88%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Rio Capim	**59.605**	**17.579**	**29,49**
Abel Figueiredo	605	128	21,16
Aurora do Pará	1.659	313	18,87
Bujaru	1.376	180	13,08
Capitão Poço	2.358	818	34,69
Concórdia do Pará	2.883	816	28,30
Dom Eliseu	4.955	1.476	29,79
Garrafão do Norte	1.234	204	16,53
Ipixuna do Pará	2.276	436	19,16
Irituia	1.138	158	13,88
Mãe do Rio	2.877	824	28,64
Nova Esperança do Piriá	837	294	35,13
Ourém	520	101	19,42
Paragominas	19.712	6.303	31,98
Rondon do Pará	4.105	1.059	25,80
Tomé-Açu	8.808	2.965	33,66
Ulianópolis	4.262	1.504	35,29

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Rio Capim, esse dado foi de 28,01%, em 2017, o sexto maior percentual, entre as RI, com diminuição de 3,65 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos de mães menores de 19 anos de idade, sucederam em Nova Esperança do Piriá (36,27%), Ulianópolis (35,27%) e Garrafão do Norte (35,12%), enquanto os menores índices foram em Irituia (22,97%) e Paragominas (23,86%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, a maioria dos municípios registrou diminuição desse indicador, notando-se que o município que sofreu mais elevação foi Abel Figueiredo (5,6 p.p.) e o que conseguiu mais êxito na diminuição do índice foi Concórdia do Pará (9,98 p.p.).

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Capim (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Rio Capim	**31,66**	**30,81**	**31,80**	**30,77**	**31,06**	**29,29**	**29,61**	**28,01**
Abel Figueiredo	26,79	33,33	28,07	27,91	36,00	25,17	29,91	32,39
Aurora do Pará	32,94	30,86	32,80	29,67	28,60	32,95	33,67	34,41
Bujaru	28,96	31,64	34,25	30,32	31,94	29,05	33,53	24,95
Capitão Poço	27,77	29,14	32,77	28,25	30,75	28,64	27,63	24,94
Concórdia do Pará	37,55	29,72	31,12	30,05	27,92	27,61	27,60	27,57
Dom Eliseu	26,16	29,99	29,14	30,24	31,63	29,79	28,90	29,91
Garrafão do Norte	33,53	37,50	34,34	37,23	34,25	36,43	31,14	35,12
Ipixuna do Pará	36,87	33,20	30,93	31,53	34,90	30,38	34,56	31,20
Irituia	28,30	29,06	28,75	27,37	26,62	26,84	25,86	22,97
Mãe do Rio	30,79	28,76	28,32	27,55	30,60	27,72	26,90	25,76
Nova Esperança do Piriá	39,81	35,65	34,31	38,99	33,17	36,30	34,83	36,27
Ourém	34,83	31,25	36,25	29,51	32,46	30,75	27,05	27,00
Paragominas	30,87	28,67	29,81	29,21	28,85	25,63	26,34	23,86
Rondon do Pará	31,80	27,02	33,78	29,59	28,42	25,24	29,73	27,68

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Tomé Açu	32,44	33,65	33,53	32,15	33,78	29,05	30,43	28,42
Ulianópolis	32,51	34,02	34,75	37,13	34,27	41,54	35,09	35,27

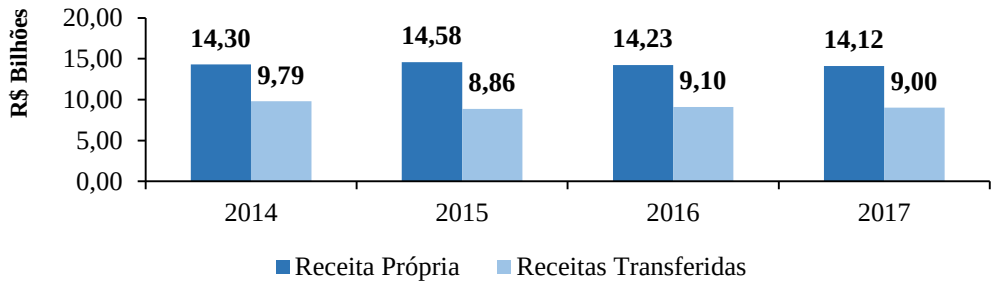
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como à viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

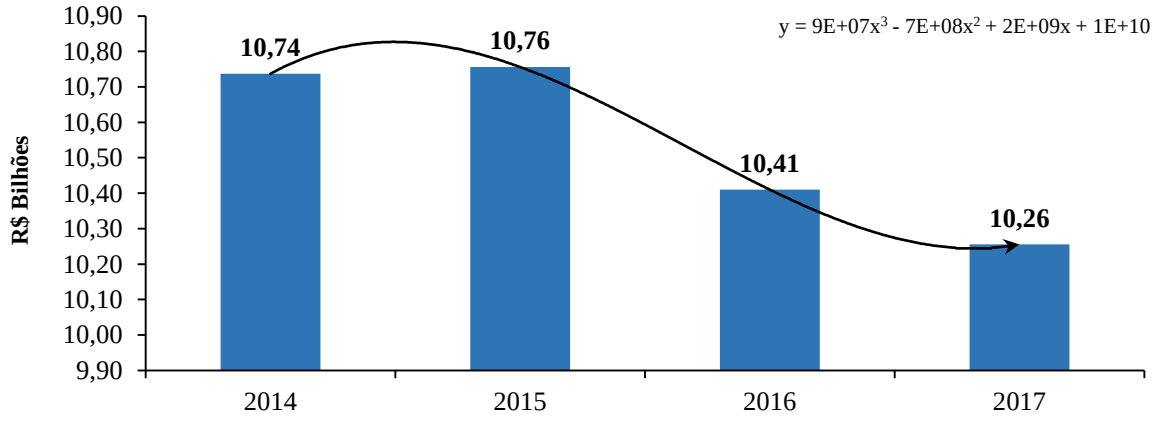
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017).



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

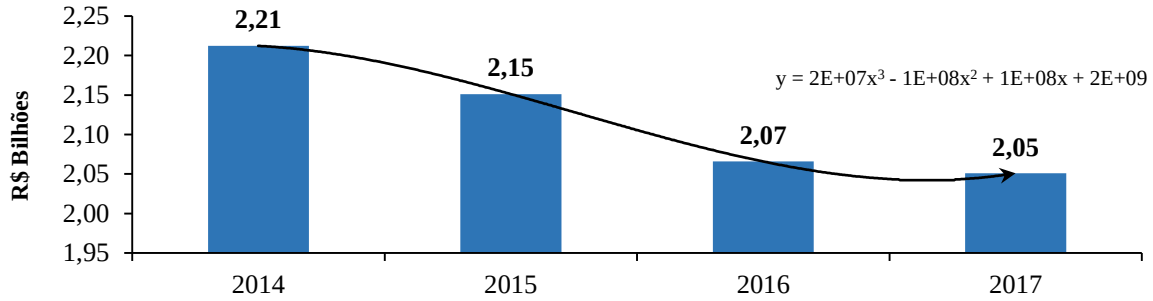
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Rio Capim cresceu em 12,3%, tendo o município de Paragominas recebido a maior parcela (34%) do total destinado a RI, seguido por Dom Elizeu (9%) e Ulianópolis (8%). Outro ponto a destacar é o fato de que o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo vem representando, no período, em média, cerca de 5,4% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Rio Capim	**109.946.133,99**	**109.283.147,94**	**110.973.537,11**	**123.477.036,85**
Abel Figueiredo	2.654.635,02	2.581.491,68	2.290.260,62	2.666.447,64
Aurora do Pará	3.760.732,96	3.441.988,90	3.331.288,18	3.281.781,72
Bujaru	3.097.074,18	2.796.616,00	2.914.877,13	3.076.670,35
Capitão Poço	4.645.611,31	4.517.610,45	4.372.315,73	4.922.672,56
Concordia do Pará	3.760.732,96	3.441.988,90	3.955.904,70	5.332.895,29
Dom Elizeu	9.512.442,17	9.895.718,12	10.410.275,53	11.486.235,98
Garrafão do Norte	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	2.666.447,64
Ipixuna do Pará	8.848.783,42	7.744.475,05	7.078.987,36	6.973.786,13
Irituia	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	3.281.781,72
Mae do Rio	4.203.172,14	4.302.486,13	4.580.521,24	4.307.338,50
Nova Esperança Piriá	3.539.513,38	3.872.237,51	4.164.110,21	2.666.447,64
Ourém	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
Paragominas	32.076.839,91	34.204.764,82	35.394.936,81	42.458.050,86
Rondon do Pará	8.406.344,24	7.959.599,36	7.911.809,40	9.024.899,71
Tomé-Açu	8.406.344,24	7.959.599,36	8.120.014,92	8.409.565,62
Ulianópolis	7.963.905,08	7.744.475,05	8.120.014,92	10.050.456,49

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Rio Capim, com área de 62.148 km², possui parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação de Proteção Integral (5 km²), Terras Indígenas (2.670 km²), Território Quilombola (20,88 km²) e Projetos de Assentamento (274,35 km²), sendo que as áreas protegidas

somam 2.695,88 km², representando 4,33% de sua área total, e os assentamentos representam 0,44% dessa área.

O desmatamento acumulado da RI (38.285 km²), segundo dados de 2017, representa 62% de sua área total e 14% da área desmatada no estado Pará. O município de Paragominas apresentou a maior área desmatada (8.773 km²), seguido por Rondon do Pará (5.572 km^2). Juntos, somam 37,5% percentual do desmatamento acumulado total da região. No tocante aos registros de focos de calor, os números encontram-se mais distribuídos entre os municípios da RI, com Paragominas concentrando o maior número de registros (631), conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Rio Capim, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Rio Capim	**62.148**	**38.285**	**3.331**
Abel Figueiredo	614	567	31
Aurora do Pará	1.812	1.558	123
Bujaru	1.005	666	216
Capitão Poço	2.900	2.575	145
Concórdia do Pará	691	613	134
Dom Eliseu	5.269	3.489	222
Garrafão do Norte	1.599	1.436	135
Ipixuna do Pará	5.216	2.773	340
Irituia	1.379	1.216	141
Mãe do Rio	469	450	15
Nova Esperança do Piriá	2.809	1.567	234
Ourém	562	500	23
Paragominas	19.342	8.773	631
Rondon do Pará	8.246	5.572	285
Tomé-Açu	5.145	2.991	322
Ulianópolis	5.088	3.540	334

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, o total de 83,28% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Nova Esperança do Piriá possuiu a maior porção de área com CAR efetivado (93,01%), seguido por Paragominas (92,39%) e Ulianópolis (92,00%).

Tabela 16– Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Rio Capim, 2018

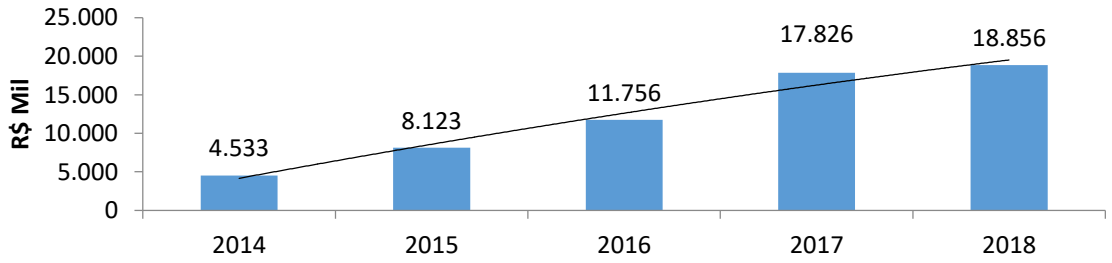
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Rio Capim	**62.229,72**	**59.164,27**	**95,07**	**49.273,54**	**83,28**
Abel Figueiredo	614,86	612,32	99,59	352,36	57,55
Aurora do Pará	1.814,53	1.789,32	98,61	1.357,75	75,88
Bujaru	1.006,98	949,37	94,28	293,13	30,88
Capitão Poço	2.901,68	2.896,78	99,83	2.191,40	75,65
Concórdia do Pará	692,26	692,27	100,00	473,63	68,42
Dom Eliseu	5.277,97	5.255,02	99,57	4.626,23	88,03
Garrafão do Norte	1.599,86	1.592,28	99,53	1.100,19	69,10
Ipixuna do Pará	5.225,27	4.973,90	95,19	4.138,09	83,20
Irituia	1.380,69	1.380,52	99,99	815,80	59,09
Mãe do Rio	470,02	470,02	100,00	305,39	64,97

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Rio Capim	**62.229,72**	**59.164,27**	**95,07**	**49.273,54**	**83,28**
Nova Esperança do Piriá	2.810,25	1.342,25	47,76	1.248,40	93,01
Ourém	562,73	562,73	100,00	346,05	61,50
Paragominas	19.369,07	18.230,18	94,12	16.842,88	92,39
Rondon do Pará	8.256,37	8.227,63	99,65	6.743,88	81,97
Tomé-Açu	5.153,04	5.133,95	99,63	3.786,92	73,76
Ulianópolis	5.094,14	5.055,75	99,25	4.651,46	92,00

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08). Em se tratando da RI Rio Capim, percebe-se que entre 2014 e 2018, a região teve uma participação média de 10,84% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R$18,856 milhões, com o município de Paragominas detendo a maior parcela (11,93%), seguido por Rondon do Pará (8,01%) e Ulianópolis (7,32%), conforme Tabela 17.

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Capim (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Rio Capim (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Rio Capim	**4.532.899,73**	**8.122.959,77**	**11.756.359,17**	**17.825.553,59**	**18.855.960,08**
Abel Figueiredo	133.346,28	263.240,15	371.502,88	889.631,07	1.065.594,44
Aurora do Pará	197.743,34	386.235,60	581.027,72	764.915,70	660.603,41
Bujaru	187.196,10	145.410,00	618.943,74	1.277.166,58	1.109.917,43
Capitão Poço	198.043,51	376.152,80	488.222,34	1.034.800,74	1.142.502,89
Concórdia do Pará	147.571,12	295.079,18	408.213,37	1.035.074,98	1.074.423,29
Dom Eliseu	396.552,32	778.142,06	1.049.962,28	1.277.170,05	1.363.840,30
Garrafão do Norte	175.961,23	369.329,05	485.580,48	538.435,48	649.424,99
Ipixuna do Pará	387.485,05	761.454,28	1.068.427,56	1.277.169,12	1.370.412,29
Irituia	153.741,39	297.762,81	407.640,54	1.033.599,83	1.089.219,00
Mãe do Rio	189.643,35	349.263,71	518.696,64	1.013.931,60	1.053.072,87
Nova Esperança do Piriá	759.029,02	1.437.198,62	2.024.588,33	766.360,64	736.333,70

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Rio Capim	**4.532.899,73**	**8.122.959,77**	**11.756.359,17**	**17.825.553,59**	**18.855.960,08**
Ourém	118.685,77	268.999,09	374.312,17	1.028.097,54	1.072.357,26
Paragominas	421.624,42	825.100,48	1.197.508,14	1.788.946,50	2.249.954,98
Rondon do Pará	318.555,11	356.831,60	506.163,90	1.277.169,38	1.509.861,08
Tomé-Açu	322.690,01	383.769,00	523.122,00	1.277.168,39	1.327.785,72
Ulianópolis	425.031,71	828.991,32	1.132.447,09	1.545.916,01	1.380.656,45

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Rio Capim**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	28.295.232,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.542.287,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.811.130,00
Cultura	531.121,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	68.200.007,00
Direitos Socioassistenciais	11.172.031,00
Educação Básica	579.893.505,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.771.215,00
Educação Superior	7.000.772,00
Esporte e Lazer	2.062.290,00
Governança Pública	65.043.872,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	7.912.846,00
Infraestrutura e Logística	198.570.972,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.815.950,00
Saúde	429.267.596,00
Segurança Pública	69.881.869,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.683.729,00
	R$ 1.483.456.424,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	762.872.818,00
	R$ 762.872.818,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 2.246.329.242,00

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 28.295.232,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	1.412.990	06/2019	ADEPARA	1.717.498
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Soja)	Kg/Hectare	3.748	06/2019	IBGE	4.556

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	366	12/2018	SEDAP	2020	384
					2021	404
					2022	424
					2023	445
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	7.871	12/2018	EMATER	2020	6.740
					2021	6.990
					2022	7.460
					2023	7.850
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	883	12/2018	SEDAP	2020	927
					2021	974
					2022	1022
					2023	1.073

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 3.542.287,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	-
					2021	-
					2022	20,00
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	20,00
					2021	19,00
					2022	31,00
					2023	25,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 1.811.130,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,16	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	0,00 0,00 33,33 33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	SECTET
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região: Rio Capim

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 531.121,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	18,75	12/2018	SECULT/FCP	43,75

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	1.800
					2021	-
					2022	1.800
					2023	-

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional
Implantar 1 Projeto de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual para Juventude

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FUNTELPA
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 68.200.007,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	3,21	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	9,18 9,18 9,18 9,18
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	67,46	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	80,70 80,70 80,70 80,70

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 11.172.031,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Rio Capim**

R$ 2.246.329.242,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica

R$ 579.893.505,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,70
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,60	12/2017	INEP/SEDUC	4,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	5,20
					2021	4,90
					2022	4,70
					2023	4,60
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,61	12/2018	INEP/SEDUC	2020	13,12
					2021	12,96
					2022	12,79
					2023	12,53
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	85,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	86,20
					2021	87,00
					2022	87,40
					2023	87,90
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	77,70
					2021	78,00
					2022	78,30
					2023	78,70
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	9,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	8,60
					2021	8,10
					2022	7,80
					2023	7,60

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,93	12/2018	INEP/SEDUC	2020	9,18
					2021	9,04
					2022	8,91
					2023	8,77

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 7 Escolas Estaduais nos Municípios de Aurora do Pará, Concórdia do Pará, Irituia, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.
Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Abel Figueiredo, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará e Nova Esperança do Piriá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 23 escolas nos Municípios de Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Dom Eliseu, Irituia, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.771.215,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	100,00 50,00 33,33 18,75
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	558	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	350 380 510 540

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Tomé-Açu e Rondon do Pará

Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Tomé-Açu e Rondon do Pará

Implantar Escola de Ensino Técnico em Tomé-Açu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC

Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 7.000.772,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,61	12/2018	UEPA	2,10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	9,00 11,00 10,00 10,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 2.062.290,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	570	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	572 583 590 612

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 65.043.872,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	549.339,00	12/2018	SEFA	740.446,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,25	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020 2021 2022 2023	0,38 0,38 0,38 0,38

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Bujaru, Irituia e Mãe do Rio

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 7.912.846,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	4,30	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,50
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	12.174,60	12/2018	SETUR	13.774,44

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	58	12/2018	BANPARA	2020	142
					2021	212
					2022	276
					2023	331
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	4	07/2019	SEDEME	2020	45
					2021	57
					2022	65
					2023	74
Número de turistas	Unidade	15.000	12/2018	SETUR	2020	15.759
					2021	16.153
					2022	16.557
					2023	16.971

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 04 Agências do Banpará nos Municípios de Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá e Ourém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 198.570.972,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	52,58	12/2018	SETRAN	67,64

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	1.651,90	12/2018	SETRAN	2020	1.731,90
					2021	2.541,90
					2022	2.661,90
					2023	2.672,90
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	488,74	12/2018	SETRAN	2020	564,74
					2021	603,74
					2022	628,74
					2023	628,74

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir a Ponte de Concreto sobre o Rio Capim PA-256 (400 Metros)

Pavimentar a PA-256 (Trecho: Entroncamento PA-451 até o Rio Capim no Município de Tomé-Açu- 147 Km)

Pavimentar a Perna Leste, Trecho: Entroncamento da Alça Viária (km 24 Acará) / Entroncamento da PA-140 (km 32 Bujaru), no Município de Bujaru - 45 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN

Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 3.815.950,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	2,12	12/2018	PRODES/INPE	2,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS

Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 01 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 429.267.596,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	9	12/2018	MS/SIM/SINASC	7,33
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13,16	12/2018	SIM	10,72
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	227,57	12/2018	MS/SIM	209,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	79,77	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	83,76 87,95 92,34 96,96
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	12,50	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,58	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,58 1,58 1,58 1,61
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	53,20	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,29	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,30 0,35 0,40 0,45

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 5º CRS - S. M. do Guamá, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá, 5º CRS - S. M. do Guamá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Irituia

Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Ourém

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA

Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 69.881.869,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	42,50	12/2018	SEGUP	39,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	45,30	12/2018	SEGUP	39,20
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	21,68	12/2018	DATASUS	21,05
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	504,00	12/2018	SEGUP	437,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	507,10	12/2018	SEGUP	477,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,01	12/2018	SEAP	2020	0,90
					2021	0,89
					2022	0,89
					2023	0,75
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	3.920	12/2018	PMPA	2020	5.096
					2021	6.272
					2022	8.154
					2023	9.330
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	2020	84,00
					2021	85,00
					2022	86,00
					2023	87,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	44,00	12/2018	DETRAN	2020	45,00
					2021	46,00
					2022	47,00
					2023	48,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	38,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	38,00
					2021	39,00
					2022	40,00
					2023	40,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	83,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	83,00
					2021	83,00
					2022	84,00
					2023	84,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Cadeia Pública em Tomé-Açu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL

Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 4.683.729,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,49	12/2018	MTE/RAIS	1,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	1,71	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	0,40 0,90 1,40 1,90
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	13,10	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	14,00 15,00 17,00 18,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	22,70	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	23,00 23,50 24,00 25,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Rio Capim

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	11.849.393,00
Concessão de Auxílio Alimentação	117.975.433,00
Concessão de Auxílio Fardamento	7.773.198,00
Concessão de Auxílio Transporte	1.003.805,00
Operacionalização das Ações Administrativas	7.558.468,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	616.712.521,00
	R$ 762.872.818,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: TAPAJÓS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

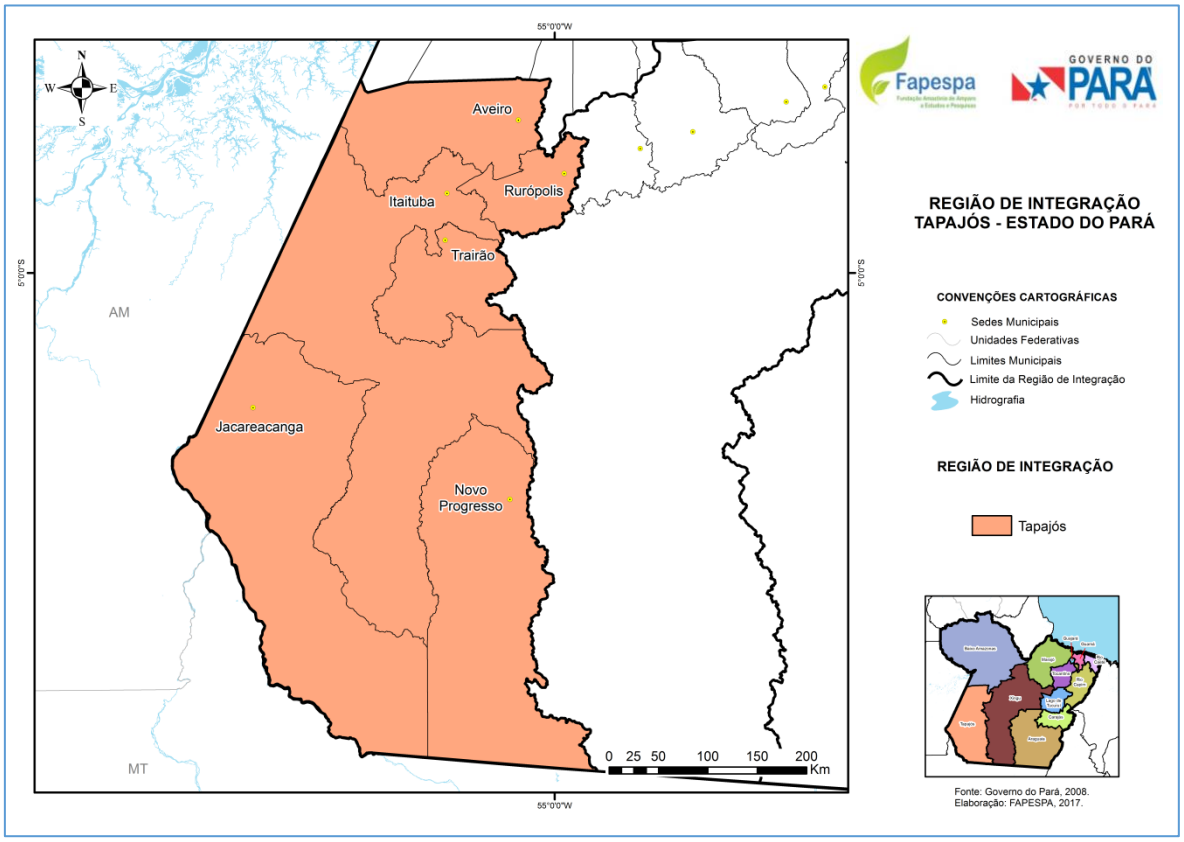


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TAPAJÓS



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Tapajós, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, composta por 6 municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

Localizada na região sudoeste do Pará, tendo como marcos referenciais a BR-163 (Transamazônica), BR-230 (Cuiabá-Santarém) e o rio Tapajós. Com uma área de pouco mais de 189 mil km^2, o que representa 15% da área total do Pará. Do total da are da região, 64,4% são de áreas protegidas.

Sua população, em 2018, foi estimada em, cerca de, 253.023 habitantes, equivalente a 3% da população estadual. Itaituba é o município de maior contingente populacional, representando 40% da população da RI, seguido de Rurópolis, 20%, e Novo Progresso, 10%. A taxa de crescimento populacional média, de 2010 a 2018, foi de 0,64%, abaixo da média estadual, de 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região, foi em 2016, cerca de R$ 3 bilhões, que equivale a 2% do PIB Estadual. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 33%, a atividade da Administração Pública com 26%, a Agropecuária com 20%, a Indústria com 12%, e os Impostos sobre produtos com 9%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Tapajós, onde as residências e prédios históricos, as festas religiosas, as manifestações folclóricas, festivais e o artesanato local, além das cachoeiras, praias, cavernas com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas, balneários, águas minerais e minero-termais, Tabuleiro de quelônios, Parque Nacional, Floresta Nacional área de proteção ambiental, compõem o potencial turístico.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) da RI Tapajós, em 2016, contribuiu com R$ 3,2 bilhões para a economia paraense, o que correspondeu a 2,3% do PIB estadual. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R$1 bilhão (33%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário. A Administração Pública, que incorpora tanto as atividades do poder municipal como o do estadual e federal, contabilizou uma geração de riqueza de R$815 milhões (26%), enquanto a Indústria e a Agropecuária, em conjunto, contribuíram com agregação de valor de R$1 bilhão, aproximadamente.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Tapajós, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Tapajós
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**3.173.857**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**2.893.415**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	91,2%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**656.918**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	20,70%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**381.166**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	12,01%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**1.039.458**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	32,75%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**815.874**
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	25,71%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**280.441**
% Impostos	13,55%	9,62%	8,84%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre as atividades econômicas da região, em 2016, o setor de Serviços destacou-se com os segmentos de comércio e atividade imobiliária; a Indústria, com a indústria de transformação, em que a produção de cimento, a madeireira e de abate de animais são relevantes na formação do valor adicionado do setor; e, ainda, o Agropecuário, com os cultivos de mandioca, banana, soja, arroz, melancia, cacau e milho.

Entre os municípios que compõem a RI Tapajós, a maior contribuição para o PIB da região originou-se de Itaituba, com participação de 50%, tendo como principais atividades o comércio, as atividades mobiliárias, a indústria de transformação (destaque para fabricação de cimento), agricultura (com os cultivos de mandioca, banana, melancia e laranja) e a extração mineral (com os produtos de cobre e ouro). Novo Progresso contribuiu com 18% e apresentou como principais atividades a pecuária bovina, o comércio e a agricultura, em que ressaltam os cultivos de soja e milho.

Quadro 01: Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Tapajós, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Tapajós	**Agricultura**	**Comércio**	**Atividades imobiliárias**	**Pecuária**	**Indústria de transformação**
Aveiro	Agricultura	Pecuária	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura
Itaituba	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Agricultura	Indústria extrativa
Jacareacanga	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio	Pecuária
Novo Progresso	Pecuária	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Rurópolis	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Trairão	Agricultura	Comércio	Pecuária	Construção civil	Atividades imobiliárias

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

As relações comerciais do Pará com o mercado externo é um componente que possibilita inferir os patamares da atividade produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, como na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Tapajós contabilizou um saldo de US$16 milhões. Em relação ao valor exportado, na região, 62% são relativos à madeira, sendo o município de Itaituba responsável por 60% das exportações desse produto. Os principais produtos importados pela RI são maquinários (escavadeiras e pá mecânica) e veículos para transporte de mercadoria.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Tapajós	**18.592.837**	**0,1**	**2.046.708**	**0,2**	**16.546.129**
Itaituba	14.778.396	79,5	1.793.518	87,6	12.984.878
Novo Progresso	3.715.599	20,0	54.949	2,7	3.660.650
Rurópolis	0	0,00	198.241	9,7	-198.241
Trairão	98.842	0,5	0	0,0	98.842

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

Como importante variável de progresso da sociedade, o emprego formal consolida o vínculo na relação entre empregadores e empregados, além de garantir direitos e deveres entre esses segmentos. De acordo com dados da RAIS/ME, a RI Tapajós registrou, em 2017, um total de 19 mil empregos formais, 2% dos empregos formais gerados no Pará, com maior participação da Administração Pública, 34% do total gerado na região, seguido pelo Comércio, 25%, e Serviços, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Itaituba, 58%, Novo Progresso, 19%, e Rurópolis, 9%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Tapajós
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	81.489
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	6,62
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	21,18
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	19.235
Extrativa Mineral	212.337	19.710	556
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.558
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	202
Construção Civil	1.838.958	57.880	1.255
Comércio	9.230.750	203.656	4.824
Serviços	16.772.645	284.360	3.698
Administração Pública	9.195.215	363.926	6.600
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	542

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em que pese o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, cerca de 64 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 2% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Do ponto de vista da infraestrutura, a RI dispõe de aeroportos, rodovias (BR-163 e BR-230) e a hidrovia Teles Pires, com 345 km de trecho navegável, além de portos de passageiros e carga. Ressalta-se a BR-163, trecho Cuiabá-Santarém, que interliga as RI Tapajós e Baixo Amazonas, importante eixo de escoamento agrícola, através dos portos de Santarém (RI Baixo Amazonas) e Miriticuba, em Itaituba (RI Tapajós).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Tapajós

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (5)	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Rurópolis
Rodovias	BR-163 e BR-230
Travessias	Itaituba - Miriticuba (Itaituba)
	Jardim do Ouro (Transgarimpeira)
Hidrovia	Teles Pires (345 km de trecho navegável)
Portos (3)	Itaituba
	Miriticuba (Itaituba)
	Aveiro

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019.

A RI Tapajós faz parte, de forma mais pontual, das principais zonas de tráfego fluvial do estado do Pará, tendo em vista, principalmente, a circulação desenvolvida nos rios Tapajós e Jamaxin e as atividades do porto de Itaituba, situado na margem direita do rio Tapajós, no distrito de Miriticuba, em frente à sede municipal. Sobre a infraestrutura fluvial de menor porte, a RI Tapajós apresenta alguns terminais (terminais IP4), em Aveiro e Itaituba.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Tapajós poderá ser contemplada com cerca de R$12,14 bilhões, que representa 9,6% do total para o estado, destacando-se projetos como a ferrovia Sinop/MT-Miriticuba/PA, com investimentos previstos de R$10 bilhões, e um terminal em Miriticuba, R$45 milhões.

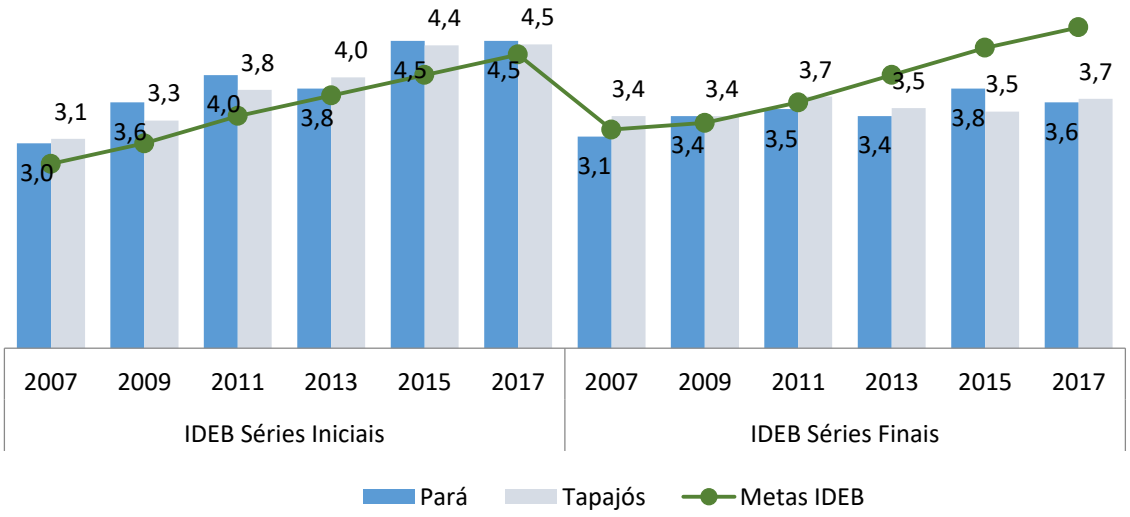
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tapajós, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, sendo esse o mesmo comportamento observado pelo estado. Quanto às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série (2007, 2009 e 2011), tendo, a partir de 2013, uma queda da nota, que, somente em 2017, volta a se recuperar, porém, ficando ainda abaixo das metas. O Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Tapajós, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



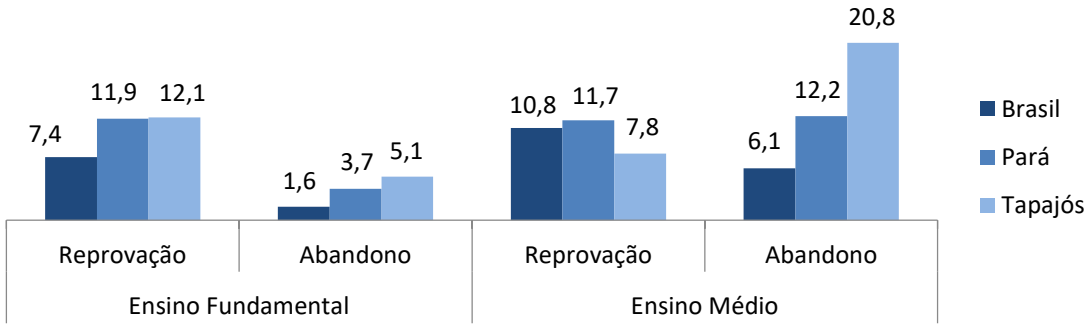
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que demonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Tapajós.

No ensino fundamental, a região chegou a 12,1% de reprovados, em 2017, estando um pouco acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Jacareacanga apresentou a maior taxa de reprovação, 16,2%, e Novo Progresso, a menor taxa, de 9,5%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Trairão, com 11,2% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu no município de Jacareacanga, com 3,6%.

Em relação à taxa de abandono, no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, 3,7% e 1,6%, respectivamente, alcançando a taxa de 5,1% de abandono. Da mesma forma, no ensino médio, a taxa da região foi de 20,8%, muito acima do registrado no Pará. Situação ainda mais preocupante quando se considera que o estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Tapajós, o município que obteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Aveiro, 7,1%, e a menor taxa foi registrada pelo município de Rurópolis, 4,0%. No ensino médio, o município que obteve a maior taxa de abandono foi Trairão, 34,4%, e a menor foi registrada, também, pelo município de Rurópolis, 14,5%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, que apresenta taxas muito superiores às do estado, o município de Jacareacanga se destaca com a maior taxa de distorção tanto para o ensino fundamental (45,2%), quanto para o ensino médio (77,3%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Tapajós	**34,8**	**53,5**
Aveiro	34,6	46,6
Itaituba	32,2	45,5
Jacareacanga	45,2	77,3
Novo Progresso	25,7	47,5
Rurópolis	34,9	49,4
Trairão	36,3	54,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, em 2017, na RI Tapajós, a taxa de mortalidade infantil, de 22,04 mortes infantis a cada mil nascidos vivos, foi superior à apresentada pelo Pará, de 15,38. Os

municípios com as menores taxas foram Novo Progresso, 17,71, e Aveiro, 18,87. Por outro lado, Trairão, com 45,25, e Jacareacanga, com 29,36, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 530 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (todos os municípios da RI apresentaram cobertura de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia quarenta e cinco equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 75,62%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Aveiro possuía 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Rurópolis e Trairão, com apenas 42,16% e 56,04% de cobertura, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tapajós
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	22,04
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	75,62
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,77
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,24

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

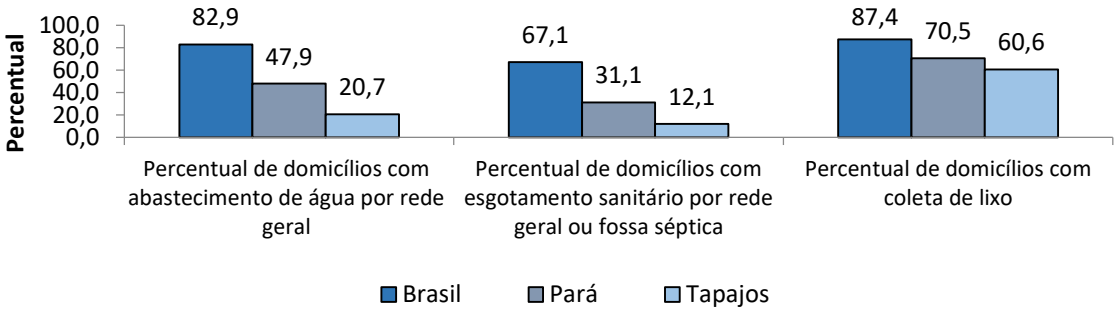
Verificando os indicadores de infraestrutura da saúde, a RI Tapajós dispõe de onze hospitais (todos hospitais gerais), sendo sete pertencentes ao município de Itaituba. Em relação aos postos e centros de saúde por 10 mil habitantes, a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 2,77, ligeiramente superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes observada na RI, de 2,24, superior à taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois essa pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tapajós, em 2010. Observa-se que, naquele ano, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tapajós, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 20,7% dos domicílios, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,1%, e de coleta de lixo, 60,6%. Ressalta-se que a cobertura regional dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica estava, em 2010, bem abaixo da proporção nacional e estadual.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tapajós, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, no ano de 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, apenas em Itaituba, dos seis municípios que compõem a RI Tapajós, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e a Região de Integração Tapajós, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI TAPAJÓS	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	13.240	26,7
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	7.918	58,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	3.888	28,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	786	5,8
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	856	6,4
Total Domicílios	**1.859.165**		**49.586**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

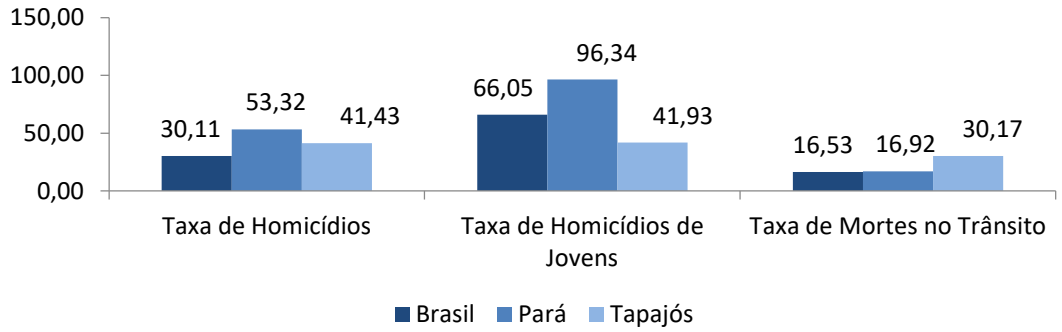
Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Tapajós, o déficit era de 26,7% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58,9% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 28,9% no Tapajós. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no Pará e 88% na região Tapajós. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,8% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e, também, para a região do Tapajós.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (Taxa de homicídios por 100 habitantes, Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e Taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Tapajós apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para o indicador Taxa de Mortes no Trânsito. A Taxa de Homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI foi de 41,43. Novo Progresso e Itaituba apresentaram as maiores taxas, 75,78 e 71,05 homicídios, respectivamente, em contraposição a Rurópolis e Aveiro, que figuraram com as menores taxas, 4,07 e 12,54 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Tapajós (41,93 homicídios a cada 100 mil jovens), foi inferior à taxa estadual de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Itaituba e Novo Progresso observaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 77,65 e 69,40 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Os municípios de Aveiro e Trairão não registraram homicídios de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em 2017, a taxa de mortes por acidente no trânsito para a região foi de 30,17 mortes, superior à registrada pelo estado, 16,92 mortes. Os municípios com as maiores taxas foram Novo Progresso (63,82 mortes) e Itaituba (40,60 mortes), enquanto as menores couberam para Jacareacanga e Aveiro (9,64 e 12,54, respectivamente).

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram Taxa de Homicídios, Taxa de Homicídios no Trânsito e Taxa de Roubo, todos por 100 mil habitantes.

Em 2017, a RI Tapajós alcançou taxa superior à do Pará apenas no indicador Taxa de Homicídios no Trânsito e taxas inferiores para os indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Roubo. A Taxa de Homicídios da região foi de 45,36 mortes e a do Pará de 45,66. Em relação à Taxa de Homicídios no Trânsito, a RI apresentou taxa de 13,25 e o Pará de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a Taxa de Roubo que registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a região o total foi de 335,21 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores Segurança	Pará		RI Tapajós	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	40,44	45,36
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	15,77	13,25
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	354,67	335,21

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil,15,20%, e inferior ao registrado na RI Tapajós, 39,72%.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Tapajós apresentou um Índice de Gini de 0,59, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Tapajós, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Tapajós	39,72	0,59

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2018, na RI Tapajós, 51,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 76,8% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 59,9% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais menores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Tapajós	**51,3**	**76,8**	**59,9**
Aveiro	64,6	80,6	68,1
Itaituba	65,2	76,0	57,4
Jacareacanga	32,6	87,7	76,1
Novo Progresso	46,1	59,3	40,1
Rurópolis	35,3	78,7	66,9
Trairão	55,9	80,3	66,9

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Aveiro e Itaituba possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, 64,6% e 65,2%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Jacareacanga (87,7%), Aveiro (80,6%) e Trairão (80,3%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Jacareacanga, com 76,1% do total, e Aveiro, com 68,1% do total.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,44% nos últimos seis anos (2013-2018) em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). A RI Tapajós mostrou-se, em 2018, como a região com menor quantitativo de jovens, 72.625, e participação estimada de 28,7% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, o maior número de jovens está em Itaituba (30.902) e Rurópolis (14.744), que juntos correspondem a, cerca de, 62% do total da região, mas, a maior participação foi demarcada em Trairão (32,08%). Por outro lado, o município de Aveiro se destaca com o menor quantitativo (4.369) e participação (26,69%).

Tabela 11- População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
Tapajós	**72.724**	**29,57**	**73.345**	**29,66**	**73.939**	**29,74**	**72.625**	**28,70**
Aveiro	4.174	26,16	4.173	26,16	4.172	26,16	4.369	26,69
Itaituba	29.580	30,05	29.600	30,06	29.619	30,06	30.902	30,57
Jacareacanga*	12.439	29,98	12.439	29,98	12.439	29,98	12.439	29,98
Novo Progresso	6.919	27,53	7.066	28,15	7.205	28,74	4.137**	16,06**
Rurópolis	13.885	29,67	14.257	29,72	14.614	29,77	14.744	29,78
Trairão	5.727	31,67	5.810	31,78	5.890	31,89	6.034	32,08

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
*Nota 1: População não se altera devido decisão judicial. Processo Judicial nº 798-41.2011.4.01.3902, Seção Judiciária de Itaituba-PA.
**Nota 2: O método A_i *e* B_i não se mostrou eficaz para a estimativa da população de jovens, para o ano de 2018, no município de Novo Progresso.

No campo empregatício, em 2017, os jovens corresponderam a 25,51% dos vínculos paraenses e 32,15% da RI Tapajós. No entanto, a região apresenta o mais baixo número do total de vínculos empregatícios do estado e o segundo menor no que concerne ao número de jovens ocupados dentro do emprego formal (6.185). Os municípios de Itaituba e Novo Progresso concentraram a maior quantidade de vínculos empregatícios da região, equivalente a 77,2%, e, também, lideraram na participação de jovens no mercado de trabalho, 34,12% e 34%, respectivamente. Os menores índices de participação ocorreram em Aveiro, 8,7%, e Trairão, 21,05%.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Tapajós	19.235	6.185	32,15
Aveiro	345	30	8,70
Itaituba	11.226	3.830	34,12
Jacareacanga	1.350	414	30,67
Novo Progresso	3.626	1.233	34,00
Rurópolis	1.729	364	21,05
Trairão	959	314	32,74

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído, cerca de, 3% em relação a 2010, esse percentual continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem do estado, estimada em, aproximadamente, 32%.

Em 2017, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos, na RI Tapajós, foi de 28,33%, o 4º maior se comparado aos das demais RI, embora com diminuição de 2 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Jacareacanga (32,79%) e Trairão (32,13%), que lideraram em todos os anos analisados (2010 a 2017), enquanto Aveiro registrou o menor índice, 25,79%.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Tapajós (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Tapajós	**30,37**	**30,36**	**31,57**	**31,87**	**31,46**	**30,35**	**31,54**	**28,33**
Aveiro	32,31	30,09	31,07	26,51	30,41	26,77	31,22	25,79
Itaituba	30,51	29,90	32,46	32,38	30,87	29,33	30,40	27,26
Jacareacanga	30,86	33,87	31,67	36,91	34,39	31,60	37,65	32,79
Novo Progresso	28,75	28,60	26,40	30,20	31,72	30,97	29,48	27,05
Rurópolis	25,69	28,17	32,31	23,33	29,22	29,50	31,17	28,71
Trairão	38,60	35,27	33,49	39,15	33,63	39,23	31,72	32,13

Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa/2019.

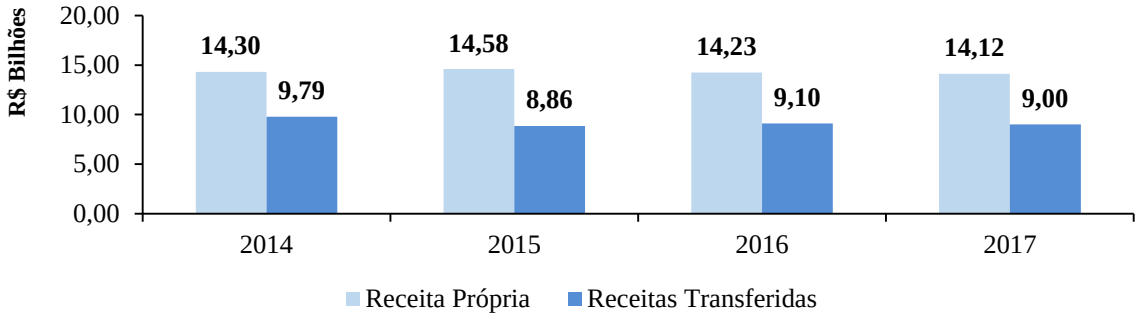
[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$ 9,815 bilhões.

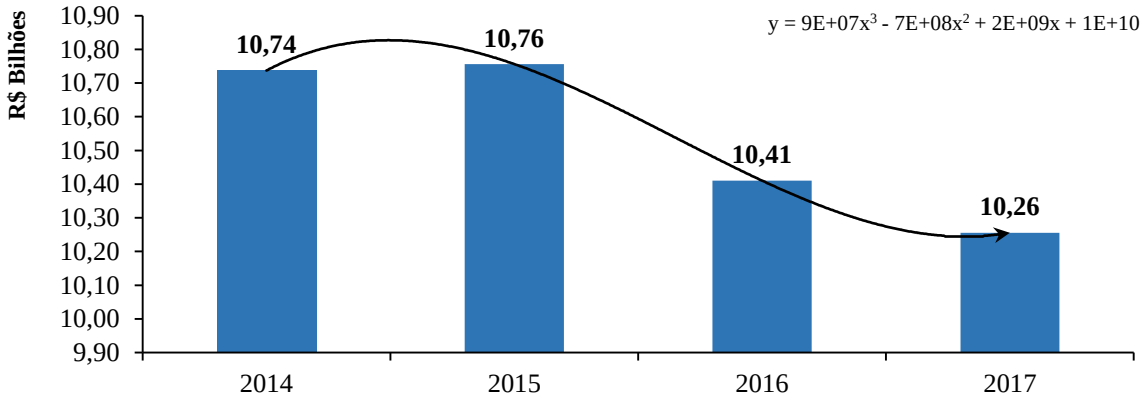
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

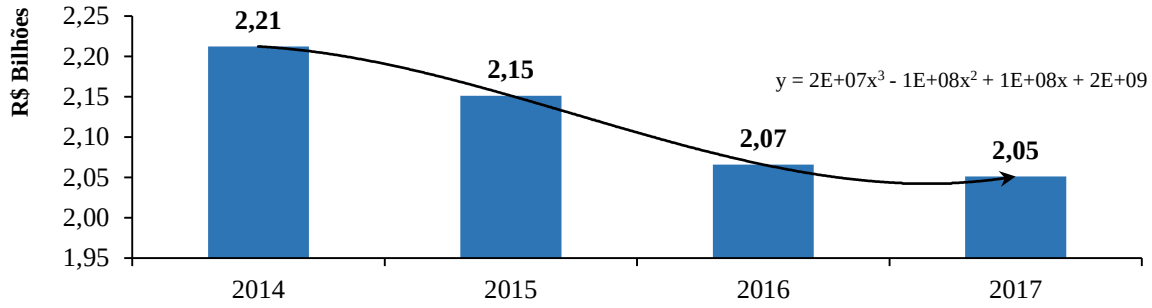
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse contexto, verificou-se no período em exame que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Tapajós aumentou em 10,3%, tendo o município de Itaituba recebido a maior parcela (42%) do total destinado a RI, seguido por Novo Progresso (21%) e Jacareacanga (13%). Outro ponto a destacar, com base no período em análise, é o fato de que o total de ICMS repassado aos municípios da região vem representando cerca de 2,6% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 - Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Tapajós	**53.756.359,28**	**54.426.449,74**	**55.590.871,33**	**59.277.182,12**
Aveiro	4.424.391,70	4.517.610,45	4.372.315,73	4.307.338,50
Itaituba	21.015.860,62	20.651.933,49	21.861.578,62	25.023.585,52
Jacareacanga	7.963.905,08	8.174.723,66	8.328.220,42	7.794.231,57
Novo Progresso	11.060.979,27	11.401.588,29	11.867.714,09	12.511.792,76
Rurópolis	4.645.611,31	4.947.859,08	4.580.521,24	4.922.672,56
Trairão	4.645.611,31	4.732.734,77	4.580.521,24	4.717.561,21

Fonte: SEFA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Tapajós possui 189.592 km² de área total, sendo grande parte do seu território (122.129,13 km² ou 64,42%) recoberto por Unidades de Conservação de Uso Sustentável (61.638 km²) e Proteção Integral (24.871 km²), e Terras Indígenas (35.620 km²), além de projetos de assentamento da reforma agrária (6.624,76 km² ou 3,49%), dos tipos Projeto de Assentamento (PA) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sob responsabilidade do INCRA, o que lhe garante um estoque florestal bastante significativo.

No que diz respeito ao desmatamento acumulado, a RI possui um total de 4,00% (7.857 km²) do seu território desmatado, equivalente a 3,00% da área total do estado, segundo dados de 2017. No tocante a Focos de Calor, o município de Novo Progresso apresentou os maiores índices (2.203), seguido por Itaituba (1.523), que, juntos, representam mais de 50% do número de Focos de Calor da RI Tapajós (Tabela 15).

Tabela 15 - Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tapajós, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Tapajós	**189.592**	**7.857**	**6.306**
Aveiro	17.074	906	516
Itaituba	62.041	91	1.523
Jacareacanga	53.303	274	551
Novo Progresso	38.162	689	2.203
Rurópolis	7.021	328	663
Trairão	11.991	163	850

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou 63,31% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, em 2018 (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Novo Progresso é o município com a maior porção de área com CAR efetivado (79,37%), seguido por Rurópolis (78,18%) e Aveiro (68,31%).

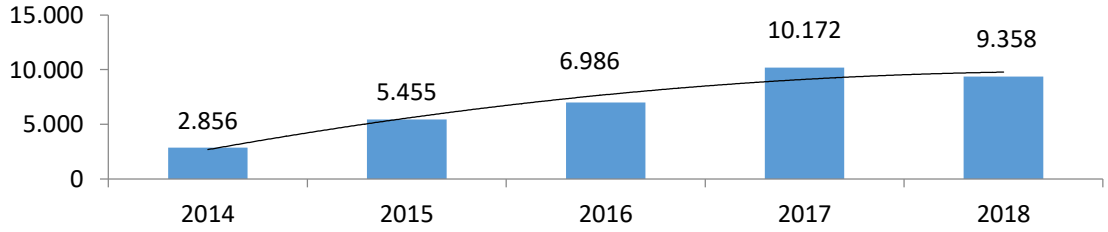
Tabela 16 - Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tapajós, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Tapajós	**189.592**	**41.591,95**	**21,94**	**26.330,96**	**63,31**
Aveiro	17.074	4.122,76	24,15	2.816,27	68,31
Itaituba	62.041	13.360,37	21,53	7.416,11	55,51
Jacareacanga	53.303	5.442,04	10,21	2.311,68	42,48
Novo Progresso	38.162	9.791,42	25,66	7.771,66	79,37
Rurópolis	7.021	5.095,04	72,57	3.983,43	78,18
Trairão	11.991	3.780,31	31,53	2.031,82	53,75

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas governamentais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo governo do estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08). Em se tratando da RI Tapajós, percebe-se que entre 2014 e 2018, a região teve uma participação média de 5,4% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios (Tabela 17). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$ 9,358 milhões, com o município de Novo Progresso detendo a maior parcela (21,12%), seguido por Itaituba (20,87%) e Jacareacanga (16,55%).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde (R$1.000,00) para os municípios da Região de Integração Tapajós (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 - Valor de ICMS Verde (R$1,00) repassado para os municípios da Região de Integração Tapajós (2014-2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Tapajós	**2.855.931,35**	**5.455.119,95**	**6.985.800,52**	**10.172.480,11**	**9.358.210,07**
Aveiro	506.735,85	978.447,94	1.119.775,39	1.562.159,94	1.038.718,08
Itaituba	510.145,25	719.110,97	984.532,14	2.074.368,75	1.952.719,53
Jacareacanga	546.528,15	1.288.916,34	1.867.063,98	1.635.785,25	1.549.102,33
Novo Progresso	651.842,41	990.099,84	1.328.292,00	2.085.213,56	1.976.160,62
Rurópolis	257.477,14	756.392,07	690.267,74	1.277.171,48	1.420.177,14
Trairão	383.202,56	722.152,79	995.869,29	1.537.781,14	1.421.332,35

Fonte: SEMAS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: TAPAJÓS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Tapajós**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	7.631.491,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	2.880.175,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	200.000,00
Cultura	207.470,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	100.602.538,00
Direitos Socioassistenciais	1.281.908,00
Educação Básica	122.510.206,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.797.400,00
Educação Superior	7.655,00
Esporte e Lazer	877.603,00
Governança Pública	14.436.121,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	1.270.910,00
Infraestrutura e Logística	1.684.165,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.228.502,00
Saúde	46.935.768,00
Segurança Pública	55.878.399,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.739.964,00
	R$ 362.170.275,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	322.430.814,00
	R$ 322.430.814,00

TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 684.601.089,00

Região de Integração: **Tapajós**

R$ 684.601.089,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

R$ 7.631.491,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	1.448.681	06/2019	ADEPARA	1.760.881
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Arroz)	Kg/Hectare	3.236	06/2019	IBGE	3.934

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	61	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	64 67 70 73
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	2.288	12/2018	EMATER	2020 2021 2022 2023	2.240 2.440 2.740 3.140
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	226	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	237 249 262 275

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 2.880.175,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	16,66	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	- 20,00 - -
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	17,00 33,00 33,00 33,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ

Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região: Tapajós

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 200.000,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	0,00 0,00 0,00 33,33

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 207.470,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	-	12/2018	SECULT/FCP	33,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	-
					2021	300
					2022	-
					2023	300

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Tapajós**

R$ 684.601.089,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade

R$ 100.602.538,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,00	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	-
					2021	2,29
					2022	2,29
					2023	2,29
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	13,24	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	13,24
					2021	15,57
					2022	20,91
					2023	75,91

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 1.281.908,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 122.510.206,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,90
					2021	16,61
					2022	16,40
					2023	16,20
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,40	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,50
					2021	76,90
					2022	77,20
					2023	77,50
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,13	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,60
					2021	6,49
					2022	6,40
					2023	6,30

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais no Município de Itaituba.

Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Aveiro, Itaituba e Rurópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC

Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 11 Escolas nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Rurópolis e Trairão.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região: Tapajós

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.797.400,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	25,00 60,00 37,50 36,36
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	193	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	300 520 630 670

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Novo Progresso

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 7.655,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 877.603,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	0	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	112 167 172 196

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 14.436.121,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	287.708,00	12/2018	SEFA	440.179,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,98	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020 2021 2022 2023	1,47 1,47 1,47 1,47

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, CRG - Itaituba, EGPA, Enc. CBM, SEDAP, SEDUC
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Itaituba
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Itaituba
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Itaituba, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 1.270.910,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	3,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	8.129,17	12/2018	SETUR	9.197,41

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	1	12/2018	BANPARA	2020	11
					2021	17
					2022	22
					2023	26
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	10	07/2019	SEDEME	2020	35
					2021	45
					2022	55
					2023	54
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	-	12/2018	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	10.000	12/2018	SETUR	2020	10.506
					2021	10.769
					2022	11.038
					2023	11.314

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Região: Tapajós

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 1.684.165,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual		12/2018	SETRAN	4,73

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	-	12/2018	SETRAN	2020	9
					2021	9
					2022	9
					2023	9
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020	-
					2021	50,00
					2022	50,00
					2023	50,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN

Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 2.228.502,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	7,67	12/2018	PRODES/INPE	10,55

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Área Outorgada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 46.935.768,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	3	12/2018	MS/SIM/SINASC	2,44
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	21,90	12/2018	SIM	17,84
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	210,33	12/2018	MS/SIM	194,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	75,32	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	79,09 83,04 87,19 91,55
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	33,30	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,94	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	0,94 0,94 0,94 1,52
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,10	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,34	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,40 0,45 0,50 0,55

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,01	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	9º CRS - Santarém
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	9º CRS - Santarém, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 55.878.399,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	72,60	12/2018	SEGUP	67,00
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	48,10	12/2018	SEGUP	41,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	32,66	12/2018	DATASUS	32,84
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	352,90	12/2018	SEGUP	306,10
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	2.152,20	12/2018	SEGUP	2.026,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,98	12/2018	SEAP	2020	1,89
					2021	1,85
					2022	1,89
					2023	1,72
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	9.529	12/2018	PMPA	2020	12.387
					2021	15.246
					2022	18.104
					2023	20.963
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2020	85,00
					2021	86,00
					2022	87,00
					2023	88,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	39,00	12/2018	DETRAN	2020	40,00
					2021	41,00
					2022	42,00
					2023	43,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	62,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	62,00
					2021	63,00
					2022	63,00
					2023	64,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	69,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	69,00
					2021	69,00
					2022	72,00
					2023	72,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em Rurópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN

Região: Tapajós

Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar Superintendência da Polícia Civil em Itaituba
Adequar Delegacia de Polícia em Aveiro
Implantar Base Integrada Fluvial em Itaituba
Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Itaituba
Implantar Unidade Integrada de Segurança de Moares de Almeida em Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP

Região: Tapajós

Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	PMPA

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 1.739.964,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,23	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	4,79	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	3,00 3,50 4,00 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	2,00 3,00 3,50 4,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	5,00 6,00 7,00 8,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

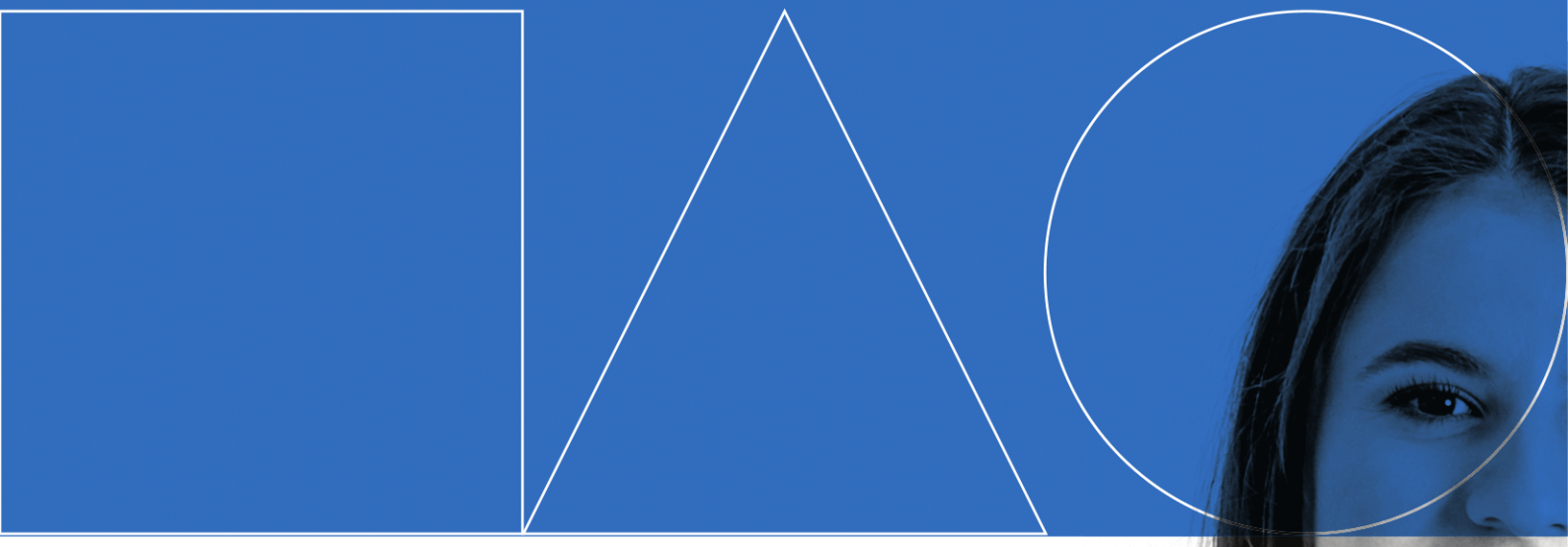
Região de Integração: Tapajós

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	6.410.604,00
Concessão de Auxílio Alimentação	43.983.623,00
Concessão de Auxílio Fardamento	4.523.026,00
Concessão de Auxílio Transporte	1.003.270,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.298.375,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	258.211.916,00
	R$ 322.430.814,00



REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: TOCANTINS





PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

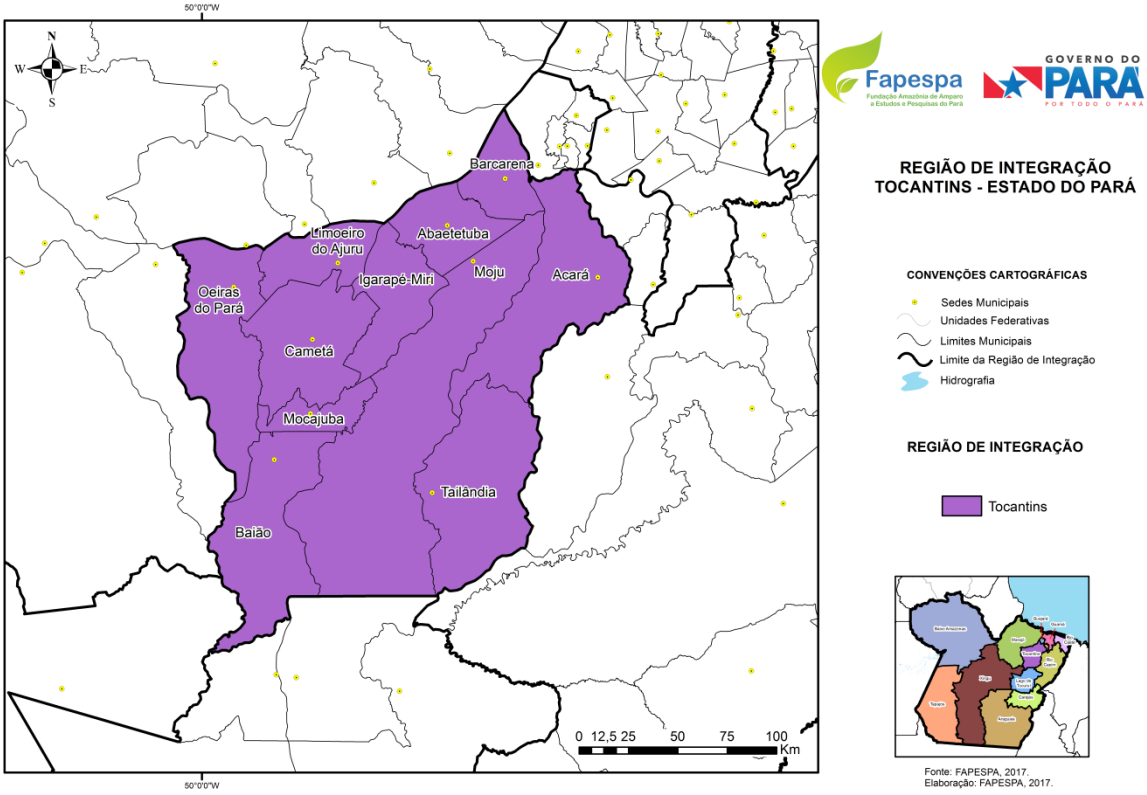


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Tocantins, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Localizada na região nordeste do Pará e cortada pelos rios Tocantins e Pará e pela rodovia PA-150, a RI Tocantins abrange uma área territorial de 35.838 km², equivalente a 3% da área total do Pará. Do total da área da região, 4,9% são de áreas protegidas.

De acordo com o IBGE, a estimativa populacional para a região, em 2018, foi de 855.399 habitantes, 10% da população do estado, sendo Abaetetuba o município mais populoso da região, com 156.292 habitantes (18%), acompanhado de Cametá, com 136.390 habitantes (16%), e Barcarena, com 122.294 habitantes (14%). Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2018, foi de 1,83%, acima da média estadual (1,46%).

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 11,8 bilhões, que equivale a 9% do PIB Estadual. Na composição do PIB da região, a Administração Pública contribuiu com 24%, a Indústria com 23%, os Serviços com 22%, a Agropecuária com 19%, e os Impostos com 12%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Araguaia/Tocantins, e oferece diversas atrações turísticas, como praias, balneários, festivais regionais, festividades religiosas, artesanato local, sítios arqueológicos e patrimônios históricos.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Tocantins teve sua riqueza valorada em R$11,7 bilhões, o que representou 8,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o da Administração Pública, com R$2,7 bilhões (24%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, seguido dos setores da Indústria, com R$2,6 bilhões (23%), em que se destacaram as indústrias de alumínio e alumina, e de óleo de dendê, e Agropecuária, com R$2,2

bilhões (19%), tendo como principais cultivos o dendê (46%), pimenta do reino (20%), açaí (56%), coco-da-baía (62%) e a mandioca (16%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Tocantins, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Tocantins
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**11.786.225**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**10.377.290**
% Valor Adicionado Total	**86,4%**	**90,4%**	**88,0%**
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**2.267.157**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	19,24%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**2.696.973**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	22,88%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**2.624.070**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	22,26%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.789.090**
% Administração Pública	15,08%	20,40%	23,66%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**1.408.933**
% Impostos	13,55%	9,62%	11,95%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Tocantins, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram: Barcarena, com participação de 43%, tendo como principal atividade a indústria de transformação, ressaltando-se a produção de alumínio e alumina; Abaetetuba, com 11%, destacando-se as atividades de comércio, atividades imobiliárias e cultivo de açaí; e Cametá, 10%, com a produção de açaí e de pescado.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Tocantins, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Tocantins	**Indústria de transformação**	**Agricultura**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio**	**Produção Florestal**
Abaetetuba	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Construção Civil
Acará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil	Comércio
Baião	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Pecuária
Barcarena	Indústria de transformação	Transporte	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil	Comércio
Cametá	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio
Igarapé-Miri	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Limoeiro do Ajuru	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Mocajuba	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Comércio	Pesca e Aquicultura
Moju	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Produção Florestal
Oeiras do Pará	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Tailândia	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14 bilhões, e a RI Tocantins contabilizou um saldo de US$1,0 bilhão. Os principais produtos exportados da região são hidróxido de alumínio, com 63% do valor exportado da RI, seguido pelo alumínio, com 14%, ambos produzidos e exportados por Barcarena. Nas importações, o destaque é para a demanda de hidróxido de sódio, com 31% das importações da RI, e o coque de petróleo, 12%, sendo, novamente, Barcarena o principal importador.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Tocantins	**1.544.195.438**	**9,9**	**526.637.194**	**44,9**	**1.017.558.244**
Abaetetuba	103.909.405	6,7	45.955	0,01	103.863.450
Acará	30.807.455	2,0	0	0,0	30.807.455
Barcarena	1.332.160.899	86,27	526.406.177	99,96	805.754.722
Cametá	313.581	0,0	0	0,0	313.581
Igarapé-Miri	827.074	0,1	0	0,0	827.074
Moju	69.020.494	4,5	0	0,0	69.020.494
Tailândia	7.156.530	0,5	185.062	0,04	6.971.468

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Tocantins, a mesma registrou, em 2017, um total de 74 mil empregos formais, equivalentes a 7% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve, cerca de, 43% do total do estoque formal da região, seguido por Agropecuária, 13,23%, e Serviços, 13,22%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, estavam Barcarena, 31%, Abaetetuba, 16%, e Tailândia, 15%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Tocantins
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	273.022
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,05
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	20,7
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**74.317**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	380
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.693
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	199
Construção Civil	1.838.958	57.880	4.930
Comércio	9.230.750	203.656	8.660
Serviços	16.772.645	284.360	9.824
Administração Pública	9.195.215	363.926	31.797
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	9.834

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 218 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

As principais rodovias na RI Tocantins são a PA-150 e PA-475, que integram o eixo norte-sul, permitindo interligar a região, ao norte, com a Região de Integração Guajará, e, ao sul, com a Região de Integração Carajás. Além dessas, a PA-151 liga Barcarena até Baião, integrando vários municípios como Abaetetuba, Igarapé-Miri e Mocajuba. A PA-252 liga Abaetetuba à Mãe do Rio (RI Capim), e conecta a região à BR-010. A PA-483 (Alça Viária), formada por um complexo de estradas e pontes, destaca-se pela integração que possibilita, notadamente, entre a RI Guajará e o nordeste paraense.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Tocantins

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (4)	Abaetetuba
	Baião
	Mocajuba
	Tailândia
Rodovias	18 vias (total 924 km) - 80% pavimentado
Travessias (7)	PA-151 Baia do Marajó (Belém - Arapari)
	PA-481 Baia do Marajó (Barcarena - Ponta de Pedras)
	PA-252 Rio Acará
	PA-256 Rio Acará (Alto Acará)
	PA-151 Rio Meruú (Igarapé Miri)
	PA-469 Rio Tocantins (Cametá - Carapajó)
	PA-256 Rio Moju (Cairari - Alto Moju)
Portos (12)	(IP4) Abaetetuba
	(IP4) Acará
	(IP4) Baião
	(IP4) Igarapé Miri
	(IP4) Maiauatá (Igarapé Miri)
	(IP4) Mocajuba
	(IP4) Moju
	(IP4) São Joaquim do Ituquara (Baião)
	(TUP) Porto de Vila do Conde (Barcarena)
	(TUP) Imerys (Barcarena)
	(TUP) Bunge (Barcarena)
	(TUP) Hidrovias (Barcarena)
Pontes	90 pontes (total de 5,5 km)

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais o conjunto modal de mobilidade da região abrange cinco aeródromos/aeroportos, noventa pontes (totalizando 5,5 km de extensão), doze portos de pequeno porte, sete travessias e dezoito rodovias.

3. DINÂMICA SOCIAL

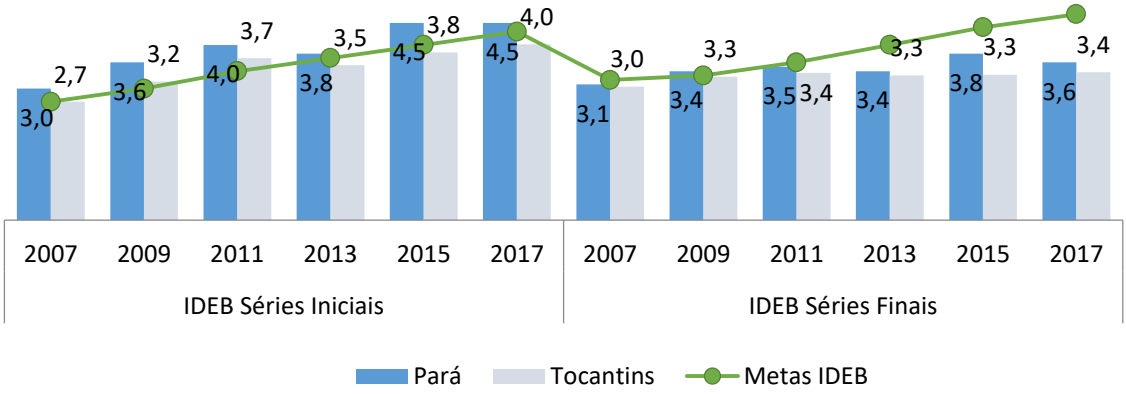
3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar

e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tocantins, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará, de 2007 até 2011, contudo, a partir de 2013 a 2017, a média das notas ficaram abaixo da meta estipulada para o Pará (Gráfico 01). Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), a região alcançou a meta IDEB apenas em 2009.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de integração Tocantins, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



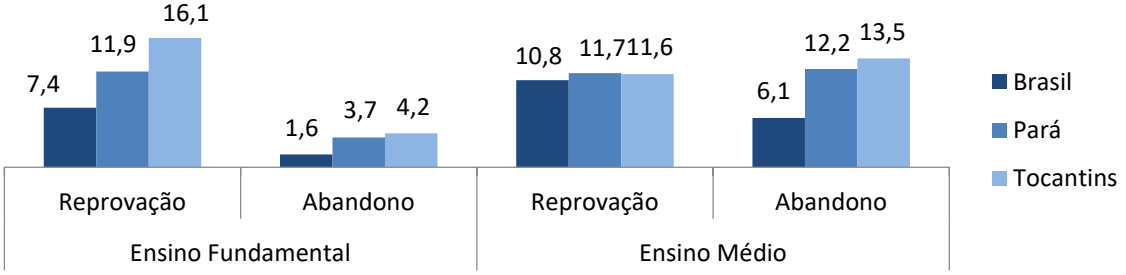
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Tocantins.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região atingiu 16,1% de reprovados, em 2017, acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4%, respectivamente. Quanto ao ensino médio, a taxa de reprovação na região, 11,6%, manteve-se no mesmo patamar da observada para o Pará, 11,7%, e pouco acima do valor do Brasil, 10,8%. O município de Oeiras do Pará registrou a maior taxa de reprovação, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, de 24,5% e 22,7%, nesta ordem. O município de Moju apresentou a menor taxa de reprovação, no ensino fundamental, 10,5%, enquanto, no ensino médio, a menor taxa registrada foi no município de Acará, 6,1%.

No que diz respeito à taxa de abandono, no ensino fundamental, em 2017, a RI Tocantins obteve valores acima dos do Pará (3,7%) e do Brasil (1,6%), alcançando a taxa de 4,2% de abandono. No ensino médio, a taxa da região foi de 13,5%, acima também do registrado no Pará (12,2%) e no Brasil (6,1%). Esse quadro torna-se mais preocupante quando se observa que o Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do país, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Tocantins, em 2017, o município de Acará obteve as maiores taxas de abandono, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, com 6,3% e 21,5%, respectivamente. O município de Barcarena deteve a menor taxa de abandono, no ensino fundamental, com 2,1%, e, no ensino médio, o menor abandono foi registrado no município de Igarapé-Miri, com 6,6%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região, o município de Oeiras do Pará deteve as maiores taxas de distorções idade-série, no ensino fundamental (45,4%) e no ensino médio (71,3%), contrastando com o município de Abaetetuba, que atingiu as menores taxas de distorção, 25,6%, no ensino fundamental, e 39,2%, no ensino médio, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Tocantins	**36,0**	**56,5**
Abaetetuba	25,6	39,2
Acará	44,0	63,4
Baião	37,1	59,7
Barcarena	32,0	56,3
Cametá	36,3	49,4
Igarapé-Miri	37,0	53,0
Limoeiro do Ajuru	43,7	50,1
Mocajuba	35,6	60,7
Moju	28,7	61,8
Oeiras do Pará	45,4	71,3
Tailândia	30,6	57,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Tocantins, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, foi de 16,45 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à apresentada pelo Pará, 15,38. Os municípios com as maiores taxas na RI foram: Mocajuba (28,87), Baião (27,07) e Oeiras do Pará (21,74). Por outro lado, Barcarena (10,22), Limoeiro do Ajuru (14,93) e Acará (15,12) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Em 2018, constavam, na região, 1.563 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 92,16%, maior que a apresentada para o Pará, 81,21%. Destacam-se positivamente os municípios de Abaetetuba, Acará, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, que alcançaram 100% de cobertura, e, negativamente, o município de Tailândia, com proporção de cobertura de 47,30%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a RI Tocantins contava, em 2018, com 124 equipes, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 53,16%, inferior à do estado, de 59,13%, destacando-se Mocajuba (91,16%) e Barcarena (85,40%), municípios com maior proporção de cobertura, e, por outro lado, Tailândia e Moju, cujos percentuais de cobertura são de apenas 33,39% e 25,93%, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tocantins
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,45
Proporção de Cobertura dos ACS - 2018	64,03	81,21	92,16
Proporção de Cobertura das ESF - 2018	64,19	59,13	53,16
Hospitais - 2018	6.687	247	18
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,43
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,18

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

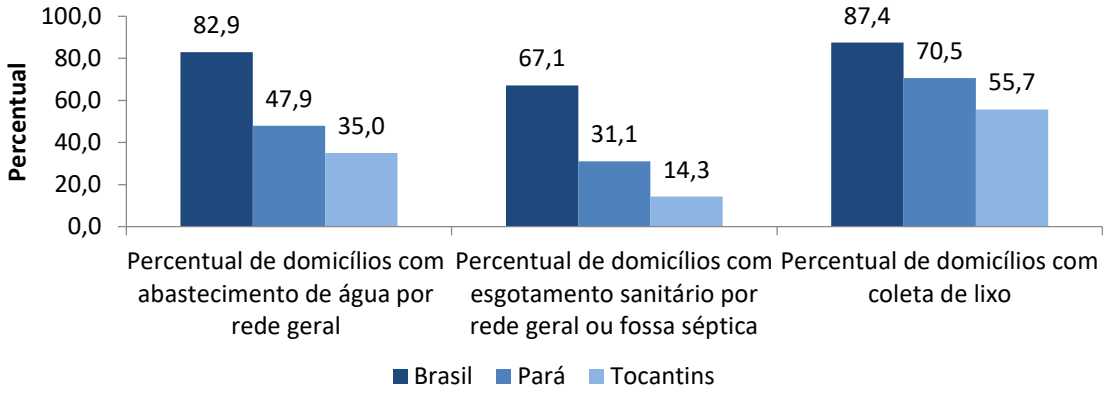
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Tocantins apresenta 18 hospitais (hospital geral e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional de Cametá que atende a população do nordeste paraense, e Hospital Regional Público Materno Infantil de Barcarena, inaugurado em 2018, que presta serviços essenciais para gestantes e recém-nascidos, incluindo partos de alto risco. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 2,43, inferior à do Pará, de 2,47. Analisando-se a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a taxa da RI (1,18) também foi menor em comparação à taxa estadual (1,93).

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tocantins. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tocantins, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35% dos domicílios, de 14,3% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e de 55,7% com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços era menor na região do que no estado do Pará, no ano em questão, com destaque para a de esgotamento sanitário, que não cobria nem 15% do total de domicílios na região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o Estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em sete (Abaetetuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia) dos onze municípios da RI Tocantins, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI TOCANTINS	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	34.676	21,8
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.059	39,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	17.249	49,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.145	3,3
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	2.767	7,9
Total Domicílios	**1.859.165**		**158.865**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

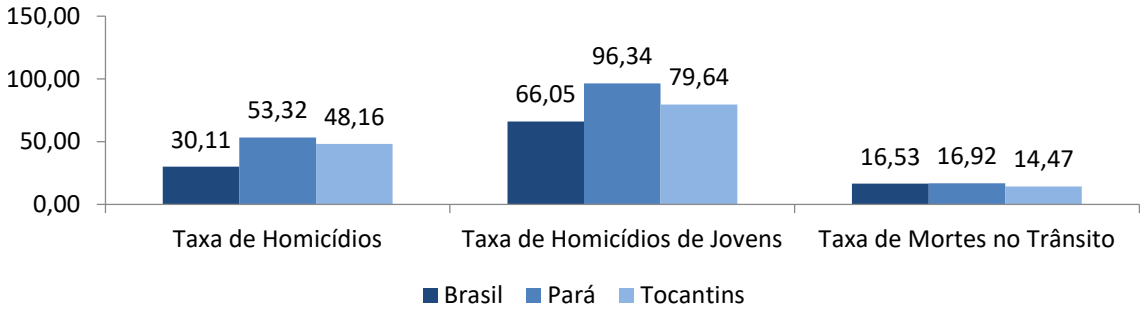
Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era de 423.437 domicílios, correspondente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios, e, na Região de Integração Tocantins, o déficit equivalia a 21,8% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit estadual e 39,9% do regional. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios no Pará e 49% na região Tocantins. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 89% da região. O ônus excessivo com aluguel urbano era de 8,3% no estado e 3,3% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 7,9% na RI Tocantins.

3.4. Segurança

Em relação à área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes) foram analisados. Em 2017, a RI Tocantins apresentou taxas inferiores às do estado e do Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI foi de 48,16. Os municípios de Moju e Igarapé-Miri apresentaram as maiores taxas, 80,18 e 65,58 homicídios, respectivamente, em contraposição a Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, que figuraram com as menores taxas, 10,66 e 12,65 homicídios, nesta ordem.

Em 2017, a taxa de homicídio com recorte na população jovem para o estado (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à apresentada pela RI (79,64 homicídios a cada 100 mil jovens). Novamente os municípios de Moju e Igarapé-Miri apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 147,72 e 109,42 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, as menores taxas da RI, 11,34 e 22,36, nesta ordem.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Tocantins, em 2017, foi de 14,47 mortes. O Pará apresentou taxa superior, registrando 16,92 mortes. Os municípios com as maiores taxas foram Moju (21,30 mortes) e Abaetetuba (19,56 mortes), enquanto Oeiras do Pará (3,16 mortes) e Igarapé-Miri (6,56 mortes) registraram as menores taxas. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores as do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pelo Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Tocantins apresentou, em 2017, taxas inferiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo, e superior no indicador taxa de homicídios no trânsito. A taxa de homicídios da RI foi de 38,97 mortes e a do Pará, 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou a taxa de 10,40 e o Pará, de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, em 2017, indicou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Tocantins, 970,82 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Tocantins

Indicadores Segurança	Pará		RI Tocantins	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	33,47	38,97
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	10,60	10,40
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	1.096,10	970,82

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. Ressalta-se que, na região Tocantins, 48,11% de sua população encontrava-se abaixo da linha da pobreza, o triplo do percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída, e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Tocantins apresentou um Índice de Gini de 0,56, indicando uma desigualdade abaixo das registradas para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Tocantins	**48,11**	**0,56**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Tocantins, 64,3% da população de seus municípios estava inscrita no CadÚnico. Desses inscritos, 88,1% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza e 78% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. Na ocasião, a região apontava percentuais maiores do que o estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Tocantins	**64,3**	**88,1**	**78,0**
Abaetetuba	70,3	87,9	79,4
Acará	76,9	92,1	82,0
Baião	52,6	94,0	84,4
Barcarena	54,1	81,4	66,9
Cametá	64,8	90,0	80,5
Igarapé-Miri	72,2	83,7	75,4
Limoeiro do Ajuru	79,5	89,8	85,6
Mocajuba	88,9	90,9	80,4
Moju	65,1	92,5	80,5
Oeiras do Pará	85,6	94,3	87,4
Tailândia	41,8	79,9	68,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Mocajuba e Oeiras do Pará obtiveram os maiores percentuais de população inscrita no CadÚnico, em 2018, com 88,9% e 85,6%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, seis municípios apresentaram percentual de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza maiores ou iguais a 90%, Oeiras do Pará (94,3%), Baião (94%), Moju (92,5%), Acará (92,1%), Mocajuba (90,9%) e Cametá (90%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Oeiras do Pará (87,4%) e Limoeiro do Ajuru (85,6%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a região Tocantins mostrou-se como a 2ª RI com o maior quantitativo de jovens, 269.997, cuja participação estimada é de 31,56% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Abaetetuba detinha o maior número de jovens (51.096), correspondente a segunda maior participação (32,69%), seguido de Cametá (42.918 jovens). O mais elevado percentual de participação ocorreu em Tailândia (33,43%), enquanto os minoritários foram registrados em Oeiras do Pará (28,30%) e Mocajuba (30,03%).

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
RI Tocantins	**255.724**	**31,28**	**260.424**	**31,36**	**264.944**	**31,43**	**269.997**	**31,56**
Abaetetuba	48.662	32,35	49.286	32,44	49.886	32,52	51.096	32,69
Acará	16.005	29,60	16.014	29,61	16.024	29,62	16.843	30,34
Baião	13.363	30,54	13.754	30,59	14.131	30,65	14.231	30,66
Barcarena	36.189	31,26	37.109	31,31	37.994	31,35	38.362	31,37
Cametá	40.656	31,07	41.331	31,19	41.980	31,30	42.918	31,47
Igarapé-Miri	18.901	31,32	19.050	31,40	19.192	31,47	19.801	31,76
Limoeiro do Ajuru	8.513	31,11	8.668	31,22	8.817	31,33	8.992	31,46
Mocajuba	8.757	29,79	8.915	29,87	9.067	29,95	9.230	30,03
Moju	23.552	30,43	23.969	30,48	24.370	30,53	24.760	30,57
Oeiras do Pará	8.726	28,26	8.837	28,27	8.943	28,28	9.104	28,30
Tailândia	32.400	33,35	33.491	33,39	34.540	33,43	34.660	33,43

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, os jovens de 15 a 29 anos ocupavam 25,51% dos vínculos, em 2017, no Pará, e 25,44%, na RI Tocantins. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Barcarena (6.108) e Tailândia (4.036), mas, em termos proporcionais, as maiores participações deram-se em Tailândia (37,37%) e Moju (31,54%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Tocantins	**74.317**	**18.909**	**25,44**
Abaetetuba	11.529	2.490	21,60
Acará	4.279	1.198	28,00
Baião	1.868	262	14,03
Barcarena	23.108	6.108	26,43
Cametá	6.656	1.187	17,83
Igarapé-Miri	3.817	580	15,20
Limoeiro do Ajuru	1.071	108	10,08
Mocajuba	1.674	255	15,23
Moju	8.369	2.640	31,54
Oeiras do Pará	1.145	45	3,93
Tailândia	10.801	4.036	37,37

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, percentual que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Tocantins, esse dado foi de 26,15%, em 2017, o quinto menor percentual, comparado aos das demais regiões de integração, com diminuição de 3,26 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade), ocorreram em Oeiras do Pará (32,46%), Limoeiro do Ajuru (31,34%) e Moju (30,11%), enquanto os menores índices foram observados em Abaetetuba (21,09%) e Barcarena (21,69%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, a maioria dos municípios registrou diminuição desse indicador, sendo Barcarena (5,9 p.p.) e Abaetetuba (5,16 p.p.) os municípios que demarcaram maiores êxitos na diminuição do índice.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Tocantins (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Tocantins	**29,41**	**30,53**	**29,71**	**29,85**	**28,86**	**29,69**	**27,95**	**26,15**
Abaetetuba	26,25	28,75	26,88	26,95	24,62	25,23	22,12	21,09
Acará	30,70	33,37	32,09	32,15	28,58	32,05	28,61	28,02
Baião	28,84	30,50	29,00	36,65	34,26	31,83	31,39	24,84
Barcarena	27,59	27,63	27,76	26,83	25,46	26,93	24,72	21,69
Cametá	27,99	27,07	24,82	26,69	26,88	28,59	27,02	28,34
Igarapé-Miri	31,02	33,67	31,57	31,60	29,42	31,24	28,91	28,90
Limoeiro do Ajuru	30,99	29,51	32,59	32,71	27,93	34,16	30,48	31,34
Mocajuba	31,60	34,18	37,10	32,43	32,56	32,99	30,43	26,80
Moju	33,13	34,62	35,86	32,83	34,35	32,51	33,47	30,11
Oeiras do Pará	32,16	28,59	31,56	29,69	33,90	34,47	36,67	32,46
Tailândia	32,24	35,46	33,68	34,50	34,35	32,41	31,50	27,85

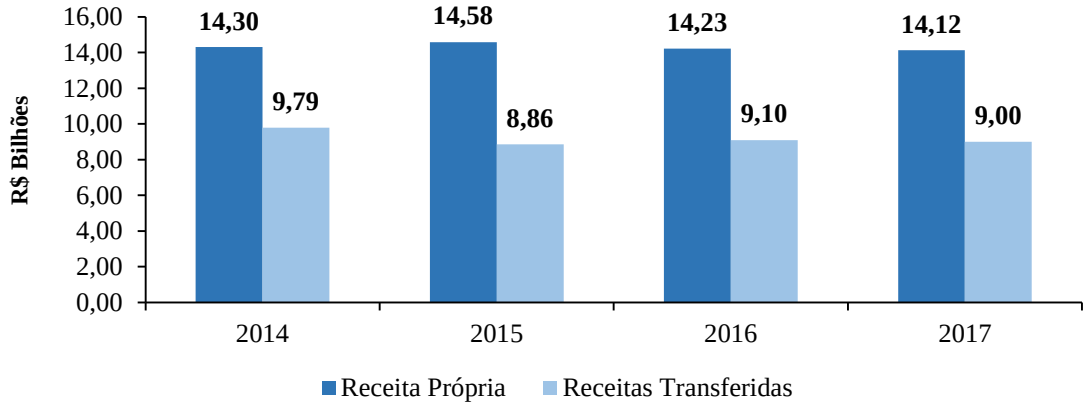
Fonte: DATASUS/2018. Elaboração: Fapespa/2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

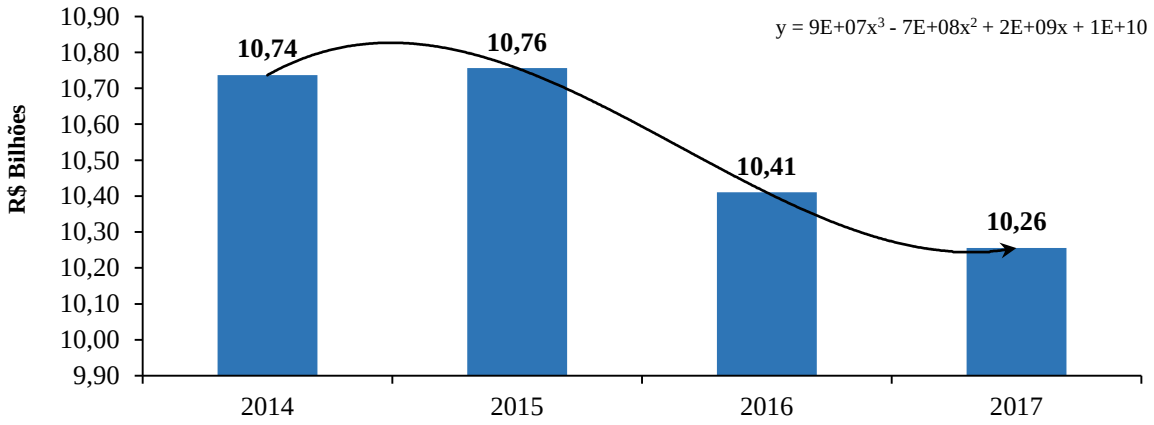
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

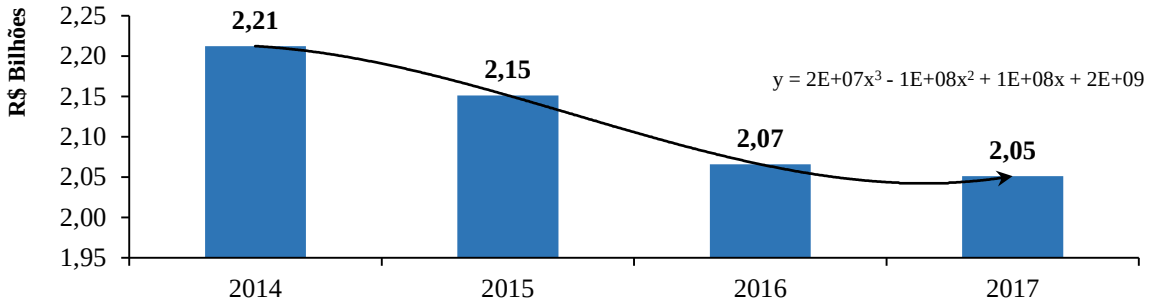
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Tocantins cresceu em 32%, tendo, em 2017, o município de Barcarena recebido a maior parcela (58%) do total destinado a RI, seguido por Abaetetuba (9,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representava, em média, cerca de 6,5% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Tocantins	**123.661.748,22**	**124.772.098,16**	**140.122.308,61**	**163.268.640,04**
Abaetetuba	11.282.198,84	11.401.588,29	13.325.152,67	15.383.351,77
Acará	5.088.050,45	4.947.859,08	5.205.137,77	5.332.895,29

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Baião	4.203.172,14	4.087.361,83	4.164.110,21	4.307.338,50
Barcarena	62.162.703,50	61.310.427,53	72.455.517,69	94.556.335,47
Cametá	5.530.489,63	5.593.231,99	5.829.754,28	6.153.340,70
Igarapé-Miri	3.981.952,55	3.872.237,51	3.955.904,70	4.307.338,50
Limoeiro do Ajuru	2.875.854,63	2.796.616,00	2.914.877,13	2.666.447,64
Mocajuba	3.097.074,18	3.011.740,31	2.706.671,63	2.666.447,64
Moju	11.060.979,27	13.983.079,96	14.366.180,24	12.306.681,40
Oeiras do Pará	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	2.871.559,00
Tailândia	11.282.198,84	10.541.091,05	12.075.919,62	12.716.904,13

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Tocantins é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.540 km²), Terras Indígenas (201 km²), Territórios Quilombolas (1378,87 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, da área total da região, 35.839 km², 8,7% correspondem às áreas protegidas, e 10,36% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na RI Tocantins, registrou-se, em 2017, o total de 14.629 km², equivalente a 41% da área da região e a 6% do desmatamento acumulado do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, Moju registrou a maior área de desmatamento acumulado, 4.396 km² (30%), seguido do Acará, 2.385 km² (16,30%), e Tailândia, 2.271 km² (15,52%). Juntos, esses três municípios responderam por mais de 50% do desmatamento acumulado na RI.

Quanto aos focos de calor, em 2017, mais de 30% dos registros da região concentraram-se, no município de Moju (1.079), que somados aos do Acará (761), Cametá (440) e Oeiras do Pará (308), alcançaram, cerca de, 70% do total de registros da RI.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tocantins, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km²	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**21**
RI Tocantins	**35.839**	**14.629**	**3726**
Abaetetuba	1.611	696	167
Acará	4.344	2.385	761
Baião	3.758	1.613	205
Barcarena	1.310	333	89
Cametá	3.081	1.117	440
Igarapé-Miri	1.997	481	184
Limoeiro do Ajuru	1.490	62	47
Mocajuba	871	493	180
Moju	9.094	4.396	1079
Oeiras do Pará	3.852	781	308
Tailândia	4.430	2.271	266

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 62,26% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Tailândia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (88,22%), seguido por Moju (75,23%) e Igarapé-Miri (66,79%).

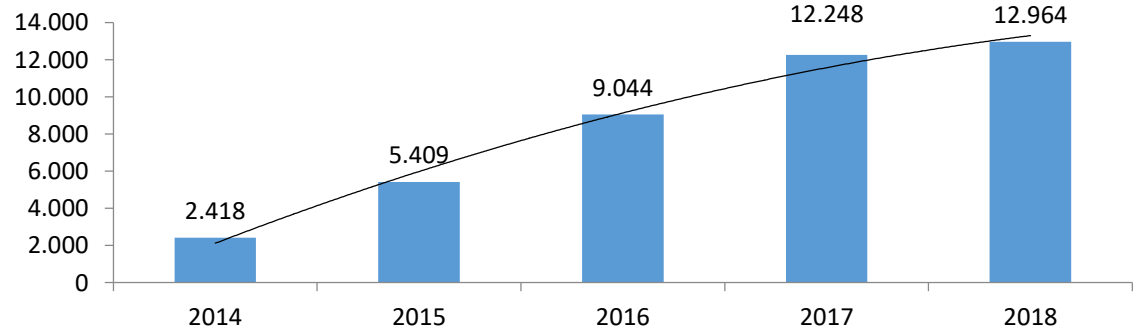
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tocantins, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Tocantins	**35.839**	**31.284,81**	**87,26**	**19.478,05**	**62,26**
Abaetetuba	1.611	1.201,29	74,55	771,26	64,20
Acará	4.344	4.300,17	98,87	2.597,78	60,41
Baião	3.758	2.841,05	75,62	1.384,72	48,74
Barcarena	1.310	793,93	60,52	325,71	41,03
Cametá	3.081	2.631,88	85,42	860,31	32,69
Igarapé-Miri	1.997	1.686,21	84,42	1.126,15	66,79
Limoeiro do Ajuru	1.490	988,84	66,36	636,12	64,33
Mocajuba	871	798,11	91,66	313,35	39,26
Moju	9.094	8.929,72	98,16	6.717,65	75,23
Oeiras do Pará	3.852	2.706,89	70,30	857,59	31,68
Tailândia	4.430	4.406,71	99,39	3.887,42	88,22

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Tocantins teve uma participação média de 7% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$12,963 milhões, com o município de Moju detendo a maior parcela (11,80%), seguido por Tailândia (10,35%), Abaetetuba (9,89%), Oeiras do Pará (9,67%), Igarapé-Miri (9,58%), Baião (9,55%), Barcarena (9,27%), Acará (9,24%), Cametá (8,94%), Limoeiro do Ajuru (6,75%) e Mocajuba (4,98%) (Tabela 17).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Tocantins (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Tocantins (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Tocantins	**2.418.354,78**	**5.409.069,93**	**9.043.966,91**	**12.247.997,75**	**12.963.506,01**
Abaetetuba	110.331,61	542.040,84	924.520,08	1.156.895,89	1.281.492,51
Acará	289.152,94	595.981,91	855.110,72	1.277.168,15	1.197.322,19
Baião	295.012,85	602.765,19	886.190,61	1.277.168,49	1.237.927,05
Barcarena	23.074,26	320.363,73	689.579,19	1.277.168,74	1.201.787,28
Cametá	136.838,19	296.963,96	507.780,37	998.659,19	1.158.498,72
Igarapé Miri	206.824,31	449.496,30	782.638,01	1.277.169,08	1.241.625,58
Limoeiro do Ajuru	246.893,48	510.446,11	980.375,65	1.020.291,92	874.690,14
Mocajuba	172.689,45	386.500,46	582.064,21	725.912,58	645.206,18
Moju	319.161,04	680.042,80	955.444,79	1.277.171,27	1.529.122,84
Oeiras do Pará	241.614,88	511.298,28	782.571,57	683.222,85	1.254.151,53
Tailândia	376.761,77	513.170,35	1.097.691,71	1.277.169,60	1.341.681,99

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Tocantins**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	10.201.750,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	4.520.062,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	10.254.896,00
Cultura	551.552,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	38.415.936,00
Direitos Socioassistenciais	9.624.725,00
Educação Básica	877.053.664,00
Educação Profissional e Tecnológica	2.583.565,00
Educação Superior	13.748.633,00
Esporte e Lazer	1.420.293,00
Governança Pública	37.247.560,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	12.148.733,00
Infraestrutura e Logística	187.666.249,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.610.420,00
Saúde	397.325.061,00
Segurança Pública	86.659.356,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.500.424,00
	R$ 1.696.532.879,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	918.292.293,00
	R$ 918.292.293,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 2.614.825.172,00

Região de Integração: **Tocantins**

R$ 2.614.825.172,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

R$ 10.201.750,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	634.838	06/2019	ADEPARA	771.649
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Açaí)	Kg/Hectare	6.598	06/2019	IBGE	8.020

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	161	12/2018	SEDAP	2020	169
					2021	178
					2022	186
					2023	196
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	6.080	12/2018	EMATER	2020	5.140
					2021	5.460
					2022	5.696
					2023	5.880
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	392	12/2018	SEDAP	2020	412
					2021	432
					2022	454
					2023	476

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Implantar 01 Entreposto para Hortifruti no Município de Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 4.520.062,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	9,09	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	- - 10,00 -
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	36,00 45,00 55,00 36,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH

Região: Tocantins

Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 10.254.896,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,07	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,14

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional
Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Tocantins

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 551.552,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	45,45	12/2018	SECULT/FCP	81,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	1.800
					2021	-
					2022	1.800
					2023	-

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 38.415.936,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,00	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	-
					2021	-
					2022	3,01
					2023	6,72
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	42,57	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	60,29
					2021	63,80
					2022	63,80
					2023	66,73

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Moju

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Tocantins**

R$ 2.614.825.172,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais

R$ 9.624.725,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 877.053.664,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,20	12/2017	INEP/SEDUC	3,90
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,50	12/2017	INEP/SEDUC	5,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	3,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	3,40
					2021	3,20
					2022	3,10
					2023	3,00
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,01	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,57
					2021	12,41
					2022	12,15
					2023	11,99
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	82,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020	83,40
					2021	84,30
					2022	84,70
					2023	85,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	78,00
					2021	78,30
					2022	78,70
					2023	79,00
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	13,90	12/2018	INEP/SEDUC	2020	13,20
					2021	12,60
					2022	12,20
					2023	11,90

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	10,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	9,43
					2021	9,29
					2022	9,15
					2023	9,01

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 9 Escolas Estaduais nos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju e Oeiras do Pará.
Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Limoeiro do Ajuru, Moju e Oeiras do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 39 escolas nos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 2.583.565,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	22,22 36,36 20,00 16,67
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	602	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	470 575 630 710

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Barcarena

Ofertar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Mocajuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR

Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	SECTET
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

Região de Integração: **Tocantins**

R$ 2.614.825.172,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior

R$ 13.748.633,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	12,08	12/2018	UEPA	7,02

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	5,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	19,00 14,00 11,00 8,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Barcarena

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Direito em Mocajuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 1.420.293,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	395	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	398 412 423 438

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 37.247.560,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	790.432,00	12/2018	SEFA	1.041.929,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,28	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020 2021 2022 2023	0,42 0,42 0,42 0,42

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Baião e Mocajuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRCM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 12.148.733,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	6,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	24.349,20	12/2018	SETUR	27.548,88

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	38	12/2018	BANPARA	2020	64
					2021	96
					2022	125
					2023	150
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	21	07/2019	SEDEME	2020	65
					2021	76
					2022	91
					2023	97
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	2	12/2017	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	30.000	12/2018	SETUR	2020	31.519
					2021	32.307
					2022	33.114
					2023	33.942

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Implantar a ZPE em Barcarena

Realizar Concessão da Ferrovia Paraense (RI Araguaia ao Tocantins)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CAZBAR, CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP, SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Tocantins**

R$ 2.614.825.172,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística

R$ 187.666.249,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	69,46	12/2018	SETRAN	73,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	4.767,90	12/2018	SETRAN	2020	5.327,90
					2021	5.327,90
					2022	5.327,90
					2023	5.327,90
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	784,15	12/2018	SETRAN	2020	834,15
					2021	834,15
					2022	834,15
					2023	834,15
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	66,67	12/2019	CPH	2020	66,67
					2021	66,67
					2022	66,67
					2023	66,67

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Pavimentar a PA 407 (Rodovia do Açaí), Trecho: Entroncamento PA-151 / Vila Maiauatá no Município de Igarapé-Miri - 17 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Implementação do Serviço de Distribuição de Gás Natural	Sistema Implantado	Un	GAS DO PARÁ

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 3.610.420,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	1,26	12/2018	PRODES/INPE	1,73

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 13 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Tocantins**

R$ 2.614.825.172,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde

R$ 397.325.061,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	11	12/2018	MS/SIM/SINASC	8,96
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16,39	12/2018	SIM	13,35
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	202,16	12/2018	MS/SIM	186,27

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	56,35	12/2019	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	59,17 62,13 65,23 68,49
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	0,00	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,94	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,01 1,01 1,01 1,01
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	51,30	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,33	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,40 0,40 0,45 0,45

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, ETSUS, HEMOPA, HRCM
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	6º CRS - Barcarena
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Cametá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES

Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	13º CRS - Cametá, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA

Região: Tocantins

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 86.659.356,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	69,30	12/2018	SEGUP	63,90
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	34,30	12/2018	SEGUP	29,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	13,79	12/2018	DATASUS	13,24
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	871,90	12/2018	SEGUP	756,10
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	570,90	12/2018	SEGUP	537,40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	2,38	12/2018	SEAP	2020	1,35
					2021	1,48
					2022	1,63
					2023	1,80
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	2.807	12/2018	PMPA	2020	3.649
					2021	4.491
					2022	5.333
					2023	6.175
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	84,00	12/2018	DETRAN	2020	85,00
					2021	86,00
					2022	87,00
					2023	88,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2020	36,00
					2021	37,00
					2022	38,00
					2023	39,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	34,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	34,00
					2021	34,00
					2022	36,00
					2023	38,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	88,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	88,00
					2021	88,00
					2022	89,00
					2023	89,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Região: Tocantins

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar 3 Delegacias de Polícia em Barcarena e Limoeiro do Ajurú
Implantar Base Integrada Fluvial em Abaetetuba
Implantar Delegacia Fluvial em Abaetetuba
Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL

Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 3.500.424,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,52	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	7,46	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	3,00 3,50 4,00 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	22,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	20,00 21,00 22,00 23,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	29,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	29,58 30,00 30,50 31,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Tocantins

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	12.550.282,00
Concessão de Auxílio Alimentação	163.502.492,00
Concessão de Auxílio Fardamento	8.317.943,00
Concessão de Auxílio Transporte	768.350,00
Operacionalização das Ações Administrativas	10.380.764,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	722.772.462,00
	R$ 918.292.293,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: XINGU



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

PERFIL REGIONAL

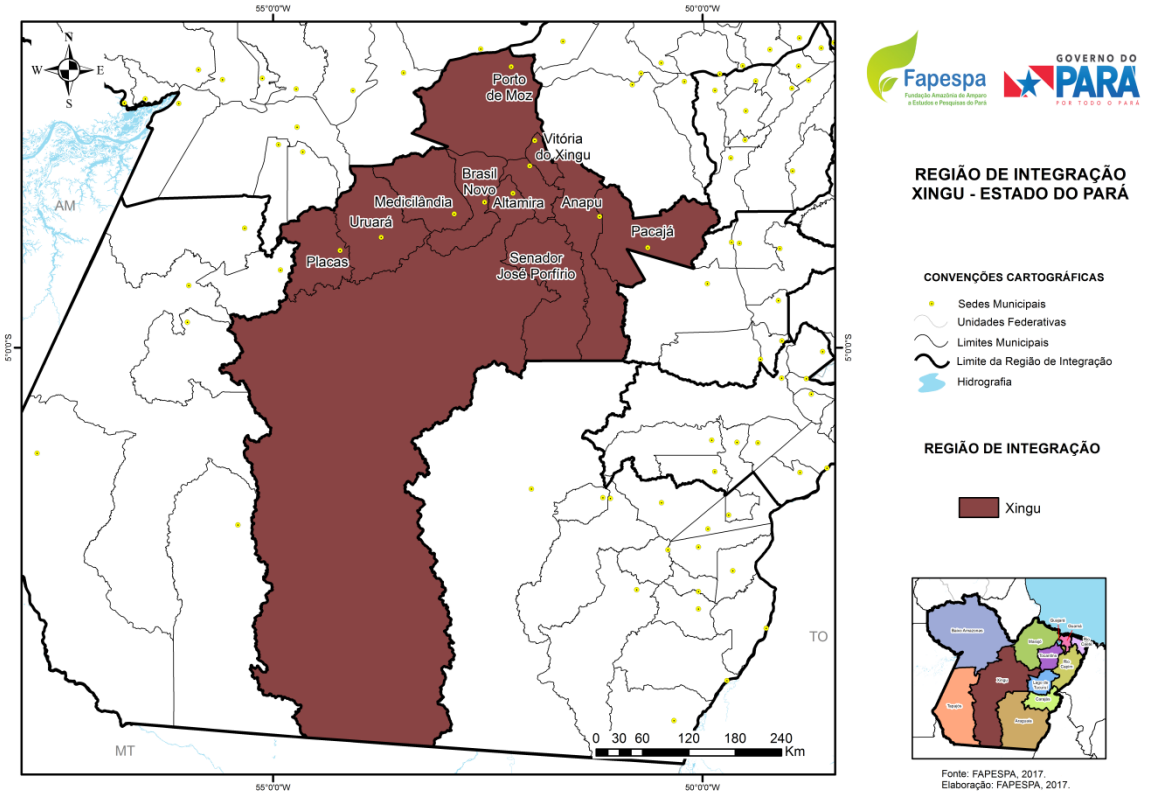


PPA
PLANO PLURIANUAL
2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO XINGU



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Xingu, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Localizada na região sudoeste do estado e entrecortada pela rodovia BR-230 (Rodovia Transamazônica), a RI Xingu abrange uma área territorial de 250.794 km², equivalente a 20% da área do Pará. Do total da área da região, aproximadamente, 70% são de áreas protegidas.

De acordo com o IBGE, em 2018, sua população foi estimada em 376.839 habitantes. Desse contingente, 30% estavam concentrados em Altamira; 12%, em Uruará; 12%, em Pacajá; e 10%, em Porto de Moz. Juntos, esses municípios responderam por 64% da população da região, cuja taxa de crescimento, entre 2010 e 2018, foi de 1,60%, maior que a média do estado, 1,46%.

Na composição do PIB da região, os Serviços contribuem com 29%, a Agropecuária com 23%, a Indústria com 21%, a Administração Pública com 20%, e os Impostos com 8%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Xingu, destaca-se pelas festas religiosas, o artesanato local, balneários, corredeiras d'água, festivais, Feira Agropecuária, praias, cavernas, grutas, tabuleiros, de quelônios como tartaruga, tracajá e pitu, monumentos históricos, pesca esportiva, açudes, cachoeiras.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Xingu teve sua riqueza valorada em R$6,2 bilhões, o que representou 4,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o setor de Serviços (R$1,8 bilhão), com 29% do PIB da RI, seguido pela Agropecuária (R$1,4 bilhão), com 23% ~~do valor adicionado pela RI~~, e a Indústria (R$1,2 bilhão), com 21%. A região destaca-se por sua importância energética, representada através da Usina Hidrelétrica de Belo

Monte, cultivos de cacau (maior produtora do estado - 78%), banana e mandioca, e efetivos de galinhas e bovinos (12%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Xingu, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Xingu
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**6.222.407**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**5.745.306**
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	92,3%
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**1.417.796**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	22,79%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**1.291.148**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	20,75%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**1.800.734**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	28,94%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**1.235.628**
% Administração Pública	15,08%	20,40%	19,86%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**477.101**
% Impostos	13,55%	9,62%	7,67%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Xingu, os que apresentaram, em 2016, as maiores contribuições para o PIB regional foram Altamira, com participação de 40%, tendo como principal atividade a construção civil, em função do empreendimento de Belo Monte; Vitória do Xingu, com 16%, destacando-se as atividades de geração de energia e construção civil; e Medicilândia, tendo o cultivo de cacau à atividade econômica mais importante do município.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Xingu, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Xingu	**Agricultura**	**Construção civil**	**Comércio**	**Pecuária**	**Atividades imobiliárias**
Altamira	Construção civil	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Agricultura
Anapu	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Brasil Novo	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Medicilândia	Agricultura	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil
Pacajá	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Placas	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Porto de Moz	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Senador José Porfírio	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio
Uruará	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Vitória do Xingu	Produção e distribuição de eletricidade e água	Construção civil	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,4 bilhões, e a RI Xingu contabilizou um saldo de US$12,8 milhões. Entre os produtos exportados pela região, destaca-se a madeira perfilada, que representou 16% do total exportado pela região.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Xingu	**12.779.628**	**0,1**	**0**	**0,0**	**12.779.628**
Altamira	11.632.916	91,0	0	0,0	11.632.916
Anapu	599.781	4,7	0	0,0	599.781
Medicilândia	176.373	1,38	0	0,0	176.373
Senador José Porfírio	171.851	1,3	0	0,0	171.851
Uruará	198.707	1,6	0	0,0	198.707

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em 2017, a RI Xingu registrou um total de 31 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha cerca de 38% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 22%, e Serviços, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Altamira (50%), Pacajá (10%) e Vitória do Xingu (9%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Xingu
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	131.668
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	5,65
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	18,49
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**31.253**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	160
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.041
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	401
Construção Civil	1.838.958	57.880	3.932
Comércio	9.230.750	203.656	6.780
Serviços	16.772.645	284.360	6.078
Adm. Pública	9.195.215	363.926	11.771
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	1.090

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 107 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Em relação à infraestrutura de transportes, o principal eixo viário na região é a Rodovia Transamazônica (BR-230). Além desse, duas rodovias estaduais, a PA-415 e PA-167, interligam Altamira a Vitória do Xingu e Belo Monte a Senador José Porfírio, respectivamente. De forma geral, as obras de infraestrutura viária, na RI Xingu, estão voltadas para atender à Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Xingu

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (6)	Anapu
	Altamira
	Medicilândia
	Pacajá
	Porto de Moz
	Uruará
Rodovias (3)	BR 230, PA-415 e PA-167
UHE	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Portos (3)	Porto de Moz
	Senador José Porfírio
	Vitória do Xingu

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também seis aeródromos/aeroportos, três portos de pequeno porte e três rodovias.

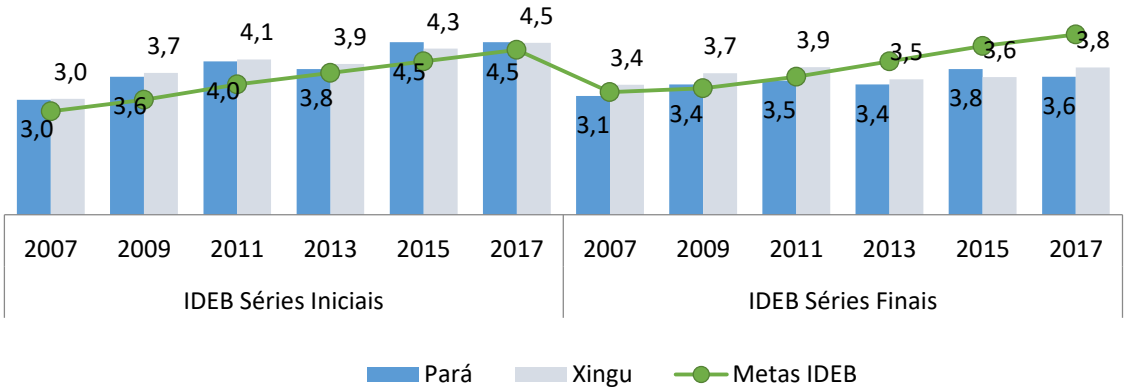
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Xingu, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, assim como o estado, de forma global, alcançou. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série, apresentando uma queda a partir de 2013 e voltando a se recuperar somente em 2015, porém, ainda abaixo das metas estabelecidas. O estado do Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Xingu, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



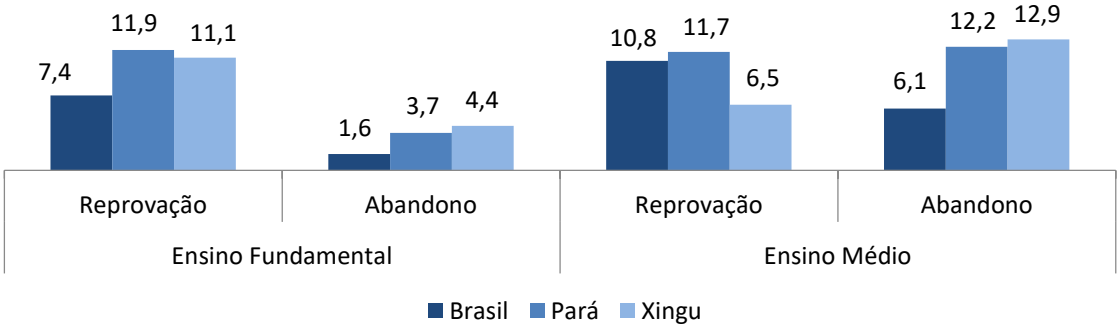
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Xingu.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região alcançou 17,2% de reprovados, em 2017, superior aos resultados total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. Os municípios que obtiveram as maiores taxas de reprovação, no ensino fundamental, foram Placas (15,7%) e Medicilândia (14,3%), e as menores, Altamira (4,1%) e Brasil Novo (6,4%). No ensino médio, de maneira oposta, a RI Xingu atingiu a taxa de 6,5%, abaixo das registradas pelo Pará e Brasil, 11,7% e 10,8%, nesta ordem. Nesse nível de ensino, os municípios que obtiveram as menores taxas de reprovação foram Anapu (7,2%) e Vitória do Xingu (3,1%), e as maiores reprovações foram observadas pelos municípios de Medicilândia (13,5%) e Altamira (12,2%).

O estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2017.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Quanto à taxa de abandono, no ensino fundamental, na RI Xingu, os municípios que obtiveram as maiores taxas foram Senador José Porfírio (8,4%) e Porto de Moz (7,5%), e as menores, Altamira (4,1%) e Brasil Novo (6,4%). No ensino médio, as maiores taxas de abandono foram alcançadas por Medicilândia (20,4%) e Senador José Porfírio (19,2%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino

médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, nesses níveis de ensino, 17,2% e 28,2% respectivamente. Na região, o município de Porto de Moz atingiu as maiores taxas de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental (50,1%), quanto no ensino médio (65,8%). Contrastando, o município de Altamira obteve as menores taxas, 23,6% no ensino fundamental e 34% no ensino médio, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2018.

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Xingu	**32,8**	**51,1**
Altamira	23,6	34,0
Anapu	34,8	53,3
Brasil Novo	26,1	40,9
Medicilândia	33,4	56,8
Pacajá	38,9	59,8
Placas	31,2	38,2
Porto de Moz	50,1	65,8
Senador José Porfírio	34,1	59,5
Uruará	26,0	48,3
Vitória do Xingu	29,4	54,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na Região de Integração Xingu, a taxa de mortalidade infantil de 14,13 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi ligeiramente inferior à taxa do Pará, 15,38. Os municípios da RI com as maiores taxas foram Anapu (22,54) e Vitória do Xingu (21,28) e os que obtiveram os menores índices, Medicilândia (6,48) e Placas (6,92).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, em 2018, constavam 779 agentes, proporção de cobertura de 93,46%, maior que a do estado do Pará, 81,21%, ressaltando-se que apenas os municípios de Altamira e Vitória do Xingu não possuíam 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 74 equipes implantadas na região, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 70,28%, superior à apresentada pelo estado, de 59,13%. Dentre os municípios, até dezembro de 2018, apenas Brasil Novo e Senador José Porfírio alcançaram 100% da cobertura, cabendo o destaque negativo para Placas, com cobertura de 11,46%, e Pacajá, com 52,07%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Xingu
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	14,13
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	93,46

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Xingu
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	70,28
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,18
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,62

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

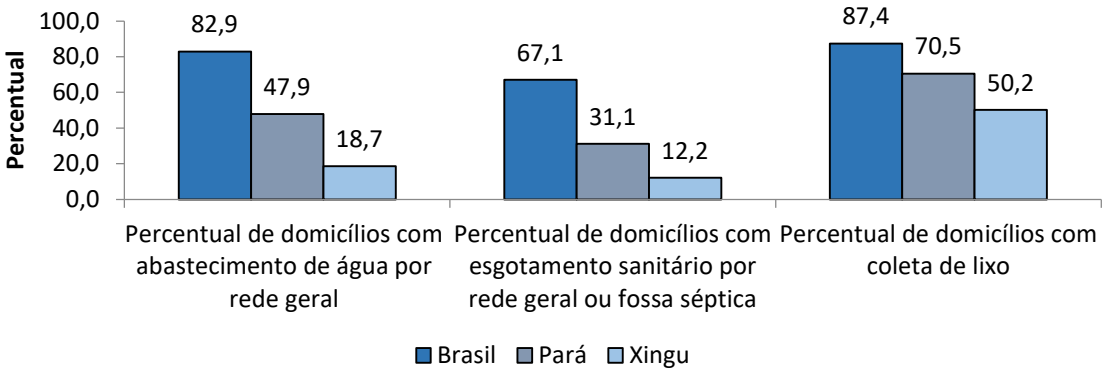
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Xingu contava, em 2018, com onze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público da Transamazônica, inaugurado em 2006, em Altamira, que possui perfil de atendimento em mais de vinte especialidades médicas, enfatizando-se a oferta de serviços de média e alta complexidade não disponibilizados por outras unidades da rede pública na região. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa observada pela RI, em 2018, foi de 3,18, superior à do Pará, de 2,47. Resultado oposto em relação à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na RI (1,62) foi menor que à taxa do estado (1,93).

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Xingu. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Xingu, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 18,7% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,2%, e com coleta de lixo, era de 50,2%. As coberturas dos três serviços eram menores na região do que no estado, no ano em questão, destacando-se os percentuais para abastecimento de água e esgotamento sanitário, que estavam bem abaixo das proporções nacional e estadual.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e

Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a FAPESPA, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, no ano de 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, segundo informações do órgão, não estava presente em nenhum dos 10 municípios que compõem a RI Xingu.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI XINGU	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	21.045	25,6
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.226	66,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	4.842	22,7
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.326	6,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	982	4,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**82.411**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Xingu, o déficit era de 25,6% do total de domicílios. A componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 66,6% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 22,7% na região Xingu. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente

87% do déficit no estado do Pará e 90% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 6,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,6% na RI Xingu.

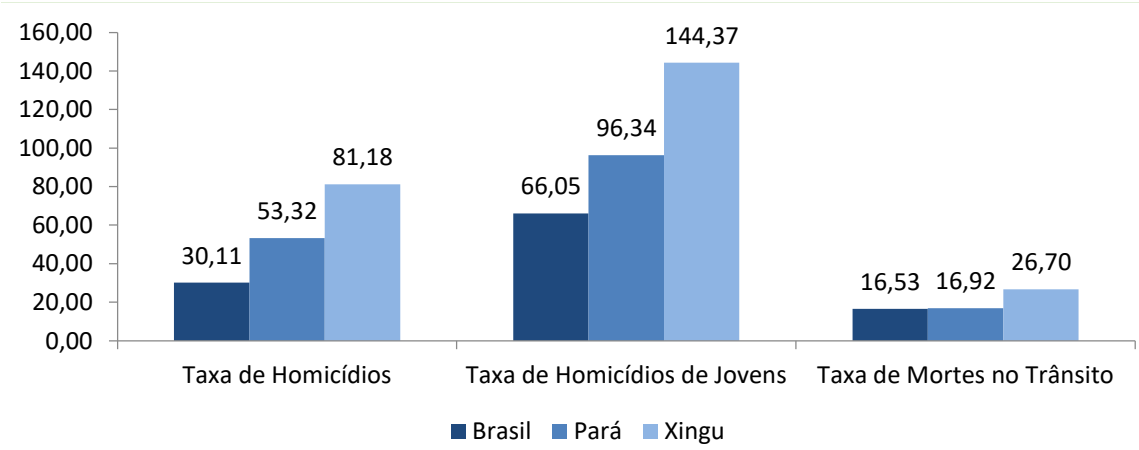
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Xingu apresentou, nos três indicadores, taxas superiores às do estado e do Brasil (Gráfico 04).

Em 2017, a taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto na região foi de 81,18. Os municípios de Altamira e Uruará registraram as maiores taxas, 133,71 e 88,12 homicídios, respectivamente, em contraposição a Senador José Porfírio e Placas, que figuraram com as menores taxas, 17,61 e 19,93 homicídios, nesta ordem.

Na região Xingu, a taxa de homicídio com recorte na população jovem (144,37 homicídios a cada 100 mil jovens), dados de 2017, foi superior à taxa estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens), já considerada alta. Os municípios de Altamira (283,50 mortes), Vitória do Xingu (189,12 mortes), Uruará (164,35 mortes), Medicilândia (130,57 mortes) e Brasil Novo (103,72 mortes) alcançaram taxas superiores à do estado, enquanto as menores couberam aos municípios de Placas (11,16) e Porto de Moz (32,63).

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Xingu, em 2017, foi de 26,70 mortes, superior à do Pará, 16,92. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Anapu (40,60 mortes) e Medicilândia (35,80 mortes), enquanto Placas (9,96 mortes) registrou a menor e Porto de Moz, nenhum caso de morte.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Xingu apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior apenas para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 66,17 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 11,39 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que registrou, no ano de 2017, um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará. E para a RI Xingu, observou-se a taxa de 423,58 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores Segurança	Pará		RI Xingu	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	61,19	66,17
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	9,83	11,39
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	781,84	423,58

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro observado no Brasil, 15,20%. Por seu lado, a região Xingu registrou um total de 44,34% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o triplo do percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Xingu apresentou um Índice de Gini de 0,60, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e igual à do Brasil, conforme tabela a seguir.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Xingu	44,34	0,60

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Xingu, 60,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 83,5% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza, e 70,3% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região obteve percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Xingu e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Xingu	**60,2**	**83,5**	**70,3**
Altamira	49,3	73,6	57,8
Anapu	75,1	93,0	80,1
Brasil Novo	81,4	76,0	60,1
Medicilândia	60,7	85,3	74,8
Pacajá	66,0	89,2	76,6
Placas	45,5	82,5	72,4
Porto de Moz	65,0	92,0	83,6

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Senador José Porfírio	114,0	92,2	79,2
Uruará	60,2	84,6	71,2
Vitória do Xingu	48,9	68,3	62,2

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: A população estimada de pessoas cadastradas no CadÚnico, feita pelo MDS, foi superior à estimada pelo IBGE.

Dos municípios que compõem a região, Senador José Porfírio alcançou o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, com 114% do total. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Anapu (93%%), Senador José Porfírio (92,2%) e Porto de Moz (92%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Porto de Moz (83,6%) e Anapu (80,1%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Xingu mostrou-se como a 2ª Região de Integração com o menor quantitativo de jovens (112.802) e participação estimada de 29,93% de seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Altamira registrou o maior número de jovens (33.257), correspondente a uma participação de 29,38% de sua população, seguido de Uruará (14.571 jovens), participação de 32,01%. A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em Vitória do Xingu (32,49%) e a menor em Senador José Porfírio (26,39%). Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2015-2018), variando entre 26% e 32%.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Xingu	**106.895**	**29,60**	**108.194**	**29,56**	**109.444**	**29,52**	**112.802**	**29,93**
Altamira	32.017	29,54	32.418	29,49	32.804	29,44	33.257	29,38
Anapu	7.576	29,81	7.837	29,83	8.089	29,85	8.109	29,86
Brasil Novo	4.008	26,75	3.931	26,50	3.857	26,26	4.115	27,09
Medicilândia	8.938	29,91	9.067	29,91	9.190	29,91	9.337	29,91
Pacajá	13.274	29,64	13.538	29,69	13.792	29,74	13.986	29,77
Placas	8.488	29,75	8.730	29,76	8.964	29,77	9.019	29,77
Porto de Moz	11.741	30,52	12.004	30,59	12.257	30,65	12.415	30,69
Senador José Porfírio	3.120	26,38	3.036	26,20	2.955	26,02	3.124	26,39
Uruará	13.102	29,45	12.937	29,16	12.777	28,87	14.571	32,01
Vitória do Xingu	4.631	32,14	4.696	32,24	4.759	32,33	4.869	32,49

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no Pará, e 31,15% na RI Xingu. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal aconteceram em Altamira (5.621, com participação de 36,06%) e Pacajá (925 jovens e 28,25% de participação), sendo aquele o município com maior participação dentre os componentes da região, seguido de Anapu (561, e 32,41% de participação). Por outro lado, os menores quantitativos ocorreram em Senador José Porfírio (93, e 13,94% de participação) e Porto de Moz (302, e 17,58% de participação). Considerando o total da população jovem (Tabela 12), Altamira registrou o maior percentual de jovens no mercado de trabalho, com 36,06% em 2017.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Xingu	**31.253**	**9.734,00**	**31,15**
Altamira	15.589	5.621,00	36,06
Anapu	1.731	561,00	32,41
Brasil Novo	1.027	330,00	32,13
Medicilândia	1.131	274,00	24,23
Pacajá	3.274	925,00	28,25
Placas	783	174,00	22,22
Porto de Moz	1.718	302,00	17,58
Senador José Porfírio	667	93,00	13,94
Uruará	2.530	743,00	29,37
Vitória do Xingu	2.803	711,00	25,37

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, esse percentual continua elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em cerca de 32%.

Na RI Xingu, esse dado foi de 28,14%, em 2017, o quinto maior percentual dentre todas as regiões de integração do estado, com diminuição de apenas 2,77 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade) ocorreram em Porto de Moz (35,57%) e Senador José Porfírio (34,22%), enquanto os menores índices foram em Brasil Novo (23,65%) e Placas (24,91%). Considerando a série de 2010 a 2017, a maioria dos municípios da região registrou diminuição desse indicador, destacando-se com mais êxito Pacajá (7,37 p.p.) e Brasil Novo (6,42 p.p.).

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Xingu (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Xingu	**30,91**	**31,86**	**32,14**	**30,31**	**31,22**	**30,64**	**28,54**	**28,14**
Altamira	28,91	29,20	31,88	28,63	28,16	28,82	25,72	25,24
Anapu	34,18	34,91	31,51	29,76	35,79	33,50	34,43	30,92
Brasil Novo	30,07	30,80	29,75	31,97	27,93	30,59	27,21	23,65

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude Paraense 2018.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Medicilândia	32,11	34,11	31,81	28,51	32,87	28,60	32,64	29,59
Pacajá	34,11	32,65	34,51	32,37	32,32	34,55	29,65	26,74
Placas	26,53	28,68	26,42	22,71	30,43	24,18	22,46	24,91
Porto de Moz	32,29	34,63	32,54	35,25	38,67	36,01	31,36	35,57
Senador José Porfírio	34,87	38,19	38,39	32,07	42,80	35,10	32,68	34,22
Uruará	30,34	32,36	30,85	30,34	28,37	30,95	30,71	30,82
Vitória do Xingu	30,05	30,22	33,62	36,36	31,91	25,78	27,02	26,33

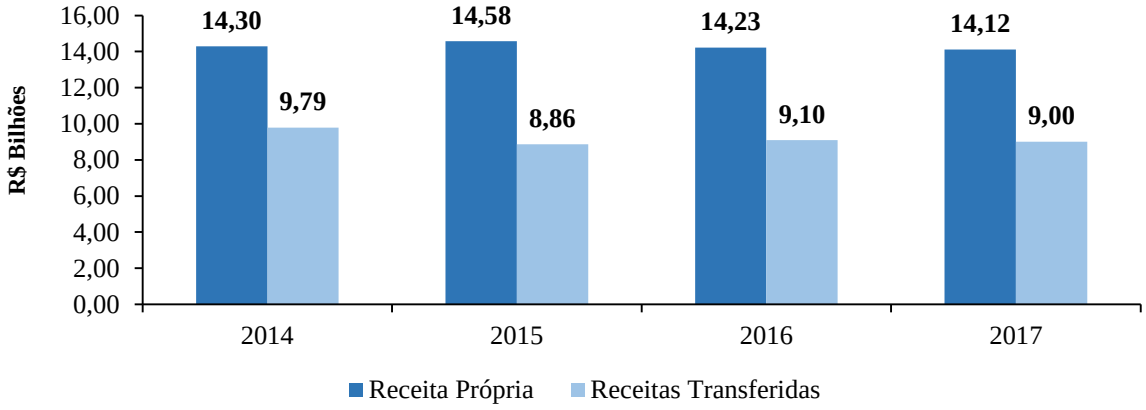
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

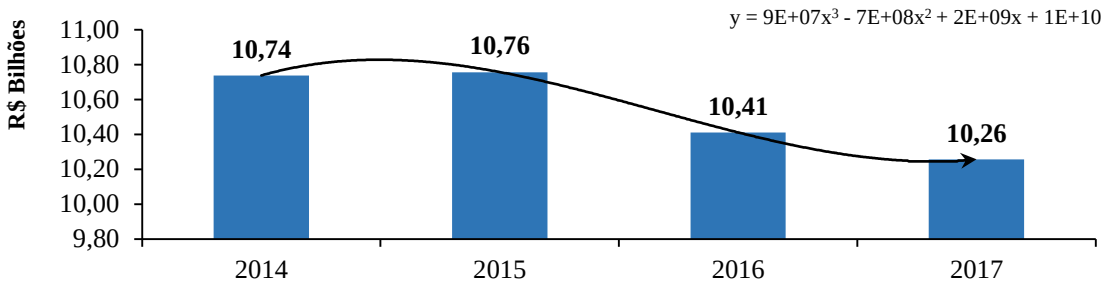
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

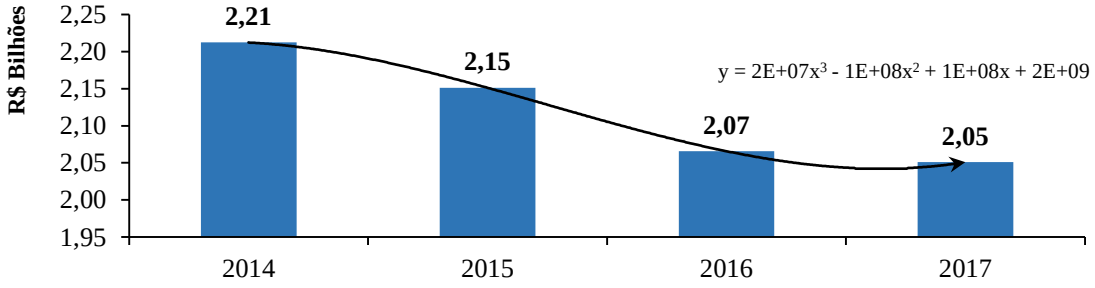
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Xingu cresceu em 22%, ressaltando-se que, em 2017, o município de Altamira recebeu a maior parcela (42%) do total destinado a RI, seguido por Pacajá (10%) e Vitória do Xingu (8,5%). Outro ponto a destacar é o fato de que, no período, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representou, em média, cerca de, 4,5% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
R Xingu	**84.948.320,78**	**92.718.576,41**	**101.187.878,13**	**103.171.012,48**
ALTAMIRA	36.722.451,19	41.088.742,68	45.180.595,78	43.893.830,35
ANAPU	5.751.709,20	6.668.853,54	7.078.987,36	6.358.452,07
BRASIL NOVO	4.424.391,70	4.302.486,13	4.996.932,26	4.922.672,56
MEDICILANDIA	5.309.270,07	4.947.859,08	6.037.959,82	7.384.008,84
PACAJÁ	7.300.246,32	8.174.723,66	9.161.042,46	10.460.679,20
PLACAS	3.981.952,55	4.302.486,13	3.955.904,70	4.102.227,13
PORTO DE MOZ	4.866.830,86	4.947.859,08	4.996.932,26	4.922.672,56
SENADOR JOSÉ PORFIRIO	4.645.611,31	4.947.859,08	4.788.726,74	4.307.338,50
URUARA	7.521.465,88	7.529.350,75	7.703.603,88	7.999.342,92
VITÓRIA DO XINGU	4.424.391,70	5.808.356,28	7.287.192,87	8.819.788,35

Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Xingu, com área de 250.794 km², é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (42.958 km²) e Proteção Integral (36.470 km²), Terras Indígenas (95.683 km²), Territórios Quilombolas (216,52 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, da área total da região, 175.327 km² (69,90%) correspondem às áreas protegidas; e 54.642,57 km² (21,79%) às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 31.624 km², ou 12,61%, da área da RI, e a 11,95% do desmatamento acumulado do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, Altamira, Pacajá e Uruará responderam por, aproximadamente, 57% (17.920 km²) do desmatamento acumulado na RI. Da mesma maneira, mais da metade dos registros de foco de calor concentraram-se, em 2017, em apenas dois municípios, Altamira e Pacajá, que somaram 5.739 focos, ou 61,39%, dos registros para a RI.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Xingu, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²) (2017)	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Xingu	**250.794**	**31.624**	**9.348**
Altamira	159.534	8.727	4.482
Anapu	11.896	2.542	583
Brasil Novo	6.363	2.671	161
Medicilândia	8.273	2.191	342
Pacajá	11.832	5.789	1.257
Placas	7.173	2.190	785
Porto de Moz	17.423	1.080	614
Senador José Porfírio	14.420	1.040	467
Uruará	10.791	3.404	587
Vitória do Xingu	3.090	1.992	70

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, quase 80% de suas propriedades rurais inseridas no CAR (Tabela 16). Os municípios da RI já cadastraram, aproximadamente, 30% da área total no CAR. Entre os municípios da região, Medicilândia possui o maior percentual de área com CAR efetivado (87,99%), seguido por Pacajá (86,48%) e Brasil Novo (86,30%).

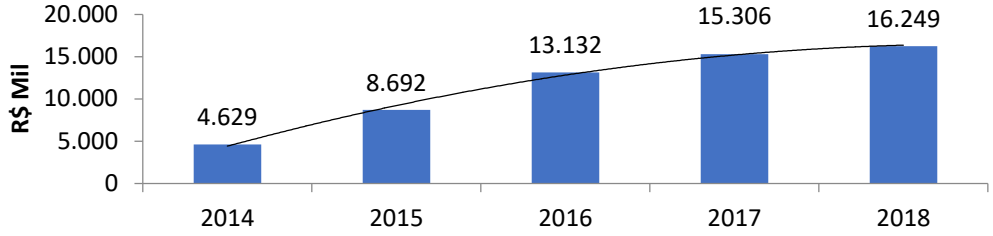
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Xingu, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Xingu	**251.103,02**	**76.096,16**	**30,30**	**59.204,60**	**77,80**
Altamira	159.839,66	20.074,94	12,56	13.510,91	67,30
Anapu	11.886,18	6.474,53	54,47	5.218,78	80,60
Brasil Novo	6.363,08	4.780,14	75,12	4.125,37	86,30
Medicilândia	8.278,40	7.966,25	96,23	7.009,45	87,99
Pacajá	11.823,90	11.810,53	99,89	10.213,16	86,48
Placas	7.181,22	5.686,98	79,19	4.677,17	82,24
Porto de Moz	17.422,48	3.141,47	18,03	1.600,03	50,93
Senador José Porfírio	14.411,14	3.942,37	27,36	3.119,79	79,13
Uruará	10.808,98	9.854,41	91,17	7.970,74	80,89
Vitória do Xingu	3.087,98	2.364,53	76,57	1.759,19	74,40

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Xingu teve uma participação média de 9,00% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$16,249 milhões, com o município de Altamira detendo a maior parcela (16,74%), seguido por Pacajá (11,33%), Anapu (9,68%), Uruará (9,64%), Senador José Porfírio (9,35%), Medicilândia (9,22%), Porto de Moz (9,01%), Placas (8,93%), Brasil Novo (8,50%) e Vitória do Xingu (7,59%) (Tabela 17).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Xingu (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Xingu (2014 - 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Xingu	**4.629.316,44**	**8.692.130,39**	**13.131.816,77**	**15.305.905,26**	**16.249.407,73**
Altamira	461.558,80	656.586,15	2.236.696,43	3.373.319,03	2.720.923,46
Anapu	623.095,41	1.236.558,20	1.733.901,09	1.277.172,21	1.572.319,56
Brasil Novo	514.581,06	803.542,50	1.513.346,36	1.277.170,51	1.381.970,41
Medicilândia	411.631,64	550.199,50	1.186.101,57	708.699,08	1.498.797,65
Pacajá	375.248,41	760.021,99	1.096.780,21	1.688.639,07	1.840.721,83
Placas	359.822,33	950.788,75	937.098,26	1.277.171,67	1.450.275,86
Porto de Moz	433.484,09	855.627,80	1.203.222,31	1.604.572,18	1.463.270,60
Senador José Porfírio	783.781,19	1.494.928,11	1.652.489,80	1.544.821,39	1.519.911,52
Uruará	349.862,64	747.072,20	1.090.825,67	1.277.171,75	1.567.087,00
Vitória do Xingu	316.250,88	636.805,18	481.355,07	1.277.168,35	1.234.129,84

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS



PPA

PLANO PLURIANUAL

2020-2023

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ

Região de Integração: **Xingu**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	35.394.337,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.357.246,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	3.806.702,00
Cultura	563.085,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	188.673.864,00
Direitos Socioassistenciais	4.482.530,00
Educação Básica	196.916.467,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.577.719,00
Educação Superior	4.512.493,00
Esporte e Lazer	774.288,00
Governança Pública	79.514.289,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	3.435.181,00
Infraestrutura e Logística	64.177.697,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	4.142.007,00
Saúde	409.248.275,00
Segurança Pública	71.423.341,00
Trabalho, Emprego e Renda	2.749.209,00
	R$ 1.074.748.730,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	554.273.471,00
	R$ 554.273.471,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 1.629.022.201,00

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

R$ 35.394.337,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	2.594.285	06/2019	ADEPARA	3.153.370
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Cacau)	Kg/Hectare	1.056	06/2019	IBGE	1.284

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	0	12/2018	SEDAP	2020	50
					2021	53
					2022	55
					2023	60
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	4.398	12/2018	EMATER	2020	4.580
					2021	4.640
					2022	4.984
					2023	5.382
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	2.464	12/2018	SEDAP	2020	2.587
					2021	2.717
					2022	2.852
					2023	2.995

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 3.357.246,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	10,00	12/2018	SEJUDH	2020	-
					2021	-
					2022	-
					2023	20,00
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	20,00
					2021	20,00
					2022	20,00
					2023	20,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	10º CRS - Altamira
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação

R$ 3.806.702,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,09	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020	33,33
					2021	33,33
					2022	33,33
					2023	33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Implantação de 1 Centro Tecnológico do Cacau em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 563.085,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	-	12/2018	SECULT/FCP	20,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	5.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	10.000
					2021	12.300
					2022	12.600
					2023	13.100

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 40 Empreendedores na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP
Realização de Eventos Culturais	Pessoa Atendida	Un	SECULT

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade

R$ 188.673.864,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	2,91 2,91 2,91 2,91
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	32,70	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	35,73 44,76 64,95 96,63

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 4.482.530,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 196.916.467,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	16,72	12/2018	INEP/SEDUC	2020	14,80
					2021	14,58
					2022	14,35
					2023	14,02
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	78,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	80,30
					2021	80,60
					2022	80,90
					2023	81,30
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	5,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	4,90
					2021	4,82
					2022	4,75
					2023	4,68

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais nos Municípios de Brasil Novo e Uruará.

Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Altamira, Anapu, Pacajá e Placas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC

Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 12 Escolas nos Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Porto de Moz e Senador José Porfírio.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC

Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.577.719,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	- 66,67 40,00 28,57
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	785	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	350 430 460 540

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 4.512.493,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	0,78	12/2018	UEPA	0,45

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	12,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	35,00 35,00 21,00 23,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer

R$ 774.288,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	18	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	167 172 177 182

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 79.514.289,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	388.455,00	12/2018	SEFA	550.884,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,77	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	1,16
					2021	1,16
					2022	1,16
					2023	1,16

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	10º CRS - Altamira, ADEPARÁ, CRG - Altamira, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Plano Xingu Sustentável	Município Atendido	Un	FDE
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Altamira
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	10º CRS - Altamira, CRG - Altamira

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Altamira, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

R$ 3.435.181,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,50
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	9.307,55	12/2018	SETUR	10.530,64

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	8	12/2018	BANPARA	2020	12
					2021	18
					2022	24
					2023	28
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	41	07/2019	SEDEME	2020	36
					2021	44
					2022	49
					2023	49
Número de turistas	Unidade	12.289	12/2018	SETUR	2020	12.911
					2021	13.234
					2022	13.565
					2023	13.904

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 04 Agências do Banpará nos Municípios de Brasil Novo, Pacajá, Placas e Uruará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística

R$ 64.177.697,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	18,16	12/2018	SETRAN	40,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	172,00	12/2018	SETRAN	2020	232,00
					2021	232,00
					2022	232,00
					2023	232,00
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	47,50	12/2018	SETRAN	2020	59,50
					2021	73,50
					2022	85,50
					2023	105,50
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020	-
					2021	-
					2022	50,00
					2023	50,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Pavimentar a Vicinal Transuruará, Trecho Entroncamento BR-230 na Sede do Município Uruará /PA-370 - 88 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH

Objetivo
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

R$ 4.142.007,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	17,65	12/2018	PRODES/INPE	24,27

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaboração do Plano de Manejo da APA Floresta Estadual do Iriri

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 409.248.275,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	1	12/2018	MS/SIM/SINASC	0,81
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13,76	12/2018	SIM	11,21
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	270,94	12/2018	MS/SIM	249,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	70,70	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	74,24 77,95 81,84 85,94
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	30,00	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,36	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,36 1,36 1,36 1,41
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	56,30	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,62	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,64 0,66 0,68 0,70

Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,09	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,12 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	10º CRS - Altamira
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	10º CRS - Altamira, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	10º CRS - Altamira, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	10º CRS - Altamira, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública

R$ 71.423.341,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	35,50	12/2018	SEGUP	32,70
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	60,50	12/2018	SEGUP	52,50
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	24,41	12/2018	DATASUS	23,49
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	487,70	12/2018	SEGUP	423,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	891,20	12/2018	SEGUP	838,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,77	12/2018	SEAP	2020	1,09
					2021	1,00
					2022	1,00
					2023	0,95
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	4.981	12/2018	PMPA	2020	6.476
					2021	7.970
					2022	9.465
					2023	10.959
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2020	83,00
					2021	84,00
					2022	85,00
					2023	86,00

Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	34,00	12/2018	DETRAN	2020	35,00
					2021	36,00
					2022	37,00
					2023	38,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	46,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	46,00
					2021	48,00
					2022	48,00
					2023	49,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	84,00
					2021	84,00
					2022	86,00
					2023	86,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN

Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar Delegacia de Polícia em Medicilândia

Ampliar o Videomonitoramento em Altamira

Construir a 13ª Companhia Independente da Polícia Militar em Uruará

Implantar Núcleo Regional de Operações Aéreas em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL

Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Xingu**

R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda

R$ 2.749.209,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 2,33	12/2018	MTE/RAIS	0,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 15,36	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	0,50 1,00 1,50 2,00
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	4,00 4,00 5,00 6,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	33,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	27,00 28,00 29,00 30,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor

Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Xingu

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	10.778.492,00
Concessão de Auxílio Alimentação	72.946.039,00
Concessão de Auxílio Fardamento	6.150.241,00
Concessão de Auxílio Transporte	4.014.546,00
Operacionalização das Ações Administrativas	11.909.500,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	448.474.653,00
	R$ 554.273.471,00

DESENVOLVIMENTO PRO PARÁ. PRA TODO O PARÁ.

RUA BOAVENTURA DA SILVA, 401/403
REDUTO - BELÉM - PARÁ

(91) 3204-7405

www.seplan.pa.gov.br

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ